VIAGENS E APONTAMENTOS DE UM PORTUENSE EM ÁFRICA

DIÁRIO DE ANTÓNIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA PORTO

LEITURA COM INTRODUÇÃO E NOTAS

POR

MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS

Volume I



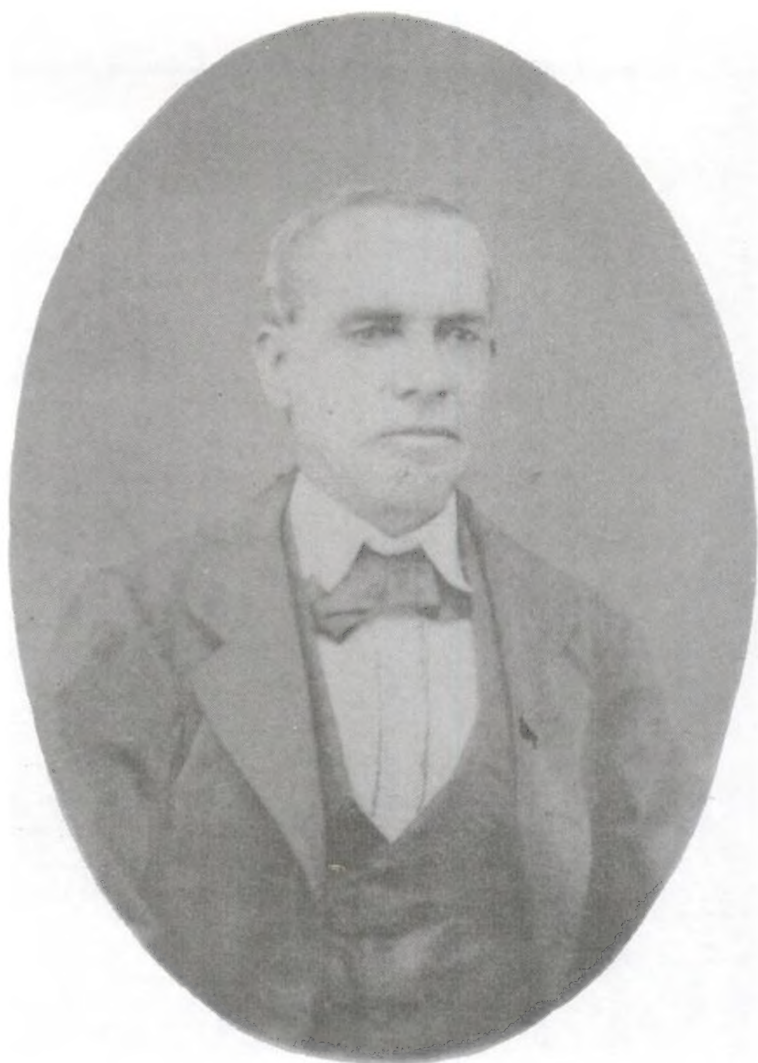
BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COIMBRA

1986

VIAGENS E APONTAMENTOS
DE
UM PORTUENSE EM ÁFRICA





VIAGENS E APONTAMENTOS DE UM PORTUENSE EM ÁFRICA

DIÁRIO DE ANTÓNIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA PORTO

LEITURA COM INTRODUÇÃO E NOTAS

POR

MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS

Volume I



BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COIMBRA

1986

Esta obra foi preparada no
Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga
do Instituto de Investigação Científica Tropical

ABREVIATURAS

A. G. U. — Agência Geral do Ultramar
A. H. U. — Arquivo Histórico Ultramarino
B. O. A. — Boletim Oficial de Angola
B. O. P. A. — Boletim Oficial da Província de Angola
B. P. M. P. — Biblioteca Pública Municipal do Porto
B. S. G. L. — Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
Cart. — Cartografia
C. E. H. C. A. — Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga
Ms. — Manuscritos
S. G. L. — Sociedade de Geografia de Lisboa

ÍNDICE GERAL

No final da obra será apresentado um índice sistemático de todos os volumes.

NOTA PRELIMINAR

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra inicia com este volume a publicação dos Apontamentos de um Portuense em África, *de António Francisco Ferreira da Silva Porto, obra vulgarmente referida por* Diário *entre os estudiosos da História de África no século XIX. O texto tem efectivamente a estrutura de um diário, embora com algumas lacunas, mas o seu Autor preferiu-lhe o primeiro título, certamente por estar absolutamente certo de que as suas notas, escritas na primeira versão ao correr da pena e sem atavios de estilo, não constituiam mais do que um apontuado de registos de acontecimentos do dia-a-dia, muito embora de grande valor para quem quisesse depois de si estudar a história dos povos africanos com quem manteve contactos.*

Nascido no Porto em 1817, e tendo-se suicidado em África no ano de 1890, Silva Porto, comerciante de profissão, homem de mediana cultura mas inteligente e muito interessado pelo que se passava à sua volta, viveu cerca de quarenta e cinco anos em África; e no decurso de quase todo esse período registou o que viu e o que

pôde saber em centenas e centenas de páginas que constituem certamente o maior legado que escritores portugueses deixaram para o conhecimento dos povos da África Austral neste período de tempo. A partir de certo momento da sua vida é claro nele o desejo de dar a conhecer as suas notas, decerto por ter perfeita consciência da importância de que elas se revestiam; isso explica que se tivesse dedicado à absorvente tarefa de passar a limpo o que antes escrevera, limando arestas, arredondando frases e eliminando também alguns trechos, que considerou de menos interesse ou incorrectos. Se visava a divulgação do seu escrito, só agora, quase um século volvido sobre a sua morte, se pode iniciar a concretização desse desejo; e a leitura da obra mostrará bem quanto se perdeu com a demora.

Existem ainda as duas cópias do texto, embora uma delas esteja incompleta; sobre ambas trabalhou a Dr.ª D. Maria Emília Madeira Santos, investigadora coordenadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, que no «Prefácio» expõe os critérios adoptados para a execução da tarefa monumental por si empreendida, que foi a de preparar a edição do Diário*. Para além de proceder a uma análise comparativa, a referida investigadora redigiu uma «Introdução» que situa o Autor no meio africano em que viveu, e especialmente na vida comercial dos sertanejos, em que estava mais empenhado; e anotou profusamente o texto, de maneira a levar o leitor até o mundo que foi o de Silva Porto durante algumas dezenas de anos. Do imenso trabalho que está por trás destas anotações só poderá em rigor dar conta quem souber que ele não tem apenas fundamentos bibliográficos: a Dr.ª Maria Emília Madeira*

Santos procurou informações orais junto de homens e mulheres que viveram nas áreas que Silva Porto conheceu e descreve, e onde ainda se mantêm vivos os usos e os costumes que ele testemunhou e registou no seu escrito.

A edição dos Apontamentos *de Silva Porto pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra só se tornou possível graças ao consentimento que nesse sentido foi dado pelo Professor Doutor Joaquim Alberto da Cruz e Silva, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical; na verdade, o trabalho da Dr.ª Maria Emília Madeira Santos foi realizado no âmbito das actividades do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga daquele Instituto, e sem essa autorização não podia vir a lume com a chancela da Biblioteca.*

Não quero deixar de exprimir aqui os meus agradecimentos ao Professor Doutor Cruz e Silva e à Dr.ª Madeira Santos pela oportunidade que me deram de editar agora em Coimbra este primeiro volume, e com ele iniciar a publicação da valiosa obra de Silva Porto; na verdade, é-me muito grato poder contribuir de algum modo para que se inicie a divulgação dos Apontamentos *do operoso e pioneiro sertanejo. Isto significa que não se me oferecem dúvidas quanto à importância das suas notas e da boa qualidade do tratamento dado ao texto que se edita.*

Coimbra, Dezembro de 1986.

O Director da Biblioteca

Luís de Albuquerque

PREFÁCIO

O TEXTO

O manuscrito, cuja publicação agora se inicia, foi escrito pelo sertanejo António Francisco Ferreira da Silva Porto, entre os anos de 1846 e 1890, quando se encontrava no Bié, em Benguela, em viagem pela África central e, esporadicamente, em Lisboa.

Entre os anos de 1846 e 1860 trata-se apenas do diário de várias viagens, a Benguela e ao Barotze, descritas independentemente umas das outras. Surgem portanto largos períodos de silêncio (como, por exemplo, desde Janeiro de 1848 a Novembro de 1852 ou desde Setembro de 1854 a Maio de 1858), correspondentes às permanências do autor em sua casa, no Bié. Estas faltas são colmatadas pela descrição dos usos e costumes do povo Bieno, não em forma de diário, mas organizada por assuntos.

A partir de 1860, Silva Porto inicia um verdadeiro diário, independentemente do local e das circunstâncias em que vive. São trinta anos de vida contados dia a dia, apenas interrompidos por grave doença durante nove meses no ano de 1884, mas ainda assim, referidos em retrospectiva.

O sertanejo começava por tomar pequenas notas durante as viagens. Eram por vezes apenas tópicos, escritos em pedaços de papel aproveitado até ao último espaço em branco, coberto

com a sua letra esguia que, nestes casos, se tornava miúda. No final da viagem, quer na terra visitada quer em casa, dedicava-se então a desenvolver os apontamentos que havia tomado durante o caminho.

Esta redacção, ainda prévia, era feita em cadernos cosidos por ele próprio cujas capas numerava, com o número da ordem do caderno e do volume de que faria parte. Muitos deles terão desaparecido, restam-nos apenas alguns para os anos mais recentes. São estes cadernos que podemos considerar os borrões a que por vezes se alude na correspondência dos responsáveis que, na época, lidaram com os papéis do sertanejo.

Numa segunda fase, o texto atingia a sua primeira redacção e era passado para livros encadernados de papel almaço azul. Na sua totalidade o diário é composto por 13 volumes manuscritos de grossura irregular (possuem uma média de 400 páginas cada). Os únicos cadernos que não chegaram a ser passados a limpo nos livros, foram os referentes aos dias que decorrem entre 13 de Março de 1884 e 18 de Dezembro do mesmo ano, que terá escrito de memória, apoiado em pequenos apontamentos, visto encontrar-se praticamente cego, durante todos esses meses.

Até 1869, Silva Porto escrevia o seu diário, com uma vaga esperança de que fosse lido ou talvez publicado em Portugal. Tinha-o mesmo enviado para Lisboa através dos seus contactos comerciais. Mas escrevia com bastante despreocupação, uma redacção descuidada, uma franqueza por vezes rude, obedecendo à curiosidade natural e aos seus interesses de comerciante. Em 1869, tendo lido o livro de José de Lacerda, *Exame das Viagens do Doutor Livingstone*, revoltado contra as acusações de Livingstone e excitado pela argumentação do autor, o sertanejo tomou consciência da importância dos seus escritos no plano da ciência e da política europeias. Decidiu então reescrever o seu diário com outros cuidados literários e procurando, sempre que possível, responder às questões que

as suas leituras lhe revelavam serem de interesse para o leitor europeu.

Levava, já então, escritos cinco volumes. Retomar essas centenas de páginas, refundi-las e reescrevê-las foi a tarefa que a si próprio impôs a 1 de Novembro de 1869. Encontrava-se então de visita ao Lui (Barotze), zona onde se dera o seu encontro com Livingstone em 1853 e um dos pontos quentes da diplomacia luso-britânica em 1890.

*

Existem hoje duas colecções do diário, depositadas respectivamente, na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Foi o próprio sertanejo que escreveu ambas, pelo seu punho, encarregando-se de as enviar para a Sociedade de Geografia de Lisboa e para a sua congénere do Porto. Esta última, ao encerrar as portas, doou a colecção à Câmara Municipal desta cidade. Deve acrescentar-se que, cronologicamente, o conteúdo de cada volume não corresponde nas duas colecções, visto que o seu número de páginas varia, consoante a encadernação, sem qualquer critério aparente.

A colecção da S. G. L. que, em 1890, estava completa, é hoje constituída apenas por cinco tomos (vols. 1.º, 2.º, 7.º, 11.º, 13.º, num total de 1321 páginas). Esta pode considerar-se a primeira redacção e não borrão, como por vezes se disse. Há ainda a considerar na S.G.L. uma série de cadernos avulsos, até há pouco tempo desconhecidos, que constituem, alguns, os borrões, outros, cópias posteriores de escriba diverso.

Quanto à colecção da B. P. M. P., é constituída por 13 tomos, num total de 4668 páginas. Trata-se da cópia aperfeiçoada e/ou acrescentada e/ou alterada dos volumes existentes na S. G. L. e dos restantes que ali existiam em 1890. O volume 3.º é uma redacção intermédia de que o volume 3.º

bis constitui a redacção final. Assim, e embora existam 13 tomos na B. P. M. P., esta biblioteca apenas possui os primeiros 12 volumes do diário.

O volume 13.º existe apenas na S. G. L. e terá sido recolhido no espólio do sertanejo, logo após a sua morte, juntamente com rascunhos, correspondência e documentos particulares. As notas referentes aos quatro últimos dias de vida encontravam-se ainda em caderno solto. O sertanejo não tivera tempo para as passar a limpo no livro. Até agora, e apesar das buscas repetidas, não foi possível encontrar essas notas preciosas, nos papéis de Silva Porto. Felizmente foram publicadas por Luciano Cordeiro ainda no ano de 1890, e, talvez por isso, desapareceram. Mas sabemos como os escritos do sertanejo foram nessa época livremente emendados, por vezes a vermelho, para lhes corrigir o estilo. Neste caso o estilo espontâneo seria da maior utilidade para o historiador.

Silva Porto não se poupava a esforços para melhorar o seu texto. Sempre que o copiava, aperfeiçoava ou acrescentava informações. Por vezes desprezava pormenores que por qualquer razão tinham deixado de interessar ou que, devido a autocensura, o autor decidia eliminar (caso da guerra do Çanduco). Mas não se trata apenas de alterar as informações; Silva Porto era incapaz de transcrever uma frase sem lhe modificar a forma e o vocabulário.

Daqui resulta que possuímos hoje duas variantes para grande parte do texto e três variantes para muitos trechos.

No estabelecimento do nosso texto foi considerado como ponto de partida o da B. P. M. P., visto ser *cronologicamente* a versão final e quase sempre a mais rica. Esta versão foi em seguida submetida a um cotejo com os textos da S. G. L. (livro e cadernos de rascunho ou de cópia, quando estes existem), de modo a não se perderem informações cujo conteúdo não tenha sido totalmente aproveitado pelo autor na redacção final.

Serão apenas anotadas as variantes de informação e não de forma, visto que, a registar as variantes de forma, seríamos forçados a publicar dois ou três textos na íntegra, conforme os casos.

O critério adoptado na publicação de excertos do diário de Silva Porto, até hoje editados (ver bibliografia no final), foi o de alterar a redacção do sertanejo, aformoseando-a e limando-a, não só na forma, mas também no vocabulário. Na verdade, o texto de Silva Porto é por vezes enfadonho, prolixo, repetitivo, empregando vocábulos inadaptados ao fim em vista, e, portanto, de difícil compreensão. Deve acrescentar-se a pontuação muito pessoal e inadequada, as frases muito extensas e alguns enchumaços, perfeitamente dispensáveis.

Mas este é o texto de um comerciante, o autor de *Apontamentos de um Portuense em África*, e se nos propomos publicar uma obra deste autor com este título, o critério não pode ser outro senão o respeito pela redacção original.

Dado que não se trata de um texto de interesse filológico, mas sim histórico, e o pouco significado que tem a diferença entre a ortografia do final do século XIX e a actual, considerou-se vantajoso, para a sua melhor acessibilidade, actualizar a ortografia e, na medida do possível, melhorar a pontuação. Muito raramente, alterou-se a ordem das palavras quando o original se apresentava confuso.

Manteve-se a ortografia de topónimos e etnónimos, à excepção apenas de Benguela, Bié, Bienos, Luanda, Catumbela, Cuanza. Manteve-se a ortografia dos antropónimos africanos (p. ex., Hiquereto em vez de Seckeleto). Realçaram-se, com o emprego de itálico, as palavras ou expressões de origem africana (p. ex., *omballa*), respeitando a ortografia de Silva Porto que não corresponde à actual (p. ex., *quipaca* em vez de *ocimbaka* ou *cambonha* em vez de *ombonha*).

O texto apresenta duas séries de notas, uma, referida à paginação do manuscrito, que é da autoria de Silva Porto,

outra, toda seguida, da responsabilidade da editora. As chamadas para as variantes seguem a ordem alfabética.

Torna-se igualmente necessário esclarecer que na introdução e nas notas se optou pela grafia: Ovimbundo (etnónimo plural) em vez de *Ovimbundu*, ocimbundo (etnónimo singular) em vez de *ocimbundu*, umbundo (língua e adjectivo) em vez de *umbundu*.

A correspondência e a documentação pessoal de Silva Porto irão sendo publicadas selectivamente, em apêndice documental acompanhando cronologicamente o texto do diário, sempre que o seu volume o permitir.

O AUTOR

«A minha vida

Vi a luz do dia a 24 de Agosto de 1817, baptizado na Colegiada de S. Martinho de Sedofeita, sendo meus pais Francisco Ferreira da Silva, natural de Cima de Douro, soldado que fez parte do Regimento 18 de Infantaria, e condecorado com a medalha da Companhia Peninsular; minha mãe, Ana Maria da Costa, natural de Penafiel, e ao tempo, criada de servir na Rua da Banharia.

Como se vê, eram de condição humilde, e pobres, mas não se descuidaram da minha educação, a que destinavam os fundos das suas economias, que iam juntando em lugar reservado, e onde se não atreviam de tocar, quaisquer que fossem as privações por que tivessem de passar. Mais tarde, separaram-se. Como filho submisso, cumpre-me respeitar o facto. Eram meus pais, tanto basta para bem dizer sempre a sua memória.

Em virtude deste acto, minha mãe que ficou habitando na mesma casa sita na Rua de S. Ovídio, mais tarde, mudou-se para a Rua dos Bragas; e mais tarde, para a Rua de Sedofeita, quis levar-me para a sua companhia a fim de me dar a educação necessária para que, um dia, pudesse ser útil a mim e à sociedade em que tivesse de viver, conforme dizia, acrescentando que meu pai ficasse com minha irmã Maria para o mesmo fim. No entretanto e não obstante a ameaça de recorrer ao poder judicial, meu pai não consentiu, ficando, portanto, minha irmã em poder de minha mãe, e eu em poder de meu pai, indo habitar para companhia de uma irmã na Rua Châm, com venda e estanco de rapé na Rua Châm.

Francisco guarda o teu dinheiro! Pois que tu, meu irmão, a querer satisfazer o que comes, e o pequeno!? Não pode ser, não quero. Isto deu-se na primeira semana em que para ali fomos, depois, nunca se falou mais em tal; mudando-se minha tia daí para o Largo do Corpo da Guarda, e mais tarde, para a Calçada do mesmo nome.

Caso incompreensível do Destino! Meu pai nunca me pôs a mão. Minha mãe não perdoava a menor falta, castigando-me sempre que as cometesse. Pois mesmo assim, estimava mais minha mãe, que meu pai; ao ponto de passar sempre os dias festivos na sua companhia, sem que meu pai me censurasse por esse motivo.

Pronto das primeiras letras, no Colégio de José Joaquim de Carvalho à Rua Châm, dirigindo-me meu pai a pergunta sobre que profissão queria adoptar, respondi que o comércio, mas no Brasil; por ser constantemente o sonho da minha infância, representado por uma árvore muito linda cheia de patacas. Meu pai informando-se de navio destinado para este ponto, e vindo no conhecimento de ser o brigue Rio Ave com destino ao Rio de Janeiro tratou de pagar a passagem e em Junho ou Julho de 1829, época de terror em Portugal, nesse lindo e veleiro navio, saía eu a barra dessa terra para mim

sempre querida. Compreendendo, então, no doloroso instante da despedida, o quanto ficava em dívida para com esses que me deram o ser e que me diziam nesse doloroso acto: Olha! «Pedra bolidiça não cria musgo». Dívida que nunca pude satisfazer.

Chegado ao Rio de Janeiro, fui ser caixeiro na Rua de S. José, no armazém de louça pertencente a Gregório José Teixeira. Num dia, recebendo uma bofetada de um serviçal, pelo singelo facto de ter vendido uma peça de louça, e posto o dinheiro em cima da mesa, em lugar de o meter na gaveta; e não o tendo feito na ocasião, por ter a atenção voltada para assunto que então se dava na rua, Sebastião, que assim se chamava o meu agressor, chegando próximo, e por detrás, acenta-me uma bofetada; e eu, voltando-me, vendo quem assim me maltratava, retribuo a ofensa com outra bofetada; e, criança, ferida no meu pundonor, ponho-me a chorar. Neste entrementes, entrando meu amo, e informado do ocorrido, ao contrário de mandar castigar o preto, como o decoro o exigia, passa a repreender-me do meu descuido; eu, porém, não o deixei acabar. Pego no chapéu que ponho na cabeça, e incontinente ponho os pés na rua. Que havia de me ocorrer então? Ir queixar-me a Pedro I.º, e pedir-lhe emprego! Creio que voava, passo a Rua de S. José, Largos do Carioca e Rossio, Campo de Santa Ana ao tempo, e mais ruas da cidade, até chegar na de S. Christovão. Aqui sou detido pelo dono de uma taberna que, vendo-me caminhar apressado, e dirigindo-me a pergunta sobre o motivo da minha pressa; eu, a chorar outra vez, passei a expor o que acabava de me acontecer, e quais as minhas vistas. Queria falar ao imperador!! Quem lhe meteu isso na cabeça!!! Fique aqui até achar emprego; termina dizendo o meu anjo bom, fulano de tal Leite.

Daí a dias estava regressando para a Rua do Conde, caixeiro da padaria de João Baptista da Costa, administrada

por seu irmão Benedito da Costa, onde me conservei poucos meses, porque a minha inclinação era habitar no comércio aristocrático da cidade; portanto, deixei esta casa, onde não recebia ordenado algum, nem tão pouco do armazém de louça. Passei para o Largo do Paço, caixeiro do Café de Mr. Neuville, onde me conservei alguns meses, porque, atacado de inflamação dos pés recebi o ordenado, gasto com o meu tratamento na casa de saúde, no curto espaço de um mês; e da qual saí para a Rua Direita, caixeiro da loja de ferragens de Manuel Martins Vieira, de cuja casa saí ao cabo de alguns meses pelo simples facto de querer sair; recebendo o ordenado, e seguindo para a Rua da Candelária, caixeiro da loja de drogas de Mr. Eduardo Suplee & C.ª, onde me conservei alguns meses saindo igualmente pelo simples facto de querer sair; recebendo o meu ordenado e seguindo para a Rua de Trás do Hospício, caixeiro da loja de ferragens de João Francisco Figueira Ramos, onde, num dia de bastante calor em que fui mandado a cobranças, sucedendo encontrar-me com outro rapaz do meu conhecimento, ambos fomos beber uma garrafa de cerveja, e com cujo copo sucedeu ficar corado demais. No regresso para casa, perguntado sobre a causa da minha cor encarnada do rosto e respondendo à letra o que se tinha passado: Ah! você também bebe cerveja! me diz meu amo e seguidamente acenta-me uma bofetada que me fez chorar, pegar no chapéu, e sair para a rua. Dias depois, voltava eu em transporte da minha caixa da roupa, receber o ordenado, e seguir pela segunda vez para a Rua Direita, caixeiro da loja de ferragens de Manuel Pinto Gomes, que, um dia em que foi encontrar a minha caixa de chumbo com rapé, escondida entre os maços de ferragem, e em que dirigindo-me a pergunta sobre a quem pertencia, e eu nada lhe respondesse; incontinente passou a tirar a minha conta com a importância dos meus ordenados dizendo que procurasse outra casa.

Na mesma rua, fui ser caixeiro da loja de ferragens de Baltazar José Martins, administrada por Domingos Joaquim Ferreira Dias, e onde igualmente, num belo dia, apresentando-me a conta dos meus ordenados, junto à sua importância me diz: aqui tem, procure outra casa!

Perseguido pela adversidade, não quis continuar de ser caixeiro no Rio de Janeiro; donde munido de cartas de recomendação, em 1834 ou 35, parti para a cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos, e onde após a entrega de minhas cartas passei a ser caixeiro na Praça do Comércio na loja de fazendas de Joaquim António de Barros Lisboa & C.ª. Aqui me conservei perto de dois anos, mas criança sempre, olvidando o adágio de meus santos e benditos pais, desencaminhado com falsas promessas por Manuel Veloso da Rocha, meu antigo companheiro mais velho da dita casa, disse a meu amo que não queria continuar a ser seu caixeiro!

Em 1837 na nau S. José, embarco para Angola, onde fui abandonado pelo meu antigo companheiro! Volto para a Bahia, mas pouco tempo depois de ter chegado a esta cidade sobrevém a revolução denominada da sabina, que veio paralisar todos os negócios; e eu regressando segunda vez a Angola em 1838, no brigue francês George, logo que desembarquei fui ser caixeiro na Rua do Bungo da taberna de João Saraiva da Fonseca, entregue por balanço, e onde me conservei alguns meses: mas casa dessurtida, impossibilitando-me de fazer negócio, ao ponto de não ser útil a mim e ao dono; pedi para se proceder a balanço, findo o qual, se reconheceu apresentar eu lucros a favor da casa; e em presença do que recebi meus ordenados; e fui ser caixeiro no Largo da Nazareth da taberna de Joaquim José Monteiro entregue por balanço, e onde igualmente me conservei pelo espaço de alguns meses, até que, desgostoso, por me terem feito assentar praça no Batalhão de Voluntários de Luanda e influenciado com a entrada das caravanas de todos os pontos do interior em Luanda; fiz

ver a meu amo a impossibilidade de continuar ao seu serviço e as ideias com que estava, dando causa a minha exposição a proceder-se a balanço, mostrando lucros a favor da casa e a receber os meus ordenados que empreguei na compra de fazendas, recebendo outras em débito na mesma casa, e no ano de 1839 com a minha pequena factura, dei princípio à minha carreira de sertanejo.

Finalmente, sobre a minha vida, o Memorial de Mucanos *— e mais tarde os* Apontamentos e Viagens *dizem o que aqui deixo de dizer ao meu leitor.»*

S. G. L., «Espólio de Silva Porto»,
Caixa 1, Pasta 7

*

Tendo fixado residência entre os Ovimbundo, no reino do Bié, aí fundou a libata de Belmonte [1841] onde criou uma grande «família» e viu crescer os filhos a quem educou com todo o desvelo. As relações com o soba, a população em geral e os seus colaboradores mais directos eram reguladas por leis tácitas, mutuamente impostas e aceites, num jogo de forças bastante complexo.

Silva Porto seguia o conselho de seus pais criando raízes em Belmonte, mas, «pedra bolidiça» que era, desde 1845 começou as suas viagens de negócios a Benguela, pessoalmente, e ao Barotze, através dos empregados.

Em 1852 é escolhido pelo governador de Benguela para realizar a travessia da África. Efectivamente avançou até ao Lui (Barotze), tendo os seus pombeiros terminado a viagem até Moçambique. A falta de reconhecimento, por parte dos poderes públicos, assim como as referências injustas de Livingstone, viriam a desgostá-lo bastante.

A partir de 1854 a sua actividade comercial foi incessante. Até 1869 fez seis viagens ao Lui e três viagens a Benguela.

Em 1870 estabeleceu-se em Benguela, onde comprou a fazenda Bemposta e se dedicou durante nove anos à vida de agricultor. Desagradado da vida no litoral e em condições financeiras difíceis decidiu, em 1879, regressar a Belmonte.

Aos 62 anos lançou-se de novo na vida sertaneja. Em quatro anos e meio empreendeu cinco longas viagens. Ao Moio (Kuba) em 1880 e 1882, ao Lui (Barotze) em 1883 e a Benguela em 1882 e 1884.

Com graves problemas na vista viu-se na necessidade urgente de viajar até Lisboa, a fim de ser operado. Foi uma estadia curta, entre 18 de Dezembro de 1884 e 8 de Fevereiro de 1885. Apenas o necessário para operar e recuperar a visão de um dos olhos.

Graças a contactos havidos em Lisboa, Silva Porto foi nomeado capitão-mor do Bié por portaria de 5 de Abril de 1885.

Tendo chegado ao Bié em fins de 1885, parte imediatamente para uma viagem de negócios, no princípio do ano seguinte, desta vez ao Calundo. Nos fins de 1887, desce ainda a Benguela.

Tinha então 70 anos, mas, segundo dizia, não era ainda a altura de abandonar o seu posto. Com uma remuneração de 100$000 réis mensais como capitão-mor, iria dedicar-se a proteger a educação e a missionação. À custa da sua magra bolsa, sustentava a escola, pagando o ordenado da professora, o material escolar, o vestuário e a alimentação dos alunos. A missão católica vivia praticamente à sombra protectora de Belmonte.

Silva Porto, em contacto regular com a Sociedade de Geografia e algumas personagens muito interessadas em África, como Pinheiro Chagas, Luciano Cordeiro, Serpa Pinto, era já uma figura nacional. A sua difícil situação económica, conhecida em Lisboa, impressionou amigos e admiradores. O assunto chegou aos jornais, e através da Sociedade de Geografia foi encaminhado para o governo.

Decidiu-se «aliviá-lo» nomeando um substituto para o cargo de capitão-mor, e continuando ele com as honras e o ordenado. Foi um duro golpe para o brio do velho sertanejo. A 5 de Março de 1889 entregava os poderes ao substituto, capitão Justino Teixeira da Silva.

Depois os acontecimentos precipitaram-se. Belmonte foi em grande parte consumida por um incêndio. A 29 de Janeiro de 1890 chegou ao Bié uma expedição militar, chefiada pelo capitão Paiva Couceiro, com destino ao Barotze. O soba do Bié não aceitou bem a presença de soldados no seu território. Houve intrigas, desentendimentos; Silva Porto esteve no meio como intermediário. A situação, muito tensa, tornou-se explosiva. Silva Porto suicidou-se na madrugada de 31 de Março. Não é aqui o lugar apropriado para fazer uma análise dos últimos meses de vida do sertanejo. Limitamo-nos, portanto, a assinalar os factos que estudaremos em trabalho à parte.

*

Silva Porto escreveu o seu diário com uma perspectiva diversa da maioria dos autores que escreveram sobre África no século XIX. Eram em geral cientistas, militares, delegados do governo com uma estada relativamente curta e uma perspectiva europeia. Obedeciam a instruções emanadas do governo ou respondiam a questionários elaborados por associações científicas. Pelo contrário, o sertanejo viveu e viajou durante cinquenta anos no interior de África, sem outras directivas que não fossem aquelas que ele próprio se impôs condicionado pela vivência africana e pela ligação à sociedade portuguesa.

Adquiriu, assim, uma perspectiva local, realista, demasiado imbricada no quotidiano, para se submeter a argumentos não decorrentes das situações concretas. O seu testemunho é o de

um observador participante que não só conheceu, meditou e se esforçou localmente, mas também preservou a faculdade de dialogar com a sociedade portuguesa. Viveu entre a sua própria experiência africana de adaptação para sobreviver, e a ligação à sociedade de origem, cuja aceitação desejava conservar.

A adaptação à África, o respeito das regras, o aproveitamento das experiências, a simpatia pela terra haviam sido a solução para uma coexistência prolongada. O contacto com a sociedade portuguesa, através dos periódicos, da correspondência e dos amigos, fora um esforço deliberado que se intensificou ao longo da vida.

É possível seguir o seu esforço de adaptação: primeiro o receio do desconhecido, depois o desagrado perante as imposições e hostilidades, mais tarde a adaptação vigilante e por fim a tentativa de assimilação, a fase da «civilização» do africano.

A correspondência meticulosamente copiada, a leitura dos jornais, cuja assinatura renovava pontualmente, as amizades cultivadas em Benguela e em Portugal foram os elos que sempre fortaleceu na tentativa de preservar a ligação às origens.

O ponto de encontro das duas vertentes constitui uma posição privilegiada para o observador participante que Silva Porto foi. O testemunho deste facto é o próprio diário escrito para o hipotético leitor europeu a quem oferecia toda a sua experiência africana.

A PRESENTE EDIÇÃO

O diário de Silva Porto esteve praticamente um século à espera de publicação. O «meu leitor», a quem se dirigia e para quem escrevia, era um seu contemporâneo do século

XIX, com a informação do seu tempo. O texto era-lhe directamente acessível, as notas do próprio autor constituiam explicações suficientes para uma fácil leitura.

A anotação crítica, agora elaborada, procura esclarecer factos e dar informações desconhecidas pelo leitor actual, e de que este precisa para uma correcta interpretação do texto.

No entanto, tratando-se de um manuscrito de grande extensão, que irá ser publicado em vários volumes, não parece suficiente a anotação. Torna-se necessária uma introdução que familiarize o leitor, não apenas com o texto, mas principalmente com «os tempos» em que foi escrito; e que passe, na medida do possível, do «tempo individual» de Silva Porto para o «tempo social» do comércio de longa distância que ligava o centro da África à economia mundial.

Na verdade, redigi esta introdução, em primeiro lugar, para me esclarecer a mim própria, como autora da biografia de Silva Porto que pretendo escrever.

Ao tentar compreender o homem, delineava-se uma figura solta, cujas atitudes, explicadas em parte por uma aura de herói, criada à sua volta, logo após a morte, continuavam para mim enigmáticas e isoladas.

Precisava rodear a figura e vê-la mover-se no seu meio; recriar o quotidiano banal, o que toda a gente sabia, o que era tão evidente que não necessitava ser explicado ou referido, e que, no entanto, constituia o envolvente para não dizer o contexto, palavra demasiado gasta para ter significado neste caso.

Era impossível compreender as angústias, os entusiasmos, as esperanças, a persistência, o retorno ao interior de África, a ânsia de regresso à primeira pátria, sem conhecer as engrenagens a que estava preso. A libertação espiritual e física, que sentia quando viajava pela África central, era a libertação de quê? A atracção-repulsão relativamente aos dois pólos que norteavam a sua vida eram cadenciadas por que razões?

Conhecia-lhe os sentimentos, os gostos, os hábitos, mas não sabia explicar como é que um homem considerado rico estava na miséria e ao mesmo tempo mantinha dois filhos a estudar em Lisboa, assinava jornais e encomendava aos seus credores latas de conservas e de chá.

Comecei então a tecer a teia em volta dele, a montar as estruturas sociais, económicas e políticas que em grande parte condicionavam o seu comportamento de patrão, comerciante, «morador» do Bié, cidadão português. Sem ter a pretensão de realizar um trabalho completo, indaguei quem e como evoluiu aquilo a que Silva Porto chamava a «segunda plêiade de sertanejos do Bié» e na qual se incluía. Reconstituí o funcionamento desse complexo comércio de longa distância que representava a principal ocupação do sertanejo. Fiz contas, mais ou menos completas, segundo os dados disponíveis. Avaliei em réis, não ignorando a necessidade de outros dados correctivos, o prestígio do comerciante, a pressão do credor, a viabilidade do regresso a Portugal, a alegada «miséria» no fim da vida.

Em segundo lugar, a introdução pretende ser um trabalho prévio facultado ao leitor que vai agora iniciar a leitura do diário. Perante as primeiras páginas preenchidas por narrativas de viagens, cheias de vida, pormenor e exactidão, o factual e o exótico não respondem a questões tão simples como estas: que vinha esta comitiva fazer do Bié a Benguela? Tratava-se de uma viagem frequente ou de um caso raro? Quem eram os «senhores sertanejos»? E os chefes daquela outra caravana que avançou até ao Barotze? Que relação ligava toda a multidão da caravana com o sertanejo que a comandava? Qual o papel dos Ovimbundo nesta complexa organização?

Silva Porto não conta ao leitor, porque eram temas de domínio público, tinham lenta evolução e pareciam imutáveis. Vem por vezes a fazê-lo mais tarde, quando recorda ou procura explicação para situações posteriores. Dá então a

conhecer situações antigas que o haviam pressionado muito, mas que só à distância consegue descrever.

É na década de 80 que dá mais esclarecimentos sobre o que, quarenta ou cinquenta anos antes, considerara elementos dados. Acontece isso com a importantíssima reconversão do comércio do Bié na década de 40, analisada repetidas vezes ao longo da sua obra, cada vez com mais argúcia e lucidez. Outro exemplo que pode dar-se, é o facto de, só muito tarde, Silva Porto pôr o seu leitor em contacto com o seu «armador» (firma de Benguela) e, no entanto, sem esse ponto de partida do circuito comercial nada se pode compreender.

Mas o mais importante é que o texto está aí, à mercê dos questionários que os historiadores africanos, ou não, pretendam fazer-lhe. Ele guarda em si um manancial incalculável de respostas para a História de África, tão escassa em fontes escritas. Desejo sinceramente que esta publicação possa ser um contributo, ainda que modesto, para tornar mais aliciante o trabalho do historiador da África.

AGRADECIMENTOS

Tratando-se de um trabalho que exigiu pesquisa em tão variados campos, desde a História à Botânica, passando pelas línguas africanas, tornou-se indispensável recorrer aos conhecimentos de vários especialistas, colegas e amigos, cujos nomes é de elementar justiça referir aqui, na sua maioria.

Em primeiro lugar desejo manifestar a minha gratidão amiga ao Sr. Prof. Doutor Luís de Albuquerque que, como Director do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, não só me incentivou a iniciar este trabalho, como esteve sempre disponível para, com o seu saber e experiência, dar a opinião ou o conselho solicitado.

Ao Sr. Doutor François Bontinck quero agradecer o estímulo e os contributos que há anos me vem dando, para que, das monografias sobre temas afins, passasse à publicação de um texto, cuja utilidade era já reconhecida por muitos historiadores de África.

Boa parte da documentação a publicar em apêndice documental deve-se à competência excepcionalmente atenta do bibliotecário da Sociedade de Geografia de Lisboa, Sr. Alexandre Marques Pereira que, tendo conhecimento das minhas pesquisas, teve a lembrança de abrir, perante os meus olhos extasiados, duas caixas de verdadeiros tesouros. Eram os rascunhos e a correspondência de Silva Porto. As cartas cintadas com nastros brancos, intactas como as deixara o seu destinatário, assim como a restante documentação, foram inventariadas pela Sr.ª Dr.ª Maria Cristina Gonçalves Neto, que gentilmente se dispôs a executar essa tarefa. Ao Sr. Padre António da Silva Rego a minha gratidão por ter determinado, como director da biblioteca, que se fizesse o inventário, possibilitando, assim, a selecção dos documentos a publicar neste primeiro volume, embora não se encontrem ainda catalogados.

Aos Senhores P.ᵉ Francisco Valente, Eng.ª Ofélia Madureira, Dr. António Barros Machado, Benjamim Pereira, Dr. Lino Silva, D. Fernanda Pinto Bastos e Dr. Eduardo Mendes agradeço a sua preciosa colaboração respectivamente como especialista de línguas africanas, geógrafa, biólogo, etnólogos e botânicos. Ao Sr. Prof. Doutor Ilídio do Amaral fico devendo a atenção com que se debruçou sobre questões várias que me ofereciam dúvidas.

O acesso à documentação da Biblioteca Pública Municipal do Porto, assim como a sua microfilmagem foram-me sempre facultados pela sua directora Sr.ª Dr.ª Fernanda de Brito e pelo Sr. Dr. Luís Cabral a quem agradeço o interesse com que, desde o princípio, têm acompanhado este trabalho. Também as fotografias da documentação existente no Arquivo

Histórico Ultramarino me foram generosamente oferecidas pela saudosa Sr.ª Dr.ª Rosalina Cunha, que há alguns anos se interessara pelo assunto.

Não quero deixar de lembrar aqui a ajuda do saudoso Dr. Carlos Lopes Cardoso, prematuramente desaparecido, que espontaneamente me emprestou o livro *Quarenta e Cinco Dias em Angola*, obra rara e muito útil. O desenho dos mapas pedagógicos fica-se devendo à Sr.ª D. Isabel de Carvalho.

Desejo igualmente salientar que todo o trabalho preparatório desta edição foi executado dentro das actividades do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, integrado no Instituto de Investigação Científica Tropical, cujo presidente, Sr. Prof. Doutor Joaquim Alberto da Cruz e Silva, conferiu a sua aprovação ao projecto e concedeu facilidades para a sua execução.

A publicação através da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra foi viabilizada pelo seu director, Sr. Prof. Doutor Luís de Albuquerque, a cujo empenho esta obra e a sua autora muito ficam devendo.

INTRODUÇÃO

(TRAJECTÓRIA DO COMÉRCIO DO BIÉ)

1 — O marfim e o comércio sertanejo do Bié (1845-1874)

1.1 — Antecedentes: comércio de longa distância e escravatura

Até meados do século XIX a África integrava-se no comércio internacional, através dos escravos que enviava para a América. Recebia manufacturas europeias, mas não dispunha de um produto de troca que pudesse interessar directamente a Europa. A contrapartida era feita indirectamente através de escravos que na América produziam géneros consumíveis pela Europa. Estabelecia-se assim uma economia atlântica triangular circulando em um único sentido: da Europa para a África e América (manufacturas), da África para a América (escravos), daqui de novo para a Europa (açúcar, algodão, etc.).

Em Angola a ligação da economia atlântica ao interior fazia-se através de vastas redes comerciais que, partindo do litoral (Luanda, Benguela, Ambriz), atingiam a periferia da penetração portuguesa apoiando-se em áreas intermediárias.

A acção dos entrepostos era tanto ou mais importante que a dos centros motores no litoral, para o recuo da zona periférica. Com efeito, as últimas ramificações africanas da rede internacional de comunicações foram mantidas e prolongadas a partir dos centros intermediários do interior. Um dos prin-

cipais entrepostos deste comércio de longa distância foi, a partir do final do século XVIII e até princípios do século XX, a região do Bié. Facultando um fácil acesso a Benguela e Luanda e constituindo uma excelente base para chegar aos mercados da África Central, foi considerada «a chave do comércio central»(1), dilatando continuamente a chamada «fronteira luso-africana»(2).

1.1.1 — *No Bié — os sertanejos*

A formação da base social deste comércio de longa distância, com centro no reino umbundo(3) do Bié (planalto central de Angola), começou após a criação daquela capitania-mor em 1769(4), quando ali se fixaram sertanejos brancos, negros e mestiços dedicados ao comércio de escravos. A fundação da povoação de Amarante perto de Ecovongo (côrte do Bié) e a nomeação de uma autoridade portuguesa junto do soba contribuiram para atrair alguns desertores e foragidos que andavam por aqueles sertões fora da lei(5).

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, pp. 194-195. 21 de Agosto de 1888.

(2) O conceito de «fronteira luso-africana» foi exemplarmente desenvolvido por Jean-Luc Vellut, «Notes sur le Lunda et la Frontière Luso-Africaine (1700-1900)», *Études d'Histoire Africaine*, Université Nationale du Zaire, III, 1972.

(3) Adjectivo e língua, umbundo. Substantivo singular, ocimbundo; substantivo plural, ovimbundo.

(4) D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho criou as capitanias-mores do Bié e Bailundo (1769) aí fundando respectivamente as povoações de Amarante e Nova Golegã. Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola — Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, vol. 1.º, Lisboa, 1940, docs. 3 e 4.

(5) Idem, *ibidem*. O governador dá conta da pronta apresentação de grande número de desertores. Ralph Delgado, *Ao sul do Cuanza*, 1.º vol., Lisboa, 1942, p. 335.

O primeiro capitão-mor do Bié foi Joaquim José Rodrigues, nomeado c. 1770 com a finalidade de dominar «a desordem entre os negociantes, que havia naquele Sertão». Competia-lhe decidir sobre estas desavenças assim como inventariar os bens daqueles que faleciam e remetê-los a Luanda(1).

Nestes primeiros tempos, as autoridades do sertão de Benguela, ou Nano, habitado pelos Ovimbundo, tinham meios muito limitados. Basta dizer que em 1798 o capitão-mor do Bié não dispunha de qualquer força militar. Aliás, em todo aquele sertão existiam apenas dois presídios (Caconda-a-Nova, fundada em 1769, e Quilengues) vivendo os comerciantes, «moradores» quer nas suas vizinhanças quer dispersos pelos reinos umbundo de Galangue, Bailundo e Bié(2), mas sempre em muito menos segurança do que no sertão de Luanda(3). Verificava-se, apesar disso, uma relativa aceitação por parte dos Ovimbundo da presença dos portugueses, resultante da campanha militar movida contra os seus reinos em 1773-75. Bienos e Bailundos, mais que os pequenos reinos do sul, mostravam reconhecer as vantagens de negociar com os comerciantes «brancos» de preferência a atacar os seus estabelecimentos(4).

Terá sido durante o mandato do capitão-mor do Bié, António Francisco da Conceição Matos, depois de 1791, e

---

(1) Francisco de Salles Ferreira, «Memória sobre o Presídio de Pungo-Andongo», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n.º 4, 6.ª sér., p. 118.

(2) Jean-Luc Vellut, «Notes sur le Lunda et la Frontière Luso-Africaine (1700-1900)», *Études d'Histoire Africaine*, Université Nationale du Zaire, III, 1972, p. 97.

(3) O próprio governador geral se interroga sobre a «existência real ou proveito» daquela capitania. Carta do governador de Angola de 30 de Abril de 1778. *Arquivos de Angola*, vol. 1.º, n.ºs 5 e 6, Março de 1939. Ofício do governador de Angola de 24 de Dezembro de 1778, *Arquivos de Angola*, 2.º, n.ºs 13 a 15, Outubro a Dezembro de 1936.

(4) Gladwyn Murray Childs, *Umbundu Kinship and Character*, Londres, 1949, p. 197.

nos princípios do século XIX, que se estabeleceram condições capazes de atrair maior número de sertanejos àquele reino e se impulsionou a expansão da rede comercial em direcção ao Centro(1).

Conceição Matos, natural do Brasil, província da Baía, fixou residência em Amarante, onde constituiu família, ali deixando prole numerosa. Pela carta patente de 11 de Maio de 1791 era-lhe expressamente recomendado que protegesse o comércio, a agricultura e a indústria, e atraísse súbditos portugueses que o auxiliassem a dilatar os domínios portugueses por aqueles meios pacíficos(2). Além disso, competia ao capitão-mor impôr a ordem junto dos súbditos, portugueses e, em conjunto com o soba, exercer a justiça fazendo executar as leis portuguesas nos litígios que lhes dissessem respeito assim como facilitar o acesso comercial ao interior.

Mais tarde (depois de 1798), a capitania-mor foi dotada de duas companhias de milícias e outras duas de ordenanças(3) tendo a força militar permanecido até à década de trinta. Fixou-se então ali grande número de comerciantes a que Silva Porto viria a designar por «primeira plêiade de sertanejos do Bié». Chegaram a habitar, dispersos pela região, mais de duzentos sertanejos cujo comércio se estendia ao Lovale e à Lunda(4). Tinham como ponto de reunião uma feira em Ama-

---

(1) A primeira viagem de que temos conhecimento certo é a de Alexandre da Silva Teixeira ao Alto Cassai (1794), «Relatório Que Fiz Desta Cidade de Benguella...», *Arquivos de Angola*, Luanda, vol. 1.º, n.º 4, Nov., 1935, doc. X.

(2) António F. F. da Silva Porto, *Silva Porto e Livingstone*, Lisboa, 1890, pp. 55-67.

(3) J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Statística das Possessões Portuguesas*, vol. 3.º, Lisboa, 1846, p. 53.

(4) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12, pp. 194-195. 21 de Agosto de 1888. Em 1800 o Lovale era o ponto mais afastado frequentado pelo comércio sertanejo. «Memória de F. C. Brant Pontes (1800)»,

rante, junto à povoação do capitão-mor. Aí fundaram uma igreja e uma escola, sustentando padres para ensinarem a religião e as primeiras letras. O chefe da missão, um barbadinho italiano, baptizava sertanejos europeus, brasileiros e africanos e também grande número de bienos(1).

Rodrigues Graça, que estacionou no Bié em 1846, fala-nos desses «moradores»: (...) «no tempo do lícito tráfico da escravatura aqui se havia estabelecido uma feira, de Benguela e Luanda vinham grandes carregações de fazendas para serem permutadas em cera, marfim e escravos e pela grande frequência do seu comércio nela fizeram grandes feitorias, para esta emigraram das duas praças imensas famílias, não só oriundas do reino como dos presídios e distritos achando-se na mesma uma autoridade portuguesa (. . .) com o título de capitão-mor»(2).

Havia uma grande diversidade de origem, raça e situação económica entre estes comerciantes. Brancos, negros e mestiços eles tinham vindo desde Portugal continental, os Açores e o Brasil até Pungo Andongo, Ambaca e Caconda. A variedade de tipos existentes entre os comerciantes está bem expressa no sentido lato que a palavra «branco» adquiriu no sertão: «em geral por estas paragens dão o nome de brancos a todas aquelas pessoas que vestem calças sem excepção de côr e menos de condição, é bastante para isso possuir alguma fazenda»(3). Digamos que à heterogeneidade do grupo se

---

Arquivos de Angola, Luanda, vol. 1.º, n.º 1, Out. 1933, docs. XVII e XVIII. A Lunda seria atingida pelos pombeiros de F. Honorato da Costa em 1806. «Explorações dos Portugueses no Interior d'África Meridional — Documentos Relativos à Viagem de Angola para os Rios de Sena», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, parte não oficial, Lisboa, 3.ª sér., 1843, p. 189.

(1) A. F. F. da Silva Porto, *Silva Porto e Livingstone*, p. 12.

(2) Joaquim Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9.ª sér., n.os 8 e 9, Lisboa, 1890, p. 395.

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 36. 7 de Março de 1847.

sobrepunha a sua função de agentes comerciais que ligavam o sertão ao litoral.

Desertores, foragidos à justiça, ou simples aventureiros, todos de uma maneira geral, procuravam na extensão das terras do interior a imunidade em relação às regras da sociedade europeia ou apenas uma melhoria de situação económica. Quer as autoridades alfandegárias quer as casas comerciais precisavam que a justiça não pusesse entraves ao contacto destes homens com o litoral e assim acontecia.

Em compensação os sertanejos precisavam estabelecer uma outra relação de convivência com a sociedade que os recebia, dada a fraca protecção que podiam esperar das autoridades do sertão. Pela sua parte eles ofereciam ao soba do Bié e à população em geral a vantagem de fazerem circular o seu crédito até àquele território e de aí criarem um entreposto comercial. Conferiam assim ao Bié o carácter de um centro motor secundário do comércio de longa distância que ligava o mercado de venda (Luanda e Benguela) ao mercado de compra (alargado ao Lovale, à Lunda e às vertentes do Cuango). Em casos pontuais chegaram a dar apoio militar ao soba, como na invasão do Bié pela guerra do Bailundo em 1823(1).

O soba do Bié acolhia, por seu lado, os sertanejos numa terra apenas ligada à soberania portuguesa por débeis laços administrativos. Oferecia-lhes uma excelente base, geograficamente bem situada quer em relação ao mercado de venda quer ao mercado de compra; o seu território estava cortado por grandes rotas comerciais e dele irradiavam rios em todas as direcções. Punha-lhes à disposição colaboradores qualificados para o comércio de longa distância; sob o ponto de vista étnico, ali se tinham misturado vários grupos (Ganguelas, Humbes, Imbangalas, Ovimbundo); tudo parece indicar que

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 99. [1869].

já antes do final do século XVIII o negócio se estava a tornar a sua principal actividade(1). Apresentava-se como defensor dos comerciantes contra as exigências menos justas dos Ovimbundo; o rei com o capitão-mor ou sozinho era o verdadeiro juiz que controlava as relações entre os «moradores» e os «filhos do país». Ele próprio se tornaria um comerciante de algum cabedal com interesses semelhantes aos dos «moradores».

Os sertanejos eram como que concessionários do entreposto, dispunham de colaboradores e gozavam de relativa protecção da autoridade local. De qualquer modo, cada um procurava individualmente assegurar a sua defesa construindo uma *libata*, espécie de povoação fortificada circundada de pau-a-pique, onde se agregavam à sua volta escravos e homens livres. Aí, rodeados pelos *quimbares*(2), eles formavam grupos auto-suficientes para um comércio baseado no transporte humano adquirindo certa independência relativamente ao poder local e ao próprio capitão-mor.

O preço da posição de privilégio e da protecção recebida no Bié parece não ter sido demasiado elevado para esta geração de sertanejos. Efectivamente, comparado com o período que se seguiu, «o seu tempo era de rosas sem espinhos»(3). A presença de uma força militar, as características do transporte dos escravos, e a dependência das populações do Bié para se abastecerem de mercadorias europeias a que estavam habituadas, foram algumas das razões que lhes facilitaram a vida.

---

(1) G. M. Childs, *Umbundu Kinship and Character*, p. 198.

(2) «Quimbares é o nome comummente empregado pelos quimbundos para designar os escravos pertencentes aos brancos, no entanto, aqui dá-se indistintamente o nome de quimbares à gente que sai do Bié.» B. P. M. P. *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.°, p. 571. 11 de Março de 1866.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.°, p. 195. 21 de Agosto de 1888.

Para além da protecção judicial, o capitão-mor devia apoiar os interesses económicos dos sertanejos, na medida em que coincidissem com os interesses da fazenda pública. Fazia-o no entanto de maneira mais frouxa do que na linha comercial do Cuanza. Contrariamente ao que ali se passava, o fornecimento de carregadores no Bié nem sempre era facultado pela interferência do capitão-mor junto do soba. Em 1802, temos conhecimento de que «em Benguela costumam os feirantes ajustar-se com os carregadores, ou com os sobas, e não recorrem para obter os ditos carregadores, aos capitães mores ou regentes (. . .)»(1). Tal desvantagem não era, porém, demasiado pesada, visto o comércio de escravos não exigir a participação de carregadores nas viagens do interior para o litoral. O escravo era, como dizia Silva Porto, uma carga movente que não precisava carregador e até podia exercer essas funções(2). Além disso, boa parte do mercado de compra encontrava-se ainda próximo, nos territórios dos Ovimbundo e no Lovale.

A estas circunstâncias teremos de juntar outra não menos importante. O movimento do Bié como entreposto de um comércio de longa distância dependia fundamentalmente da iniciativa sertaneja. Neste aspecto o soba, os magnates e a população em geral necessitavam da presença dos sertanejos. «Os Bienos (. . .) só com os sertanejos se animavam de seguir onde por ventura os chamavam os seus interesses, por isso o comércio estava concentrado nas suas mãos (. . .)(3). Não

---

(1) D. Miguel António de Melo — «Relatório do governo de (. . .). Angola no começo do Século, 1802», *B. S. G. L.*, 5.ª sér., p. 551.

(2) É o caso do transporte da cera e do marfim pelas caravanas de escravos destinados a serem vendidos no litoral.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, p. 50. 9 de Outubro de 1887.

deve deduzir-se daqui a inexistência de comerciantes Ovimbundo. O que sucedia era que eles dependiam da iniciativa dos sertanejos integrando-se no circuito comercial que estes punham a funcionar.

Segundo conta Silva Porto, cerca de 1830, uma parte considerável ou mesmo a totalidade dos sertanejos abandonaram o Bié em virtude de lhe terem sido criadas situações de insegurança pelo soba então reinante, Basso-Gaba. O chamado «abandono» ter-se-á prolongado por toda a década de 30 ou apenas até 38, mas o certo é que durante um período, maior ou menor, as comunicações com o litoral terão ficado interrompidas ou muito reduzidas. O resultado fora o desaparecimento dos tecidos europeus e o regresso das populações «ao vestuário de peles e entrecasca de arvoredo» produzido pelo artesanato local(1). Terá sido o próprio soba sucessor, Bandua (1833-1839) que, reconhecendo o erro das medidas tomadas contra os sertanejos, terá mandado escrever para Luanda, solicitando o regresso dos comerciantes. É bem provável que o afastamento dos «moradores» tenha estimulado a organização de caravanas reais, as *macas*(2). Na verdade, este soba encetou relações comerciais com a conhecida casa de D. Ana Joaquina dos Santos, de Luanda, tendo armazenado grande porção de fazendas. As negociações foram porém interrompidas pelo seu sucessor que, além de não pagar as dívidas, era de

---

(1) Silva Porto não se mostra muito seguro ao datar o «abandono» e a sua duração. Uma vez diz que durou desde 1830 «aturando até 1840 — período calamitoso de dez anos (...)». Ibidem, *idem*, pp. 49-50. 9 de Outubro de 1887. Noutra ocasião refere que entre 1830 e 1833 se tinha verificado a retirada dos sertanejos europeus. Ibidem, *idem*, vol. 1.º, pp. 43-44. 7 de Março de 1847.

(2) Sobre as *macas* ver Douglas C. Wheeler e C. Diane Christensen, «To Rise With one Mind: The Bailundo war of 1902», *Social Change in Angola*, Munich, 1973.

opinião de que os sobas não deviam negociar(1). O exemplo foi seguido pelos comerciantes mais modestos que integravam as caravanas reais. Assim, em 1846, Rodrigues Graça, sócio de D. Ana, foi encarregado de interferir junto do soba do Bié para que os seus «filhos» pagassem o que deviam aos comerciantes de Luanda(2).

Rodrigues Graça data o «abandono» de alguns anos mais tarde identificando-o com a recessão que a extinção do tráfico de escravatura terá provocado na economia da colónia. Razão aliás pouco convincente dada a prosperidade de que a escravatura continuou a gozar. Em consequência do decreto de 1836 os negociantes de Benguela e Luanda «ordenaram a seus aviados para que ultimassem suas negociações, e findas, se recolhessem a prestar contas a seus armadores»(3). Também o cargo de capitão-mor fora extinto e a força militar retirada. Apenas ficaram os súbditos portugueses empregados dos antigos negociantes e os seus descendentes(4).

De qualquer modo, quer o «abandono» tenha sucedido por 1830 quer alguns anos mais tarde, a verdade é que se tratou de uma medida colectiva e brusca trazendo graves consequências para o entreposto comercial e para o grupo social que lhe estava ligado.

Apesar de por volta de 1840 se ter verificado o regresso de alguns velhos sertanejos e a chegada de novos comerciantes, aquele centro manteve-se em profunda decadência, pelo menos até 1846. Tanto Silva Porto, que chegou em 1840 para ficar, como Rodrigues Graça, que ali permaneceu entre 1843 e 1846, põem em evidência a mesma imagem de recessão,

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, pp. 100-101. [1869].

(2) Joaquim Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», p. 396.

(3) Idem, *Ibidem*, p. 384.

(4) Idem, *ibidem*.

procurando o último chamar a atenção do governador geral para a necessidade de lhe pôr cobro.

Silva Porto apenas conheceu seis dos antigos sertanejos. O mais velho dos quais, António Pacheco Osório, octogenário açoriano, natural da ilha de S. Miguel, estabeleceu simbolicamente o elo de ligação entre os antigos e os novos sertanejos, dando o célebre nome de Belmonte à povoação do jovem portuense que acabava de chegar(1). Os vestígios da «primeira pleiade» reduziam-se a algumas famílias mestiças, libatas solidamente construídas a resistirem ainda à voragem, algumas árvores de fruto europeias transplantadas por saudosistas, agora a definharem avassaladas pela vegetação local.

Extinto o cargo de capitão-mor, após a morte de Conceição Matos em 1813, sucederam-se na chefia de província, Manuel José de São Pedro, António de Moura Soares de Andrade e João Nepomuceno Correia, cujos mandatos, em vez de regularem as relações entre os sertanejos, provocaram, pelo contrário, desordens entre eles(2). Acabaria por ser nomeado, em 1838, o comandante de segunda linha *Major* Francisco José Coimbra, um mestiço goês, natural de Caconda, abastado de bens, alto e reforçado de corpo, que por tradição continuou a usar o título de capitão-mor até à sua morte em 1869(3). Não dispondo de qualquer força militar e pouco inclinado a respeitar

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, p. 195. 21 de Agosto de 1888. Manuel de Jesus da Silva Silveira, rico sertanejo natural do país, falecido em 1845, foi um dos sobreviventes que ainda conviveu com Silva Porto no Bié. Ibidem, *idem*, vol. 1.º, p. 5. 17 de Março de 1847.

(2) Ralf Delgado, *Ao Sul do Cuanza*, vol. 1.º, p. 341.

(3) J. Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», p. 384. O Major Coimbra foi nomeado pelo governador Manuel Bernardo Vidal. Francisco de Salles Ferreira, «Memória sobre o Presídio de Pungo-Andongo», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, Lisboa n.º 4, 6.ª sér., 1846, p. 118.

os rigores da lei, o *Major* Coimbra não impunha respeito, nem ao soba nem aos sertanejos(1). Tinha ele por obrigação decidir em conjunto com o soba os casos litigiosos dos portugueses, tomar conta dos bens dos falecidos, inventariá-los e remetê-los ao chefe de Pungo Andongo, que por sua vez os devia fazer chegar a Luanda. Mas a verdade é que não tinha poderes para se impor na execução da justiça. Quanto aos espólios dos falecidos, o soba tinha direito a uma parte, o capitão-mor instituia-se ele próprio herdeiro de outra parte, a população apoderava-se do restante e a família acabava reduzida à miséria(2).

O *Major* Coimbra, como outros «regentes» do sertão, não podendo impor-se pela força, mostrava-se conciliatório para com o poder local. Era essa aliás a única atitude possível quer por parte da autoridade quer dos comerciantes sem protecção de milícias ou da artilharia de um forte, em todo o território do Bié(3).

Os descendentes dos portugueses viviam «ao desamparo, vestidos à moda gentílica, sujeitos a serem vendidos, como têm sido a maior parte d'elles pelo gentio (...)»(4). Por seu lado, os comerciantes eram agora «maltratados pelo gentio, perdendo suas carregações (. . .)». O próprio Silva Porto fora vítima de um ataque «à viva força» na sua libata de Belmonte, ficando gravemente ferido(5). Além disso a execução da justiça

---

(1) «Autoridade do Capitão-Mor, e mais tarde Major e Chefe (. . .) não sendo apoiada pela força, desapareceu inteiramente o seu prestígio.» S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Apontamentos para a Minha Última Viagem*, 5.º caderno, p. 16. 31 de Agosto de 1884. Foram estes os únicos cadernos de rascunho do diário que não foram passados a limpo.

(2) J. Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», p. 398.

(3) René Pélissier, *Les Guerres Grises. Résistence et Révoltes en Angola (1845-1941)*, Orgeval (France), 1977, pp. 30-31 e 55.

(4) J. Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», p. 395.

(5) Idem, *ibidem*, pp. 396-397.

estava nas mãos do soba «sujeitando-se [os sertanejos] a que as suas questões [fossem] decididas pelas leis gentílicas»(1).

Foi nesta situação de dependência que Rodrigues Graça encontrou em 1846 os «filhos naturais dos portugueses que emigraram das duas praças de Benguela e Luanda, bem como de outros presídios e distritos, além de negociantes volantes que na mesma [província do Bié] se acham estabelecidos (. . .)»(2).

Com alguma dificuldade, dada a dispersão das residências e o desinteresse do capitão-mor em colaborar, Rodrigues Graça conseguiu elaborar uma lista de 100 «súbditos portugueses». A maioria deles vamos perdê-los de vista ao longo deste trabalho ou porque morreram ou porque a sua situação económica os lançou no anonimato, mas nem por isso deixaremos de assinalar aqueles cuja trajectória vamos poder seguir, aqui e além, durante as décadas seguintes. Na verdade este grupo social constitui a base em que se vieram integrar os sertanejos chegados durante a década de 40 e aos quais Silva Porto chamaria «a segunda pleiade dos sertanejos do Bié».

Mais de metade (54) dos 100 «moradores» eram negros, seguem-se os mestiços em número de 40, contando-se apenas 6 brancos. As origens por ordem decrescente de importância são: Bié (52), Ambaca (16), Golungo Alto (11), Luanda (7), Portugal e Madeira (6), Pungo Andongo (5), Caconda (3). Três quartos (76) destes «moradores» eram designados por comerciantes sendo o outro quarto preenchido por auxiliares (caixeiros e agências). Não podemos no entanto considerar na totalidade os 76 negociantes como intermediários responsáveis por todo o ciclo comercial entre o mercado de venda e o vastíssimo mercado de compra. Alguns destes indivíduos, de menos

---

(1) Idem, *ibidem*, p. 401.
(2) Idem, *ibidem*, p. 399.

posses, transaccionavam o seu próprio pecúlio, é certo, mas dependiam das iniciativas tomadas pelos sertanejos de maior capacidade e funcionavam paralelamente como seus colaboradores, como veremos através de alguns exemplos apontados. Além de usarem nomes portugueses e serem baptizados, muitos deles sabiam ler e escrever e observavam algumas regras da sociedade portuguesa, pelo menos no aspecto formal. Os próprios comerciantes de Pungo Andongo e Ambaca se ocupavam gratuitamente do ensino das primeiras letras e do português, não só entre os descendentes de portugueses, mas também entre os africanos(1).

Mais do que qualquer argumento de Rodrigues Graça, a existência destas 100 famílias podia comprovar às autoridades da colónia a importância de um grupo social, na sua maioria em segunda geração, recebendo, ainda que debilmente, a influência da sociedade portuguesa e completamente desprezado por ela.

Comecemos pelo caso das duas famílias dos capitães-mores do Bié, António Francisco da Conceição Matos e Francisco José Coimbra.

Os irmãos Conceição Matos, todos nascidos no Bié em princípios do século e todos eles comerciantes, constituem o melhor exemplo de família sertaneja que manteve a continuidade entre a antiga geração de seu pai, já desaparecido, e a nova geração que foi chegando na década de 40. Dos 8 filhos varões do velho capitão-mor são referenciados por Rodrigues Graça em 1846 os seguintes nomes: Francisco da Conceição Matos (filho 2.º), João da Conceição Matos (filho 3.º), Tibúrcio Francisco da Conceição Matos (filho 4.º)(2), Jeronymo da

---

(1) Em 1840, Silva Porto encontrou no Bié vários destes comerciantes professores conhecidos por «ambaquistas» no sertão.

(2) A ordem de nascimento e a história da família não são referidas por Rodrigues Graça, mas sim por Silva Porto em várias alusões ao longo

Conceição Matos, Thomé Francisco da Conceição Matos, Miguel da Conceição Matos. O filho mais velho, Bento Francisco da Conceição Matos falecera em 1840 no caminho de Luanda. Sucedera ao pai como o verdadeiro patriarca da família dirigindo os negócios e impondo a sua autoridade não só pelo facto de ser o primogénito, mas pelos dotes intelectuais que possuia desenvolvidos pelos estudos, feitos talvez em Portugal. Por sua decisão, procedera-se à transferência da residência para as margens do Cuito, em cuja vizinhança Silva Porto viria a construir a libata de Belmonte. A partir da sua morte o desentendimento instalara-se entre os irmãos vindo a reflectir-se nas finanças da família. Havia ainda duas irmãs mulatas muito claras. Uma delas, D. Josefa da Conceição Matos, estava casada com José Pedro da Silva também natural do Bié e mestiço (consta da lista de Rodrigues Graça). Trata-se portanto de um casal que representa a segunda geração deste grupo social dedicado ao comércio de longa distância e através dele recebendo a influência portuguesa.

Foi a caravana dos Conceição Matos que em Luanda atraiu a atenção do jovem sedento de aventura que era então Silva Porto. Foi integrado nessa caravana que fez a viagem até ao Bié. Os filhos do capitão-mor foram seus hospedeiros, seus mestres e abriram-lhe o seio da família tornando-o um dos seus membros. A decadência económica iniciada após a morte do primogénito, ainda que lenta, não se deteve. Nem por isso vamos perder de vista este caso exemplar.

A família do *Major* Francisco José Coimbra é bastante mais jovem, visto que o seu chefe se manteve à testa dos negócios até 1869(1). Trata-se de mais um exemplo de continuidade, mas, contrariamente ao «clã» Conceição Matos,

---

do seu diário, designadamente em B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.°, pp. 128-129. 17 de Janeiro de 1861.

(1) Francisco José Coimbra faleceu a 29 de Junho de 1869.

consegue atravessar ilesa o período de recessão e acompanhar a recuperação que se há-de verificar nos últimos anos da década de 40, ombreando com os novos sertanejos. Os filhos, Luís José Coimbra, Simão José Coimbra, Manuel José Coimbra e Lucas José Coimbra deviam ser ainda muito jovens, mas foram já referenciados como comerciantes em 1846. Este último foi talvez o que maior actividade desenvolveu, se bem que o seu comportamento tenha recebido sérias críticas, quer da parte dos outros sertanejos quer do soba. Temos ainda Tibério José Coimbra, comerciante tal como o irmão, a cuja mesa Serpa Pinto havia de se sentar 30 anos mais tarde.

António Luís de Sousa e Castro, comerciante, mestiço, natural de Luanda, é talvez um sobrevivente da antiga geração. Silva Porto refere-se-lhe em 1845 com o respeito devido por um jovem principiante a um profissional experiente(1). Era um homem de iniciativa, daqueles que concentravam nas suas mãos o movimento comercial do Bié. O seu nome não volta a aparecer, o que nos leva a acreditar que terá falecido pouco depois.

José Ferreira da Rosa, negociante, mestiço, natural de Galangue, é outro sertanejo da antiga geração que já residia no Bié em 1833(2). Também a este perdemos o rasto, certamente por ter falecido.

O grupo de sertanejos que vai relançar o comércio do Bié estava ainda começando a formar-se. Além da família Coimbra, sempre considerada pouco solidária com os interesses do novo grupo, encontramos presentes em 1846 apenas 18 nomes, nem todos de grande relevo.

Luís Albino Rodrigues, branco, natural da ilha da Madeira, ainda muito jovem, era então caixeiro e viria a ser dentro em pouco uma das figuras mais activas do meio.

---

(1) S. G. L., *Memorial de Mucanos*, Res. Pasta E, n.º 2, p. 5. 12 de Março de 1845.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 183. 15 de Junho de 1861.

Manuel Monteiro da Fonseca, natural de Ambaca, negro, era um negociante de algumas posses. Em 1840 ele já negociava com a praça de Luanda «sempre com grandes facturas de fazendas»(1). No entanto, não se tratava de um homem da geração anterior visto que o vamos ter no Bié até 1 de Fevereiro de 1883, data da sua morte. Este ambaquista sabia escrever. Havemos de o encontrar a colaborar com Silva Porto em 1847 na abertura de uma nova área para o comércio e escrevendo, a pedido deste, um diário de viagem.

António Gonçalves Raposo, mestiço, natural de Luanda, de 26 anos, referenciado por Rodrigues Graça como comerciante, tinha posses limitadas. Na verdade, ele era caixeiro de Silva Porto pelo menos desde 1844(2) e viveria sempre ligado economicamente a ele. Nos últimos anos de vida, já na década de 80, subsistia de dádivas que o sertanejo lhe fazia discretamente e ele agradecia em cartas repassadas de gratidão(3). Também ele sabia escrever e fazia-o com alguma correcção.

Jorge José da Mota, mestiço, natural do Bié, também referenciado como comerciante, foi empregado de Silva Porto pelo menos numa viagem em 1852(4).

Manuel João da Silva, mais conhecido por João da Silva, negro, natural do Golungo Alto, comerciante. Fora escravo

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 7, p. 38. 1 de Fevereiro de 1883.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 183 e S. G. L., *Memorial de Mucanos*, p. 4. 17 de Dezembro de 1844.

(3) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, Pasta 15, Cartas de António Gonçalves Raposo a Silva Porto. 4 de Setembro de 1888. Ver Apêndice Documental.

(4) Em 1863 Silva Porto paga multas originadas por ele, mas, dada a morosidade da justiça local, não se pode concluir que nesse ano ele ainda fosse seu empregado. S. G. L., *Memorial de Mucanos*, p. 53. 26 e 29 de Outubro de 1863.

de Silva Porto, mas vivia agora junto do patrão como homem livre. Ele iria ser o fiel colaborador em quem Silva Porto depositava toda a confiança. Sendo sempre um empregado, pode dizer-se que fazia parte do grupo de sertanejos pela noção de responsabilidade, capacidade de iniciativa e método no negócio que lhe permitiu juntar um pecúlio fora do comum.

Pode ainda ser referida a presença de mais onze sertanejos cujos *curricula* são provavelmente semelhantes aos de António Gonçalves Raposo ou Jorge José da Mota. São eles: Manuel Domingues, preto, natural de Luanda, negociante; Manuel Solteiro da Silva, pardo, natural do Bié, negociante; José Vaz Pereira dos Santos, preto, natural do Bié, negociante; Joaquim das Chagas Veiga, pardo, natural de Pungo-Andongo, negociante; Francisco José da Mota, pardo, natural do Bié, negociante (irmão de Jorge José da Mota?); Mateus Chaves Benedito, preto, natural do Bié, caixeiro; Pedro Francisco Jerónimo, preto, natural de Ambaca, negociante; Manuel Francisco Jerónimo, preto, natural de Ambaca, negociante; Francisco Monteiro da Fonseca, preto, natural do Bié, negociante; José Mendes Fernandes, preto, natural de Golungo Alto; Thomaz Fernandes, do Porto Ribeiro, preto, natural de Caconda, caixeiro. Tal como aqueles empregados de Silva Porto, estes onze homens fazem parte do grupo de sertanejos mais activos do Bié que em 1850 subscreveu uma petição ao governador de Angola(1). A partir daí a sua actividade não nos é perceptível nas nossas fontes, o que não quer dizer que não tenha continuado. Por isso são aqui assinalados.

E, finalmente, os dois grandes sertanejos Guilherme José Gonçalves e António Francisco Ferreira da Silva Porto que

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, pp. 207-210. 20 de Julho de 1850. A referência à cor de cada sertanejo não era feito na petição nem em qualquer texto de Silva Porto. Apenas Rodrigues Graça anota esse dado, que de outro modo nos escaparia totalmente.

constituiram o núcleo da nova «pleiade» e procuraram impor um exemplo nem sempre seguido. Honestidade incontestada, respeitabilidade junto da população, aptidão comercial, crédito no litoral são os traços comuns que lhes foram atribuídos pelos visitantes que os conheceram ou deles ouviram falar desde Rodrigues Graça (1843-46) a Serpa Pinto (1878) e Paiva Couceiro (1890).

Guilherme José Gonçalves era natural de Lisboa. Dez anos mais velho que Silva Porto, tinha chegado ao Bié pouco antes de 1840. Vamos segui-lo de perto, nas suas viagens, nos seus lazeres, nos seus projectos, e até mesmo através dos seus descendentes.

Silva Porto é o fio condutor. O sertanejo sem mais adjectivos cuja imagem ultrapassou os próprios centros comerciais da colónia e chegou aos centros políticos e culturais da «metrópole» e da Europa.

Em carta ao governador de Angola de 1 de Março de 1846, Rodrigues Graça classificava estes dois sertanejos como homens «de reconhecida capacidade, e que os povos têm em muita consideração». A intenção de Rodrigues Graça, depois de devidamente autorizado por eles, era propô-los respectivamente para capitão e segundo capitão de uma companhia de voluntários que apoiasse Francisco José Coimbra, como chefe da província, fazendo-o respeitar não só pelos súbditos portugueses, mas igualmente pelo soba e população em geral(1).

A proposta não obteve a concordância do governador, mas a ideia ficou a germinar entre os sertanejos para futuras tentativas de melhorar as condições no entreposto. Por agora é na ligação ao mercado de venda que se estão a operar algumas modificações.

---

(1) J. Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», pp. 401-402.

4a

1.1.2 — *No litoral — os armadores*

Quando em 1839 Silva Porto chegou a Angola, o entreposto do Bié achava-se integrado na rede comercial de Luanda. Esta linha penetrava o sertão através dos presídios do Cuanza até à feira de Cassange e, ramificando-se transversalmente a partir de Pungo Andongo para o Sul, chegava ao Bié. O principal objectivo do comércio de longa distância continuava a ser a obtenção de escravos para lançar no mercado internacional. O decreto de 10 de Dezembro de 1836, proibindo a exportação de escravos a partir das colónias portuguesas, encontrava fortíssimas resistências locais. Os governadores não tinham logrado pôr em prática nem o decreto nem as instruções rigorosas que se lhe seguiram no sentido de reprimir o tráfico e fomentar outras produções.

A maior dificuldade em fazer cumprir a lei estava nos grandes lucros facultados pela escravatura que tornavam desinteressante qualquer outro negócio. Os produtos naturais, tais como a cera e o marfim, chegavam ao litoral em grandes quantidades trazidos pelos africanos(1); os sertanejos, porém, desprezavam tal negócio pelo lucro insignificante que deixava(2).

Por esta época existiam 33 casas comerciais em Luanda que vendiam por atacado representando quase 50% das lojas de fazendas de todas as espécies da cidade(3). Tal percentagem relaciona-se, sem dúvida, com a intensidade do comércio de longa distância que no sertão transaccionava as mercadorias europeias pelos produtos coloniais.

As firmas comerciais utilizavam dois meios para fazer chegar as mercadorias de troca ao mercado de compra. Esta-

---

(1) George Tams, *Visita ás Possessões Portuguezas na Costa Occidental d'Africa*, vol. 1.º, Porto, 1850, p. 216-217 e vol. 2.º, pp. 89 e 90.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 60. 14 de Abril de 1885.

(3) *Boletim Oficial de Angola*, n.º 47, Agosto de 1846, s. numeração.

beleciam sócios correspondentes nos presídios do interior com quem contactavam regularmente através dos seus caixeiros (linha do Cuanza); ou funcionavam como «armadores» ou «aviantes» entregando certa quantidade de fazendas (factura) à consignação aos chamados «aviados» com funções de corretores(1). Entram nesta segunda solução os sertanejos do Bié. Ainda que alguns destes fossem considerados comerciantes abastados no seu meio e na prática se libertassem da condição de «aviados», era este o estatuto que o «armador» no litoral lhes concedia.

Para que se possam interpretar melhor as relações «armador»-«aviado» e as diversas verbas contabilizadas que nos vão surgir ao longo deste trabalho, é necessário esclarecer desde já algumas práticas utilizadas por ambas as partes.

A maioria dos negociantes da cidade que gozavam «da fama de ricos e de girar com muitos contos de réis» eram simples comissionistas dos capitães dos navios que chegavam carregados ao porto e lhes entregavam as fazendas a crédito(2). Não movimentavam dinheiro suficiente, visto que os réis fracos de Angola, desvalorizados em relação aos réis fortes do reino(3), não constituiam moeda bem aceite em pagamentos externos, nem vantajosa para entesouramento. Por isso mesmo muitas transacções se efectuavam por troca directa, ainda que se lhes atribuisse

---

(1) *Quarenta e Cinco Dias em Angola*, Porto, 1862, p. 58. George Tams, *Visita às Possessões Portuguezas*, vol. 1.º, p. 216.

(2) *Quarenta e Cinco Dias...*, p. 55.

(3) Em 1845 a relação entre a moeda do reino e a de Angola era de 80 000 réis fortes para 100 000 réis fracos. A. H. U. Correspondência dos governadores, de Angola, Maço 9A, docs. 42 e 56. J. J. Lopes de Lima confirma esta relação em 1846. *Ensaios sobre a Statística*, p. 82. Verifica-se porém muitas oscilações sempre com tendência para uma desvalorização dos réis fracos. Em 1872, por exemplo, a relação era de 100 000 réis fracos para 63 000 réis fortes. S. G. L., copiador de cartas, vol. 1.º, p. 23. 16 de Maio de 1872.

sempre um valor em réis que era contabilizado. Dentro deste esquema, portanto, o próprio comerciante pagava ao seu credor em mercadorias dependendo dos «aviados» para satisfazer os compromissos(1). Os «muitos contos» que giravam no comércio do sertão eram quase sempre verbas contabilísticas correspondentes ao valor das mercadorias e não a metal sonante. Acabava por ser uma solução local de defesa contra a debilidade da moeda colonial.

Há ainda outra ciscunstância a que é preciso atender: os imprevistos e a insegurança neste negócio eram muitos. As transacções no sertão eram demoradas (grandes distâncias, deficientes meios de transporte), podiam levar dois e três anos; e extremamente arriscadas, acontecia desaparecer toda uma factura cujo «aviado» não regressava por variadas razões(2).

O «armador» corria todos os riscos apoiado em duas garantias: a sobreavaliação da «factura» consignada e a exiguidade do meio comercial. À falta de companhias seguradoras, o armador assumia essas funções duplicando o valor das mercadorias, isto é, atribuindo-lhes um valor 100% superior ao preço corrente na cidade(3). Daí resultavam «facturas» cujo montante seria hoje incompreensível sem conhecimento prévio do expediente. Na época, porém, constituia um hábito de tal modo aceite que só esporadicamente lhe é feita referência.

As firmas comerciais entregavam ao «aviado» uma factura de mercadorias apropriadas ao comércio do sertão, a que se dava o nome genérico de «fazenda». Integravam estas «fac-

---

(1) *Quarenta e Cinco Dias*. . ., p. 57.

(2) «Estes amigos [«os aviados»] desaparecem às vezes com o santo e com a esmola: — então a quebra do negócio é certa». *Quarenta e Cinco Dias*. . ., p. 58.

(3) «Como os prazos são longos, e quando Deus sabe eternos, trata o vendedor de dar às fazendas dobrado valor (. . .)» «*Quarenta e Cinco Dias*, p. 57. Silva Porto confirma que, como sertanejo, suportou este gravâme de 100% desde 1842. S. G. L., *Espólio de Silva Porto*, cx. 2, p. 4. Carta de Silva Porto a Alfredo Pereira de Mello. [188?].

turas» tecidos de algodão — zuartes(1), fazenda de lei(2), chitas(3), pintados(4), lenços(5), riscado(6), algodão cru, baeta(7), aguardente(8), missangas surtidas(9), coral verdadeiro

---

(1) Nas praças do litoral, Luanda e Benguela, importava-se zuartes de cinco qualidades: zuartes de Benguela, primeira e segunda sorte; zuartes ingleses, primeira e segunda sorte; zuartes de Lisboa, primeira sorte. B. O. A., n.º 118, 11 de Dezembro de 1847, p. 3. No sertão raramente se fazia distinção entre fazendas de primeira e segunda qualidade, aparecendo apenas a designação de zuarte.

(2) Segundo Silva Porto, a fazenda de lei apresentava quatro variedades todas de fraca qualidade: chita ordinária; crumadel (preferência coramândel), nome de certa chita ou algodão que vinha da costa do mesmo nome; tapulins ou mabala, vocábulo brasileiro designando tecido de algodão; birola, fazenda de algodão que Portugal e o Brasil importavam de Inglaterra e reexportavam para a Costa de África; manguina, tecido de algodão que se fabricava na Inglaterra e se reexportava para África. Sobre a descrição dos vários tecidos ver A. da Silva Morais, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.ª ed., Lisboa, 1949. Segundo Lopes de Lima a expressão «fazenda de lei» adquiria um significado mais lato englobando todas as «fazendas» com boa aceitação no comércio do interior. *Ensaios sobre a Statística*, vol. 3.º, p. 79-81. Não é esta a acepção em que vamos aplicar a expressão neste trabalho, mas sim a utilizada por Silva Porto.

(3) Tecido de algodão estampado e colorido apresentando a variedade de chita fina.

(4) O mesmo que chita. Variedades: pintados azuis.

(5) As peças de lenços variavam entre 10, 12 e 15 unidades. B. O. A., n.º 87, 8 de Maio de 1847, p. 4. Para esta época não aparece diferenciação de qualidade.

(6) Para esta época não aparece diferenciação de qualidade de riscado.

(7) A baeta, sendo um tecido caro, era utilizada em pequenas quantidades, reservadas a presentes ou tributos. O seu preço era frequentemente referido em covados.

(8) Em Luanda fazia-se a distinção entre a aguardente do Rio [de Janeiro], da Baía e do Reino. Os preços eram semelhantes. Em Benguela, tal como no sertão, não se distinguia a qualidade. B. O. A., n.º 118, 11 de Dezembro de 1847, p. 3, e B. O. A., n.º 87, 8 de Maio de 1847, p. 4.

(9) De preferência missanga branca grossa, coral apipado não estalado,

e falso, campainhas e outras miudezas, armas lazarinas e reunas(1) e pólvora(2).

Neste comércio os tecidos constituiam o grosso da «factura» e destinavam-se a comprar os produtos de maior valor, como os escravos e o marfim. No ano de 1844 as importações procedentes de Lisboa totalizaram 379 400$000, sendo 140 000$000 de tecidos de algodão em branco e pintados de cores(3), isto é, uma percentagem de cerca de 37%.

---

almandrilha ou velório. Rodrigues Graça «Expedição ao Muatayânvua», p. 460.

(1) Lazarina: arma de fuzil antiga comprida e de pequeno calibre. A lazarina de fabrico português e mais tarde belga, seria lentamente substituída pela carabina de fabrico inglês designada por reuna. A lazarina trazia gravada a legenda «Lazaro Lazarino Legítimo de Braga», mesmo na época em que já era fabricada em Liége. Quanto à reuna, trata-se provavelmente da deturpação da palavra rainha, dado que ostentava no fecho a coroa real britânica e as letras V.R. (Victoria Regina).

(2) A composição da «factura» que aqui se apresenta para esta época foi elaborada fundamentalmente com base em duas fontes: B. O. A. e *Memorial de Mucanos*. A primeira dá-nos a lista das mercadorias importadas pela colónia e os respectivos preços correntes nas praças de Luanda (1845-1853) e Benguela (1847 a 1850). Com excepção da aguardente, mencionada desde 1845, as mercadorias para o comércio do sertão e os seus preços aparecem pela primeira vez referidas ao dia 17 de Abril de 1847, apenas para a praça de Benguela. A segunda fonte esclarece sobre quais as mercadorias mais frequentemente utilizadas em transações no Bié, nesta mesma época.

(3) J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Statística das Possessões Portuguezas*, vol. 3.º, Lisboa, 1846, p. 75. Para o ano de 1842, os géneros de produção estrangeiros reexportados para a África totalizaram 117 413$200 réis dos quais 78 748$400 referentes a algodão manufacturado, resultando uma percentagem de 66%. José Tavares de Macedo, «Notícias do Estado do Comércio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n.º 2, 2.ª sér., 1842, p. 77. É evidente que não contámos aqui com as manufacturas que chegavam à costa de África vindas nos navios negreiros do Brasil.

A sua qualidade, no sentido europeu do termo, não era um elemento de grande importância neste tráfego(1). No sertão, o valor de troca do tecido ordinário era igual ao dos outros, era além disso mais fácil de transportar, visto ser mais leve(2). Os tecidos que melhor se adaptavam a estas exigências era a fazenda de lei, em parte importada da Inglaterra (2$000 réis em Benguela e 2$200 a 2$500 réis em Luanda a peça, para o ano de 1847) e os zuartes. Destes os mais baratos eram os ingleses de segunda escolha (3$500 réis a peça), andando os nacionais entre 3$800 e os 4$500 réis(3).

As missangas destinavam-se a servir de complemento aos tecidos nas trocas mais importantes e a ocorrer às despesas de alimentação. Era uma mercadoria ingrata, porque, variando em tamanho, material (vidro ou massa) cor e feitio, as populações davam preferência a umas ou outras alterando-lhes o valor de um ano para o outro e ocasionando prejuízos aos comerciantes. Nas importações procedentes de Lisboa, para o ano de 1844, seguiam-se, em valor, aos tecidos de algodão. Assim as miudezas, contaria e missangas orçaram pelos 90 000$000.

As armas e a pólvora, que viriam mais tarde a ser merca-

---

(1) Nesta época o africano não dava importância à qualidade do tecido, mas sim ao seu tamanho. Esta atitude vai sofrer uma evolução, como teremos ocasião de verificar.

(2) Um fardo de fazenda para carregar um carregador (30 kg) continha cerca de 624 jardas de fazenda ordinária e apenas 180 jardas de algodão, quando de boa qualidade. Serpa Pinto, *Como eu atravessei a África*, vol. 1.º, Londres, 1881, p. 163.

(3) São apresentados aqui os preços de 1847, porque não dispomos de preços destas mercadorias para anos anteriores. B. O. A., n.º 118, 11 de Dezembro de 1847, p. 3. As chitas finas (6$000 réis a peça) e a baeta (26$600 réis a peça) raramente aparecem referidas no sertão. B. O. A., n.º 119, 18 de Dezembro de 1847, e *Memorial de Mucanos*.

doria mais valiosa, não se destinavam, por enquanto, a ser transaccionadas, as populações davam-lhes ainda pouco valor(1). Os sertanejos reservavam o armamento para seu uso e da sua gente ou para tributos no Bié. Para o mesmo ano de 1844 a sua importação não excedeu os 4000$000(2).

Com a aguardente passava-se algo de semelhante. Era só transaccionada até ao Bié, além Cuanza não se levava aguardente para vender. Mais tarde, a aguardente havia de tornar-se o produto principal para transacções no interior, mas só na década de 90 a aguardente suplanta os tecidos de algodão e a contaria.

Quanto aos produtos africanos, que se pretendia obter em troca, o escravo era, como vimos, o mais solicitado. A cera, a goma copal, o marfim, o óleo de palma, os couros, as enxadas eram também transaccionados, mas como produtos secundários. Eram de preferência os africanos que se ocupavam desse comércio menos rendoso(3).

Uma vez feita a transacção no interior, o sertanejo devia regressar com o produto das trocas e entregá-lo ao «armador» que lhe consignara a «factura», saldando assim o seu valor. Num meio pequeno como Luanda, não era possível ao «aviado» reabastecer-se de fazendas na cidade, sem ter dado contas da viagem anterior; ainda que, na prática, ele se tornasse um devedor quase permanente do armador.

Para evitar que o «aviado» recebesse a fazenda de um «armador» e entregasse o produto do negócio a outro, o que se designava por «reviro», promulgou o governador Inocêncio de Sousa Coutinho uma lei segundo a qual o recebedor do

---

(1) Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», p. 460.

(2) J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre Statística*, p. 75

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 60. 14 de Abril de 1885.

«reviro» ficava sujeito a satisfazer a importância da fazenda recebida ao «aviante» que a tinha empatado(1).

O comércio do Bié, porém, dispunha de um trunfo que lhe permitia esquivar-se à vigilância do armador e desaparecer sem dar contas. Dada a posição geográfica privilegiada do Bié, os sertanejos podiam contactar o mercado de venda, quer em Luanda quer em Benguela com semelhantes vantagens.

Aproveitando as facilidades de acesso às duas grandes linhas de penetração comercial, os sertanejos do Bié já em 1839 haviam procedido a duas mudanças de «armadores». Depois de um primeiro período de comércio com Luanda, acumuladas contas em atraso, em data não determinada, tinham optado por Benguela(2). Mais tarde, em 1823, a guerra do Bailundo invadira o Bié, lançando a insegurança nos caminhos que conduziam a Benguela. Então os sertanejos, que entretanto também já haviam contraído dívidas naquela praça, regressaram a Luanda reatando o negócio com as firmas da capital(3). Os sertanejos optavam por Benguela na impossibilidade de se desembaraçarem dos seus compromissos na capital de Angola, e vice-versa, «sendo esta a verdadeira história do comércio do interior com o litoral».

A ligação entre o Bié e a linha comercial do Cuanza fazia-se pelo antigo itinerário transversal que unia o planalto aos presídios daquele rio. Pungo Andongo, Anduro, Cambambe e Ambaca estavam intimamente ligados ao comércio do Bié. Grande número de naturais daqueles presídios tinham preferido

---

(1) Elias Alexandre da Silva Correia, *História de Angola*, vol. 2.°, Lisboa, 1937, p. 31.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.°, p. 20, 16 de Março de 1863.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.°, p. 39, 10 de Junho de 1846 (refundido em 1869). Idem, *ibidem*, p. 1. 1 de Novembro de 1869.

fixar residência no planalto, enquanto alguns havia que possuiam habitações nas duas zonas. É o caso do velho sertanejo do Bié, Manuel António da Conceição, que hospedou Silva Porto no Anduro, em 1840, quando este ali passou a caminho do Bié(1).

O itinerário transversal entre o Bié e a linha do Cuanza nunca deixaria de ser utilizado(2), mas a partir de 1838, a corrente comercial que ligava o Bié ao litoral começou a ser desviada de Luanda para Benguela(3). Em meados do ano de 1842, um grupo de sertanejos, de que fazia parte Silva Porto, decidiu reatar relações mais intensas com Benguela. Com esse fim se organizou uma caravana que desceu do planalto ao litoral. Benguela, cuja rede comercial penetrava para sul e sueste, através de Quilengues e Caconda, até às margens do Cubango ou mesmo até ao lago Ngami(4), aceitou de braços abertos a reanimação das relações com o Bié. Os brancos estabelecidos no interior chegavam ali regularmente para fazer negócio, mas demoravam-se pouco, fazendo acreditar que no sertão viviam em melhores condições do que na realidade acontecia. George Tams, que estacionou na cidade por esta época (1841) deixou-nos uma descrição destes homens que

---

(1) Em 1844, acompanhando a nova direcção do comércio do Bié, encontramo-lo a comerciar com Benguela. S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 13.º, p. 57. 26 de Janeiro de 1890.

(2) Em 1846 verificava-se ainda um movimento intenso, visto que muitos dos antigos e até dos novos sertanejos eram oriundos dos presídios do Cuanza. Rodrigues Graça. «Expedição ao Muatayânvua», p. 397.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1, p. 39. 10 de Junho de 1846 (refundido em 1869). Silva Porto nunca chegaria a entabular relações comerciais com Luanda. Fez apenas uma viagem a Pungo Andongo em 1842. Ibidem, *idem*, p. 1. Lui, 1 de Novembro de 1869.

(4) Em 1842, Silva Porto encontrou em Benguela grande movimento de comerciantes de Quilengues que faziam seguir as fazendas para sul e sueste atingindo, segundo sua opinião, o lago Ngami. *Silva Porto e Livingstone*, p. 13.

bem pode aplicar-se ao grupo de Silva Porto. «Quando os seus negócios os obrigavam a vir à costa, eles os concluiam com a maior brevidade, e se apressavam a voltar para o interior; o qual eles nunca cessavam de engrandecer pela sua extrema beleza e saudável clima. (...) e os europeus que como acabei de dizer viviam em perfeito retiro no interior, me certificaram de que gozavam duma tranquila e completa segurança, nas suas isoladas posições.»(1)

Tal como Luanda, Benguela dedicava a sua actividade quase exclusivamente ao tráfico de escravos(2). Apesar das proibições legais, aquele negócio continuava florescente e tinha até aumentado nos últimos anos(3). Existiam então na cidade várias firmas de venda por atacado que diariamente recebiam caravanas do interior. A principal era a do rico comerciante José Luís da Silva Viana.(4) Silva Porto era apenas um principiante com 25 anos de idade e dois de sertão, por isso limitou-se a armador mais modesto.

No dia 22 de Setembro de 1842 passa a «aviado» da casa comercial de Manuel António Teixeira Barbosa. Entre os dois homens estabeleceu-se uma mútua simpatia que evoluiu ao longo dos anos para uma firme amizade. O comerciante encontrava um «aviado» que lhe inspirava confiança. O

---

(1) George Tams, *Visita ás Possessões Portuguezas na Costa Occidental d'Africa*, 1.° vol., Porto, 1850, pp. 121-122.

(2) Idem, *ibidem*, pp. 140 e 159.

(3) «(...) o seu iníquo comércio estava tão florescente, que no ano de 1838 perto de 20 000 escravos se havia exportado; — contaram-me isto muitos daqueles próprios negociantes, e era bem sabido que este número não tinha diminuído, no decorrer dos últimos anos, mas aumentado. George Tams, *Visita às Possessões* (...), vol. 1.°, p. 110.

(4) Foi em casa deste comerciante que se hospedaram os arabo-suaílis que, partindo de Zanzibar, atravessaram a África, chegando a Benguela em 3 de Abril de 1852. B. O. A., n.° 329, Abril de 1852, pp. 3 e 4.

sertanejo encontrava um capitalista disposto a dar-lhe a mão. «Da sua casa só para a sepultura!» foi a frase que selou o contrato(1). Havia efectivamente de durar até à morte, não de Silva Porto mas de Teixeira Barbosa, infelizmente para o sertanejo, falecido muito antes dele.

As transacções foram desde início, senão vultosas, pelo menos muito frequentes. O sertanejo passou a deslocar-se anualmente a Benguela podendo assinalar-se, entre 1842 e 1849, sete viagens e respectivos contactos com o armador. O mesmo ritmo se pode atribuir à vida comercial dos seus colegas mais próximos visto que, por uma questão de segurança, eles se agrupavam em grandes caravanas para descerem ao litoral. Em 1845 foi António Luís de Sousa e Castro quem chefiou a comitiva em que seguia Silva Porto(2) e em 1846 coube a vez a Guilherme José Gonçalves(3). Em 1849, na sua sétima deslocação a Benguela, encontramos reunidos na mesma caravana os principais sertanejos do Bié. Os seus nomes foram gravados pelos próprios num gigantesco embondeiro secular que conservou o testemunho por muitas décadas. Eram eles, além de Silva Porto, Guilherme José Gonçalves, João Gonçalves da Costa, Luís Albino Rodrigues, José Fernandes Porto, Francisco Fernandes Relvas, Narciso José Pacheco Lajes(4). Quatro deles teriam chegado depois de 1846, mas constituíam já, com os veteranos, a base da «segunda pleiade» de sertanejos do Bié.

Em 1869, Silva Porto podia afirmar: «(. . .) efectivamente é com esta [Benguela] que desde então [1842] temos mantido

---

(1) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 4. Carta de Silva Porto a João Gonçalves Ferreira. 1880.

(2) S. G. L., *Memorial de Mucanos*, p. 5. 12 de Março de 1845.

(3) Ibidem, *idem*, p. 8. 17 de Junho de 1846.

(4) S. G. L. «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Viagem pelo Norte*, caderno 1, p. 17. 6 de Maio de 1881.

inalteráveis relações comerciais até ao presente, bem assim todos os sertanejos indígenas e europeus (...)(1).

Tal fidelidade permite-nos concluir que a apresentação de contas vai entrar numa fase mais civilizada. Silva Porto afirma que nunca as firmas comerciais sofreram prejuízos com os sertanejos europeus da «segunda pleiade»(2).

A flutuação dos «aviados» entre as duas praças, como manobra desonesta terminara. Os armadores podiam agora controlar melhor as suas contas correntes e manter as condições que mais lhes convinham. Dentro de um esquema de relações civilizadas os sertanejos não souberam, ou não puderam, valer-se da sua capacidade de opção entre as duas linhas comerciais para alterarem a situação de dependência relativamente ao armador.

1.1.3 — *Nos caminhos — a selecção dos itinerários*

No restabelecimento das ligações entre o Bié e Benguela os sertanejos tiveram em conta as razões de política africana local que os haviam afastado daqueles caminhos em 1823 com a invasão do Bié pelo Bailundo. Por uma questão de segurança, os contactos estabelecidos a partir de 1842 iriam evitar as terras do Bailundo passando de preferência pelo Ambo (Huambo, *Wambu*), Quiaca (*Ciyaka*) e Ganda (*Nganda*)(3) ou eventual-

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 1. 1 de Novembro de 1869.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 87. 1 de Julho de 1885.

(3) Na sua primeira viagem a Benguela, a caravana de Silva Porto regressou de Benguela para o Bié pelo Ambo. Ignoramos o itinerário de ida, mas presume-se que seja o mesmo. S. G. L., *Memorial de Mucanos*, p. 3. 26 de Setembro de 1842.

mente pelo antigo caminho de Caconda passando pelo Sambo (*Sambu*), Galangue (*Ngalangi*) e Quingolo (*Cingolo*). Mas estes reinos, em luta entre si, não ofereciam segurança pretendendo controlar os itinerários das caravanas em seu próprio benefício. As populações rapidamente começaram a lançar mucanos que de ano para ano se tornaram mais pesados. Nas três primeiras viagens Silva Porto pagou simples mucanos de milho cozido e mandioca. Mas em 1845 (quarta viagem) a cobrança de um mucano na Quiaca tomou aspecto violento. No dia 12 de Março de 1845, o chefe da caravana António Luís de Sousa Castro, no seu regresso de Benguela, foi previamente avisado de que o povo de Cassoco o esperava para sequestrar a caravana. Municiada a comitiva e acampada junto a um rio de forma apropriada, esperou o ataque. «Os agressores em número superior, correndo e saltando como gamos pela encosta do mato para o rio: transpor este, chegar dez passos do nosso local, apontar e disparar tudo foi obra de um momento.» A luta prolongou-se por seis horas, com descargas de parte a parte. O agressor acabou vencido, com dez baixas. Pelo lado da caravana o combate saldou-se em cinco mortes por deficiente organização das linhas de fogo. Daí para a frente, à passagem da caravana «pelas povoações, não apareceu viva alma, reinando um silêncio pelas imediações similar a silêncio dos sepulcros»(1).

Em 15 de Maio de 1846 Silva Porto iniciou a sua quinta viagem a Benguela, mas com o cuidado de evitar a zona onde se verificara o incidente(2).

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 53. 21 de Março de 1847. Ref. a 12 de Março de 1845.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 1.º, pp. 1 a 37. Esta viagem do Bié a Benguela pelo Ambo, com partida a 15 de Maio e chegada a 10 de Julho, é a primeira descrita por Silva Porto no seu diário. Trata-se portanto da quinta viagem realizada que corresponde à primeira descrita.

As suas precauções eram agora maiores, traduzindo-se em recomendações a todos os participantes da caravana. Os *quiçongos*, disciplinadores e guias da comitiva, deviam ser rigorosamente respeitados.

Tinha começado um ciclo de vinganças que desgastavam as relações e acabavam por tornar os caminhos intransitáveis. Impunha-se uma disciplina rigorosa dentro da comitiva e, se possível, alterar o itinerário de modo a evitar reincidências.

Para agravar a situação contribuiu a atitude do comandante do presídio de Caconda, exemplo das arbitrariedades praticadas pelas autoridades portuguesas no sertão.

Durante os quase 20 anos de afastamento dos comerciantes do Bié, fora o presídio de Caconda que, apesar do seu estado de decadência, constituira o elo de ligação entre o sertão de Benguela ou Nano(1) e a cidade. O reaparecimento de sertanejos estabelecendo vias de comércio fora da dependência do presídio não foi bem aceite pelo seu comandante, Joaquim Ferreira de Andrade e seus subordinados mais próximos(2).

Na verdade, deslocando-se pelo Ambo e pela Quiaca, as comitivas eximiam-se ao pagamento do tributo no presídio. Mas o comandante iria procurar desviar pela força o itinerário das caravanas de modo a que passassem por Caconda. Em Julho de 1846 decidiu convocar o soba do Ambo assim como

---

(1) *Nano* era a designação que se dava em Benguela às terras do interior.

(2) Silva Porto ter-se-á enganado no nome chamando-lhe Joaquim Teixeira de Andrade. Trata-se de Joaquim Ferreira de Andrade, poderoso capitão, regente, que fora de Quilengues e agora era de Caconda. Sem grandes poderes militares era temido em todo aquele sertão «não só por algumas forças particulares, como pelo conceito que dele faziam (...)». João Francisco Garcia, «Explorações no Sertão de Benguella, 1841», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, parte não oficial, n.º 6, 4.ª série, Lisboa, 1844, pp. 248-253.

o de Bailundo, Quibanda e Quiaca para a guerra contra os rebeldes Mondombes. Como resultado disso, as terras destes potentados ficaram desertas da grande maioria do seu povo tornando-se perigoso atravessá-las. A ausência dos sobas deixou os bandidos e ladrões livres para atacar as comitivas que assim se viam impossibilitadas de apelar para a autoridade local.

Silva Porto que regressava de Benguela pelo Ambo, aí teve conhecimento da situação através de João Lourenço Borges (o Canduco) negro subalterno que vinha em comissão do comandante Ferreira de Andrade para convocar a guerra. A caravana prosseguiu sem incidente, mas uma vez chegado ao Bié apressou-se a avisar os sertanejos de que o caminho do Ambo se achava intransitável. Restava apenas o trajecto pelo presídio de Caconda. Se a guerra fosse do «gentio» nenhuma comitiva se arriscaria, adiando a viagem para ocasião mais favorável. Tratando-se da «guerra do rei», isto é, movida pela autoridade portuguesa, os sertanejos consideraram que poderiam tomar o caminho do presídio com um mínimo de segurança.

Confiadas na protecção do comandante de Caconda partiram duas caravanas: em Agosto de 1846, a de José Vaz Pereira dos Santos, homem «filho do país»; em Setembro, a de Guilherme José Gonçalves. José Vaz Pereira dos Santos seria «vítima da mais atroz perfídia» por parte da autoridade do presídio.

Os chefes da comitiva, composta por mais de oitocentas pessoas, ao aproximarem-se de Caconda, reuniram-se para despacharem enviados àquele presídio pedindo autorização ao comandante para transitarem pela sua jurisdição.

Ao fim de seis dias, regressaram os enviados com uma escolta de soldados que vinham acompanhar a comitiva. Chegados ao presídio os «brancos» reuniram entre si trinta enxadas que apresentaram ao comandante como tributo. Depois de «muitas vociferações contra os brancos e povo do Bié» o

comandante exigiu mais trinta. Só depois de satisfeito com as sessenta enxadas facultou a passagem ao chefe da comitiva. Este partiu imediatamente para Benguela, sem ter tomado na devida conta as ameaças do comandante de Caconda.

Na viagem de regresso, a pouca distância do presídio, após reunião dos «brancos» e do povo em geral, tomou a decisão inoportuna de fazer um desvio. Era demasiado tarde. No dia seguinte apresentava-se um subordinado do comandante Ferreira de Andrade com uma escolta de soldados para conduzir a caravana até ao presídio. Seguiram pois sob vigilância da escolta recebendo ordens para fazer quilombo no «centro do arraial da guerra». Contrariados por pernoitarem no meio das tropas, os «brancos» apresentaram-se ao comandante com os costumados refrescos de Benguela. Sua senhoria recebeu-os desabridamente, reclamou fazendas, pólvora e aguardente como imposto para a guerra. Satisfeitas todas as exigências, foi facultada passagem à comitiva que seguiria no dia seguinte acompanhada por uma escolta.

Ainda a comitiva não tinha levantado na totalidade, encontrando-se os «brancos» no quilombo, quando começaram a ouvir-se descargas de tiros na frente. Os chefes só então se aperceberam de que haviam caído numa emboscada e mostraram-se incapazes de organizar a defesa. Dispersa a caravana, não puderam impedir que o saque fosse geral, fora e dentro do acampamento. Procurando junto do comandante da guerra uma justificação, foram expulsos sem sequer serem ouvidos.

As primeiras notícias sobre o sequestro chegaram ao Bié em Novembro do mesmo ano de 1846. Traziam-nas quinze negros pertencentes ao soba do Bié que tinham conseguido escapar. A consternação foi geral, visto que eram muitos os prejudicados. Neste número incluia-se o soba Riambulla, que mandou imediatamente chamar o *major* Francisco José Coimbra. O chefe do distrito, como representante da autoridade portuguesa, convocou por sua vez todos os «brancos» da terra para

se reunirem dali a três dias na «libata grande» do soba, em Ecovongo.

A reunião teve lugar na «Grande Quilla», no centro da libata, onde se decidia as questões mais importantes. Presentes o soba; os magnates, o chefe Coimbra, os «brancos» e os «negros do país», teve lugar o relato do sequestro pelos sobreviventes. Logo que terminou a narração que durou duas horas, «a confusão foi tão grande», que ninguém podia entender-se. O próprio soba se pôs a chorar vergado pelo infortúnio e o seu choro era tão sentido que «excitava ao último ponto o furor dos negros contra os brancos». Murmurava-se que queriam assassiná-los e sequestrar-lhes as libatas. «(...) tornou-se necessário todo o sangue frio e presença de espírito dos «brancos» que se achavam presentes, para suportarem todas as injúrias e vociferações do povo «até que o soba retomou ele próprio a calma e exigiu silêncio».

Em «voz alta e firme», ele ditou a sentença: «Eu só desejo os meus filhos [nome dado ao povo da terra] bem como as minhas fazendas. A guerra é de brancos, os que existem na terra ficarão como reféns até que o meu povo e fazendas me cheguem à mão.»

Eis uma situação extremamente delicada em que as autoridades portuguesas por ineficácia, no Bié, e devido à sua actuação criminosa, em Caconda, são elas próprias a criar dificuldades aos sertanejos, abandonando-os em seguida à sua sorte. Em tais ocasiões é o acordo tácito entre os sertanejos e o soba do Bié que funciona. Só do respeito mútuo pelas regras de convivência depende a sobrevivência dos sertanejos.

No dia seguinte teve lugar nova reunião. Silva Porto tinha uma proposta a fazer: em vez de lamentos e ameaças era preciso agir. Ele próprio se achava pronto para seguir viagem até Benguela com a missão de levar consigo as representações que os prejudicados quisessem endereçar ao governo. A pro-

posta foi bem aceite tendo nesse próprio dia sido ultimados os preparativos para a viagem e redigidos os documentos.

Estando já de partida, a 7 de Março, eis que vem a chegar Guilherme José Gonçalves da sua viagem a Benguela.

Este sertanejo vinha em comissão de serviço do governo de Benguela para o soba do Bié, com a incumbência de solucionar a questão que se afigurava explosiva. Se outra prova não tivessemos da energia e bom senso deste sertanejo, bastava-nos esta. A rapidez com que o governador tomou providências sobre a desordem do sertão só a ele se ficou devendo.

Vejamos como se terão passado as coisas em Benguela.

Tendo partido em Setembro, um mês após José Pereira dos Santos, Guilherme José Gonçalves não terá recebido melhor hospitalidade por parte do comandante de Caconda. Mas, contrariamente ao colega, desconfiou das suas intenções. Logo que as notícias do sequestro chegaram a Benguela, ele próprio terá apontado como responsável o comandante Joaquim Ferreira de Andrade, que abusava «da sua autoridade, calcando aos pés todos os direitos de hospitalidade, protecção e honra». Além disso, se no Bié os «brancos» fossem assassinados e as suas *libatas* sequestradas por represália, como já tinha sucedido em 1830-33, a responsabilidade seria igualmente da autoridade portuguesa.

Elucidados sobre a gravidade da situação, quer o governador quer os negociantes da praça de Benguela se apressaram a tomar providências, antes que esta «guerra de Nano» atingisse maiores proporções. Na verdade, as consequências de um tal estado de coisas viriam afectar a autoridade do governo de Benguela, os negócios das firmas comerciais e o rendimento da alfândega. Era urgente chegar ao Bié com uma solução, a tempo de evitar que uma onda de vingança se abatesse sobre os sertanejos. Desta vez não houve dilações e Guilherme José Gonçalves conseguiu atingir o Bié três dias após a chegada do

primeiro grupo de fugitivos que narrara os acontecimentos. O soba foi indemnizado com a totalidade das fazendas, sendo-lhe entregues 600 pessoas das 800 que constituiam a caravana, visto as restantes terem perecido(1).

Medidas igualmente rápidas foram tomadas no sentido de demitir o comandante de Caconda. O comando do presídio foi entregue interinamente ao capitão Aurélio José Antunes. Silva Porto, que se encontrava preparado para seguir viagem (a sua sexta viagem a Benguela), terá sido avisado de que podia seguir pelo itinerário de Caconda. Quando passou pelo presídio, a 4 de Abril de 1847, já ali encontrou o comandante interino que o recebeu com toda a cordialidade(2).

Até 1852, o caminho do Ambo, Quiaca e Ganda seria o mais frequentado. Tendo-se entretanto multiplicado os roubos e ataques às caravanas, Silva Porto tomou nesse ano a iniciativa de reatar as relações com o soba do Bailundo, para abrir as suas terras à passagem das comitivas do Bié que seguiriam por Quivula (*Civula*) e Quissange (*Cisangi*) até Benguela e Catumbela(3). A decisão parece ter também relação com o reforço do poder político por parte do soba do Bailundo que se tornara respeitado pelos seus e temido pelos vizinhos. Efectivamente, havia pouco que ele expulsara os sobas rebeldes

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, pp. 35-43. 7 de Março de 1847.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 63. 4 de Abril de 1847.

(3) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Quarta Viagem*, p. 1. 29 de Abril de 1852. Era «a primeira ocasião que transitava a comitiva do Bié por semelhante caminho». Ignoramos se Silva Porto se deslocou a Benguela entre 1849 e 1852, visto que não existe diário para esses anos e não foi possível colher qualquer referência a viagens neste período. Se o não fez, essa viagem de 1852 será a oitava viagem a Benguela que corresponde à quarta viagem descrita no seu diário.

de vários territórios circunvizinhos e preparava-se para dominar o Ambo e Quiaca(1).

O afastamento das caravanas do Ambo e a escolha do seu território pelos sertanejos vinha ao encontro dos projectos do soba do Bailundo. Por isso todas as facilidades foram dadas ao trânsito das caravanas e os seus participantes protegidos por disposições reais(2). Contrariamente aos estados do sul, o Bailundo oferecia estabilidade política e propunha-se manter relações pacíficas não só com os comerciantes como também com as autoridades portuguesas(3). No ano seguinte (1853), o soba do Bailundo correspondia à convocação da guerra preta feita pelo governador de Benguela para fazer razias aos seus vizinhos insubmissos(4).

Tinha-se conseguido estabelecer um acordo que garantiria relativa segurança nas vias de acesso entre o Bié e Benguela. O Bailundo passaria a constituir zona de trânsito preferida no circuito comercial, cabendo-lhe progressivamente um papel de participação mais activa.

---

(1) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Quarta Viagem*, p. 5.

(2) Ibidem, *idem*, p. 7. 6 de Maio de 1852.

(3) Douglas C. Wheeler e C. Diane Christensen, «To Rise with One Mind: the Bailundo war of 1902», in *Social Change in Angola*, p. 60.

(4) René Pelissier, *Les Guerres Grises*, p. 130.

1.2 — A reconversão do comércio sertanejo: do escravo ao marfim

1.2.1 — *A rede comercial*

A abolição do tráfico de escravos (1836) trouxe grandes dificuldades à administração de Angola, após a assinatura do tratado de 1842 entre Portugal e a Inglaterra em que os dois países se comprometiam a cooperar na extinção do tráfico através de comissões mistas residentes nas respectivas colónias africanas(1). A primeira questão que se punha era a de eliminar a exportação de escravos com a colaboração vigilante dos ingleses, sem permitir que estes aproveitassem a situação para se estabelecerem nos pontos da costa desguarnecidos pela ocupação militar portuguesa. A segunda questão, de não menos importância, era a de, uma vez terminada a exportação legal de escravos, encontrar forma de manter os rendimentos alfandegários. Ora para solucionar a sua grave situação financeira a colónia precisava apresentar outros produtos que lhe permitissem assegurar a ligação ao comércio internacional.

As ordens expedidas pelo governo central eram bastante pormenorizadas a este respeito(2). Insistiam na extinção do tráfico, no castigo dos implicados nele e na necessidade de firmar a soberania no litoral defendendo-o contra pretensões de potências rivais que se insinuavam, quer ao norte (Ambriz) quer ao sul (costa para sul de Benguela até à foz do Cunene). A segurança do interior da colónia, dentro da perspectiva europeia, estaria assim acautelada do mesmo modo que os rendimentos alfandegários. Era uma estratégia que se adaptava

---

(1) *Memória acerca da Extinção da Escravidão e do Tráfico de Escravatura no Território Portuguez*, publicação do Ministério da Marinha, Lisboa, 1889, pp. 24-29.

(2) Mário António Fernandes de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851)*, Lisboa, 1981, pp. 33 e 104 a 108.

à existência de uma única frente de pressão externa sobre a África a partir da costa e pressupunha a habituação das populações africanas da periferia às manufacturas europeias. Efectivamente conjecturava-se que a necessidade forçaria as populações a encaminhar outros produtos (que não escravos) para as linhas de comércio que os escoavam até aos estabelecimentos do litoral, onde os direitos aduaneiros continuariam a ser cobrados(1).

A solução a nível local era bem mais complexa. O impulso inicial deste comércio não estava nas necessidades das populações africanas, mas nos interesses da economia atlântica. Estava portanto no mercado de venda dos produtos africanos e não no mercado de compra desses mesmos produtos. Havia que fazer uma verdadeira reconversão a partir dos centros motores da costa que se repercutisse no funcionamento de todo o circuito comercial dedicado ao comércio de longa distância. Não se faria sem grande resistência dos negreiros, mas era ilusório partir do princípio de que podia fazer-se à margem daqueles cujas firmas tinham na mão os circuitos do comércio sertanejo. A situação apresenta-se ainda mais complexa se pensarmos que a integração da África no comércio internacional não dependia apenas do comércio sertanejo, havia toda uma engrenagem montada por parte das *élites* dominantes nas diferentes comunidades da África Central que precedia o contacto directo entre o sertanejo e o mercado de compra. O que sucedia era que os interesses destas *élites* nem sempre se ajustavam facilmente às novas solicitações da economia extra-africana. A reconversão do comércio, uma vez conseguida no circuito sertanejo, teria ainda de levar as estruturas do mercado de compra a adaptarem-se.

---

(1) António Saldanha da Gama, *Memória sobre as Colónias de Portugal Situadas na Costa Ocidental d'Africa, mandada ao Governo pelo Antigo Governador e Capitão General do Reino de Angola*, Paris, 1839, pp. 19-21.

Se bem que a exportação ilícita tenha continuado até 1850, os rendimentos aduaneiros, baseados no comércio legal, começaram bem mais cedo a acusar a falta da sua principal fonte de receita. Efectivamente a exportação dos produtos naturais (o comércio do marfim fora liberalizado em 1834), estava longe de equilibrar a balança de pagamentos.

As importações foram baixando até ao ano de 1839, enquanto que as exportações ficaram reduzidas a um oitavo do que eram antes(1). Em 1843, as instruções dadas ao governador Lourenço Germack Possolo (1843-1845), para além de recomendarem a aplicação da lei, insistiam na urgência de fazer face ao profundo desfalque das rendas públicas, substituindo os escravos por outras fontes de receita(2). Foi, porém, durante o governo do seu sucessor, Pedro Alexandrino da Cunha (1845-1848), que se enfrentou com decisão a resistência dos negreiros e se iniciou a reconversão da economia da colónia.

A quebra sofrida pelo comércio não seria colmatada nos tempos mais próximos, mas em Fevereiro de 1845 já se reconhecia que a exportação dos produtos naturais apresentava uma subida considerável(3). Nesse mesmo ano Lopes de Lima, baseado em dados estatísticos, podia concluir que os produtos naturais exportados para Lisboa, não tendo nunca atingido em anos anteriores os cem contos, se cifravam agora em cerca de trezentos contos. Sabendo-se que o comércio com a metrópole constituia cerca de um terço do movimento mercantil da

---

(1) J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre Statística*, vol. 3.º, Lisboa, 1846, pp. 69-73.

(2) «Instruções com que vem o senhor governador geral Lourenço Germack Possolo», *Arquivos de Angola*, Luanda, vol. 2.º, n.os 13 a 15, Outubro a Dezembro de 1936, pp. 695-713.

(3) Carta do governador Germack Possolo de 28 de Fevereiro de 1845. A.H.U., sala 12, Cx. 602, publ. in *Angolana*, vol. 3.º, Lisboa, 1976, p. 228.

colónia devia avaliar-se o montante das suas exportações lícitas, em pelo menos, 800 contos (mais cerca de 700 contos de comércio ilícito devia totalizar 1500 contos). Donde se podia afirmar que o movimento mercantil (englobando comércio lícito e ilícito) nos portos de Angola, em 1845 era superior em valores àquele que havia em 1825 «idade de ouro do tráfico de escravos»; «e com toda a aparência de ir em aumento; e por tanto — bem pode o comércio lícito sustentar Angola — mau grado aos fautores do contrabando»(1).

Fenómeno semelhante se verificou na costa oriental (Zanzibar) quando das restrições à exportação de escravos. Depois de uma recessão temporária do tráfego, os receios dos comerciantes da costa rapidamente foram afastados e o afluxo de marfim foi em aumento(2).

No ano de 1844 a exportação do marfim, que em 1823-25 andava pelos 16 113$640, subia para 76 000$000, seguia-se-lhe a urzela (70 000$000), a cera (32 000$00) e a goma copal (20 000$000)(3). Independentemente do seu montante em relação ao dos outros géneros coloniais, pode dizer-se que o marfim foi aquele que mais contribuiu para que a economia da colónia se libertasse da sua dependência relativamente à América e encontrasse um produto intermediário entre a economia industrial europeia e as economias primitivas africanas. A prová-lo está o «Mapa dos géneros vindos das possessões Portuguesas, reexportados para países estrangeiros no ano de 1840». Num total de 88 092$100 o marfim ocupa o primeiro lugar com 39 467$100, seguido da urzela com 38 859$000 e

---

(1) J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Statística*, vol. 3.º, pp. 78 e 79. Estes números devem entender-se como moeda fraca e resultante de um certo optimismo, visto que Guilherme A. B. Capelo, em «Relatório do Governador Geral...» avalia em 680 000$000 a exportação para 1847.

(2) C. S. Nicholls, *The Swahili Coast Politics, Diplomacy and Trade on the East African Littoral 1798-1856*, London, 1971, p. 216.

(3) J. J. Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Statística*, vol. 3.º, pp. 52 e 76.

da cera com apenas 7 839$000(1). Mas contrariamente ao primeiro, a segunda rapidamente excedeu a capacidade do mercado. Temos, assim, o marfim como o grande produto colonial africano exportável para a Europa.

As firmas comerciais do litoral continuaram, pelo menos até 1850, a dedicar-se à exportação clandestina de escravos, mas precisaram manter uma aparente legalidade(2). O seu funcionamento era justificado perante as autoridades com a negociação de géneros coloniais. Estabeleceu-se assim uma dualidade no comércio de exportação: o comércio ilegal de escravos e o comércio legal de produtos naturais. Ora a obtenção destes produtos em quantidade e preço que facultassem bons lucros, dependia da capacidade de adaptação das redes comerciais já estabelecidas para a escravatura, cujos participantes estavam habituados a grandes lucros e pouco dispostos a perdê-los, enquanto o comércio ilegal escoasse o seu «produto».

A comercialização da cera estava ao alcance do comerciante mais modesto, não encontrando as firmas comerciais dificuldades em se fornecerem de grandes quantidades. Era uma negociação pacata que não exigia grandes viagens nem excessivo empate de capital e se não dava grandes lucros, também não oferecia riscos. A partir de agora, os sertanejos intrometem-se no circuito comercial da cera, mas deixam-no em grande parte entregue à iniciativa dos africanos.

O mesmo não acontecia com o marfim. A sua obtenção em abundância para corresponder à crescente procura que se

---

(1) «Commercio de Portugal com as Possessões», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n.º 3, 2.ª sér., Lisboa, 1842, p. 120.

(2) Em 1841 já «era muito raro entrar na cidade [Luanda], alto dia, qualquer porção avultada deles [escravos] com destino de serem ali vendidos: — usualmente, faziam estas entradas acobertados com a escuridão e silêncio da noite(...)». George Tams, *Visita ás Possessões*, vol. 1.º, p. 219.

fazia sentir no litoral, exigia um comércio eficiente de longa distância que oferecia muitos riscos, obrigava a técnicas especiais e implicava um razoável empate de capital. Os «armadores» precisavam substituir os escravos pelo marfim com a mínima quebra de lucros. Mas obter grandes quantidades de marfim a baixo preço era tarefa ingrata que os «armadores» iriam compartilhar senão alijar para os seus «aviados».

Foi esta circunstância que deu oportunidade aos sertanejos da segunda plêiade do Bié de se evidenciarem como homens operacionais, não viciados no tráfico de escravos, disponíveis para aceitarem novas directivas. As funções do sertanejo tornaram-se mais complexas e a sua posição, quer em relação ao «armador» quer dentro do meio socio-económico do Bié, valorizou-se. Manter as ligações e as condições de compra e venda obrigava a contrair vários encargos (além do crédito inicial) expor o capital a incidentes imprevistos, promover iniciativas de sucesso duvidoso, encontrar solução para as questões mais inesperadas, tomar decisões nas situações mais tensas e finalmente arcar com todas as responsabilidades e prejuízos. Eram funções arriscadas exigindo grande dinamismo. Por isso mesmo o seu exercício esteve assegurado ao grande sertanejo, conferindo-lhe o estatuto de comerciante por conta própria e garantindo-lhe o papel de dinamizador do comércio de longa distância do Bié.

Tal evolução parece ser mal conhecida dos historiadores da África, visto considerar-se que, ao diminuir o tráfico de escravos, os Ovimbundo teriam intensificado a competição com os sertanejos e expandido o seu próprio comércio para o interior(1) ou ainda que a partir de 1840 eles se tornaram os intermediários do comércio do marfim(2). Ora tal fenómeno

(1) Cf. Malyn Newitt, *Portugal in Africa the Last Hundred Years*, London, 1981, p. 17.

(2) Cf. Fola Soremekun, «Trade and Dependency in Central Angola; the Ovimbundu in the Nineteenth Century», in *The Roots of Rural Poverty*

não se verificou neste momento com o marfim, mas três décadas mais tarde com a borracha. A confusão de datas e situações pode explicar-se pelo desconhecimento em que ainda se está acerca da actividade da chamada «segunda plêiade» de sertanejos, daí resultando um hiato na história do avanço do comércio internacional para a África Central(1).

Em princípios de 1845 uma caravana descera a Benguela para os habituais contactos com os armadores. Dela faziam parte o antigo sertanejo António Luís de Sousa e Castro e o jovem Silva Porto. Foi durante esta estada que os «aviados» receberam novas ordens: a próxima «factura» não deveria ser reembolsada em escravos, mas em cera ou marfim dando-se preferência a este último(2).

Não era fácil encontrar sertanejos dispostos a reorganizar todo o seu esquema comercial arriscando numa mercadoria tradicionalmente pouco rendível, quando o tráfico de escravos continuava próspero. Para o pequeno sertanejo ou aventureiro esporádico o comércio de escravos conservou todos os atractivos. É possível que desde agora os «armadores» acenem aos «aviados» de maior iniciativa e melhores contas com um estatuto mais dignificante e um crédito mais avultado. Silva Porto não determina o ano em que passou a comerciar por conta própria, mas dá a entender que durante pouco tempo foi tratado como «aviado» de Teixeira Barbosa(3).

No Bié os novos sertanejos da «segunda plêiade» vão chamar a si a tarefa de reconverter a velha estrutura do tráfico

---

in Central and Southern Africa, ed. by Robin Palmer e Neil Parsons, London, 1977.

(1) Cf. Jean Luc Vellut, «Lunda et Frontière Luso-Africaine», p. 127.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 143. 27 de Fevereiro de 1861. S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 60. 14 de Abril de 1885. *Silva Porto e Livingstone*, pp. 13 e 14.

(3) S. G. L., *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, p. 172. Carta de Silva Porto a José Ferreira Gonçalves, c. de 6 de Fevereiro de 1880.

de escravos no comércio do marfim. Comparado com o primeiro, o segundo tornar-se-ia monótono, complicado, trabalhoso e não dava azo a grandes golpes de sorte. Progredia mais pelo planeamento e pela organização do que pela força da ousadia e da violência. Em vez de fazer «presas», ou transaccionar levas de escravos, o sertanejo precisava agora de negociar um produto raro, cuja recolha morosa dependia totalmente do seu interlocutor africano. A capacidade demonstrada pelos novos sertanejos para levar a cabo as alterações necessárias, facultou-lhes uma posição de preponderância local, digamos mesmo de exclusividade na tomada de iniciativa ligada à obtenção de grandes quantidades de marfim.

O entreposto descrito por Rodrigues Graça como um centro decadente e abandonado demonstraria grande vitalidade para corresponder às novas exigências de reconversão comercial.

O decadente grupo social ligado ao comércio sertanejo aceitou a liderança dos novos sertanejos como forma de acompanhar a evolução. Comerciantes como Manuel Monteiro da Fonseca ou Jorge da Mota vão, nos primeiros tempos, trabalhar sob a orientação de Silva Porto como seus «empregados» ou «caixeiros», não porque lhes faltasse cabedal próprio, mas porque aceitavam colaborar em experiências novas.

Silva Porto aproveitava assim o conhecimento do terreno que ele próprio não possuia, mas traçava-lhes os objectivos. Por outras palavras: era o «patrão», e assim seria tratado pelos seus «caixeiros», mesmo depois de desligados dos seus serviços.

Definitivamente integrado na rede comercial de Benguela, o centro intermediário do Bié preparou-se para fornecer grandes quantidades de marfim ao mercado de venda. Nesse sentido foi posta em movimento uma dispendiosa máquina comercial na busca de acesso privilegiado a novas zonas abastecedoras de marfim, obtendo deste modo as melhores condições de compra. A partir de 1845 iniciou-se a diversifi-

cação do comércio quer no referente aos produtos quer às regiões abastecedoras. Em poucos anos o marfim passaria à posição anteriormente ocupada pelos escravos(1).

«Cera e marfim, depois da extinção do tráfico dos serviçais, são os dois prodigiosos ramos do comércio do interior com Luanda e Benguela; a capital de Angola, por intermédio do Cassange e Pungo-Andongo, e Benguela por intermédio do Bié e terras que demoram ao sul e oeste»(2).

Não quer isto dizer que o comércio de escravos tenha terminado. No entanto, mais do que objecto de exportação, os escravos passariam a servir de moeda de troca para obtenção de marfim, em zonas onde faltavam(3).

Diz Silva Porto que, até 1845, as terras dos Ovimbundo não bastavam para abastecer de escravos o mercado de exportação. Tornava-se então imprescindível percorrer o Lovale, a Lunda e o Mucusso para os adquirir em grandes quantidades. Mas a partir dessa data não era necessário sair dos territórios dos Ovimbundo para corresponder à procura do litoral (4).

---

(1) No seu diário de 15 de Maio de 1846, Silva Porto refere-se já a esta alteração. «Presentemente o primeiro ramo (escravos) estacionário em virtude de medidas repressíveis, o segundo (cera) exporta-se em larga escala, e em muito maior o terceiro (marfim)». B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 3. Devemos, no entanto, ter em atenção que este texto não é original, mas foi refundido em 1869, quando já era possível avaliar as proporções que viriam a tomar as alterações comerciais iniciadas em 1845.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 143. 27 de Fevereiro de 1861.

(3) J. Vansina, «Long-Distance Trade-Routes, in Africa», *Journal of African History*, vol. 3.º, n.º 3, 1962, p. 385.

(4) *Silva Porto e Livingstone*, pp. 13 e 14. Noutro passo do seu diário Silva Porto atrasa o anúncio deste fenómeno para 1840. «Além de 1840 partiam sucessivamente as caravanas do Bié à sua permutação (de escravos) nos diferentes pontos do interior; aquém dessa época foram diminuindo ao

Depois de 1850 as outras zonas abastecedoras de escravos ou foram praticamente abandonadas (caso do Lovale) ou se reconverteram em mercados mistos (caso da Lunda e do Mucusso). O Lovale, visitado desde o final do século anterior, e a Lunda, contactada nos primeiros anos do século XIX, tinham constituído o «rendez vous dos sertanejos do Bié até 1850 para a exportação de escravos porque de ambas sairam aos milhares para embarcar para além-mar». A partir desse ano o Lovale «ficou sendo zero, visto que lá não foram mais fazendas do Bié, atendendo a que a exportação para além-mar era impossível; não havendo outro ramo de comércio na dita terra, toda a atenção se voltou para a segunda [Lunda] pois para além de escravos mantém um comércio de marfim (...)»(1).

Em 1846 Rodrigues Graça teve ocasião de avaliar as potencialidades de reconversão daquele mercado insistindo com o Muatiânvua para que ocupasse a mão-de-obra escrava na exploração de produtos naturais. Na verdade, apesar de o imperador insistir na necessidade de fazer escoar os seus escravos para o litoral, dispunha também de enormes quantidades de marfim que lhe chegavam através de tributos. O próprio explorador comprou, no escasso período de um mês, 418 dentes de elefante para si e levou o Muatiânvua a reunir mais 140 para tributo ao governador de Angola(2).

Também nas regiões a sul e sudeste do Bié as populações sentiram a pressão das novas solicitações repercutir-se nas suas economias. O Mucusso e as terras da grande família Ganguela (*Nganguela*)(3) «não obstante a extinção do tráfico

---

ponto que semelhante tráfico está restringido ao território quimbundo (Umbundo)». B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.°, p. 3. 15 de Maio de 1846.

(1) Ibidem, *idem*, vol. 5.°, p. 39. 17 de Maio de 1868.

(2) Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», pp. 441-445, 463 e 466.

(3) Os Portugueses davam o nome de Ganguelas a um certo número

sempre se tornaram grandes mercados de cera, umas, e deste mesmo produto e marfim, igualmente em outras»(1). Algumas populações que desconheciam o valor comercial do marfim, tais como os Cassequeres (Bosquimanos) e a tribo Ban Bambueira (Ambuelas) passaram a dar-lhe grande importância como resultado da procura por parte dos sertanejos(2).

Enquanto que as zonas abastecedoras de escravos se reduziam aos territórios dos Ovimbundo, a obtenção de grandes quantidades de marfim, nas melhores condições de compra vai obrigar à exploração de novas zonas ainda não contactadas. Fenómeno semelhante se verificou na zona oriental do continente, onde pela mesma época a compra do marfim levou os Suaílis a penetrar cada vez mais no interior(3).

Para que o negócio fosse rendível era preciso encontrar produto em abundância e usufruir de acesso privilegiado. Ora os antigos mercados de escravos, agora convertidos em mercados mistos de escravos e marfim, ou ofereciam condições

---

de etnias do sudeste de Angola, apresentando afinidades linguísticas e culturais: Mbunda, Luimbe, Luchazes e por vezes os Luenas. F. Bontinck, «La Double Traversée de l'Afrique par trois «Arabes» de Zanzibar (1845-1860)», *Etudes d'Histoire Africaine*, Kinshasa, VI, 1974, p. 18.

(1) *Silva Porto e Livingstone*, p. 13.

(2) A tribo Bambueira, habitando as vertentes do Cubango, Cuíto e Cuando começou a ocupar-se do comércio do marfim a partir de 1848, B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 77. O mesmo sucedeu com os Cassequeres (Bosquimanos) que não consideravam o marfim como um objecto de comércio, abandonando «ao tempo os dentes dos bichos que caçavam (. . .)». Mas, uma vez contactados pelos sertanejos, a partir desse ano, deixaram de o fazer, tratando de conduzir os dentes de elefante «a fim de os permutar com o primeiro sertanejo que se apresentasse». B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, pp. 90-91. 12 de Janeiro de 1848 e S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, pp. 60-61. 14 de Abril de 1885.

(3) C. S. Nicholes, *The Swahili Coast Politics, Diplomacy and Trade on the East African Littoral 1798-1856*, p. 356.

de acesso pouco vantajosas ou não satisfaziam só por si ao aumento da procura.

O Muatiânvua que tinha grande capacidade de fornecimento, fazia valer o seu poder político submetendo os comerciantes a um apertado regulamento que os prejudicava sistematicamente. Para além de obrigar as caravanas a longas esperas, sujeitava os seus membros a ciladas, fazendo-os cair em falta e exigindo pesadas indemnizações(1). Em 1846, Rodrigues Graça pôde constatar que estes condicionalismos políticos e sociais afastavam os comerciantes da Mossumba. Não era portanto este o mercado ideal para atrair novas experiências comerciais. O Mucusso, por seu lado, ainda que oferecendo boas condições, não comportava um grande aumento de procura(2).

De um modo geral as áreas de marfim em contacto directo com a rede comercial desgastaram-se por razões naturais (fuga de elefantes). À medida que se sentiam atacados nas zonas do seu *habitat* os elefantes internavam-se nas florestas, onde os caçadores os perseguiam empurrando-os para regiões sempre mais distantes. Antes do aumento da procura monteavam-nos no próprio território do Bié(3). Mas o exemplo mais frisante é o caso do Lovale que em 1842 era percorrido em todas as direcções pelos elefantes(4) e em 1850 já não dispunha de marfim suficiente para atrair comerciantes(5). Os mercados de periferia tornavam-se simples intermediários que

---

(1) Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», pp. 446-447, 461-467.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 215. 21 de Agosto de 1861.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 1.º, p. 3. 15 de Maio de 1846.

(4) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 175, 16 de Fevereiro de 1886.

(5) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, p. 39. 17 de Maio de 1868.

denotavam deficiências para corresponder a uma procura crescente: subiam o preço do marfim e desvalorizavam as mercadorias das «facturas». Os comerciantes esforçavam-se então por eliminar o intermediário e aproximar-se da fonte abastecedora, onde o produto era abundante e o seu valor mal conhecido.

Deve dizer-se que os chefes africanos, senhores da extracção do marfim, facilitaram a abertura dos caminhos em direcção aos seus domínios contribuindo por vezes para afastar obstáculos (quer humanos quer materiais) que dificultavam o avanço das caravanas. Na verdade os interesses dos grandes potentados conjugavam-se com os dos grandes sertanejos sem se sobreporem. Os primeiros pretendiam concentrar o comércio externo nas suas mãos e obter o fornecimento de mercadorias europeias, cujo acesso lhes era limitado e decerto encarecido pelos intermediários. Os segundos procuravam um interlocutor com poder para reunir marfim em quantidade rendível e uma área onde a raridade das mercadorias europeias elevasse o seu poder de compra, permitindo-lhes impor os preços. Seria este o caso das regiões entre o Cubango e o Zambeze e do reino do Lui (*Lozi*) atingido pela primeira vez em 1845.

Organizado em função de condições de troca extremamente vantajosas o comércio sertanejo do Bié procuraria recriá-las através do avanço em direcção a regiões cada vez mais centrais. O funcionamento deste mecanismo teve como consequências imediatas o acelerar do ritmo em que avançava a rede de comunicações na África Central e a rápida expansão da chamada «fronteira luso-africana».

1.2.2 — *O entreposto do Bié*

O entreposto do Bié dominado pelos grandes sertanejos, tornou-se um centro extremamente activo. O seu funciona-

mento passou a ser em grande parte autónomo em relação às firmas do litoral o que, em termos contabilísticos, representava um valor acrescentado vultoso. Aqui se desenvolviam as acções destinadas a introduzir no circuito comercial a vitalidade e meios necessários à circulação de créditos e produtos correspondentes ao novo tipo de mercadoria e ao rápido alargamento da rede comercial. Impunha-se obviar ao aumento dos riscos e solucionar problemas de segurança e transporte levantados pela diferente serventia e prolongamento dos canais comerciais. Nesse sentido, multiplicaram-se as operações e requereu-se maior prestação de serviços o que resultou num aumento de encargos.

O marfim comprava-se cada vez mais longe e, ao contrário do escravo que era uma «carga movente», o dente precisava ser conduzido por um carregador e preservado com medidas adequadas. Nestas circunstâncias tornava-se indispensável organizar grandes caravanas comerciais, devidamente disciplinadas e dotadas de superioridade técnica representada fundamentalmente pela posse e utilização correcta das armas de fogo. Só assim se podia fazer face às exigências de um transporte feito pelo braço humano e oferecer resistência a ataques de ladrões, a fomes, doenças e acidentes vários como fogos e intempéries. Nem sempre estas medidas eram eficazes: os prejuízos imprevistos sucediam-se com frequência(1).

A organização das prolongadas e múltiplas viagens que o sistema exigia acarretava portanto mais custos de comercialização e empregava maior número de colaboradores que a escravatura. Assim a participação dos Ovimbundo, que já antes era fundamental, passou a ser numericamente muito

---

(1) Sobre a organização e o avanço das caravanas ver Maria Emília Madeira Santos, *Perspectiva do Comércio Sertanejo do Bié na Segunda Metade do Século XIX*, col. separatas n.º CXLIV do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1982.

mais significativa dentro do grupo social dedicado ao comércio de longa distância.

Entre os Ovimbundo, os sertanejos encontraram os melhores participantes neste tipo de comércio de longa distância. Aliás o próprio rei do Bié organizava as suas caravanas, *maca*(1). Os Bienos e mais tarde os Bailundos possuíam experiências e hábitos que fazim deles os melhores componentes de uma caravana sertaneja. Havia mesmo entre eles um acordo caravaneiro: os Bienos ocupavam-se dos transportes para oeste do Bié, enquanto os Bailundos carregavam os géneros do Bié para o litoral(2). Eram dotados de grande resistência física, punham poucas limitações à extensão e duração das viagens, conheciam as regras de funcionamento das caravanas e não as infringiam. À observância de regras de lealdade para com o chefe da caravana os Ovimbundo juntavam o acatamento de leis internas adaptadas a um povo de viajantes de que os sertanejos beneficiavam indirectamente(3). Fosse qual fosse a distância a que se encontrasse de casa e o tempo de demora no exterior, o ocimbundo permanecia sempre sob a alçada da lei pátria.

Ao intensificarem a utilização do entreposto, os sertanejos iriam também pagar a concessão comercial mais cara. O soba e a população em geral passariam a dispor de mais oportunidades de participação nos lucros: faziam valer a indisponibilidade dos seus serviços por parte dos sertanejos e lançavam impostos ou multas sobre as diversas operações accionadas por eles.

Os sertanejos não dispunham de muitos serviçais permanentes, *quimbares*, entre escravos e homens livres. Os mais

(1) Childs, *Umbundu Kinship*, p. 200.

(2) J. Vansina, «Long-Distance Trade Routs in Africa», p. 384.

(3) Algumas destas leis, que tinham um âmbito moral, destinavam-se a defender os viajantes das ciladas a que estavam sujeitos durante a viagem de que resultavam multas que os arruinavam a eles e aos sertanejos.

afortunados poderiam dispor de 50, o que é bem pouco para as exigências de um comércio que utiliza o transporte humano. Optou-se por contratar carregadores pagando-lhes salários diminutos. Entre 1842 e 1876 os salários pouco se alteraram. Por cada viagem do Bié para o centro recebiam 12 panos a que se juntavam, com pequenas variantes, mais 4 panos para comedorias e quatro panos para *quibanda* ou tributo de passagem. O salário era igual quer as viagens fossem curtas ou longas, visto o bieno não se fazer pagar pelo tempo gasto, mas pela saída de casa. Com o salário comprava um pão de cera de 24 a 30 libras ou um escravo de oito a dez anos. O escravo por sua vez poderia ser trocado noutro local por um dente entre as 15 e as 20 libras(1).

Com a finalidade de recrutar carregadores para cada viagem os sertanejos contratavam os chamados pombeiros pagando-lhes 8 panos por cada carregador apresentado e um salário que por esta época andava entre os 40 e os 80 panos a que se juntava um fato completo(2). Além de reunirem e chefiarem

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 93. 17 de Novembro de 1860. Serpa Pinto dá o exemplo do salário de um carregador para ir do Bié à Garanganja em 1876: além dos 12 panos e da alimentação acrescenta-lhe uma ponta de marfim escravelho recebida na volta no valor de 400 reis. Serpa Pinto, *Como eu atravessei a África*, vol. 1.º, p. 140. Supomos que se trata de um equívoco. Efectivamente o carregador mediante uma ou duas operações comerciais bem sucedidas acabava por adquirir uma ponta de marfim escravelho, não já como salário, mas como resultado da sua «agência» várias vezes referida por Silva Porto nas *Viagens e Apontamentos*. Aliás esta opinião é confirmada por Cameron. Em 1876, José António Alves paga aos carregadores no regresso de uma viagem ao Cassongo, 12 jardas de algodão, que somadas às 8 jardas recebidas na ocasião da partida, perfaziam 20 jardas. Verney Lovett Cameron, *A Travers l'Afrique*, Paris, 1878, p. 434.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, pp. 92-93. 17 de Novembro de 1860.

um certo número de carregadores (cerca de dez) os pombeiros arcavam com parte das responsabilidades e dos riscos que o sertanejo não poderia suportar sozinho. Eram como que «os cabos de esquadra da caravana» e os corretores de parte da «factura». Tomavam sobre si o encargo de responderem pelos homens do seu grupo e de transaccionarem certo número de *banzos* (fazenda para troca equivalente ao número dos carregadores apresentados). Uma vez a caravana chegada ao destino, o chefe permanecia no local fazendo negócio com o suserano do país, enquanto os pombeiros obtinham autorização para se disseminarem pelas terras circunvizinhas. Por sua vez cada pombeiro isolado com o seu grupo fazia ainda grandes sub-viagens atingindo as próprias regiões onde eram monteados os elefantes. Sobre a negociação não lhes era atribuída qualquer percentagem. Mas na prática eles cobravam a sua corretagem mediante alguns expedientes (habilidade, ocasião, conluio) que acabariam por pesar demasiado nas relações de trabalho.

O sertanejo não podia limitar as transacções comerciais às suas próprias viagens, quer por razões de ordem económica quer porque o soba do Bié procurava limitar-lhe as saídas. Assim, ele precisava entregar a direcção das caravanas em que não tomava parte a empregados de confiança, os macotas, confiando nas suas mãos grande parte da sua fazenda. Ainda quando o sertanejo tomava parte na viagem, ele apenas transaccionava uma fracção de um terço ou um quarto da «factura». Todo o resto ficava à conta dos pombeiros cujas transacções ele não tinha qualquer viabilidade prática de controlar.

Ora os pombeiros eram responsáveis pela vida dos carregadores e pela preservação das fazendas, mas não davam quaisquer garantias para o caso de as suas transacções trazerem prejuízo(1). Quando isso se verificava, o que sucedia frequen-

(1) Segundo Silva Porto «os prejuízos apresentados pelos pombeiros são devidos à falta de método no lidar com os haveres que lhes são

temente, o sertanejo, aparte algumas represálias, não podia fazer mais do que arcar com o prejuízo.

A colaboração prestada pelos Ovimbundo ao sertanejo resultava naquilo a que se pode chamar um pau de dois bicos. Ofereciam boas qualidades de carregadores, satisfaziam como angariadores do pessoal, provavam ser competentes agentes de negócios. Tudo isto à disposição do sertanejo por pequenos salários. Em compensação, a maioria dos resultados do negócio ficava nas mãos dos pombeiros.

O comércio de longa distância permitia aos seus participantes alguma mobilidade social(1), embora rara, na hierarquia bem marcada do mundo das caravanas, através de um pecúlio acumulado viagem após viagem. Pecúlio esse que o sertanejo quase sempre considerava um roubo(2).

Havia ainda aquilo a que podemos chamar «impostos». Os mais pesados eram os que o soba do Bié e os seus magnates cobravam. Silva Porto designava a corte de Ecovongo por «sorvedouro sem fundo» para expressar não só as importâncias exigidas, mas também a assiduidade com que as despendia. Em primeiro lugar temos as contribuições voluntárias para a «despesa do Estado» destinadas a lembrar às autoridades locais os direitos e deveres tacitamente acordados. Da corte emanavam pedidos de vária ordem, desde panos para vestir a papel para escrever, que acabavam por entrar na categoria de presentes. Vinha depois o tributo regular da *quibanda*, paga ao soba sempre que partiam ou chegavam caravanas comerciais.

---

confiados, agravado pela imunidade na falta de garantias no acto da distribuição e arrecadação desses valores». B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 180. 4 de Julho de 1861.

(1) Jean-Luc Vellut, *Notes sur le Lunda et la Frontière Luso-Africaine* (1700-1900), p. 139.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, p. 47. Outubro de 1887.

Por último os sertanejos estavam sujeitos a pagamentos de cobrança muito irregular, mas extremamente assídua e quase sempre inesperada. As «visitas» e os mucanos podiam ser cobrados por toda a população em maior ou menor escala, consoante as circunstâncias.

As «visitas» eram um costume que permitia à população exigir do sertanejo um fornecimento de mercadorias europeias para as suas necessidades quotidianas. Tudo isto dentro da maior civilidade. De uma maneira geral cada visitante que se apresentava a cumprimentar o dono da casa oferecia um presente em alimentos ou artesanato e recebia um pano de vestir e uma garrafa de aguardente, alterando-se o presente de acordo com a categoria social do visitante(1).

Os mucanos constituiam a parcela mais pesada da carga fiscal, não só pela despesa que representavam, mas principalmente pela situação de dependência que estava na sua origem. Silva Porto diz que «mucano é toda a espécie de crime ou contenda suscitada no gentio em geral, quer justa ou injusta» que resulta quase sempre no pagamento de uma indemnização por parte do acusado ao queixoso(2). Mas Serpa Pinto, de expressão escrita mais incisiva, explica melhor. «A palavra terrível do Bié, o vocábulo mucano, não exprime simplesmente o crime, mas designa a ideia que envolve ao mesmo tempo o crime e o pagamento da multa»(3). Quem julgava os mucanos e decidia do quantitativo a pagar pelo réu ao queixoso era o soba. Depois que a autoridade portuguesa deixara de participar com o soba no julgamento dos casos judiciais dos sertanejos, estes viam-se coagidos a submeter-se às leis locais, pagando as multas sem apelo.

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 2.°, p. 94. 19 de Novembro de 1860. Um pano de vestir media uma jarda: 0,914 m.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 1.°, p. 123.

(3) Serpa Pinto, *Como eu Atravessei África*, vol. 1.°, p. 144.

O que tornava o mucano inevitável era o facto de o sertanejo ser responsável pelos mucanos dos seus escravos e de toda a gente ligada ao seu serviço, tal como de outros brancos que se tivessem esquivado ao pagamento. Assim, se um branco incorreu em mucano e fugiu sem pagar a sua dívida, esta será saldada pelo primeiro branco que aparecer em condições de o fazer.

A execução da justiça resultava afinal numa forma hábil de obrigar o sertanejo a distribuir parte dos seus lucros sem lhe dar possibilidade de prever qual a verba que iria despender.

Numa tentativa de calcular o montante desses encargos Silva Porto anotou todos os mucanos pagos desde que chegou ao Bié. Analisando os registos podemos verificar que em média a percentagem dos gastos andava pelos 5 % sobre o volume total de fornecimentos obtidos em Benguela pelo sertanejo(1). Por outras palavras: 5 % das mercadorias transportadas de Benguela para o Bié eram despendidas no pagamento de mucanos. Não deixa de ser significativo o facto de Silva Porto nunca ter somado as verbas registadas. Não admira portanto que nunca tenha estabelecido a percentagem atrás referida e muito menos a relação entre mucanos e lucros potenciais. Isto é, Silva Porto não só desconhecia qual o total gasto em encargos locais, como se mantinha na completa ignorância de qual era efectivamente a parte dos lucros que era forçado a distribuir no Bié. De qualquer modo a situação de insegurança que daí resultava fazia-o avolumar as queixas e atribuir à dependência local uma importância decisiva para as suas dificuldades financeiras.

Entre 1848 e 1850, Silva Porto e o grupo que lhe estava mais próximo empenharam-se numa tentativa para alterar, a seu favor, este estado de coisas. Pretendiam beneficiar da

---

(1) Ver no final o quadro n.º 1 referente aos valores parciais e totais pagos por Silva Porto em mucanos.

posição chave do Bié e utilizar os serviços dos Ovimbundo, sem serem forçados a dividir os lucros com o soba e a população. Além disso, queriam libertar-se da alçada da justiça local que os submetia inclusive a violentos castigos corporais.

Não seria mais do que a integração do distrito do Bié na lei geral (aplicada ou não). Aos governadores subalternos competia recrutar junto do soba os carregadores entregando-os aos feirantes para seu serviço durante determinado período de tempo, terminado o qual eram substituídos por outros. O mesmo se passando no que diz respeito à execução da justiça. Os chefes dos distritos e presídios além de instaurarem as causas cíveis, deviam ocupar-se dos mucanos «retirando quanto for possível o uso das leis gentílicas (. . .)»(1).

Mas dado que no Bié o capitão português não dispunha de trunfos que lhe permitisse impor-se às autoridades locais, a dependência dos sertanejos relativamente aos parceiros Ovimbundo tendia a aumentar. A própria lei geral tinha em conta essa situação permitindo que outros presídios pudessem fornecer-lhes carregadores. Isto porque, apesar de o distrito ter uma autoridade portuguesa, «esta não tem ingerência no comércio»(2).

Em 1848, um grupo de 14 sertanejos convocara os «Senhores Moradores e Feirantes» a comparecer na libata do soba para procurar um entendimento sobre as presas feitas aos comerciantes. A morte do soba, D. António Alencastre, e a elevação do seu sucessor, Caiangula, acabaria por impossibilitar as negociações, mantendo-se o estado de coisas. Dois anos mais tarde, em 1850, seduzidos pelo exemplo de Sales Ferreira no Cassange, os sertanejos optaram pela solução da

---

(1) S. G. L., Res. Past. D, maço 5, doc. 32. *Projecto de Regimento para os Distritos e Presídios* [. . .] *de Angola* [1845], publ. in *Angolana*, vol. 3.º, pp. 30, 38 e 39.

(2) Ibidem, *idem*, p. 31.

força através de uma intervenção militar apoiada pelo governo. «(. . .) e em presença de tais contratempos nós os sertanejos e mais pessoas de maior ou menor civilização então existentes no país em 20 de Julho de 1850 dirigimos uma representação ao Governador Geral por intermédio do bravo Major Fr. Sales Ferreira»(1).

A ideia já vinha de quatro anos atrás quando Rodrigues Graça propusera a formação de uma milícia no distrito do Bié. É natural que a chegada de novos sertanejos, não afeitos às regras de jogo do sertão, tenha dado ânimo aos mais antigos para renovarem o desejo de se verem libertos da autoridade do soba e de todas as obrigações monetárias que daí advinham. Nos últimos quatro anos, entre 1846-1850, tinham chegado pelo menos 15 novos companheiros. Os mais destacados sertanejos das próximas décadas estavam já presentes.

Entre os recém-chegados salientavam-se João Gonçalves da Costa, Caetano José Ferreira (natural do Barreiro), Francisco Fernandes Relvas, Bonifácio José Rasquete (natural de Montemor), Norberto Pedro de Senna Machado (natural de Setúbal), Ladislaus Magyar (húngaro), Narciso José Pacheco Lages e José Fernandes Porto (natural do Porto?).

Guilherme José Gonçalves e Silva Porto, de colaboração com João Gonçalves da Costa, redigiram de forma apropriada a petição. A apoiá-los tinham 38 companheiros (entre antigos e recém-chegados) capazes de assinar o seu nome completo(2)

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 131. 19 de Janeiro de 1861.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, pp. 208-210. 11 de Agosto de 1861. A assinatura de quatro sertanejos é feita por outra pessoa a seu pedido. Dois deles, Francisco José Coimbra e Ladislaus Magyar, sabiam escrever. Apenas para os outros dois, Luís Albino Rodrigues e Narciso José Pacheco Lages, podemos pôr a hipótese de serem analfabetos.

num documento que os responsabilizava perante o governador geral da colónia. Tratava-se de um grupo com alguma coesão, apto a solidarizar-se em projectos comuns e bem diverso daquele cuja imagem fora traçada por Rodrigues Graça em 1846.

Solicitavam eles ao governo que colocasse o Bié sob a autoridade portuguesa, subjugando os Ovimbundo com a mesma força com que Sales Ferreira subjugara o Cassange. Uma vez submetido o soba do Bié, propunham-se construir uma fortaleza e casa de residência para o governador. Os sertanejos e os seus aderentes concorreriam com todos os meios à sua disposição e declaravam-se prontos a aceitar que as leis e regulamentos, em vigor nos demais distritos e presídios, fossem aplicados ao Bié e terras de sua dependência(1).

Prevendo a alegação de dificuldades financeiras por parte do governo, eles próprios fizeram uma subscrição reunindo 3.000$000 três contos de réis com que contribuíam para as despesas(2). Eram 14 os sertanejos que estavam empenhados no projecto a ponto de despenderem entre 400$000 e 100$000 em moeda, coisa que, como vimos, lhes era pouco acessível.

Também o governo central se mostrava empenhado em eliminar a supremacia dos intermediários africanos sobre o comércio do se tão. Era o que se estava verificando no Cassange, onde a intervenção militar de Sales Ferreira abria os caminhos comerciais destruindo um tampão entre Angola e a Lunda.

---

(1) Representação ao Governador Geral de Angola, Major Joaquim Luis Bastos com a data de 20 de Julho de 1850. B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, pp. 207-211. 11 de Agosto de 1861.

(2) Neste ano de 1850 o preço de uma libra de marfim de lei em Benguela era de 1$250 réis. Os sertanejos entregavam portanto o equivalente a 2400 libras de marfim de lei, isto é, 80 dentes de marfim com uma média de 30 libras cada dente.

O caso do Bié não deixou de merecer a atenção do Conselho Ultramarino. Por sua incumbência Sales Ferreira, especialmente bem informado sobre o assunto, analisou as vantagens e desvantagens de se prolongar a ocupação militar para o sul do Cuanza até ao Bié. As suas conclusões eram favoráveis à ocupação, mas a partir delas não chegaria a desencadear-se qualquer acção(1).

Na verdade o Bié não constituía, como o Cassange, um impedimento para a expansão da rede comercial sertaneja em direcção ao mercado abastecedor. Ao facilitar a penetração da influência portuguesa a partir da costa para o interior, o entreposto do Bié estava a desempenhar um papel perfeitamente integrável na estratégia da política colonial africana. As queixas dos sertanejos não se referiam a proibições de contactar as zonas centrais ou ao desvio de comércio para postos fora do controlo da administração portuguesa. Tratava-se antes das condições que lhes eram impostas pelos Ovimbundo e essa não era uma questão que justificasse uma acção militar na África Austral.

Contrariamente ao que sucederia com a linha comercial Luanda-Cassange, a linha Benguela-Bié não iria usufruir da protecção de presídios portugueses nem do trabalho forçado dos africanos livres. Na primeira destas linhas os chefes dos concelhos continuaram a recrutar pela força os carregadores, mesmo depois de ter sido proibida esta prática (1856). Até a nível oficial se defendia que o comércio do Cassange não poderia subsistir sem esses «auxílios forçados»(2). O comércio

---

(1) A. H. U., A-S. 12 D. Cx. 2, Doc. 122. Carta sobre o Interior da Província de Angola por Francisco Sales Ferreira. Luanda, 22 de Março de 1853.

(2) Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, *Relatório do Governador Geral da Província de Angola. Referido ao anno de 1861*, Lisboa, 1867, pp. 41 e 44.

do Bié, por seu lado, já na década de 40 se via impossibilitado de utilizar tal solução.

Passadas quatro décadas Silva Porto recorda a recusa do governo atribuindo-lhe uma importância decisiva para a evolução do comércio sertanejo do Bié. «Os negócios do mato que os decidam no mato; estribilho que tem dado causa à nossa ruína nestas paragens, deixando de proteger o comércio como era do dever do governo»(1).

Efectivamente o governo geral não só iria manter a posição de meados do século como reforçá-la ao longo dos anos. Em 1872, o governador geral afirmava ser impolítico, perigoso e sobretudo desnecessário conservar sob a soberania portuguesa territórios que se achassem a 80 ou 100 léguas do coração da província. Mais do que isso era de opinião que se cortassem da esfera administrativa os concelhos mais afastados, visto que daí só provinham responsabilidades que a colónia não podia suportar. «Toda a nossa actividade e influência na colónia deve centrar-se, segundo é minha opinião, numa zona próxima do litoral.»(2).

Na verdade, os sertanejos do Bié vão permanecer isolados decorrendo a sua actividade à margem de qualquer apoio ou tutela por parte da administração colonial. Localmente eles vão precisar encontrar soluções de viabilidade usando apenas os seus próprios trunfos: aptidão para o contacto comercial com Benguela, capacidade financeira e humana para accionar o comércio de longa distância, respeito pelas regras do jogo tacitamente aceites, uma certa solidariedade sertaneja, muitas vezes atraiçoada, mas indispensável para a sobrevivência.

---

(1) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Apontamentos para a minha Última Viagem*, 5.º caderno, p. 16. 31 de Agosto de 1884.

(2) José Maria da Ponte Horta, «Relatório do Governador Geral de Angola de 1872», *Relatórios dos Governadores de Angola 1872-1873*, p. 8.

Desapoiados de qualquer autoridade portuguesa e necessitando cada vez mais de prestação de serviços, os sertanejos não podiam controlar os custos quer nas viagens quer no entreposto e viam aumentar a sua dependência relativamente aos Ovimbundo. O novo mecanismo comercial revelava-se eficaz (por enquanto) mas caro e muito dependente da colaboração local.

1.2.3 — *Outros mecanismos económicos*

Fazer a reconversão do comércio de longa distância com um mínimo de quebra nos lucros foi tarefa que, como vimos, os armadores procuraram alijar para cima dos sertanejos nos meados da década de 40. Segundo as estatísticas a resposta foi rápida, visto que o rendimento alfandegário da colónia que diz respeito ao comércio lícito quase duplicou em vinte anos(1). Os lucros dos sertanejos começaram, porém, a baixar. Até ao ano de 1846 regulava «tudo às mil maravilhas usufruindo o sertanejo e aqueles [pombeiros], lucros avantajados em todas as viagens (...)». A partir dessa data «as despesas e os desperdícios foram em crescente aumento»(2).

---

(1) Tendo-se verificado em 1847 uma importação de 1 141 000$000 e uma exportação de 680 000$000 passaria em 1867 respectivamente para 1 330 000$000 e 1 188 000$000 atingindo em 1870 os 2 202 000$000 e os 1 704 000$000. José Baptista Andrade, «Relatório do Governador Geral de Angola de 1873», *Relatórios dos Governadores da Província de Angola*, Lisboa, s.d. pp. 91 e 92.

Quanto ao marfim passou de 2288 quilogramas em 1832 para 51 000 quilogramas em 1870. Guilherme A. de B. Capelo, «Relatório do Governador Geral», p. 28.

(2) B. P. M. P., *Viagem e Apontamentos*, vol. 5.º, pp. 208-209. 15 de Outubro de 1868.

A verdade é que, apesar destes desaires não convinha ao sertanejo decepcionar o seu grupo de colaboradores, que lhe garantia os serviços, nem reduzir os lucros do «armador» que lhe concedia o crédito. Para assegurar a longo prazo a sua posição de intermediário exclusivo, devia evitar que os primeiros tentassem substituí-lo nas suas funções e o segundo lhe reduzisse o crédito.

O mecanismo de expansão da economia mercantil nesta área é conhecido apenas nas suas linhas gerais. Sem querermos apresentar trabalho definitivo e apesar das enormes lacunas, procuraremos aprofundar o assunto como já se fez para a África Ocidental a norte de Angola(1). O novo tipo de relação que veio a estabelecer-se entre o sertanejo e o «armador» esteve longe de lhe dar autonomia financeira correspondente às responsabilidades e iniciativas que era obrigado a tomar por conta própria. O «armador» continuou a controlar toda a vida financeira do seu antigo «aviado» visto que, por hábito tacitamente aceite, cada sertanejo contactava uma única firma, constituindo-a sua procuradora na cidade. A conta corrente que se estabelecia entre as duas partes reunia a totalidade ou quase totalidade dos proventos e dos gastos do sertanejo. Na coluna do *deve* a firma inscrevia o valor das mercadorias que lhe fornecia a crédito sobreavaliadas 100 % em relação ao preço do litoral. Uma vez feitas as transacções no interior o sertanejo regressava a Benguela e entregava à firma todos os produtos obtidos que eram inscritos na coluna do *haver* pelo preço corrente na cidade. Se a conta corrente era fechada com saldo positivo a favor do sertanejo, este recebia uma carta de crédito cujo valor podia levantar em fazendas e nunca em dinheiro. Ora essas eram-lhe debitadas com a costumada usura

---

(1) C. W. Newbury, «Credit in Early Nineteenth Century west African Trade», *Journal of African History*, XIII, 1, 1972, pp. 81-95.

de 100 % o que lhes reduzia o lucro a metade. Quando muito, a firma, como sua procuradora, encarregava-se de satisfazer os raros pagamentos que ele necessitava cumprir em dinheiro. Estas verbas eram inscritas na coluna do *deve* e reembolsadas sempre em produtos coloniais. O grande sertanejo não possuía dinheiro, dispunha apenas de bom crédito necessário a fazer girar o negócio.

Entre 1842 e 1870 a média anual das verbas transaccionadas por Silva Porto andou pelos 14 000$000 catorze contos de réis fracos. Embora esta média não seja muito significativa, dado que as suas «facturas» aumentaram de valor ao longo dos anos, trata-se de um ponto de referência que não deve deixar de se ter em conta(1).

Com uma «factura» recebida em Benguela e debitada na sua conta corrente o sertanejo precisava: comprar quantidade de marfim que em Benguela lhe fosse creditada por valor igual ao que fora atribuído às fazendas recebidas; dar vantagem ao grupo social que de perto ou de longe estava ligado ao comércio de longa distância e cujo número ia em aumento considerável; tirar o seu próprio lucro. O sertanejo não podia deixar de atender a estes requisitos, contudo, esforçou-se por limitar ao indispensável a situação de dependência em que se encontrava. Com essa finalidade lançaria mão de expedientes contabilísticos, de fornecimento e de comercialização. Expedientes nem sempre eficazes, mas cujo conhecimento é indispensável para a compreensão da sua vida comercial.

A contabilidade do sertanejo, apesar de rudimentar e fragmentária, não deixa de ser complexa e hábil. As características do negócio (sujeito a riscos, dependente da oportunidade, dirigido a variadas zonas) resultava em grandes oscilações na

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 6.º, p. 224. 2 de Setembro de 1870.

equivalência entre as mercadorias europeias e os produtos naturais. Sem qualquer possibilidade de fazer um seguro que o protegesse da falência, o sertanejo iria ele próprio, tal como o seu «armador», substituir a seguradora, sobreavaliando a mercadoria num preço suficientemente alto de forma a que o pagamento à firma estivesse sempre acautelado e o seu crédito certo(1).

Na primeira fase do circuito comercial, isto é, entre o litoral e o entreposto do Bié, as mercadorias sofriam uma pequena valorização sobre o preço do «armador».

Valorização das mercadorias europeias entre o litoral e o Bié

(Alguns exemplos para os anos entre 1841 e 1847(2)

MERCADORIAS	PREÇOS (réis fracos)		
	BENGUELA		BIÉ(4)
	corrente(3)	no«armador»	
Peça de pintado	4$000 a 3$500 (1847)	+100%	7$000 (1841)
Peça de zuarte do mais barato (tipo inglês) ..	4$000 a 3$500 (1847)	+100%	8$000 (1842)
Peça de fazenda de lei	2$000 a 2$200 (1847)	+100%	5$000 (1841)
Armas reunas	4$000 (1847)	+100%	10$000 (1845)
Armas lazarinas	5$000 (1847)	+100%	10$000 (1845)
Pólvora (libra)	$280 a $300 (1847)	+100%	$600 (1846)

(1) Ibidem, *idem*, vol. 2.º, p. 324. 26 de Julho de 1862.

(2) Não dispomos de preços para o mesmo ano no litoral e no Bié. No entanto, dado que se verificou uma pequena oscilação de preços entre 1840 e o final da década de 50, julgamos ser lícito comparar preços de períodos afastados até cinco anos com uma margem de erro diminuta.

(3) Preços retirados do *Boletim Oficial de Angola*.

(4) Preços retirados de Silva Porto, *Memorial de Mucanos*.

No Bié, a principal unidade de troca para alimentos e todos os produtos em geral, exceptuando o marfim e os escravos, era o *pano*. Cada *pano* media uma jarda e entre 1840 a 1858, inclusive, valeu invariavelmente no Bié $400 réis, fosse qual fosse a qualidade do tecido. Havia ainda outras unidades de troca menos utilizadas que podemos considerar múltiplos do pano: a *beca* — 2 jardas, o *lençol* — 4 jardas, a *quirana* — 8 jardas.

Não é possível avaliar o lucro que o sertanejo obtinha com a divisão da peça em panos, visto que, para esta época, não sabemos qual a quantidade de tecido de cada peça. É provável que resultasse em vantagens muito superiores às que se apresentam no quadro anterior. Não só porque se tratava de venda a retalho, mas também porque a maioria dos pagamentos se fazia em fazenda sortida, com predominância dos tecidos mais baratos.

De qualquer modo a intensidade das relações com o litoral e a abundância de manufacturas europeias não permitiam grande valorização. Digamos que, para o sertanejo, a permanência no entreposto ficava cara.

Era na segunda fase, entre o Bié e o mercado de compra, que as mercadorias atingiam o máximo de sobreavaliação chegando, no final da época, em alguns casos, aos 300% sobre o preço da factura. Não sendo possível completar sequências de preços para uma data anterior, apresentaremos exemplos para o ano de 1881.

A partir do Bié para o interior a avaliação das mercadorias em réis torna-se extremamente rara. Exceptua-se o caso de cedência de fazendas a um colega desprevenido e ao qual se entrega uma nota de débito com o preço atribuído de acordo com o local, de modo a não sofrer prejuízo.

O sertanejo sai para o sertão com a sua «factura» avaliada no conjunto numa determinada verba em réis. Verba essa muito superior ao valor contabilizado na sua conta corrente com a firma comercial que a forneceu. A partir daí passa a

Valorização das mercadorias europeias entre o «Armador» e o Sertão (1881)

MERCADORIAS	PREÇOS (réis fortes)			PERCENTAGEM	
	BENGUELA («armador»)	BIÉ	SERTÃO(1)	BIÉ	SERTÃO
Peça de pintado	1$500	2$000	6$000	33	300
Peça de lenços finos ...	1$300	1$500	4$000	15	207
Peça de riscado		1$000	4$000		
Peça de zuarte fino ..		1$350	4$000		

usar outra unidade de troca, o *banzo*, e a fazer a sua contabilidade baseado nessa moeda mercadoria.

O *banzo*, já usado para a compra de escravos, foi adoptado no comércio de marfim. Constava de 56 panos, um maço de missanga, um macete de roncalha fina, dois fios de coral e almandrilha, um arratel de pólvora a que se juntavam mais 28 panos para encargos vários de transporte (12 para o carregador, 8 para o pombeiro), alimentação do carregador (4 panos) e tributo de passagem (4 panos). Aos pombeiros não eram entregues peças de tecido ou maços de missanga, mas *banzos* devidamente acondicionados dos quais eles deviam dar contas em marfim. Cada *banzo*, que antes comprava um escravo, devia corresponder a um dente de marfim de lei superior a 32 libras. Na falta, seria trocado por marfim meão ou miúdo a prefazer o mesmo peso e na falta deste ainda por um escravo(2).

---

(1) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Caixa 2, Pasta 6, Carta de Adriano dos Santos Gil a Silva Porto.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, p. 207. 15 de de 1868.

Foi-lhe dado o valor convencional de 40$000, mas na realidade esta verba era já o resultado de uma sobreavaliação do pano que não pudemos calcular por falta de dados(1). A prova de que se trata de um valor meramente teórico é que os 40$000 por *banzo* foram mantidos, pelo menos entre 1846 e 1881, apesar de as oscilações de preços das mercadorias que o constituíam(2).

Antes do aumento da procura, um *banzo* comprava de 30 a 60 libras de marfim(3). Rodrigues Graça em 1846, na Lunda, obteve uma média de 60 libras de marfim por cada *banzo* (4). Portanto transformou os 40$000 réis de fazendas em 72$000 de marfim. Trata-se de um lucro confessado de 80%, mas na realidade ele atingia nesta época os cem por cento segundo várias referências de Silva Porto.

Os lucros do negócio do sertão eram muito irregulares variando de transacção para transacção, mas continuaram sempre a ter como termo de comparação os lucros de 1846. Manter na prática o poder de compra das manufacturas europeias de fraca qualidade, impondo a equivalência de um *banzo* — um dente de marfim de lei, vai ser o cavalo de batalha dos sertanejos. Daí a necessidade de contactar novas regiões em que pudessem recriar as condições iniciais de acesso e manter ou até aumentar a taxa de sobreavaliação da «factura» imposta pela sua contabilidade.

---

(1) Conhecemos o preço das peças de tecido, mas ignoramos a sua medida que chegava a variar de 12 jardas a 30 jardas.

(2) Ver quadro n.º, 2, págs. 398-400.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, p. 208. 15 de Outubro de 1868.

(4) Rodrigues Graça, «Expedição ao Muatayânvua», p. 466. Com 418 *banzos* (16 720$000 réis) comprou marfim que avaliou em 30 000$000, trinta contos de réis. Nesse ano a libra de marfim de lei em Luanda valia 1$200 réis. Daí a conclusão de que cada *banzo* comprou 59,808 libras de marfim.

Também a comercialização requeria precauções destinadas a limitar os riscos, para além das habituais medidas de segurança que se tomavam na organização das caravanas. Um fornecimento trazido do litoral nunca era transaccionado no sertão por uma única comitiva. Subdividia-se pelo menos em duas «facturas» entregues a duas caravanas que se dirigiam a diferentes zonas abastecedoras. Foram estes expedientes que, até meados da década de 70, se não permitiram ao sertanejo controlar os riscos e segurar o nível dos lucros, garantiram-lhe o crédito em Benguela.

Para alcançar um lucro pessoal que não se traduzisse apenas em crédito, o sertanejo não tinha muitas opções. Subtrair algum marfim ao apertado controlo do armador e vendê-lo a outros compradores era possível mas arriscado, dada a pequenez do meio e a falta de contactos. Reunir marfim de boa qualidade e guardá-lo em casa, como pé de meia, foi muitas vezes a solução encontrada para assegurar alguma independência económica.

Deve dizer-se, no entanto, que, dado o isolamento e a pouca informação dos sertanejos, as condições postas pelas firmas não foram directamente contestadas nesta época.

O montante da usura praticada pelo «armador» não era bem avaliado pelo sertanejo. Os poucos contactos que estabelecia com a sociedade portuguesa eram canalizados pelas firmas que o mantinham numa dependência não só económica mas também social e de informação. Por isso, até à década de 70, os sertanejos atribuíam aos encargos pagos localmente uma importância decisiva para a diminuição dos lucros(1) ignorando ou minimizando os outros factores.

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol 2.º, p. 131. 19 de Janeiro de 1861.

1.3 — O Eldorado do marfim

1.3.1 — *O acesso privilegiado*

A procura do contacto directo com zonas ricas em marfim, não exploradas, levou o comércio de longa distância do Bié a alargar o seu raio de acção até ao Barotze. A partir de 1846, assistimos à integração, na rede comercial de Angola, de uma vasta zona que se estendia desde a confluência do Lungué-Bungo com o Zambeze até ao Baixo Cuando, no sul, e às Cataratas Moziatunia (Cataratas Vitória), a leste.

O avanço em direcção à nova área ficou-se devendo a uma série de iniciativas tomadas por Silva Porto a que os chefes do Barotze corresponderam com semelhante empenhamento. De parte a parte se fizeram esforços de aproximação de modo a incluir o Barotze na esfera de acção do comércio do Bié através do negócio do marfim.

Tendo regressado de Benguela em fins de Março de 1845 na posse das novas directrizes do seu «armador», Silva Porto, coadjuvado por empregados experientes, vai abrir caminho até uma terra rica cuja fama corria entre os sertanejos havia alguns anos. Tratava-se do Lui ou Brose (Barotze), terra do povo Lozi, no Médio Zambeze, recentemente dominada pelos Macorrolos, cuja conquista avançava a partir do sul em direcção ao norte(1).

---

(1) Os Macorrolos dominaram o Lui entre c. 1840 e 1864. Sebituane (Xebitane), chefe macorrolo venceu Sanduro (Mulambuva), chefe Lozi, passando a dominar uma vasta região que se estendia no sentido norte sul pela planície alagadiça do Lui, desde a Nariere (Naliele), antiga capital Lozi, até Rinhande (Linyanti), capital fundada pelos Macorrolos, no Baixo Cuando e Quiceque (Sesheque), já próximo das cataratas Vitória. Os antigos chefes Lozi ficaram acantonados para norte da Nariere na região de Nhengo e Locullo.

«Eram tais as maravilhas que circulavam desta Califórnia em perspectiva» que valia a pena empreender a sua descoberta «fossem quais tivessem de ser os sacrifícios a fazer»(1). Na verdade, o contacto directo com o Lui apresentava sérias dificuldades. As informações eram obtidas na terra do Lutembo, nas margens do rio do mesmo nome, chefiada pelo soba Cabitta e frequentada por sertanejos do Bié que ali encontravam marfim vindo do Lui. O chefe do Lutembo desempenhava junto dos suseranos Lozi um papel de intermediário, semelhante ao Jaga do Cassange em relação ao Muatiânvua. Na intenção de manter o exclusivo do negócio do marfim, impedia a passagem dos sertanejos do Bié para o Lui obrigando-os a recorrer à sua intervenção para se fornecerem(2). Silva Porto apercebeu-se da necessidade de ultrapassar o intermediário, mas não estava preparado para executar um plano tão audacioso. As suas experiências como viajante do sertão além Cuanza limitavam-se a duas viagens ao Muatanjamba (a 2 dias de distância de Belmonte) em 1840 e 1841(3). Por isso aproximou-se de sertanejos experientes, frequentadores da terra do Lutembo. Um dos que se encontrava nessas condições, Joaquim Mariano, foi contratado como caixeiro com a finalidade expressa de atingir o Lui(4).

---

(1) *Silva Porto e Linvingstone*, p. 16.

(2) *Idem*, ibidem.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 80. 12 de Dezembro de 1847.

(4) A darmos crédito a Joaquim Mariano, que em 1879 escreve duas cartas a Silva Porto recordando-lhe os velhos tempos em que lhe mandara pedir que abrisse caminho para o Lui, ele próprio «já ali trazia negócios de marfim cera e escravos». No entanto é possível que, passados mais de 30 anos, ele empolasse o seu papel na iniciativa de contactar o Lui como justificação para reclamar salários antigos e fazendas de que carecia para o negócio. Silva Porto respondeu-lhe «que V. m.ce tem uma dívida muito grande, mesmo do tempo antigo de que fala na sua carta e por esse motivo nada lhe

É muito provável que tenha sido Joaquim Mariano o chefe da primeira caravana enviada por Silva Porto ao Lui em 1845 e à qual depois de difíceis negociações no Lutembo, foi franqueada a passagem. Cabitta abriu «as portas de par em par para a terra da promissão (. . .)» não sem se fazer pagar por isso e exigir garantias para o comércio da sua própria terra(1).

A caravana desceu então até Locullo ou Nova Lui onde contactou Riumbo (chefe Lozi)(2) que ali se refugiara com a sua gente fugido aos exércitos de Sebituane (chefe Macorrolo)(3). O ambiente era ainda de guerra entre vencidos e vencedores. Os próprios componentes da caravana participaram nos preparativos de defesa, senão na luta, dos Lozi contra os Macorrolos, rodeando a povoação de Riumbo com um muro de pau-a--pique que «o tornou invencível contra as lanças do seu inimigo»(4).

A instabilidade política da zona não prejudicou nem o negócio nem as relações entre visitantes e anfitriões, tendo-se até verificado uma «boa camaradagem entre naturais e estranhos»(5). A prova disso é que, em 1847, Silva Porto tornou a enviar a sua gente ao Lui. A caravana partiu a 26 de Novembro de 1847 sob a direcção de Joaquim Mariano e Francisco Monteiro da Fonseca. Para uma melhor informação sobre o

---

mandei, nem mando (. . .)». S. G. L. «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, Pasta 4. Cartas de Joaquim Mariano a Silva Porto com resposta deste. Bié 22 de Junho de 1879 e 21 de Julho de 1879.

(1) *Silva Porto e Livingstone*, p. 16.

(2) Riumbo, chefe Lozi expatriado, era filho de Cacoma Mulonga ou Sanduro (Mulambuva).

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 93. 22 de Janeiro de 1848.

(4) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 224.

(5) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 93. 22 de Janeiro de 1848.

itinerário seguido, o patrão recomendou que fosse feito um diário de viagem. Ignoramos qual dos dois o escreveu ou se nele colaboraram ambos. A verdade é que graças à sua escrita rude, o patrão pôde ir tomando melhor conhecimento da forma como se desenrolava na prática o trabalho destes pioneiros(1).

Neste ano de 1847, o problema de eliminar o tampão do Lutembo continuava em parte por resolver. O soba Cabitta exigia tributo de passagem às comitivas e cobrava dentes de marfim no valor proporcional ao das cargas que atravessavam o rio Lutembo(2). A fim de evitar despesas e perdas de tempo, Silva Porto deu ordem aos chefes da caravana para procurarem «por todos os meios ao seu alcance passagem para o Lui que não fosse a da terra já citada»(3). A verdade é que não existia outro trilho conhecido. A caravana seguiu o caminho habitual encontrando-se nas margens do Lutembo a 27 de Dezembro. Cabitta aumentou o preço pela abertura do caminho para «um país de riqueza». Além da obrigatoriedade de ficarem duas pessoas no Lutembo à compra de cera e marfim e do pagamento de um tributo considerado razoável pela comitiva, exigiu um presente suplementar(4).

---

(1) Qualquer dos dois caixeiros possuía uma caligrafia difícil de interpretar e uma ortografia desastrosa. Silva Porto burilou o texto que lhe foi fornecido pelos caixeiros em 1847 tendo mais tarde, em 1869, feito alguns acrescentos no que diz respeito à descrição dos territórios e das populações que entretanto tivera ocasião de conhecer pessoalmente. B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, pp. 71-94. 26 de Novembro de 1847 a 22 de Janeiro de 1848.

(2) *Silva Porto e Livingstone*, pp. 16 e 17.

(3) *Idem*, ibidem.

(4) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, pp. 85-87. 28 a 30 de Dezembro de 1847. O tributo oferecido pela caravana consistiu em 160 côvados de fazenda sortida, um barril de pólvora, uma arma, um casaco de chita, missangas, sal e tabaco, tudo no valor de três escravos ou três dentes de marfim. O tributo suplementar não vem especificado.

Franqueado o caminho a 30 de Dezembro, chegavam às margens do Zambeze a 17 de Janeiro de 1848. Na altura o rio encontrava-se inundado com a aparência de um grande lago. Os Lozi transportaram a caravana em grandes canoas que levavam seis horas a fazer a travessia. Gastaram neste trabalho três dias, de 19 a 21 de Janeiro.

Aguardava-os uma recepção amistosa por parte do chefe do país e da população em geral. «Dirigimo-nos para a libata grande do país, onde encontrámos o seu chefe, já prevenido da nossa visita, à nossa espera, rodeado de titulares e grande ajuntamento do povo; tomando assentos, fomos depois cumprimentados geralmente, e terminado que fosse esse acto, fizemos ver que: depois de uma viagem de custosa fadiga aportávamos finalmente à terra cuja hospitalidade nos havia sido grata e a bem dizer recente, para que o pudéssemos olvidar, esperando a continuação dos mesmos obséquios na presente ocasião, para que as relações de boa camaradagem entre naturais e estranhos continuasse inalterável pelo correr do tempo»(1).

Apesar de Locullo ser apenas o local de refúgio dos Lozi expatriados, sob a chefia do altivo soba Riumbo, constituía um excelente mercado para os sertanejos do Bié que não deram por mal empregado o pesado tributo pago para abrirem caminho até lá. «É país de grande extensão, com imensas terras que lhe são tributárias, cujos sobas anualmente seguidos do seu povo, se apresentam com o tributo do marfim, escravos, canoas, escudelas, peles de toda a espécie de animais silvestres, cereais, viandas, mel, sal e finalmente frutas na estação própria»(2).

Firmadas as boas relações com o Lui, Silva Porto colocou em plano muito subalterno as outras áreas fornecedoras de

---

(1) Ibidem, *idem*, pp. 92-93. 22 de Janeiro de 1848.

(2) Ibidem, *idem*, p. 94. 22 de Janeiro de 1848.

marfim. Nos primeiros anos enviara pombeiros ao Mucusso integrados nas caravanas de Guilherme José Gonçalves, o grande comerciante daquela zona. Mas dado que a terra não comportava grande afluência de comerciantes, decidiu afastar-se evitando uma concorrência nociva a ambos. Iria dedicar-se a partir de então quase exclusivamente à sua nova descoberta que, de viagem para viagem, oferecia melhores perspectivas.

Em 1849 enviou terceira caravana. Seria esta comitiva que, na viagem de regresso, conseguiria eximir-se ao pagamento de tributo no Lutembo. Guias africanos ensinaram-lhe um novo trilho desde Locullo até ao Cuti encontrando-se aí com as rotas já conhecidas do Cuando que desciam para o Mucusso(1). No ano seguinte, em 1850, teve lugar a quarta viagem. Quatro viagens em apenas cinco anos, todas elas dirigidas ao Locullo.

Tal intensidade de relações não podia passar despercebida aos conquistadores Macorrolos estacionados ao sul na Nariere (Naliele), a poucos dias de viagem de Locullo. Aliás eles davam maior importância ao comércio externo do que os próprios Lozi(2). Após a conquista era-lhes necessário dominar o vasto império Lozi e defendê-lo contra a invasão Ndebele, o que implicava a posse de armas(3). No Baixo Cuando os Macorrolos tinham já acesso a manufacturas europeias, que apreciavam bastante, especialmente as armas de fogo(4). É possível que as obtivessem através do intermediário do Mucusso

---

(1) O Cuti situava-se junto à nascente do rio Cuti ou Cuchibi afluente do Cuando.

(2) Mutumba Mainga, *Bulozi Under the Luyana Kings Political Evolution and State Formation in Pre-Colonial Zambia*. London, 1973, pp. 82-83.

(3) Gerald L. Caplan, *The Elites of Barotseland, 1878-1969. A Political History of Zambia's Western Province*. London, 1970, p.11.

(4) *Livingstone's Privates Journals 1851-1853*. London, 1960, pp. 41 e 42.

ou que recentemente tivessem sido contratados por caravanas do Bié ou Quilengues, através do Cuando(1).

Sebituane (Xebitane) ao ter conhecimento da presença de «Macuas do Ocidente» em Locullo, comerciando com os Lozi, desejou atraí-los até à Nariere. Na intenção de afastar os seus inimigos do caminho das caravanas, Sebituane mandou fazer guerra a Machico (Masiko), sucessor de Rimbua(2). Atacado, Machico viu-se obrigado a refugiar-se mais ao norte(3) ficando a povoação de Locullo abandonada.

Quando a caravana do Bié chegou às margens do Zambeze e deu o sinal para chamar os canoeiros «o silêncio (. . .) foi a resposta que os negociantes obtiveram».

Informados do que se passara, os chefes da caravana decidiram descer o rio no intuito de estabelecer relações com o chefe macorrolo. Era uma iniciativa extremamente arriscada e viria a ser decisiva para o comércio do Bié. Ainda que guiada por dois homens da tribo Nhengo, a caravana fez um autêntico corta mato, visto que, se algum trilho existia, era difícil de seguir e encontrava-se invadido pela vegetação. Tal aventura seria recordada trinta anos depois pelo seu protagonista, Joaquim Mariano, lembrando ao patrão o quanto lhe ficara devendo por se ter arriscado tanto.

«E por fim lembrei eu mesmo sem V. S. saber e nem mandar fui roçar matos riscando a minha vida até que fui esbarrar o novo sertão do Genge e por fim V. S. chegou a ir ter miradas com Escheto (Xiquereto) (. . .)»(4).

---

(1) Cf. Eric Flint, *Barotseland in the Kololo Period*, pp. 74-75.

(2) *Silva Porto e Livingstone*, p. 18.

(3) O local do segundo refúgio dos Lozi situava-se nas vertentes do Lunga, afluente do Rio Cabombo, quinze dias distante da povoação primitiva. S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.°, pp. 224-225, numeração a lápis.

(4) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, Pasta 4. Sertão do Genge significa terra habitada pelos Macorrolos. Xiquereto foi o sucessor de Sebituane.

Ao chegar a Ribonda (Libonta), na margem esquerda do Zambeze, suspenderam a marcha temendo a recepção dos Macorrolos. Pouco depois foram contactados e conduzidos à Nariere, por ordem do rei(1). Repetia-se aqui o mesmo clima de boas vontades que se verificara entre os Lozi. Os comerciantes já eram esperados. À chegada foi-lhes oferecido um dente de elefante, um boi e grande porção de mantimento. No dia seguinte foram recebidos na praça pública pela corte e pela população em geral. Ao centro, a curta distância da residência real. Sebituane (Xebitane), o rei macorrolo, Pepe (Mpepe), o seu lugar-tenente no Lui, Xiquereto, seu filho e sucessor, Borrolo (Mpololo), seu irmão e mais pessoas da família real estavam sentadas em bancos rasos. Em redor, apinhado e sentado no chão, o povo ávido de novidades. Feito silêncio, levantou-se Joaquim Mariano, o chefe da caravana, para dar conta da terra donde vinha, de quem o enviara e das intenções que trazia de estabelecer relações de amizade com o chefe do país. Um intérprete fez a tradução da língua dos Ganguelas, utilizada pelo chefe, para o macorrolo, língua diversa da usada pela população Lozi. Xebitane confirmou-lhes então que fora ele próprio quem mandara afastar Machico do caminho, para que as caravanas comerciais pudessem descer até à Nariere(2). Finalmente trocaram-se os presentes, o que não significava outra coisa senão o princípio das trocas comerciais. O sertanejo entregava ao chefe africano a «factura» que trazia para transaccionar, como se de um presente se tratasse esperando depois pela contrapartida em géneros.

Em que consistiram as transacções das quatro primeiras viagens ao Barotze (entre 1845 e 18750) contactando as três primeiras com os Lozi e a última com os Macorrolos? Silva

(1) Livingstone diz que foi o próprio Sebituane que se deslocou a Libonta a fim de persuadir a caravana a avançar até à Nariere. *Livingstone's Private Journals 1851-1853*, p. 42.

(2) *Silva Porto e Livingstone*, pp. 17 e 18.

Porto afirma claramente que as promoveu para eliminar o intermediário do Lutembo entre o comércio do Bié e o marfim do Barotze. Livingstone, que presenceou as negociações ou foi informado em Agosto de 1851 sobre a estada da caravana, junto de Xebitane, dá uma versão diferente. Diz ele que os *mambari* (componentes da caravana) se negaram a receber marfim, porque apenas procuravam escravos e que participaram com os Macorrolos numa razia ao Miqueselumbe para os obterem(1). Quanto a Joaquim Mariano ele próprio nos esclarece sobre o seu comércio pessoal. Diz ele que nesses tempos trazia no Lui negócio de «marfim, cera e escravos»(2). O que parece verosímil é que as primeiras transacções tenham sido mistas, isto é, tenham incluído marfim e escravos. O marfim era uma mercadoria que só então começava a dar ganhos e não seria prudente empregar nela toda a fazenda. Os escravos constituíam a mercadoria tradicional, de lucro certo, de que naturalmente os caixeiros só prescindiram a pouco e pouco com as devidas cautelas.

O Lui não era um bom mercado de escravos. Silva Porto confirma-o ao descrever os hábitos dos Lozi e dos Macorrolos. «Finalmente no hábito das duas tribos não existe o da venda do escravo como semelhantemente é da praxe entre as restantes tribos»(3). A própria economia do Barotze necessitava grande número de homens, estando os seus habitantes mais interessados em adquirir escravos do que em vendê-los. Os escravos que obtinham nas razias aos povos vizinhos destinavam-se a ser distribuídos pela própria população de preferência a serem vendidos aos traficantes(4).

---

(1) *Livingstone's Private Journals 1851-1853*, p. 43.

(2) Carta de Joaquim Mariano a Silva Porto de 21 de Junho de 1879. S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, Pasta 4.

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.°, p. 182, numeração a tinta. Fevereiro de 1853.

(4) Eric Flint, *«Barotseland in the Kololo Period»*, pp. 75-76.

Na década de 50, obrigados a apresentar avultadas quantidades de marfim para pagar as facturas, antes saldadas em escravos, os grandes sertanejos do Bié, uns após outros, vão orientar as suas caravanas para o Lui. A partir de 1852 Silva Porto passou a tomar parte em algumas viagens àquele país levando como intérprete e guia Joaquim Mariano. Sertanejos, como Caetano José Ferreira, Norberto Pedro de Senna Machado e Ladislaus Amerigo Magyar contactaram os Macorrolos em Rinhande seguindo um itinerário através do Cuando(1). Também Guilherme José Gonçalves, João Gonçalves da Costa e Luís Albino Rodrigues passaram a negociar com o suserano do Lui antes de 1852(2).

A terra da promissão dos anos 40 tornou-se um verdadeiro «Eldorado», onde um povo «de costumes simples e não corrompidos» desconhecia ainda o valor comercial do marfim(3). A abundância dos produtos naturais, a raridade das mercadorias europeias e a hospitalidade da população, faziam do Lui a área mais favorável ao comércio do marfim, entre todas as outras frequentadas na época.

O suserano do Lui, que detinha o monopólio do comércio externo, dominava uma vastíssima região, habitada por elefantes, desde as margens do Loengue-Cafué, a oriente, até ao

---

(1) Os dois primeiros partiram com Silva Porto a 20 de Novembro para o Lui mas separam-se a 16 de Janeiro de 1853. Silva Porto seguiu para o leste em direcção a Catongo no Médio Zambeze. Caetano José Ferreira e Norberto Pedro de Senna Machado dirigiram-se para o Sul pelas vertentes do Cuando. *Silva Porto e Livingstone*, pp. 24 e 25. Quanto a Magyar, entre 1852 e 1854 percorreu o Cuanhama, Bechuanalândia chegando ao Calaári. N. de Kun, «La vie et le voyage de Ladislaus Magyar dans l'interieur du Congo en 1850-1862», *Buletin des Scéances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer*, Bruxelles, 1960, 6, 4, pp. 605-636.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1, p. 28. 2 de Junho de 1858.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 1.º, p. 94. 22 de Janeiro de 1848.

Baixo Cuando, a ocidente. Dentro dos seus domínios situavam-se regiões tão ricas em marfim como o Miqueselumbue a leste, e o Mazaze a sudoeste, por onde os pombeiros se disseminavam sem o perigo de fazerem concorrência uns aos outros(1). Os caçadores do suserano monteavam grande quantidade de elefantes e os tributários eram obrigados a apresentar contribuições em marfim. Além disso nas razias que levavam a efeito quer no Miqueselumbue quer nas terras do Baixo Cuando até ao Mucusso, os seus exércitos apresavam quantos dentes encontravam nas povoações. Para além da facilidade de abastecimento, havia ainda a acrescentar a óptima qualidade do marfim: muito pesado, claro e de grandes dimensões. De entre o «melhor marfim exportado de todas as terras gentílicas, tem a primasia sobre o geral o saído destas paragens, sendo raro um elefante morto com pontas de marfim miúdo. Geralmente são pontas de marfim de lei; de trinta e duas a cem libras em geral marfim claro»(2). Era este marfim que mais lucro dava, visto que o sertanejo comprava os dentes à unidade, aos africanos, e os vendia a peso, no litoral.

Todo o marfim que o soba recebesse, quer dos caçadores quer dos tributários, durante a permanência do sertanejo no local, era escrupulosamente entregue em paga da «factura».

À abundância e à qualidade dos produtos naturais correspondia a novidade e a raridade das mercadorias europeias, cujo fornecimento era praticamente um exclusivo do comércio

---

(1) O suserano do Lui permitia que os pombeiros fossem fazer negócio às terras circunvizinhas, mas vedava-lhes as florestas mais ricas do Miqueselumbue, nas vertentes do Cafué, e Mazaze, nas nascentes do Luena afluente da margem esquerda do Zambeze. Os prevaricadores, quando postos a descoberto, eram desapossados do marfim.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, pág. 73, numeração a tinta. Abril de 1853. Diz Silva Porto que os dentes de elefante para sul do Loengue têm o ôco muito menor do que os outros, tornando-se mais pesados e portanto mais valiosos.

de Angola. Deste modo as fazendas suportavam enorme sobreavaliação entre o litoral e o mercado de compra do marfim.

Para além do aspecto estritamente comercial, a hospitalidade, sem qualquer espécie de exigências, não pode deixar de se apontar como um forte atractivo para o sertanejo. No Lui o suserano não cobrava o tributo da *quibanda* para autorizar a dispersão dos pombeiros pela sua terra. Eram desconhecidos os mucanos e toda a engrenagem de julgamentos e indemnizações que desencadeavam. Os magnates da corte e as mulheres do rei aceitavam alguns fios de missanga como presentes. A caravana era praticamente suprida de alimentos pelo suserano ou adquiria-os por preços insignificantes entre a população.

As condições oferecidas pelo Lui eram tanto mais vantajosas para os comerciantes do Bié, quanto estes desfrutavam de acesso privilegiado ao mercado.

Nos primeiros anos não existia qualquer concorrência. Depois com o avanço da década de 50, limitava-se ao grupo de sertanejos do Bié que, por acordo tácito, se distribuíam por épocas diferentes, de modo a não concorrerem uns com os outros(1).

Silva Porto, que visitou o Barotze em 1852(2) e 1858, conta como se passavam as coisas nos primeiros tempos. «Quando principiámos, éramos nós o único concorrente a afrontar o suserano do Lui encontrando sempre o marfim

---

(1) Os sertanejos da segunda plêiade evitavam juntar-se no mesmo mercado. Acontecia muitas vezes chegar um, quando outro acabava de levantar, mas nunca fazerem negócio ao mesmo tempo. Quando muito enviavam alguns pombeiros integrados na caravana do colega.

(2) Esta viagem tornou-se bem conhecida, visto integrar-se na travessia entre Angola e Moçambique promovida pelas autoridades angolanas tendo sido o seu diário publicado no «*Boletim Oficial de Angola*» de 1854, n.os 446 e 451 a 456 e nos *Annais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1856-1858.

empilhado, e que nos era logo entregue à nossa chegada, satisfazendo para mais a factura que recebia das nossas mãos, acrescendo o marfim que continuamente afluía do tributo das várias tribos do seu vasto país; (...)»(1).

Em poucos dias podia transaccionar-se uma «factura» e regressar com uma quantidade de marfim considerada suficiente para dar bons lucros. Aliás, se o sertanejo desejasse aumentar o aprovisionamento, bastava-lhe esperar mais alguns dias pela chegada de caçadores ou tributários. Em 1858, na sua segunda viagem, Silva Porto entregou nas mãos de Hiquereto a totalidade da «factura» no dia 11 de Agosto. A 23 recebia do rei quantidade de marfim que considerou suficiente para fechar o negócio e a 27 fazia as despedidas(2).

A segunda plêiade de sertanejos do Bié tinha encontrado no mercado de compra as condições práticas que lhe permitiam reconverter o tráfico de escravos num comércio de produtos naturais. O marfim, uma mercadoria tradicionalmente secundária, podia agora constituir o objecto do negócio sem acarretar grave redução nos lucros. Acesso privilegiado, preços baixos, viagens rápidas, pequenas despesas de estadia, se não eram suficientes para tornar o comércio do marfim tão lucrativo como o dos escravos, não deixavam de oferecer um verdadeiro Eldorado aos comerciantes.

1.3.2 — *O aparecimento da concorrência*

No princípio da década de 60, porém, as coisas estavam já a mudar.

Circuitos comerciais com origem em diversos pontos da costa africana começavam a sobrepôr-se no centro do conti-

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 99. 23 de Novembro de 1860.

(2) Ibidem, *idem*, pp. 49-53. 11 a 27 de Agosto de 1858.

nente. As últimas ramificações dessas redes mercantis que nas décadas antecedentes se tinham encontrado esporadicamente(1), passaram, a partir de agora, a entrar em choque. No Eldorado do marfim (Lui e terras dependentes) a frequência dos confrontos adquiriu rapidamente o carácter de concorrência comercial. Surgia a concorrência no mercado de compra e em cosequência as condições obtidas pelos sertanejos do Bié iriam alterar-se.

O Lui e os seus domínios atraíam três grandes redes comerciais com origem em Angola, Zanzibar e Cabo. A maioria, senão todos os sertanejos do Bié e alguns de Pungo Andongo afluíam àquela região. Os árabo suaílis e a gente da Biça, eles próprios em competição pelo controlo do marfim na zona oriental(2) frequentavam o Miqueselumbue e o Mazaze, as melhores fontes abastecedoras do suserano do Lui. Os ingleses ou africanos ligados a eles, começavam a aparecer na margem sul do Zambeze.

A concorrência dos árabo suaílis e da gente da Biça não se fazia sentir no próprio Lui(3), onde chegavam em número reduzido(4), mas nas regiões abastecedoras. Frequentadores

---

(1) Em 1839 um pombeiro de Angola chegou ao Cazembe, tendo-lhe sido entregue uma carta do major Monteiro Gamito ali deixada em 1832. Em 1851 os pombeiros do «major» Coimbra encontraram-se com alguns árabo suaílis que trouxeram em sua companhia até Benguela.

(2) Edward A. Alpers, *Yvory and Slaves Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1975, p. 248.

(3) As referências à presença de árabes no Lui são muito raras. Em 1862 Silva Porto assinala em Rinhande (Linyanti) a presença do pai de Ben Habibe, o árabe que fizera a travessia de África com os pombeiros em 1853. Fora o macota João da Silva que trouxera a notícia. B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 295. 30 de Abril de 1862.

(4) Árabes procedentes da costa oriental atingiram o Lui por 1850, mas as relações mantiveram-se escassas. Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, London, 1973, p. 83.

do Miqueselumbue, desde 1848(1), os pombeiros de Silva Porto já aí encontravam caravanas daquela origem em 1851(2). Mas foi na década de 60 que começaram a sentir-se prejudicados no negócio, quer porque os seus concorrentes ofereciam mercadorias que agradavam mais às populações quer porque elevavam os preços do marfim. Na subviagem que efectuaram em 1864 do Lui ao Miqueselumbue, os pombeiros não trouxeram mais que uma terça parte do valor das mercadorias levadas(3). Em 1867 nem sequer compraram marfim.

«Desta vez a razão é que em Miqueselumbue encontraram-se com a gente da Biça que permutava três a cinco escravos por cada ponta de marfim de lei(4). No ano seguinte era a vez da gente de Bonifácio Rasquete encontrar uma comitiva de Zanzibar(5).

Quanto à rede comercial com origem no Cabo parece ter iniciado os primeiros contratos com os Macorrolos pouco depois da visita de Livingstone em 1851. Em 1853 chegaram comerciantes do sul, mas parece não terem sido bem acolhidos(6). Tratou-se, na verdade, de tentativas que não tiveram grande êxito nem continuidade(7). A afluência de comerciantes vindos do Sul pode datar-se com certo rigor de entre 1858 e 1860. Na verdade em 1858, quando da estada de Silva

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º bis, p. 138. 13 de Maio de 1864. Silva Porto refere laconicamente este primeiro contacto, mas dado que o diário dos caixeiros termina no Locullo não nos é possível confirmar tal referência.

(2) Idem, *ibidem*, p. 138. 13 de Maio de 1864.

(3) Idem, *ibidem*, vol. 3.º, p. 319. 1 de Julho de 1864.

(4) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 4.º, p. 179. 7 de Agosto de 1867.

(5) Idem, *ibidem*, vol. 5.º, p. 68. 6 de Junho de 1868.

(6) Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, London, 1973, p. 84.

(7) Eric Flint, «*Barotseland in the Kololo Period*», p. 75.

Porto, nada indicava a presença destes comerciantes junto do suserano do Lui(1). Mas em Novembro de 1860, o sertanejo já hesitava em enviar Joaquim Mariano e Francisco Monteiro da Fonseca para mais uma viagem de negócios com aquele destino. Quando finalmente se decide, não deixa de realçar o «mau estado do negócio» que atribui à grande concorrência de sertanejos do Bié, e «sertanejos ingleses»(2). James Chapman que em 1868 descreve os seus contactos com Xiquereto, seria certamente um deles(3).

A gente do Bié atingia a planície alagadiça do Lui (Catongo(4) próximo de Lialui e da Nariere) onde predominava a população Lozi, enquanto que os comerciantes do Cabo aportavam à região do Baixo Cuando (Rinhande) mais densamente povoada pelos Macorrolos. A fixação dos descendentes de Xebitane em Rinhande teve os seus efeitos políticos num enfraquecimento do seu domínio sobre o vale(5). Mas a existência de um certo mal estar entre estas regiões não impedia a gente do Bié de descer às povoações meridionais, consoante o local em que se encontrasse o soberano na ocasião(6). Quanto

---

(1) No diário da viagem de 1858 Silva Porto não faz qualquer referência a ingleses ou seus empregados africanos, o que não deixaria de fazer dada a curiosidade por tudo o que fosse inglês, a ponto de referir o carro de Livingstone abandonado em Rinhande.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, pp. 99 e 101. 23 e 27 de Novembro de 1860.

(3) James Chapman, *Travels in the Interior of South Africa*, 1868. Ref. in Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, London 1973, p. 84.

(4) Catongo era o local onde mais frequentemente a gente de Silva Porto estacionava durante os períodos de estada no Lui.

(5) Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 90.

(6) Xiquereto habitava de preferência em Rinhande deixando o seu lugar-tenente na Nariere. Depois da sua morte, em 1864, a corte, sob a chefia do regente Borrolo, voltou a fixar-se na Nariere, onde os Macorrolos seriam exterminados pelos Lozi ainda nesse mesmo ano.

aos ingleses, tinham menos mobilidade, o seu raio de acção limitava-se ao sul do Zambeze. Fazendo-se transportar em carros de bois pelos terrenos pouco acidentados do Calaári, os ingleses encontravam, nas margens do Zambeze, o limite máximo dos seus meios de transporte, inadequados para a zona de floresta que se estendia a norte.

Diz Tabler que os ingleses eram mal recebidos e habitualmente não lhes era permitido ultrapassar a linha do Cuando e do Zambeze(1). Silva Porto confirma de certo modo esta afirmação, mas explica que essa limitação em nada prejudicava os comerciantes do Sul, que faziam as suas transacções em condições semelhantes aos do Norte.

«Chegaram ingleses à terra de Quiceque segundo a participação que o soba teve: diz ele que não lhes consente passagens para aquem daquele ponto e que não quer negociar com tal gente; enquanto a este ponto os géneros que trazem sempre são permutados pelo seu lugar tenente, visto que não voltam com eles, e relativamente ao primeiro já tivemos ocasião de dizer que o trânsito de carros para estas partes do Ocidente torna-se impossível pelos muitos rios que se encontram a cada passo, e matos continuados apenas se transpõem os mesmos»(2).

De uma maneira geral ambos os grupos de comerciantes eram igualmente servidos quer pelo próprio soba quer pelos seus lugares-tenentes.

Ainda que a influência inglesa para o norte do Cuando e do Zambeze fosse inexistente(3), a verdade é que a gente do Bié perdera a vantagem do acesso privilegiado, visto o comércio do marfim ser um monopólio régio que se estendia a todo o domínio.

---

(1) Edward C. Tabler, *Trade and Travel in Early Barotseland*, London, 1963, p. 4.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 4.º, p. 155. 9 de Junho de 1867.

(3) Edward C. Tabler, *Trade and Travel in Early Barotseland*, p. 5.

A necessidade de corresponder ao rápido aumento da procura afectou profundamente a política dos senhores do Lui monopolistas do marfim. Cerca de 1860, o comércio do marfim tinha-se tornado uma extensa e complexa operação da maior importância para a economia do Barotze(1). Essa importância havia de reflectir-se em acções políticas e militares: os suseranos viram-se obrigados a defender pelas armas o seu domínio sobre as regiões abastecedoras se quiseram deter o monopólio régio.

Procuradas directamente pelos pombeiros do Bié e pelas caravanas do oriente (Árabes, Suaílis, Muízas), as populações do Miqueselumbue, Mazaze e Malundos vendiam-lhes directamente o marfim furtando-se ao tributo junto do suserano. Caso semelhante sucedia com as populações do Cuando, onde os ingleses apareciam a negociar com os chefes locais. Manter tão vastas zonas sob domínio e tributá-las exigia, da parte dos chefes do Lui, um esforço constante. Frequentemente chamavam à ordem os súbditos invadindo-lhes as terras, saqueando-lhes os bens e fazendo prisioneiros(2). Esta luta entre suserano e vassalos é contemporânea dos primeiros contactos dos sertanejos do Bié com o Lui(3) e prolongou-se até ao período colonial(4).

---

(1) Eric Flint, «*Barotseland in Kololo Period*», p. 83.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 4.°, p. 97. 10 de Setembro de 1868.

(3) David Livingstone, *Livingstone's Private Journals 1851-1853*, p. 43.

(4) Em 1862 Hiquereto levou a cabo uma razia que atingiu a Quiginga (serra da Muchinga) levando a devastação e deixando as povoações desertas. B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.°, p. 271. 11 de Fevereiro de 1862. Em 1883 tudo continuava na mesma situação. O chefe do Lui, então Rehanica, invadira com as suas hostes o Loengue deixando tudo em ruínas, sequestrando marfim, gado e grande número de prisioneiros. Depois destas razias as populações atingidas enviaram «emissários a prestar homenagem ao suzerano pedindo para os deixar viver em paz, e protestando apresentar-se

A diversidade de locais de troca e de compradores (gente de Angola, ao Norte e gente do Cabo, ao Sul) facilitava também a fuga ao monopólio régio tornando necessário fiscalizar a sua observância por parte dos chefes subalternos.

Em 1864, quando os Lozi se revoltaram contra o domínio dos Macorrolos e reconquistaram a Nariere, retomaram pouco depois as armas não só para restabelecerem a sua ascendência sobre os outros grupos do antigo estado Luiano do período pré-Macorrolo (Matotela, Subiya, Toka e outros)(1), mas também para provarem que estavam dispostos a defender o monopólio do marfim como atributo régio que sempre fora. Dispondo de fontes de abastecimento muito próximas (Mazaze e Malundos do grupo Tonga) e desfrutando de contacto directo com os ingleses, o sobeta de Quiceque, considerou-se em condições de se declarar independente dos novos senhores Lozi. Daí resultou uma luta que, para além de ser o rescaldo do antigo conflito entre Lozi do Norte e os grupos Tonga mais submetidos aos Macorrolos do Sul, reflecte já o confronto entre os comerciantes de Angola e do Cabo.

Xipopa (Hipopa, chefe Lozi) convocou a população para a guerra e, levando consigo os *quimbares* de Silva Porto que se achava presente, venceu facilmente o rebelde(2). Para o suserano tratava-se de impor o seu poder político ao grupo Tonga. Para o sertanejo a luta, em que indirectamente se achou envolvido, era antes a forma de impedir os ingleses de monopolizarem um mercado que devia ser repartido por ambos os concorrentes.

---

anualmente com o tributo de marfim e mantimento em troca do favor que pediam». S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 7.º, p. 142. 30 de Dezembro de 1883.

(1) Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 103-104.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º, p. 512 e segs. 26 de Novembro de 1865.

Pelas vias normais ou pela força das armas, o marfim corria a rodos pelas mãos do suserano do Lui. Em 1864 Silva Porto, sempre pronto a queixar-se de mau negócio, reconhecia que «os preços do mercado são (. . .) convidativos para quem quer tentar fortuna; marfim e gado é monopólio do suzerano, porém, convida; bem assim nas terras independentes»(1). Em 1867 o rei apresenta ao sertanejo, em apenas três dias, dois contos e quinhentos mil réis (2 500$000) de marfim. Isto depois de Bonifácio José Rasquete, um sertanejo de certo folgo, ter acabado de sair, havia poucos dias, bem abastecido(2).

As riquíssimas fontes de abastecimento de marfim permitiram ao mercado do Lui não sofrer desgaste por falta de produto durante a década de 60 em que a procura aumentou consideravelmente. De qualquer modo as condições de troca pioraram para o comerciante. Mercado bem abastecido e muito concorrido, o Lui depressa se tornou exigente.

A grande afluência de comerciantes trouxe como resultado a vulgarização das manufacturas europeias. O seu poder de compra diminuiu relativamente a um produto natural cuja extracção era morosa e não aumentava na proporção da procura. Para além de se aperceber do valor relativo dos produtos de troca, o mercado de compra depressa aprendeu a conhecer a qualidade. Contrariamente ao que se passava em outras áreas comerciais, os sertanejos encontraram aqui uma população com hábitos de bom vestuário executado localmente pelo seu artesanato. Uma vez passada a atracção pela novidade das manufacturas europeias, o suserano e a sua corte foram os primeiros a desinteressar-se da quantidade exigindo sobretudo qualidade.

Ora o senhor do Lui podia exigir, porque podia pagar e dispunha de vários fornecedores, que além de lhe satisfazerem

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 3.º, bis, p. 144. 31 de Maio de 1864.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, p. 151. 28 a 31 de Maio de 1867.

os caprichos, o informavam voluntária ou involutariamente sobre a existência de produtos diversos. Assim, não se limitava a aceitar os tradicionais (tecidos de fraca qualidade, contaria e armas de fuzil)(1) que comprovadamente mais convinham aos comerciantes, por exigirem pequeno empate de capital, serem fáceis de transportar e não darem quebra no percurso. Encomendava mercadorias diversas daquelas que eram fabricadas com finalidade de dar lucro ao comércio. Exigia qualidade que não correspondia ao *standard* e como tal passava à categoria de luxo. As sedas, os veludos, as peças de ouro e prata, armas Snider eram mercadorias indispensáveis na «factura» de quem quisesse comerciar com ele, visto que as fazendas de fraca qualidade eram rejeitadas(2). Os cavalos, a partir do momento em que Silva Porto foi visto montado num exemplar(3), passaram a ser encomendados com grande frequência. O mesmo aconteceu com os cães e gatos. Já Xiquereto mandara gente ao sul para comprar cavalos a comerciantes de Kuruman(4). Os ingleses do Cabo tinham certa facilidade em transportar cavalos até ao Zambeze, dadas as características do terreno que oferecia um piso razoável para os animais. Os sertanejos do Bié, porém, enfrentavam as maiores dificuldades, quer em encomendar uma tal mercadoria que por ser rara e frágil era um autêntico luxo, quer em fazê-la atravessar florestas, pântanos e rios num clima adverso.

---

(1) Milhões de espingardas e moquetes foram enviados de Birmingham e Liège para a África. Gavin White, «Firearms in Africa: an Introduction», *Journal of African History*, XII, 2, 1971, p. 182.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 101. 27 de Novembro de 1860.

(3) Nas duas primeiras vezes que visitou o Lui, Silva Porto levava um cavalo, mas como meio de transporte e não para venda.

(4) Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 13.

Tais exigências seleccionaram naturalmente os frequentadores do Lui afastando os menos capazes de suportar a concorrência e obrigando os outros ao esforço de competir.

Foi a partir de então que as relações existentes entre o sertanejo e as firmas comerciais do litoral se revelaram limitativas. O sertanejo não dispunha de fundos para fazer encomendas que não pudessem ser satisfeitas dentro da rotina habitual. Para se fornecer de mercadorias europeias, dependia do «armador», não só no que diz respeito ao montante do crédito, mas também à qualidade das «fazendas». Enquanto o acesso privilegiado permitiu ao sertanejo impor, nas trocas, as «fazendas» que lhe eram fornecidas, esta dependência não trouxe inconveniente. Quando surgiu a concorrência e o sertanejo se viu na necessidade de apresentar mercadorias diversas, estava manietado pelos acordos firmados com o «armador».

A verdade é que as firmas do litoral se encontravam elas próprias limitadas àquilo que a economia europeia desejava colocar em África. Não eram as solicitações das populações africanas que interessavam ao comércio internacional, mas a necessidade que este tinha de vender as suas manufacturas de fraca qualidade. Alterar a ordem das coisas não era viável nem sequer vantajoso. Por isso as dificuldades resultantes da concorrência no interior de África dificilmente ultrapassavam o domínio dos obscuros negociantes directamente envolvidos.

Apenas o grande sertanejo conseguiu levar o «armador» a abrir excepções autorizando-o a dispor de crédito para obter as mercadorias de luxo encomendadas. Excepções essas que lhes serviram de experiência para comprovar a vantagem em impor, sempre que possível, as mercadorias *standard* de lucro muito mais seguro.

É assim que vamos encontrar Silva Porto a encomendar para Lisboa cavalos que vinham de barco até Benguela, onde chegavam pelo custo de 250$000 réis (moeda forte), caminhavam depois até ao Bié e daí ao Barotze. Só neste último

percurso gastavam cerca de mês e meio e desvalorizavam-se mais de cinquenta por cento(1). Também as fazendas de custo e os metais preciosos eram encomendados para poder competir com os ingleses junto de Xiquereto(2).

Apesar de todos os esforços que fazia para não se deixar ficar atrás na concorrência e de para ali despachar sucessivas caravanas, já em Novembro de 1860 Silva Porto se queixava de «lucros insignificantes» nos últimos tempos(3). Começava mesmo a pôr a questão sobre se mais valia satisfazer os caprichos de Xiquereto ou vender «às fazendas ordinárias, armas e contaria que ele desdenha (...) em outros pontos deste vasto continente», onde eram bem aceites e davam vantagem(4).

Em 1861 os pequenos sertanejos e os pombeiros ou os macotas, quando isolados do sertanejo, não tinham capacidade para corresponder às exigências do chefe do Lui, «(...) presentemente os negócios do marfim compensam os sacrifícios do sertanejo quando segue pessoalmente para esses pontos de permutação do mesmo género, deixando de seguir, como agora fazemos, os resultados da negociação deixam sempre de ser satisfatórios para ele»(5).

Só o grande sertanejo podia competir em tal mercado. Mas até este, se continuava a comparecer, era porque a abundância lhe facultava ainda relativa rapidez no negócio e uma comodidade que pesava bastante na sua opção.

«Presentemente a fazenda é o único objecto que aqui tem valor real, enquanto que a missanga e outras miudezas signi-

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 4.º, p. 163. 4 de Julho de 1867.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 2.º, p. 101. 27 de Novembro de 1860.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 2.º, p. 101. 27 de Novembro de 1860.

(4) Ibidem, *idem*.

(5) Ibidem, *idem*, vol. 2.º, p. 175. 24 de Maio de 1861.

ficam zero, a não ser a liberalidade do soba em dar o marfim que tem em casa», o mercado do Lui não daria qualquer compensação(1). Ora o tempo e comodidade eram dois factores que não contavam para os Ovimbundo, enquanto que as fazendas de boa qualidade exigidas pelo suserano do Barotze eram produtos que eles não transaccionavam. Em 1868 já não era só a corte que exigia «fazendas de custo», a própria população em geral aprendera a fazer a distinção entre as várias qualidades de tecidos e negava-se a receber a chamada «fazenda de lei». «O Genge (Barotze)(2) não vale nada mais para os bienos»(3), tanto mais que por enquanto, nas zonas a ocidente do Lui «não obstante a mesma antipatia [pela «fazenda de lei»] sempre a recebem (...)»(4).

As vantagens oferecidas aos grandes sertanejos apresentavam já certa irregularidade no final da década de 60, criando-lhes sérias dificuldades. Os sertanejos que apresentavam boas facturas capazes de aguentar a concorrência, encontravam-se directamente relacionados com as casas comerciais do litoral que satisfaziam os seus pedidos de mercadorias, mas em contrapartida obrigavam à apresentação de contas. Estavam portanto, ainda que remotamente, condicionados pelas exigências do comércio internacional. O ritmo que pretendiam imprimir às suas transacções pessoais, a princípio satisfeito, deixava de encontrar correspondência no mercado africano quando a concorrência sofria um aumento brusco, tanto mais que o monopólio régio limitava os comerciantes a esperar pelo marfim obtido apenas pelo rei.

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, p. 152. 2 de Junho de 1867.

(2) Genge quer dizer neste contexto terra do povo Genge ou Macorrolo. Os Lozi chamavam Genge aos dominadores Macorrolos, que significa forte, aguerrido.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, p. 37. 17 de Maio de 1868.

(4) Ibidem, *idem*, vol. 6.º, p. 18. 18 de Setembro de 1869.

Foi a desconexão entre o ritmo africano de extracção e o ritmo de procura das várias redes comerciais sobrepostas que agravou as condições do Lui também para o grande sertanejo. Não se tratava de falta de marfim. As florestas estavam ainda cheias de elefantes, uma boa caçada, ou uma pilhagem rendosa faziam ressurgir a abundância dos primeiros tempos. Mas quando se juntavam vários comerciantes ao mesmo tempo, pretendendo todos limitar o período de espera, os mecanismos de extracção de marfim não davam vazão. Além disso, não devemos esquecer que o comércio de mercadorias mais valiosas resultava num maior gasto de marfim para satisfazer cada credor.

A incapacidade prática de acelerar o ritmo da exploração de acordo com o aumento da procura, não se reflectia apenas na morosidade do negócio do sertanejo. Acabou por abalar os poderes do suserano do Lui e originar o primeiro ataque exterior ao monopólio régio sobre o marfim. Em Junho de 1867 o soba, desesperado com os seus caçadores, apresentava a Silva Porto 15 pontas de marfim miúdo. Este acalmava-o, mostrando-lhe «não estar na mão dos tributários ou caçadores a escolha de animais de dentes grandes o que dependia do acaso; no entanto, a terra era muito grande para lhe ministrar recursos a fim de se desempenhar do seu comprometimento». E reflectia para si que «é muito mais preferível a permutação livre de todos os objectos que se conduzem que a prática já estabelecida à mercê e dependência do mesmo acaso»(1).

Tanto quanto se pode afirmar pela documentação de que dispomos, foi pelo ano de 1868 que se acentuaram estas dificuldades. Para pôr alguma ordem num negócio que começava a complicar-se, Quipopa decidiu, em Agosto desse ano, separar as mercadorias de cada um dos fornecedores. «O soba

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, p. 165. 8 de Junho de 1867.

acaba de aprontar hoje a casa da arrecadação dos géneros que permutar com os sertanejos ingleses, a fim de que estejam separados daqueles que receber dos sertanejos portugueses; ele não tem outra coisa que lhe pôr e a ser esse o seu destino, têm com efeito de estar vazias a maior parte do ano»(1). Em Setembro, passou por sua vez a esconder o marfim das vistas dos credores para o distribuir pelas várias dívidas contraídas e assim ir entretendo a todos. O marfim «manda-o entrar de noite a fim de não constar o que recebe em tal artigo»(2).

Pressionado pelos credores e pelos súbditos que se vão tornando insaciáveis Quipopa desabafa junto ao sertanejo mais antigo da terra. «Enebriante, principia de lastimar-se por mandar comprar cavalos e cães que lhe custaram, os primeiros a dez dentes de marfim de lei, e os segundos a um dente grande de elefante ou de lei cada um. Agora que porção de fazenda me hão-de trazer, tendo dispendido tão grande porção de marfim? diz ele pondo a mão na boca; depois acrescenta: — Não quero mais negócio com os ingreje»(3). Silva Porto sabe que tudo isto não passa de um desabafo. Ele, o sertanejo que mais persistira em dirigir para o Lui o grosso do seu comércio, vai interromper as suas viagens pessoais àquele mercado por cerca de uma dezena de anos.

Coincidência curiosa: menos de dois anos após esta última estada de Silva Porto, chegava à junção do Cuando com o Zambeze um comerciante inglês, George Westbeech acompanhado pelo seu sócio George Blockley que fará mudar de ideias o suserano Quipopa atraindo o Barotze para a influência britânica(4). Aliás em 1874 Quipopa transferiu a sua capital

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 5.º, p. 92. 29 de Agosto de 1868.

(2) Ibidem, *idem*, p. 97. 9 de Setembro de 1868.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 6.º, p. 92. 20 de Outubro de 1869.

(4) Edward C. Tabler, *Trade and Travel in Early Barotseland*, London, 1963, p. 5. Gerald L. Caplan, *The Elites of Barotseland*, p. 14.

para Quiceque na intensão não só de dominar uma área rica em elefantes, mas igualmente de contactar com o comércio do sul.

Os comerciantes do sul porém não vão ficar na dependência do soba para se abastecerem de marfim. Eles próprios obtêm licença para caçar aparecendo quer como caçadores quer como comerciantes permanentes em território do Lui. George Westbeech, Norman Macleod e E. Holub foram alguns dos que chegaram nestas condições e foram melhor ou pior recebidos segundo os caprichos do suserano Lozi(1). O exclusivo dos africanos sobre a extracção dos produtos naturais, acatado pelo comércio sertanejo, começou a ser abalado. Digamos que este é um passo isolado no sentido de invadir a última etapa do circuito mercantil que ligava a terra africana (mercado de compra) ao comércio internacional (mercado de venda). A médio prazo o movimento havia de generalizar-se. Com a chegada dos caçadores europeus em número significativo os elefantes desapareceriam de grandes áreas do continente africano(2) e o monopólio régio seria abalado mortalmente.

Ora uma das características do comércio sertanejo do Bié no seu contacto com o mercado de compra era a de não possuir estabelecimentos fixos nem se intrometer na extracção dos produtos naturais. Não tendo sequer encarado a viabilidade de alterar tal comportamento, procurara entretanto outras soluções que lhe permitissem quer a continuação das relações com o Lui quer o contacto com outras fontes de abastecimento em condições semelhantes.

O pequeno sertanejo encontraria mais cedo ou mais tarde um expediente que lhe permitiria não abdicar de comerciar no

---

(1) Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 112.

(2) A. Y. Wills, *An Introduction to the History of Central Africa*, 3.ª ed., Oxford University Press, 1973, p. 114.

Eldorado. Embora sem capacidade para apresentar mercadorias de luxo, ele substituia-as por um produto igualmente apreciado: o escravo. Com as fazendas ordinárias dirigia-se às zonas onde os escravos eram baratos, conduzindo-os depois ao Lui para aí serem trocados por marfim(1). Isto é, para comprar marfim em boas condições entregava-se a uma transacção prévia de escravos, como forma de obter uma moeda suficientemente forte que correspondesse às exigências do mercado do Lui.

De qualquer modo, independentemente desta dupla transacção praticada pelos sertanejos de fracos recursos, o comércio sertanejo em geral já desde o princípio da década de 60 que diversificara os destinos das caravanas colocando o mercado do Lui, senão em posição subalterna, pelo menos em pé de igualdade com outros mercados novos atingidos.

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 9.º, p. 384. 4 de Agosto de 1882. Silva Porto justifica assim a presença de escravos acorrentados a caminho do Lui, denunciada por Serpa Pinto quando da sua expedição em 1877. Um pouco antes, em 1876, Cameron fazia idêntica acusação: João Baptista Ferreira e José António Alves compravam ou capturavam escravos no Catanga conduzindo-os em seguida para o Lui onde os trocavam por marfim. V. L. Cameron, *A Travers L'Afrique*, pp. 387 e 446.

1.4 — Os esforçados anos 60

1.4.1 — *A diversificação do mercado*

Para compensar as facilidades que os pombeiros deixavam de encontrar no Lui, o comércio do Bié quer por iniciativa dos macotas e pombeiros quer por incitamento dos sertanejos, vai procurar contactar novos mercados na intenção de reencontrar as condições iniciais do Lui. Intensificam-se as viagens para as margens do Loengue, sem a interferência do senhor do Lui, contacta-se a serra da Quiginga (Muchinga) e o Samba, estabelecem-se ligações regulares com o Catanga.

A cronologia destes contactos, praticamente desconhecida(1), pode agora ser seguida passo a passo. No litoral, as casas comerciais reflectem o alargamento do mercado. Um abastado comerciante da Catumbela reconhece que se trata de um período de «prosperidade e riqueza». Se bem que os produtos fossem os mesmos (marfim, cera e goma), o comércio conheceu um maior desenvolvimento. «Os antigos sertanejos iam abrindo novos horizontes nos sertões misteriosos da África e encaminhando o gentio desconfiado e rebelde para o litoral. Os nomes de Silva Porto, Gonçalves e Rasquete, acima de todos os outros sertanejos acordavam eco nas solidões vastíssimas do interior, e infundiam no ânimo do gentio o respeito, admiração e o temor, espalhando em torno de si um prestígio sem limites»(2).

---

(1) Cf. Fola Soremekun, «Trade and Dependency in Central Angola: The Ovimbundu in the Nineteenth Century» in *The Roots of Rural Poverty*, London, 1977, p. 87.

(2) Augusto Bastos, *Monographia de Catumbella*, Lisboa, 1912, pp. 14-22.

Entre 1859 e 1869 pombeiros e sertanejos não desanimaram de encontrar mercados sem concorrência, em que os preços e as exigências das populações lhes fossem favoráveis. É certo que temporariamente encontraram algumas destas vantagens principalmente em mercados pequenos ou em transacções isoladas. De cada vez que contactaram uma nova área desconhecida, os descobridores vangloriaram-se atribuindo-lhe todas as delícias, tal como se passara no caso do Lui. Porém, longe de facultarem ao comércio do Bié outros Eldorados, alguns desses novos mercados trouxeram graves problemas que não puderam ser solucionados pelos processos habituais. Com a finalidade de encontrarem mercados sem concorrência, baratos e pouco exigentes, as caravanas afastavam-se das zonas cujo marfim afluía aos mercados já explorados pelo comércio do Bié. Necessariamente avançavam para Leste e, ao pretenderem encontrar um mercado inexplorado, deparavam muitas vezes com a concorrência de comerciantes de outras origens. Yao e Unyamuezi organizavam as suas próprias caravanas para transporte de marfim desde o aumento da procura, no princípio da década de 40(1). Os sertanejos lançam-se num movimento incessante de caravanas dentro, caravanas fora, na esperança de que o novo mercado lhes salve os prejuízos do anterior. «As permutações aqui têm isso, se umas dão camisa, outras tiram-na, e por este motivo toma-se a precaução de enviar as negociações para os diversos pontos do interior»(2).

A diversificação de mercados é a opção dos anos de 60.

A nova orientação dada ao comércio, aumentando o percurso e a duração das viagens, teve como consequência o redobrar da insegurança a que estavam sujeitas as caravanas.

---

(1) C. S. Nicholls, *The Swahili Coast Politics, Diplomacy and Trade on the East African Litoral 1798-1856*, London, 1971, pp. 216 e 354.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º, bis, p. 72. 19 de Outubro de 1863.

Daí o recrudescer dos prejuízos imprevistos (mortes, roubos, fomes, acidentes, mucanos) e a necessidade de aumentar o número de participantes em cada comitiva. A viagem ao Lui, por exemplo, tinha uma duração de cinco meses, no máximo seis, enquanto que a viagem à Quiginga demorava entre dez meses a um ano. Não se tratava apenas de as distâncias serem maiores. É também preciso ter em conta que as comitivas não contactavam grandes potentados que lhes pudessem oferecer as vantagens habituais, encontradas junto do senhor do Lui ou do Muatiânvua. Os novos interlocutores não dispunham de marfim em abundância para transaccionar toda uma «factura». O marfim ia sendo comprado ao melhor preço quer a pequenos potentados quer a caçadores aqui e além nas tais viagens redondas que só terminavam quando as mercadorias de troca tinham chegado ao fim. Por outro lado, a comitiva não podia contar nem com protecção contra ataques nem com um suplemento alimentar se dele viesse a necessitar. As fomes, os ataques e os roubos tinham agora efeitos muito mais perniciosos.

Por 1860 os pombeiros atingiram um novo mercado. Tratava-se da Quiginga, a nordeste do Miqueselembue, onde a inexistência de grandes potentados lhes facilitava os movimentos.

«Quiginga, apregoada pelas cem trombetas da fama, presentemente está sendo o rendez-vous dos Bienos em virtude dos interesses em maior ou menor grau que ali encontram (. . .)(1).

Também Silva Porto não deixa de aproveitar esta nova possibilidade de diversificar os seus mercados. A 16 de Março de 1861 já para lá enviara duas caravanas e encontrava-se «em vésperas de enviar terceira, não obstante não lhe conhecermos vantagens que a elevem acima das mais terras de permutação das nossas fazendas»(2).

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 2.º, p. 149. 16 de Março de 1861.

(2) Ibidem, *idem*.

Efectivamente tratava-se de um mercado muito distante o que aumentava a duração da viagem, os perigos a que estava sujeita e o tempo para a realização do capital. A primeira caravana que Silva Porto enviou partiu em Abril de 1860 e onze meses mais tarde ainda não tinha regressado. Temendo que a caravana não suportasse os perigos de tão longa viagem, o sertanejo enviou para a terra dos Quiocos um reforço de homens e de fazendas que ali a esperaram «para a conduzirem a bom porto de salvamento (. . .) e com a qual Deus queira que não haja novidade em virtude da demora que tem». Entraria a 16 de Abril com mau negócio. A negociação demorara um ano(1) e trazia prejuízos.

Comparando os lucros do Lui com os da Quiginga, Silva Porto conclui que (. . .) «não obstante os insignificantes resultados que temos obtido nestas terras [do Lui], porém, comparados com os de Quiginga, aqueles de alguma maneira levam vantagem aos desta procedência (. . .)»(2). Além disso, a viagem do Lui era viável para o sertanejo enquanto que a de Quiginga, extremamente incerta e demorada, só os Ovimbundo estavam dispostos a sujeitar-se a ela.

A segunda caravana da Quiginga deu entrada a 5 de Junho «trazendo dez meses e vinte e seis dias de viagem, e a mesma derrota de ida e volta que a caravana de 16 de Abril»(3). Esta caravana além de ter encontrado grandes fomes trouxe ao sertanejo a prova de que já não era fácil encontrar mercados sem concorrência. Na Quiginga a concorrência estava bem estabelecida, visto que quanto mais longe do Bié se situava, tanto mais perto ficava da gente da Biça e de Zanzibar.

---

(1) Posteriormente, com melhor conhecimento do terreno, a viagem passaria a durar dez meses.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 175. 24 de Maio de 1861.

(3) Ibidem, *idem*, p. 180. 5 de Junho de 1861.

Quando ali entrava a gente de Silva Porto saía uma caravana de Bacoihongos para Zanzibar(1). A negociação daria um prejuízo de mais de dois contos de réis que incluía uma verba de 400$000 réis paga ao soba da Quiginga por causa de um pleito com um ex-empregado de Silva Porto e pelo qual o sertanejo era ainda considerado responsável(2).

Neste mês de Junho de 1861 o movimento era mais intenso que nunca: a 8 parte uma caravana para o Loengue; a 21 chega a comitiva do Lui; a 25 despacha-se gente para Benguela(3).

Sem ser um mercado novo, o Miqueselumbue era um dos mercados mais procurados da época, dado que à abundância de marfim juntava a vantagem de conservar débeis os laços de vassalagem que o ligavam ao suserano do Lui. Os pombeiros atingiam-no quer directamente quer a partir do Lui, quando o chefe da caravana aí ficava a negociar com o suserano.

Também no Miqueselumbue, como vimos, os bienos encontraram desde cedo os árabes de Zanzibar e a gente da Biça vindo esta concorrência a reflectir-se na subida dos preços. «Os povos destas terras [Miqueselumbue e Quiginga] têm elevado bastante os preços do marfim por causa da concorrência de viajantes da costa oriental. Empregados, Quimbares e Bienos, nenhum abalo lhes causam os novos competidores, pelo contrário, continuam a esbanjar as fazendas como se os tempos fossem os mesmos; e com o acréscimo da elevação a que os indígenas chegaram, é óbvio que se em outro tempo se enumeravam prejuízos, hoje devem ser muito mais sensíveis em presença da absoluta falta de reflexão e método desta gente no dirigir os haveres que lhe são confiados (. . .)»(4).

---

(1) Ibidem, *idem*.

(2) Ibidem, *idem*, p. 182. 15 de Junho de 1861.

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.°, pp. 133 a 134. 5 a 25 de Junho de 1861.

(4) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.°, p. 215. Agosto de 1861.

Neste ano de 1861 Silva Porto enviou para o Miqueselumbue duas caravanas, a última das quais partiu a 28 de Setembro. Guilherme José Gonçalves expedira para o mesmo mercado duas caravanas suas o que perfazia, só à conta do Bié, quatro caravanas bem providas. «Junte-se-lhes as de Cassange, Zanzibar e da Biça e por aqui se fará uma pequena ideia sobre qual não será a quantidade de marfim dali exportado para os hemisférios de leste e oeste deste continente pelos sertanejos dessas terras e o resultado de tanta concorrência a uma única localidade»(1).

Notícias de concorrentes chegavam de todos os pontos. Uma caravana vinda do Mucusso, a 25 de Fevereiro de 1861, trazia a notícia de que «os ingleses tinham ali chegado com alguma força e arrazaram duas terras; se isto é certo adeus terra do Genge (Barotze) que lhe cai debaixo das garras»(2). Outra, chegada em Junho do mesmo ano, era inclusivamente portadora de uma carta em inglês para seguir o seu destino até à costa(3). Aliás, nesse ano já Silva Porto abandonara o Mucusso preferindo afastar-se a enviar ali pombeiros para concorrerem com ingleses(4).

No ano de 1862 os prejuízos foram gerais para as diversas caravanas de que Silva Porto nos apresenta as contas. Logo a 23 de Janeiro «entrou a caravana de Miqueselumbue (. . .) que nos deve trazer grande prejuízo. Até 1860 provinham os transtornos da permutação em virtude da falta de roncalha(5), em 1861 inunda-se o Loengue desta contaria só própria para carregar peças de artilharia à falta de outros projécteis; e eis que

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 230. 28 de Setembro de 1861.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 55.

(3) Ibidem, *idem*, p. 163. 20 de Agosto de 1861.

(4) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 228. 23 de Setembro de 1861.

(5) Roncalha: conta branca grossa.

surge o pretexto dos nossos empregados e pombeiros de que os preços do marfim se acham elevadíssimos pela grande concorrência ao género dos negociantes do Oriente e Ocidente»(1).

Efectivamente feitas as contas os prejuízos eram muito elevados. Tendo sido confiado aos pombeiros o valor de 4093$900 de fazendas, entregaram o valor de 3065$300 em marfim, dando de prejuízo 1028$600.

Pouco depois, a 11 de Fevereiro, entrava a caravana de Quiginga com dez meses de viagem e maiores prejuízos que a anterior. Encontrara deserta a localidade a que se dirigia devido às hordas de Xiquereto, senhor do Lui, que aí tinham chegado e devastado tudo. Dirigiram-se então para Miquese-lumbue, nas margens do Loengue. Mas aí encontraram comerciantes do Oriente e os seus próprios patrícios do Bié, chegados a 23 de Janeiro a Belmonte. Depois de um trajecto tão longo, grande parte dos géneros tinham sido consumidos em alimentos. Esta era uma das grandes desvantagens das viagens muito longas contactando pequenos potentados. Se a comitiva deparava com uma situação imprevista como esta, via-se obrigada a gastar, em alimentos, os géneros destinados ao negócio. Sem géneros e vergada pela concorrência, a comitiva regressou ao Bié com uma péssima negociação(2). Assim, tendo recebido fazendas no valor de 4093$900 para a permutação entregava marfim no valor de 1073$375 o que resulta num prejuízo de 3020$525.

Os números eram bastante elucidativos: dispendidos 8187$800 nas duas negociações o sertanejo recebera marfim no valor de 4138$675 sofrendo um prejuízo de 4049$125, isto é, quase 50%. No princípio de 1862 era evidente que o

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 265. 23 de Janeiro de 1862.

(2) Ididem, *idem*, p. 271. 11 de Fevereiro de 1862.

expediente de diversificar os mercados não trazia a solução para os problemas enfrentados pelo comércio sertanejo. Apresentando os números acima referidos Silva Porto desabafa:

«Temos passado por três negociações idênticas ao presente esboço; junte-se-lhe dádivas e mucanos, aqueles que se fazem espontaneamente a fim de se salvar maiores valores, e estes que se dão e são precisamente satisfeitos aos indígenas e com este mesmo objectivo. Em presença de tais precedentes ele [o leitor] poderá formar ideia cabal das vantagens ou desvantagens que resulta para o sertanejo de um tal estado de coisas»(1).

O Lui, apesar dos inconvenientes já expostos continuava a ser o grande mercado. Para aí Silva Porto enviava o macota João da Silva, o seu braço direito, que estava à altura para lá saber negociar. Como chefe da caravana João da Silva ficava no Lui negociando com o suserano, enquanto os pombeiros se espalhavam pelas terras circunvizinhas. Estes, tendo recebido fazendas no valor de 3250$000 entregavam 2667$000 em marfim dando um prejuízo de 583$000. Quanto ao Macota, desconhecemos o valor das fazendas e do marfim que transacionou, mas sabemos que deu ao sertanejo um lucro de 17$600, isto é, a receita deu para a despesa(2).

A maior perda porém havia de resultar de um dos tais imprevistos que tornavam tão incerto o comércio de longa distância. Tratava-se de mais uma caravana do Miqueselumbue entrada a 26 de Julho de 1862 que, tendo encontrado grandes fomes, regressava desfalcada ao fim de 10 meses de viagem. O estado da caravana fora motivo de contristação geral. Desta vez o soba, sempre pronto a exigir o pagamento de tributo pela chegada de negócios, enviou ao sertanejo «os sentimentos

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 273. 16 de Fevereiro de 1862.
(2) Ibidem, *idem*.

pelos prejuízos sobrevindos à caravana de Miqueselumbue, quanto à mortantade em virtude da crise alimentária que o povo da mesma encontrou na dita terra era caso que as forças humanas não podiam remediar». Ilibava-o assim do pagamento de mucanos sobre as mortes ocorridas na viagem. O resultado da negociação era desastroso. A comitiva que partira a 28 de Setembro de 1861 levara um carregamento de fazendas excepcionalmente bem provido, avaliado em 10 680$000. Entregou o marfim no valor de 2 560$000 o que resultou num prejuízo de 8120$000(1).

À vista de tantos prejuízos os sertanejos acham-se perplexos sobre a escolha do destino a dar às suas caravanas. Mas já um novo mercado surgia «descoberto» nos princípios do ano de 1862 por Bonifácio José Rasquete(2): o Samba.

Efectivamente foi Bonifácio José Rasquete que dirigiu «a primeira caravana de viajantes a fazê-la conhecida do maior número e a qual demora ao Norte da Lunda; (. . .)». O seu descobridor descrevia-a como um novo «Eldorado» abundando em marfim, escravos, cobre e cera. De um mercado tão distante não parecia lucrativo trazer cobre, produto fora das tradições do mercado consumidor de Benguela, nem sequer cera que se comprava nos territórios vizinhos do Bié. No Samba, apesar das novas oportunidades que se lhe ofereciam, o comércio sertanejo manteve o esquema habitual, incapaz de se interessar pelo cobre(3).

Também Silva Porto quis tentar a sorte no novo mercado. A 14 de Maio saía uma caravana dirigida pelo macota Paulo, excelente chefe em quem Silva Porto depositava a maior

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 324. 26 de Julho de 1862.
(2) Ibidem, *idem*, p. 328. 12 de Agosto de 1862.
(3) Ibidem, *idem*, p. 300. 14 de Maio de 1862.

confiança(1). Ao chegarem ao Samba o acampamento foi atacado e o chefe assassinado. Sem chefe, os pombeiros «seguiram para o Lovale onde permutaram por cera e marfim os magros haveres de um jordanear improdutivo e similar a outros apontados»(2).

A chegada da caravana do Samba a Belmonte, a 21 de Novembro, foi para Silva Porto a prova que faltava para mostrar a si próprio que era impossível continuar. O resultado era este:, fazendas despachadas a 14 de Maio de 1862 — 2350$600; géneros recebidos a 21 de Novembro do mesmo ano — 540$870; prejuízo 1809$730(3).

No ramo principal do seu negócio, isto é, na compra do marfim destinado a pagar as facturas nas casas fornecedoras de Benguela, o segundo sertanejo do Bié empregara entre Abril de 1861 e Maio de 1862, uma quantidade de fazendas avaliada em 24 468$400 réis(4) em fazendas, sofrendo um prejuízo conhecido de 14 561$855 réis apurado a 21 de Novembro de 1862. Temos assim um prejuízo teórico de c. 60%. Na realidade, dado que as facturas eram sobreavaliadas para serem transaccionadas no interior, o pagamento ao armador estava sempre assegurado. O prejuízo traduzia-se na redução do lucro do sertanejo já que o pagamento aos colaboradores e ao soba era condição *sine qua non*. É preciso não esquecer que as grandes viagens do marfim não constituíam toda a actividade comercial do sertanejo. Havia as caravanas da cera que se deslocavam às Ganguelas a recolher o produto,

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 276. 14 de Maio de 1862.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 358. 21 de Novembro de 1862.

(3) Ibidem, *idem*, p. 359.

(4) Nesta soma não entra o valor das fazendas transaccionadas pelo macota João da Silva, no Lui, cujo montante desconhecemos.

as caravanas de gado que vão ao Humbe, à compra dos escravos na Lunda e nos territórios Ovimbundo e o negócio da porta que dá bons lucros (possivelmente os tais 100% que o comércio sertanejo daria quando livre de encargos). Nem sequer desprezava o negócio das enxadas fabricadas pelos ferreiros Ovimbundo. Tudo isto, porém, é considerado acessório comparado com os interesses jogados no comércio de longa distância do marfim(1).

Em que medida a situação financeira de um sertanejo, ainda que de muito peso, se pode generalizar ao comércio sertanejo em geral?

A prova de que a situação dos vários sertanejos com crédito nas casas de Benguela não seria substancialmente diferente da de Silva Porto, é que em meados de 1861 acordaram em utilizar uma estratégia comum. Propunham-se actuar num campo que lhes parecia cair dentro da sua esfera de acção: as relações de dependência relativamente ao soba do Bié e aos seus colaboradores. O maior interesse do soba era dificultar as viagens pessoais dos sertanejos para o interior, mantendo-os no Bié e recebendo deles os tributos relativos a cada viagem dos pombeiros. Assim cobrava os seus «impostos» com regularidade e permitia aos seus súbditos que ganhassem a vida à custa das iniciativas comerciais dos sertanejos, dispondo de uma grande independência. Se os sertanejos tomassem parte pessoalmente na viagem, os ganhos dos pombeiros seriam melhor controlados e, em consequência, menores.

---

(1) Ao apresentar as contas das caravanas Silva Porto escreve explicitamente «marfim recebido». Só no caso da caravana do Samba, forçada a desviar-se para o Lovale, onde não se comprava marfim, é que Silva Porto escreve «géneros recebidos» querendo significar cera e marfim e possivelmente escravos. A viagem de longa distância só trazia outros produtos, quando, por razões adversas, não podiam transaccionar toda a fazenda por marfim.

Os sertanejos que por comodidade se deixavam ficar em casa, chegavam agora à conclusão de que deviam participar mais de perto e aumentar o número das suas viagens pessoais(1). O meio de conseguirem obter a necessária autorização seria o de fazer valer a sua capacidade financeira para estabelecer a ligação com as casas comerciais de Benguela.

Efectivamente, o movimento comercial do Bié e daí os proventos de toda a população a ele dedicada, dependia dessa ligação cuja importância era tão bem conhecida dos sertanejos como do soba.

A 1 de Setembro de 1861 Silva Porto abria o jogo. «Mandamos cumprimentar o chefe do país, e participar-lhe que apoquentados com os mucanos e hóspedes importunos, a fazenda que mais tarde ou mais cedo tinha de satisfazer ao credor evaporava-se como fumo quando não tratasse de lhe dar remédio; e o que era pior, entregue aos seus filhos, empregados ou quimbares, acontecia-lhe outro tanto; em presença do que estávamos resolvidos a dar-lhe remédio fazendo viagem para as Ganguelas, porque a presença do dono removia todos os obstáculos, e os negócios modificavam imenso.» «Enviou-nos dizer que para as Ganguelas que não, por sermos nós e o nosso amigo Guilherme José Gonçalves os sustentáculos da sua terra.» Quanto às queixas apresentadas pelo sertanejo teve resposta para todas: os devedores que ficassem presos até pagar; empregados e quimbares tinha o sertanejo pulso livre para lidar com eles; hóspedes fossem «enxotados»; mucanos fossem-lhe apresentados que ele os resolveria. «Nada mais fácil para a ruína de qualquer (. . .)»(2) concluía Silva Porto.

Estribando-se nesta posição de «sustentáculos da terra» e sobreavaliando as suas implicações, os sertanejos propuse-

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 266. 27 de Janeiro de 1862.

(2) Ibidem, *idem*, p. 218. 1 de Setembro de 1861.

ram-se fazer chantagem. Nos fins de 1861 «estava planeada a partida de uns após outros dos europeus existentes no país, porque numa época mais ou menos distante obrigaria os indígenas a procurá-los como já sucedeu em tempo, e atendendo a que não podem prescindir deles»(1). No entanto, os próprios sertanejos provaram que não estavam em posição de fazer valer os seus trunfos. Eles só eram figuras de primeiro plano no Bié. No litoral, eles eram afinal uns «aviados» que obtinham junto das casas comerciais um crédito limitado. Guilherme José Gonçalves fora o primeiro a pôr em prática esta forma de pressionar o soba ausentando-se para Benguela em Outubro de 1861 com destino a Lisboa(2). Não passou de Benguela nem resistiu muito tempo. Regressou ao Bié a 30 de Junho do ano seguinte. «O nosso amigo Guilherme José Gonçalves veio igualmente da cidade, preferindo suportar os excessos dos selvagens ao clima do litoral; (. . .) ausentar-se e regressar de moto-próprio é agravar o mal em lugar de o remediar»(3).

Neste momento, Silva Porto tinha fora a caravana do Samba que constituía a sua última esperança. A chegada a 21 de Novembro com notícia das mortes e praticamente sem marfim, determinou a sua decisão: «Resta-nos agora tratar dos preparativos da viagem, porque nada mais temos fora, e: — Quem não é daqui, que faz aqui?»(4).

A 15 de Dezembro de 1862, Silva Porto faz ver ao soba que a sua partida é determinada pelas mesmas queixas que lhe apresentara cerca de um ano antes: os mucanos, as «visitas», as más contas dos pombeiros, a fraca colaboração de empre-

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 314. 30 de Junho de 1862.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 231. 3 de Outubro de 1861.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 314. 30 de Junho de 1862.

(4) Ibidem, *idem*, p. 359. 21 de Novembro de 1862.

gados e quimbares acrescidos dos obstáculos que o soba vinha pondo às suas saídas pessoais(1).

«Com o competente presente de despedida, enviamos dar estas ao soba Quillemos(2), fazendo-lhe ver que seguíamos viagem sem destino certo: poderia ser que ficasse em Benguela, e também se poderia dar a circunstância de regressar à sua terra; (. . .)»(3).

O soba mostrou-se pesaroso pelas insinuações do sertanejo «esperando que realize o regresso, e não nos estabeleçamos na cidade (. . .) Respondemos que a nossa posição nada tinha de invejável depois de uma tão longa permanência na terra, falando a verdade dizendo que nos achávamos tão ricos como quando para ela viéramos, que foi muito pouco (. . .)»(4).

Acima de tudo Silva Porto empenhava-se em manter equilibrada a sua conta corrente com o armador. Ao tomar a decisão de se mudar para Benguela era nas boas contas com o armador que o sertanejo punha todas as suas esperanças. O grande prejuízo que estava sofrendo nas viagens ao sertão «(. . .) felizmente que em nada afecta o nosso crédito porque extinguindo o nosso débito, como de facto extinguimos, saldando com quem temos dívidas, o crédito pode reputar-se sólido para todos os efeitos, continuando ou deixando de continuar nesta malfadada vida sertaneja»(5). A pouco e pouco havia de perder as ilusões a este respeito: o crédito do armador era destinado ao negócio do sertão e não para ser utilizado a comerciar em Benguela ou muito menos em Portugal.

---

(1) Referência ao seu pedido de 1 de Setembro de 1861, para participar pessoalmente nas viagens.

(2) Soba Konya Cilemo do Bié. G. Murray Childs, «The Chronology of the Ovimbundu Kingdoms», *Journal of African History*, XI, 2, 1970, p. 245.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 375. 15 de Dezembro de 1862.

(4) Ibidem, *idem*.

(5) Idem, *ibidem*, p. 324. 26 de Julho de 1862.

Neste ano de 1863 a ocasião não podia ser pior para os sertanejos porem à prova a sua capacidade de se adaptarem a viver na cidade. A subida de preços e falta de mercadorias que então se verificou(1) não terá deixado de contribuir para lhes avolumar as dificuldades financeiras. Não surpreende portanto, que uns após outros tenham regressado ao Bié contribuindo para que falhasse o plano comum(2).

1.4.2 — *Variantes da participação*

Entretanto o número de grandes sertanejos diminuíra, não devido ao abandono mas à morte de muitos deles, sem que tivessem sido substituídos por homens de estatura semelhante. Em 14 de Novembro de 1863 Silva Porto lamenta a redução do número que restava «de tantos sertanejos que eramos modernamente do Bié; os que nos faltam, dormem o sono eterno em diversos lugares»(3).

O soba, embora tendo ganho trunfos com o regresso dos sertanejos, não podia arriscar-se a perder os chefes das grandes casas que lhe restavam. De qualquer modo, fosse pela ameaça de abandono, fosse pelo rápido desaparecimento dos dinamizadores do comércio ou ainda pelas duas coisas, o soba cedeu no que dizia respeito à cobrança dos mucanos e às saídas pessoais dos sertanejos. Estes vão agora viajar com regularidade

---

(1) Idem, *ibidem*, vol. 3.º, p. 44. 8 de Novembro de 1862 e idem, *ibidem*, vol. 3.º, bis, p. 17. Fevereiro de 1863. A guerra entre os estados da União Americana, perturbando a laboração das fábricas, provocava a falta de manufacturas americanas no mercado internacional, onde competiam com as inglesas. Daí o aumento de preços.

(2) Caetano José Ferreira, vizinho de Silva Porto, que também decidira abandonar o Bié, regressou de Moçâmedes em Julho de 1866 «acossado de contínuo pela sorte».

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º, bis. 14 de Novembro de 1863.

enquanto aumenta o montante das «facturas» transaccionadas. «Quem quer vai, e quem não quer manda e espera resposta» era o lema geral e tanto quanto podemos saber com resultados de «negociação feliz».

As medidas agora tomadas vão facultar aos sertanejos alguns lucros reais, mas não vão reduzir substancialmente a dependência em que se encontravam em relação aos seus colaboradores. O princípio de não arriscar toda a fazenda numa só viagem continua de pé. A caravana dirigida pelo próprio dono constitui apenas uma das três ou quatro comitivas que concomitantemente negoceiam por sua conta em diversos pontos do interior. Além disso, como já foi dito, a «factura» transportada na sua caravana é entregue numa percentagem superior a 50% (chegando a atingir 75%) aos pombeiros que a transaccionam nas subviagens que efectuam por conta própria, apresentando depois o resultado ao sertanejo.

Alterar este esquema continua a estar fora do alcance do sertanejo, porque todos os condicionalismos se mantêm: são os pombeiros quem recruta os carregadores, sem pombeiros não há carregadores e sem carregadores não há sequer viagem. Assim, o que os sertanejos vão ganhar com o novo esquema é o controlo directo de uma percentagem bem pequena do seu comércio de longa distância com o interior(1). Mas, no que diz respeito a Silva Porto mais alguma coisa mudou. É bem possível que só agora ele tenha conseguido dispensar os serviços de Joaquim Mariano, Jorge José da Mota e Francisco Monteiro da Fonseca(2) assumindo sozinho a direcção e

---

(1) A juntar a tudo isto temos que a viagem pessoal do sertanejo fica muito mais cara pelos presentes condignos aos potentados africanos, além de que decorre por sua conta a alimentação da comitiva.

(2) Os nomes destes empregados aparecem referidos regularmente até 1859 inclusive, para a partir daí se tornarem muito raros. S. G. L., *Memorial de Mucanos*.

execução dos negócios. Seja como for, a visão dos lucros pessoais comprovando aos sertanejos que, apesar da concorrência, o seu negócio pode ser rendível, dá novo impulso à vida comercial do Bié e permite-lhes melhorar consideravelmente as suas finanças.

Vejamos como se movimentavam os sertanejos, ou antes o grupo nosso conhecido. Pode dizer-se que anualmente cada um deles fazia uma viagem ao interior e se deslocava depois a Benguela quer para entregar o produto de troca quer para se fornecer das mercadorias necessárias nas casas comerciais com que negociava.

Silva Porto que permanecera em Benguela entre Janeiro e Setembro de 1863, regressou ao Bié a 5 de Outubro, decidido a seguir viagem para o interior. Ele, que até 1863 apenas tomara parte em duas viagens ao Lui (1852 e 1858), iria deslocar-se ali cinco vezes entre 1863 e 1869, perfazendo um total de sete viagens.

Logo a 21 de Novembro dá início à sua terceira viagem ao Eldorado do marfim. Não sem antes ter despachado duas caravanas, uma para o Humbe à permutação de gado e escravos, outra para o Gare, entre o Cuito e o Cubango, a comprar cera e marfim(1).

«Presentemente só de passagem se pode estar no Bié. Amanhã terei eu de me pôr a caminho para respirar outros ares, a fim de me pôr em outras terras e tratar com outras gentes»(2). O mercado do Lui, que nas mãos dos pombeiros estava dando «lucros insignificantes», oferece-lhe a ele condições excelentes(3).

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º, bis, p. 73. 22 de Outubro de 1863.

(2) Ibidem, *idem*, p. 79. 20 de Novembro de 1863.

(3) Ibidem, *idem*, p. 144. 31 de Maio de 1864.

Em Setembro de 1865 não fica um sertanejo no Bié, partem todos para o interior(1). Guilherme José Gonçalves, que havia pouco regressara do Lui, dirige-se para o Mucusso, o seu mercado preferido, levando na caravana gente de Silva Porto chefiada pelo macota. Francisco Fernandes Relvas parte para a Lunda. Silva Porto organiza a sua quarta viagem ao Lui.

Em Julho do ano seguinte (1866) estão todos de volta com boas negociações. Silva Porto à sua conta trazia um lucro de 25%(2). Lucro que teria sido de cem por cento se não fossem os prejuízos dados pelas negociações dos pombeiros(3). Os sertanejos tomam alento. «Aqui tem pois o meu leitor as notícias com que o mimoseio, e que espero receberá de bom grado, visto que participa igualmente na minha satisfação»(4).

Agora eles permanecem no Bié o tempo indispensável para receberem e organizarem as caravanas. Guilherme José Gonçalves prepara-se para voltar ao Mucusso. Bonifácio José Rasquete, que visitara o Lui em meados de 1865(5), apresta-se para lá voltar. Enquanto que Relvas e Silva Porto não tardarão a partir para Benguela(6).

Concluídas as contas com a firma em Benguela, Silva Porto considera que, apesar do saldo de um conto de réis a favor desta, «avancei um passo na minha atribulada carreira». Na verdade esse saldo parece não representar uma incapaci-

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 3.º, p. 4. 6 de Setembro de 1865.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, pp. 11-12. 25 de Maio de 1866.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 3.º, p. 589. 25 de Março de 1866.

(4) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, p. 40. 21 de Julho de 1866.

(5) Silva Porto chegara ao Lui a 27 de Outubro de 1865 encontrando o estabelecimento de Bonifácio José Rasquete ainda em condições de ser habitado o que prova que este teria partido pouco tempo antes, visto os habitantes do Lui se encarregarem de destruir os acampamentos com espantosa rapidez. Ibidem, *idem*, vol. 3.º, p. 500. 27 de Outubro de 1865.

(6) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, pp. 38 e 39. 19 de Julho de 1866.

dade de saldar a dívida, mas apenas o gozo da prerrogativa de pagar à medida que se fossem apurando as trocas das várias «facturas» espalhadas pelo sertão(1).

Na viagem que acabava de fazer ao Lui, Silva Porto apercebera-se de que, dados os novos condicionalismos políticos do Barotze, uma parte das regiões abastecedoras do marfim poderiam fugir ao monopólio do suserano e serem directamente canalizadas para comerciantes ingleses vindos do sul. Acautelando-se contra a instabilidade política que observava, procurou contactar um novo mercado que lhe oferecesse uma alternativa, se necessário. Enquanto o sertanejo ficava junto do suserano do Lui a comerciar, incumbiu o macota de se dirigir a Ribebe, no Mucusso e a partir daí abrir caminho até uma região mais meridional a que dá o nome de Rissucatebe que parece situar-se junto do lago Ngami(2). O soba do Mucusso, porém, cioso da sua posição de intermediário entre o comércio de Angola e aquelas terras, negou-se a dar-lhe passagem.

«Foi um contratempo que não esperava por ser para ali que lançava as minhas vistas no caso de me não ser favorável a minha negociação com o soba Xipopa do Lui, no entretanto continuarei com o firme propósito de para aquelas partes despachar as minhas fazendas»(3).

De regresso ao Bié (Julho de 1866) é possível que Silva Porto tenha trocado impressões sobre esta tentativa com o seu amigo Guilherme José Gonçalves, como o sertanejo mais

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 60. 19 de Setembro de 1866.

(2) Segundo Bontinck, Rissucatebe não é outro senão Letsholathebe (Lechulatebe, Leculathebe) chefe dos Ba-Twana (c. 1848 – Agosto 1874). Estes, por sua vez, tinham-se estabelecido perto do lago Ngami (c. de 1800). F. Bontinck, «Silva Porto: Journal d'un Voyage Transafricain», in *Likundoli*, Kinshasa, 1975, vol. 3.º, n.ºs 1-2, p. 44.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º, p. 590. 27 de Março de 1866.

ligado ao comércio do Mucusso e pessoa da sua confiança. Tendo este partido pouco depois com destino ao Mucusso, regressava em Fevereiro de 1867 com novidades. A primeira, e que já se ia tornando habitual, era o encontro nas margens do Cubango com sertanejos ingleses, originários do Cabo da Boa Esperança. A segunda era que os «seus pombeiros chegaram à terra de Rissucatébe, cabendo-lhe por consequência a honra da descoberta (. . .)»(1). Rissucatebe, mais acessível aos comerciantes vindos do sul, estava longe de corresponder às perspectivas de Silva Porto. Mais ligado àquelas regiões, Guilherme José Gonçalves decidiu experimentar logo de seguida o novo mercado e parece não se ter dado mal. A 21 de Março de 1868 regressava, segundo dizia, bem sucedido.

Também Silva Porto obteve razoáveis resultados em nova viagem ao Lui, a quinta, na qual gastou quase todo o ano de 1867. Transaccionou uma valiosa «factura» de 16 000$000, mas apenas a quarta parte (4000$000, quatro contos de réis) foram negociados directamente por ele. Os outros três quartos (12 000$000 doze contos de réis) foram entregues aos pombeiros para irem negociar nas subviagens(2).

Em Fevereiro de 1868, com as contas pagas aos fornecedores de Benguela e um saldo de dois contos, fora as fazendas e o marfim em *stock*, via aproximar-se a possibilidade da reforma. Mais uma viagem ao Lui, a sexta, e seria a ocasião de largar a vida do sertão.

Observemos o último trimestre de 1868. A 26 de Outubro regressa Silva Porto da sua sexta viagem ao Lui. A 20 de Novembro segue Francisco Fernandes Relvas para a Lunda. A 30 de Novembro levanta Guilherme José Gonçalves para o Mucusso. A 5 de Dezembro segue o macota pequeno de Silva Porto a juntar-se à comitiva de Guilherme José Gonçalves.

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 4.º p. 123. 25 de Fevereiro de 1867.

(2) Ibidem, *idem*, p. 206. 23 de Setembro de 1867.

Entretanto espera-se o regresso de Bonifácio José Rasquete que se deslocara a Benguela. A 29 de Dezembro entra uma comitiva de gente de Silva Porto vinda da Lunda. Finalmente, nos primeiros dias de Janeiro de 1869 parte uma comitiva de gente de Bonifácio José Rasquete para o Samba e outra de Silva Porto para a Lunda(1).

Para além de toda esta diversidade de objectivos, era ainda possível descobrir mercados novos. Nos fins do ano de 1868, princípios de 1869, o comércio sertanejo do Bié vai entrar em contacto com um mercado de grandes potencialidades, que de futuro viria a ser para os Ovimbundo o que o Lui fora para os sertanejos até então. Tratava-se da Garanganja (Catanga) o novo reino do chefe guerreiro Unyamuezi, Muchire, que penetrando na parte ocidental do Cazembe atraíra as populações estendendo a sua influência a uma vasta área encravada entre a Lunda do Muatiânvua e o Cazembe, criando o estado Yeke.

Tal como os Macorrolos no Lui, nas décadas anteriores, Muchire vai dispor, na década de 70, de um território onde abundam os elefantes que já rareiam nas regiões mais próximas da costa. Também ele vai poder escolher os seus fornecedores de mercadorias europeias e se vai tornar exigente. Mas aqui o acesso privilegiado não chegou a ser mais que uma promessa e as condições de segurança estão longe de se poderem comparar às que ofereciam os senhores do Lui. Na verdade, por 1869 o país estava já saturado de Árabes, Unyamuezi e gente da costa oriental que ali chegavam pela via entre os lagos Moero, Bangueolo e Tanganica assim como gente da Biça, que percorria uma via mais ao sul(2).

(1) Ibidem, *idem*, vol. 5.º, pp. 215-250. 26 de Outubro de 1868 a Janeiro de 1869.

(2) Richard Gray e David Birmingham, *Pre-Colonial African Trade Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*, London, 1970, p. 219.

Silva Porto não experimentou qualquer entusiasmo por este mercado que adivinhou demasiado exposto ao desgaste das comitivas de Zanzibar, sobre as quais ele tinha péssima opinião no que diz respeito à deterioração das relações comerciais e sociais. Para ele, este foi apenas mais um dos vários mercados contactados de novo nos últimos anos. Nem sequer anotou no diário todos os pormenores do estabelecimento de relações. Mas não os esqueceu, visto que por 1884 há-de vir a relatá-los a Stanley Arnot, especialmente interessado em conhecer tudo sobre o Catanga. É este quem conta que Muchire, para se libertar do monopólio dos comerciantes árabo-suaílis vindos da costa oriental, enviou o seu sobrinho Molenga para o ocidente em busca de outros comerciantes. No Lovale, terá encontrado o comerciante negro Domingo (provavelmente o macota de Silva Porto, Domingos Chacahanga) que, conhecendo as intenções de Muchire, as terá comunicado ao sertanejo. Este terá então organizado uma caravana para corresponder ao apelo de Muchire(1). Chefiou-a João da Silva, o macota principal, que, segundo parece, terá estabelecido as melhores relações com Muchire, tendo regressado ao Bié a 4 de Março de 1869.

O bom entendimento com o chefe guerreiro Unyamuezi apresentava o maior interesse para o comércio do Bié. Tanto mais que, no seu movimento de conquista, ele se aproximava das zonas já frequentadas pelas caravanas. «(. . .) tendo já sujeitado várias terras do domínio do Samba, e outras, chama-lhe agora seu país»(2). Se Silva Porto não encontrou garantias suficientes no novo mercado, o mesmo não se passou com os seus pombeiros que, sem sua autorização, trocaram os

---

(1) F. S. Arnot, *Garenganze*, Londres, 1889, p. 233.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, p. 269. 4 de Março de 1869.

antigos mercados pelo da Garanganja. Em 1869, o sertanejo teve dificuldade em organizar uma caravana para o Lui «pelo inconveniente da mudança de pombeiros desta última terra para aquelas, à imitação do ano passado; e sem o meu consenso»(1).

Na verdade, a Garanganja passaria a ter um grande poder de atracção sobre os Ovimbundo. «João da Silva trocando a carreira do Lui pela de Garanganja, imitado neste sentido pelos Bienos e os Balongoanas por seu turno aproveitando esse capricho do acaso que coroou a audácia do seu compatriota, têm feito desse ponto uma mina exploratória de marfim (. . .)»(2).

Apesar das boas intenções manifestadas por Muchire no primeiro contacto e de este ter chegado a fazer «juramento de romper relações com as comitivas de Zanzibar», não tardou que as apreensões de Silva Porto se confirmassem. A comitiva chegada ao Bié a 2 de Agosto de 1870 trazia má permutação. Encontrara na capital da Garanganja uma grande caravana de árabes de Zanzibar(3).

Enquanto se sentiu inseguro no poder, Muchire tratou com grande liberalidade os comerciantes que o visitavam. As caravanas chegavam à sua capital e logo lhe era concedida autorização para a disseminação do seu povo que ia permutar o marfim, ficando os chefes a negociar com Muchire. Quando o povo voltava das suas subviagens, a caravana organizava-se para o regresso, presenteados os chefes com dentes de marfim por Muchire, «(. . .) as caravanas sucediam-se umas após outras, não lhe faltando [a Muchire] coisa que apetecesse». Entretanto, firme no poder, pôs termo a tal sistema, proibindo

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 6.º, p. 48. 15 de Julho de 1869.
(2) Ibidem, *idem*, vol. 9.º, p. 347. 18 de Junho de 1882.
(3) Ibidem, *idem*, vol. 6.º, pp. 208 e 209. 2 e 5 de Agosto de 1870.

a saída dos comerciantes à compra directa de marfim nos seus domínios. Quando concedia licença mandava fazer-lhes esperas de que resultavam combates, roubos e mortes. Perante os chefes das caravanas desculpava-se dizendo que a culpa era dos potentados que lhe estavam sujeitos a quem havia de castigar. Pouco depois limitou ao seu sítio o termo das viagens dos negociantes «vendendo-lhe o marfim por preço fabuloso e constrangendo-os a acompanhá-lo nas excursões de rapina, já contra o irmão e chefes rebelados, já sujeitando outros, estendendo assim o seu domínio»(1).

A procura do marfim, como já sucedera no Lui, não correspondia ao ritmo da sua extracção. O negócio que mais interessava a Muchire era verdadeiramente o da escravatura. Os escravos obtidos nas razias eram distribuídos entre ele próprio e os comerciantes que nelas participavam. Os escravos destinados ao Bié eram enviados na sua maior parte para o Lui, chegando em pequeno número a Benguela(2). Viria assim a estabelecer-se um duplo tráfico de que pouco sabemos, mas adivinhamos rendoso: transporte de fazendas para a Garanganja, compra de escravos nessa parte, transporte até ao Lui, troca por marfim, transporte deste até à costa. Aliás o tráfico de escravos continuava agora a fazer-se principalmente com esta finalidade: «os escravos sempre se compram para o serviço caseiro, no interior e litoral, e hoje em larga escala para a permutação do marfim e cera»(3).

Em 1869 Silva Porto vai ainda mais uma vez, a sétima, ao Lui. Transacciona um terço da factura entregando dois terços

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11, pp. 123-124. Novembro de 1885.

(2) V. L. Cameron, *A travers l'Afrique Voyage de Zanzibar à Benguela*, Paris, 1878, p. 387.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 1.º, p. 3. 15 de Maio de 1846 (refundido em 1869). Silva Porto referia-se à situação de 1869 e não à de 1846.

aos pombeiros. Com essa terça parte das fazendas obtém 2455 libras de marfim o que representa 60% de lucro. Os pombeiros com os dois terços apresentam 2385 libras de marfim(1). Ora verificando-se que o lucro apresentado pelos pombeiros se cifrou em 29,14% o lucro do conjunto da factura transaccionada acabaria por se saldar em 39,42%. Um bom lucro se qualquer dos muitos precalços imprevistos não viesse reduzi-lo ou anulá-lo.

1.4.3 — *O desgaste do mecanismo*

Qual o resultado de todo este movimento comercial em termos de contabilidade? Ouçamos a resposta de Silva Porto: entre 1846 e 1859 «equilibrando a despesa com a receita ainda o negócio menos mal corria». A partir dessa data apenas «as sanguessugas (pombeiros e carregadores) de ordinário usufruem maiores ou menores vantagens»(2). A um maior investimento e à multiplicação das transacções não correspondera um aumento equivalente de lucros. Digamos que o resultado se saldou em «maior nau, maior tormenta».

Exigindo um pesado mecanismo (crédito em Benguela, pagamento de impostos no Bié, organização de grandes caravanas, prevenção e defesa contra incidentes vários, concessões a pombeiros, contrato de carregadores, renovação de mercados abastecedores, competição com fortes concorrentes) o comércio do marfim absorvia em custos de exploração grande parte dos lucros líquidos.

Nos 28 anos que decorreram entre 1842 e 1870, Silva Porto levantara, na sua casa fornecedora de Benguela, a

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 6.º, p. 120. 28 de Dezembro de 1869.

(2) Ibidem, *idem*, p. 224. 22 de Setembro de 1870.

enorme quantia de 400 000$000 (quatrocentos contos de réis moeda fraca) em mercadorias que pagara integralmente em produtos africanos, resultantes das trocas realizadas no sertão. «A maior parte das pessoas que nos conhecem nos julga milionário, e que andamos por aqui mais por vício que necessidade; no entanto [. . .] depois que nos entregamos a este trabalho nada guardamos»(1).

Durante toda a vida, Silva Porto não deixou de interrogar-se sobre as verdadeiras causas desta aparente contradição. Não pondo sequer em causa as condições que lhe eram postas no mercado de venda, Silva Porto atribuiu sempre a maior importância à sua posição de inferioridade no entreposto. Posição esta cujas consequências a «segunda plêiade», num esforço solidário procurava minimizar.

A partir de 1859, a cobrança de mucanos tinha recrudescido, na medida em que o sertanejo precisava de maior prestação de serviços para viagens mais demoradas e arriscadas. Até esse ano, o valor anual médio pago por Silva Porto em mucanos andara pelos 635$961 réis, enquanto que para o período de quatro anos que vai desde 1859 até 1862 esse valor médio anual atinge os 1286$850 réis.

A partir de 1863 e até 1868, as ausências prolongadas do sertanejo no interior e talvez também o facto de ser ele próprio a disciplinar algumas das comitivas fez descer consideravelmente os gastos em mucanos. Nesse período de seis anos, Silva Porto pagaria uma média anual de 250$158 réis, cerca de um quinto da média referente ao quadriénio de 1859 a 1862(2).

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 5.°, pp. 208-209. 15 de Outubro de 1868.

(2) Todas estas verbas são baseadas nos registos do *Memorial de Mucanos*. Os preços são os praticados no Bié, isto é, pouco superiores aos do «armador».

De qualquer modo o desgaste psicológico que provocavam estas despesas imprevistas avolumava-lhes a importância. Estando a fazer uma óptima negociação no Lui, Silva Porto escreve:

«Agora há-de dizer o leitor (...) ser inacreditável uma pessoa nas minhas circunstâncias não fazer progressos na casa da fortuna; e eu responder-lhe-ei com o Memorial dos Mucanos, acrescentando: graças dou à Providência, permitindo que a receita me dê para a despesa, e isto devo ao meu lidar»(1).

Em 25 de Março de 1866 ainda os mesmos problemas e as soluções que não é possível pôr em prática. «Os meios de evitar isto seria avassalar o interior até ao Bié ou então, quando o país o permitisse, o transporte dos géneros por meio de carros como se usa no Cabo para o interior do sertão. À falta pois de ambas as coisas o único recurso do sertanejo é largar semelhante vida»(2). No fim da década a «tributação» volta a aumentar. Só à sua conta Silva Porto pagou mais de dois contos e quinhentos mil réis de mucanos nos anos de 1869 e 1870. «Os Bienos presentemente estão desaforados»(3).

Ao fim de 28 anos (1842 a 1870), Silva Porto desembolsara 21 contos de réis fracos em mucanos o que representava cerca de 5,25% dos 400 contos de fazendas levantadas no armador(4).

A verdade é que as razões não podem ser encontradas apenas no entreposto, mas devem procurar-se também nos extremos do circuito comercial. Os sertanejos não souberam adaptar o seu mecanismo comercial de modo a prevenir-se contra a desvalorização das manufacturas, produzidas em série,

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 3.º, bis, p. 88. 21 de Dezembro de 1863.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 3.º, p. 589. 25 de Março de 1866.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 5.º, pp. 255-256. 5 de Janeiro de 1869.

(4) Ver quadro de mucanos pagos, em apêndice.

relativamente a um produto natural, animal, cuja extracção, além de morosa, tinha consequências destruidoras.

Por um lado, no mercado de venda, enquanto o marfim conhecia uma lenta subida de preços(1) as manufacturas inglesas e americanas apresentavam uma tendência geral para descer(2). Por outro lado, no mercado de compra, a sobreposição de redes comerciais de várias origens na década de 60 (Angola, Zanzibar, Cabo), enquanto vulgarizava as manufacturas europeias, acelerava o esgotamento das zonas do marfim e fazia subir o seu preço.

As oscilações de preço no «armador» repercutiam-se directamente no entreposto(3). Mas para o sertão além do Bié o sertanejo nunca aceitou repercutir a quebra de preços das manufacturas de troca. Escorando-se na rígida separação entre a conta corrente com o «armador» e a contabilidade do sertão, insistiu em manter a sobreavaliação das suas «facturas» no mercado de compra.

Os sertanejos sabiam que quer a sua unidade de troca, o *banzo*, quer os salários pagos aos colaboradores estavam desactualizados, mas não os alteravam(4). Mantinham o con-

---

(1) Preços do marfim de lei: em 1845, 1$100 réis a libra; em 1851, 1350 réis a libra (retirados do B. O. A.); em 1870, 1600 réis a libra (Guilherme A. de B. Capello, «Relatório do Governador Geral», p. 28). Mas em Benguela, Silva Porto vendia-o ainda por 1450 réis.

(2) A falta de fazendas americanas contrariou, a partir de 1863, esta descida, mas apenas temporariamente.

(3) Assim, ao pagar um mucano, o sertanejo que em 1858 contabilizava um pano por $400 réis, no ano seguinte de 1859 passou a registar $250 réis.

(4) Em 1868 o *banzo* continuava a constar, como sempre tinha constado, de 56 panos e teoricamente devia comprar-se com ele um dente de lei ou marfim meão e miúdo a perfazer o mesmo peso. As despesas com o transporte mantinham-se nos 28 panos: 12 para o carregador, 8 para o pombeiro, 4 para despesas de comedorias, 4 para quibanda ou tributo de passagens. Juntavam-se ainda as miudezas indispensáveis a fazer face às

gelamento de preços e salários rigorosamente defendido como uma forma de recolherem, apenas para si, os possíveis lucros resultantes da baixa de preços das manufacturas.

Ao imaginarem que esta era a forma de estabelecer a sua margem de lucro, não faziam mais que enganar-se a si próprios. Na prática, o expediente não resultou. Primeiro, porque o comércio sertanejo, na tentativa de evitar a concorrência, alargou a sua zona de acção, o que contribuiu para que perdesse mais rapidamente o controlo dos preços. Segundo, porque o lucro dos colaboradores, a sua «agência», saía cada vez mais do que sonegavam ao patrão, compensando assim a falta de aumento de salário.

A contabilidade do sertanejo, baseada em dados desactualizados e artificialmente impostos como válidos, traduziu-se na década de 60 em frequentes prejuízos(1).

Enquanto o preço das manufacturas descia no «armador», o volume das «facturas» aumentava, não só porque com o mesmo crédito se comprava mais peças de tecido mas porque o sertanejo investia cada vez mais à medida que preparava a sua retirada(2).

Vender mais quantidade de «fazendas» num mercado de concorrência segurando os preços, obrigava a uma técnica comercial especializada. Tornava-se necessário chegar antes do concorrente, evitar o encontro, trocar as voltas, valorizar o seu produto junto das populações que agora podiam escolher. Atender a todos estes requisitos numa transacção tornava-se muito falível e quem o conseguia tirava daí os seus lucros

---

despesas de comedorias e tributos. B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, pp. 207 a 208. 15 de Outubro de 1868.

(1) Ibidem, *idem*, pp. 209-210. 15 de Outubro de 1868.

(2) Silva Porto chega a encomendar uma factura de 15 contos de réis fortes. S. G. L., *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, p. 28. Carta de Silva Porto a Barbosa Gonçalves e Vasconcelos. Benguela, 15 de Agosto de 1872.

pessoais. Assim, quando as manufacturas não se desvalorizavam no mercado de compra, porque mediante «habilidades» se evitava a concorrência, desvalorizavam-se nas contas apresentadas pelos pombeiros ao sertanejo, porque eles próprios cobravam o seu trabalho extra.

Aquilo a que os sertanejos chamavam prejuízos não era mais do que o resultado da desvalorização real do *banzo*, como moeda de compra do marfim, cujo valor convencional eles nunca quiseram alterar.

A primeira quebra verificou-se logo a partir do ano de 1846, isto é, com o aumento da procura por parte do «armador». Trata-se porém de uma pequena descida: a equivalência tradicional de 1 banzo — 30 a 60 libras de marfim passa à equivalência de 1 banzo — 25 a 50 libras de marfim.

A grande desvalorização real surgiu com a concorrência no mercado de compra, a partir de 1861(1), quando o *banzo* deixou de ter o mesmo valor na mão do sertanejo e dos pombeiros. Enquanto os sertanejos e os macotas conseguiam de uma maneira geral aguentar os preços do marfim nas suas permutações pessoais, os pombeiros apresentavam marfim a preço muito alto (1 banzo — 15 libras de marfim) justificando-se com a concorrência. Por vezes, instados pelo patrão, entregavam a parte a que chamavam a sua «agência» e o patrão apelidava de roubo. Assim, enquanto que a permutação do sertanejo tinha sempre como objectivo a equivalência de 1 *banzo* — 1 dente de marfim de lei, o pombeiro forçava de ano para ano o abandono desta norma. Um *banzo* deixara de valer na realidade um dente de marfim de lei. Passara a equivaler a umas tantas libras de marfim consoante as flutuações da oferta de manufacturas europeias no mercado de compra.

Os velhos sertanejos, tendo sempre em vista as vantagens

---

(1) Ver quadro n.º 2 em apêndice.

que lhe proporcionara o acesso privilegiado, nunca aceitaram tal realidade. Aceitar seria reconhecer que o seu mecanismo comercial, tão laboriosamente montado, se mostrava ineficaz perante novas circunstâncias.

Nos fins da década de 60 os dois maiores sertanejos do Bié concluíam que era imprudente continuar.

Tudo leva a crer que, tal como oito anos antes, a retirada foi estrategicamente combinada numa atitude solidária de retaliação contra as condições que lhes eram impostas no Bié. Em 1869 decidem «pôr termo a esta carreira (. . .) a fim de que no futuro se não dêem absurdos semelhantes: e este meu passo ficará gravado na mente dos imprevidentes Bienos»(1).

Qualquer deles se tem «encontrado no mesmo campo de adversidade»(2). E se agora nas suas viagens pessoais eles vêm obtendo lucros que lhes permitem atingir saldos positivos (ainda que pequenos) nas contas correntes com as casas de Benguela, há que sair enquanto é tempo para que mucanos, pombeiros e incidentes imprevistos não os levem à ruína, condenando-os a acabarem os seus dias no sertão.

É certo que os pequenos saldos positivos no «armador» não correspondiam exactamente à sua situação financeira. Ao sertanejo não interessava atingir grandes saldos na conta corrente, visto que só podia levantá-los em fazendas e nunca em dinheiro. O excedente do lucro, quando o havia, era conservado em marfim na sua própria libata no Bié. Tratava-se porém de um aforro não rendível e de difícil capitalização, sem a interferência do «armador». Aliás Silva Porto considera esse marfim como um bem de raiz inalienável, um dote ciosamente guardado para a sua descendência.

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, pp. 255-256. 5 de Janeiro de 1869.

(2) Ibidem, *idem*, p. 17. 29 de Março de 1868.

Os dois maiores sertanejos do Bié reputavam-se em condições de se afastarem do activo, mas o receio de fracassar é mais que evidente, nas hesitações e nos adiamentos da partida.

O primeiro a pôr em prática a decisão de partir foi o decano dos sertanejos, Guilherme José Gonçalves, 62 anos de idade, cerca de 30 de Bié, sem fortuna e com grandes apreensões sobre o seu futuro. Retirada estratégica, ainda a tempo de salvar o crédito nas casas comerciais? Tentativa para experimentar a possibilidade de refazer a vida em Portugal apoiado nesse crédito? Confiança no valor do marfim entesourado para lhe valer numa aflição? A verdade é que se lhe punham sérias dúvidas quanto à viabilidade de quaisquer projectos de vida fora do Bié. Parte a 18 de Julho de 1869 com destino a Lisboa, mas não sem o prudente aviso à população de que é para «mais tarde regressar»(1), não fossem as coisas correr mal mais uma vez.

A sua vinda à metrópole esteve longe de ser um êxito. A 3 de Novembro de 1870 já estava de regresso a Benguela. Descontando o tempo gasto nas viagens, não terá chegado a permanecer em Lisboa um ano. O tempo necessário para perder as ilusões, marcar o bilhete de regresso e esperar pela partida do navio. «Pobre amigo que depois de sessenta anos de África ainda regressa para peregrinar»(2). De novo no Bié dirigiu pessoalmente os negócios até à morte que teria lugar seis anos mais tarde.

Quanto a Silva Porto, tendo tomado a resolução, de acordo com o amigo, em princípios de 1869, só em Outubro de 1870 consegue pôr em ordem todos os negócios e obrigações de vária ordem, de forma a poder abandonar o Bié.

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 6.º, p. 49. 18 de Julho de 1869.

(2) Ibidem, *idem*, p. 239. 3 de Novembro de 1870.

Sem dívidas, mas também sem capital(1), vai estabelecer-se em Benguela, visto as suas finanças não lhe permitirem voos mais altos.

Uma viagem a Portugal só seria possível com o apoio da firma comercial de Benguela cujo dono, Manuel António Teixeira Barbosa, falecera em Julho de 1870(2) desfazendo-se assim as esperanças de apoio monetário.

No fim de uma vida de labuta em África, a segunda plêiade de sertanejos do Bié encontrava-se envelhecida e pobre. Homens que tinham lidado com avultados capitais, em negócio rendoso e que tinham projectado regressar a Portugal para aqui viverem uma velhice tranquila, acabavam trabalhando até à morte.

Uma coisa ficava provada: o comércio sertanejo não servia para enriquecer os sertanejos em termos europeus. Aos seus filhos, eles não vão poder legar mais do que um nome ainda com crédito em Benguela e uma máquina comercial bem montada, mas prestes a atingir a ineficácia.

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 224. 22 de Setembro de 1870. Silva Porto possuía duas pequenas casas em Benguela, que acabaria por vender por preço insignificante, nos princípios de 1874, para pagar dívidas. S. G. L. *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, p. 55. Carta de Silva Porto a Barbosa Gonçalves e Vasconcelos. Benguela, 15 de Março de 1874.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 6.º, p. 209. 2 de Agosto de 1870.

2 — Firmas, sertanejos e ovimbundo

2.1 — A autonomia do comércio dos Ovimbundo

O chamado segundo abandono dos sertanejos do Bié, na charneira da década de 60 para a de 70, seguida de perto pela morte de alguns dos que ficaram, teve efeitos totalmente opostos àqueles que se previam. Longe de ficarem isolados do litoral, como do primeiro abandono (1830), os Ovimbundo provaram que eram capazes de manter autonomamente o comércio de longa distância organizado pelos sertanejos. A verdade é que, a partir de 1874, os Ovimbundo conquistaram a autonomia comercial e tomaram a iniciativa de fazer funcionar o circuito comercial que ligava o Bié à África central e a Benguela. Prova-o o rendimento da alfândega de Benguela, alimentada em grande parte pelo comércio do planalto, que em 1870 era de 79 047$653 réis para um total da colónia de 323 321$460, tendo durante a década de 70 aumentado sempre de valor e atingido em 1880 os 125 054$480 réis para um valor total da colónia de 405 907$068(1). O aumento foi ainda maior na década seguinte visto ter passado de 133 000$000 réis em 1883 para 424 000$000 réis em 1893(2).

---

(1) Guilherme Augusto de Brito Capello «Relatório do Governador Geral da Província de Angola de 1887», *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 30.

(2) Henrique de Barros Gomes, «O commércio de Angola», *Portugal em África*, 1894, vol 1.º, n.º 3, Março, p. 114.

Efectivamente os sertanejos não souberam prever. Primeiro, porque subavaliaram a capacidade dos seus colaboradores para continuarem, sem a sua orientação, a organizar caravanas para o interior e a estabelecer a ligação com o litoral. Segundo, porque surgiu um elemento imprevisível, a borracha, que, sem exigir os grandes investimentos do marfim, veio facilitar aos Ovimbundo a tarefa de sustentar a pesada engrenagem do comércio de longa distância. Terceiro, porque os próprios Ovimbundo vão obter crédito nas casas comerciais de Benguela, retirando ao sertanejo o seu grande trunfo junto do soba do Bié.

«No entretanto no segundo abandono crendo os sertanejos na utilidade da medida de futuro, o futuro veio provar o erro da mesma medida (...)»(1).

Silva Porto considera que só devido ao abandono e à morte dos grandes sertanejos é que os Ovimbundo tiveram oportunidade de fazer um comércio autónomo. Ora a revelação de uma tal capacidade não devia ser uma surpresa para o sertanejo. Desde o primeiro abandono dos «moradores», que o soba do Bié organizava as suas próprias caravanas de modo semelhante às dos sertanejos, integrando-se na vida do entreposto como um parceiro comercial dos «brancos», mas de fracas posses(2). No que diz respeito à população em geral, o início do processo de autonomia do comércio umbundo em relação ao comércio sertanejo data dos meados da década de cincoenta, 1855(3).

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12, pp. 50-51. 9 de Outubro de 1887.

(2) Na década de 80 o soba do Bié chegaria a ser possuidor de uma «medíocre fortuna». B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12, p. 196. 21 de Agosto de 1888.

(3) Ibidem, *idem*, vol. 4.º, p. 259. 21 de Dezembro de 1867. Nesta data Silva Porto escrevia: «há 12 anos a esta parte o seu préstimo [dos Bienos] equivale a zero no mister de carregadores.»

Não quer isto dizer que os Ovimbundo tivessem podido prescindir desde então da iniciativa sertaneja. Pelo contrário, eles dependiam dela quer para a organização das caravanas quer para a ligação com Benguela e a obtenção de fazendas europeias. O que sucedeu foi que, a partir de 1855, eles se começaram a integrar nas caravanas sertajenas como comerciantes privados, isto é, carregando as suas próprias cargas e transaccionando o seu próprio pecúlio.

Após a partida do sertanejo, os Ovimbundo «Audaciosos com o incessante lidar de uns para outros pontos (. . .) com o pecúlio lícito e ilícito, obtido honrada e fraudulentamente no seu serviço [do sertanejo] não desanimaram com a sua falta, (. . .), dando princípio a sós às viagens (. . .)»(1).

Quando, após uma ausência de dez anos, Silva Porto regressa ao Bié, encontra a situação de pombeiros e carregadores completamente alterada. À época da sua partida «os Bienos não passavam da posição de simples carregadores, e nesta estavam compreendidos os pombeiros por obra e graça dos sertanejos em cujas mãos se achava concentrado o comércio do interior com o litoral (. . .)»(2).

Agora, em 1879, «Bailundos e Bienos presentemente estão feitos negociantes e por isso só curam de seus interesses, dando-se-lhes pouco dos interesses dos sertanejos a quem devem essa posição alcançada pelos muitos prejuízos que lhes causaram; e destes últimos conhecemos alguns que eram nossos carregadores anteriormente à época da nossa descida para Benguela, e agora os viemos encontrar vestidos de chapéu na cabeça, calçando e andando carregados de tipoia como qualquer europeu (. . .)»(3).

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 12.º, p. 47. Outubro de 1887.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, pp. 52-53. 5 de Abril de 1885. Referência a época anterior.

(3) A. F. F. da Silva Porto, «Novas Jornadas», *B. S. G. L.*, Lisboa, 1885, 5.ª série, p. 18.

2.1.1 — *Borracha e crédito comercial*

O abandono e a morte dos sertanejos terá tido influência no acelerar da autonomia do comércio dos Ovimbundo, mas o factor decisivo e providencial foi, sem dúvida, o aparecimento do comércio da borracha. Sem este género novo, os Ovimbundo teriam encontrado maiores dificuldades na manutenção de um comércio tão exigente como era o do marfim. Obtida a partir do latex de trepadeiras (*ficus elastica* e *landolphias*) existentes nas florestas da Lunda, do Samba e do Cassai, a borracha, chamada de primeira, era um produto divisível em pequenas quantidades, fácil de comprar por quem dispunha de pouco capital; fácil de transportar para quem não podia pagar a carregadores. Cada um podia fazer o negócio da borracha à sua medida, com maior ou menor pecúlio, carregando a sua própria «agência». Enquanto que o marfim, o mínimo empate de capital que exigia era todo o salário de um homem adulto auferido numa viagem ao interior, depois de devidamente investido em cera ou num escravo. Só numa segunda transacção se conseguia chegar à posse de uma pequena ponta de marfim escaravelho ou avariado(1).

A própria organização das caravanas se tornou menos exigente, quando passaram a transportar borracha. «(. . .) hoje de maneira a causar assombro, maiores e menores dos

(1) Com o seu salário o carregador bieno nos mercados a que se dirigem as caravanas sertanejas «compra o pão de cera de peso de vinte e quatro a trinta libras, ou então um serviçal de qualquer sexo de oito a dez anos de idade, que com o correr do tempo vai amoldando à sua índole no caso de lhe ter agradado, do contrário revende por um pão de cera de sessenta a setenta libras, ou um dente de elefante do peso de quinze a vinte libras, ou finalmente um boi; o que tudo lhe convém para aumentar o seu capital (. . .). B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 93. 17 de Novembro de 1860.

dois sexos estão empreendendo viagens de maior ou menor importância.»

Como é sabido as caravanas do marfim exigiam carregadores possantes, chefes com autoridade, defesa bem organizada. «Então eram os maiores do sexo masculino aptos a resistir de arma na mão ao agressor que se apresentasse a impedir-lhes o passo, e menores do mesmo sexo em diminuto número na aprendizagem da condução viajando e agora, sem distinção de sexo, seguem as caravanas em todos os sentidos, compostas de maior número de menores dos dois sexos»(1).

Ao mesmo tempo afrouxaram as medidas de segurança quer nas viagens para o litoral quer para o interior. Quanto maior é o valor da carga, maior é a cobiça e as forças que se mobilizam para a apresar. Para roubar um bom dente de elefante ou um fardo de fazenda movimentava-se toda uma povoação. Possivelmente umas tantas bolas de borracha ou umas poucas de missangas não movimentavam tamanhas forças.

De qualquer modo a segurança das caravanas indígenas era sempre fraca. Em 1886 uma caravana de 1000 pessoas entre gente do Bié, do Bihelle e do Dandy regressava da Garanganja, carregada de marfim, cera e borracha protegida apenas por 30 armas de fogo e poucos mais cartuchos. A pólvora que nas caravanas sertanejas era criteriosamente reservada para a defesa, era gasta nestes casos sem precaução, porque se confiava no manejo das cacheiras(2). «É verdade que amiudadas vezes nos chegam notícias de sequestros sobrevindos e devidos a semelhante sistema, mas eles não desanimando, não se envergonham dizendo — salve-se quem puder, os fins justificam os meios»(3).

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 12.º, pp. 50-51. 9 de Outubro de 1887.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º p. 175. 17 de Fevereiro de 1886.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, pp. 50-51. 9 de Outubro de 1887.

Para além das facilidades proporcionadas pelo comércio da borracha, o grande trunfo obtido pelos Ovimbundo foi a obtenção de crédito nas casas comerciais de Benguela. A introdução da borracha como produto de exportação, ao lado do marfim e da cera, traria uma nova dimensão ao comércio de Benguela e Catumbela, «a borracha abre novos horizontes (. . .)»(1).

A verdade é que exportada pela primeira vez em pequenas quantidades, em 1869, a borracha passara a ter uma procura no comércio colonial que justificava o interesse das casas comerciais.

A partir de 1874 inicia-se em Benguela e na Catumbela o chamado «período da borracha de primeira» em que ao aumento do volume das transacções corresponde a concessão de maiores créditos por parte da praça de Lisboa(2).

Ora se os africanos não correspondiam às exigências do complexo comércio do marfim, revelavam-se agora óptimos fornecedores de borracha pelas facilidades de comercialização já apontadas. As casas comerciais que, para obter marfim, precisavam utilizar o intermediário de alguma capacidade financeira, podiam dispensá-lo agora e tratar a compra da borracha directamente com o carregador africano.

Ovimbundo e casas comerciais do litoral começam a dispensar a intervenção do sertanejo. Em princípio, o grosso do seu comércio era constituído por cera e borracha. A passagem do negócio do marfim para a sua mão levaria mais alguns anos. Em 1879, quando Silva Porto subia de Benguela para o Bié, já pôde verificar que das 40 caravanas de Ovimbundo com que cruzou, dez transportavam marfim. Todas elas eram caravanas de Bienos, porque só eles atingiam as longínquas regiões onde ele existia(3). E naturalmente que as casas comer-

(1) A. Bastos, *Monographia da Catumbella*, p. 25.

(2) Idem, *ibidem*.

(3) A. F. F. da Silva Porto, «Novas Jornadas», *B. S. G. L.*, Lisboa, 1885, 5.ª sér., pp. 5 e 15.

ciais lhes começaram a conceder crédito. Silva Porto acusa-as de serem as grandes responsáveis por terem dado oportunidade aos Ovimbundo de criarem a sua independência comercial pela «falta absoluta de método em confiar os seus capitais»(1).

Em 1877 havia já Bienos que negociavam com um crédito de 4 e 5 contos de réis, conhecendo-se mesmo o caso de um antigo escravo de Silva Porto, Chaquingunde, que negociara uma «factura» no valor de 14 contos de réis(2).

Enquanto a extracção da borracha se limitou ao tipo de primeira qualidade, de recolha morosa, existente nas zonas da floresta mais distantes, o caudal de exportação da borracha sofreu altos e baixos, tendo-se no entanto elevado ao segundo lugar, a seguir à cera, enquanto o marfim descia para terceiro. Em 1870 exportaram-se por Benguela 33 720 quilogramas de borracha chegando aos 91 067 em 1885(3).

Seria a descoberta da borracha de segunda qualidade(4), borracha vermelha ou das Ganguelas, em zonas vizinhas do Bié, que daria origem ao chamado *boom* guindando-a ao primeiro lugar entre os produtos de exportação(5). O crescimento da sua exportação foi vertiginoso. Em 1887 exportavam-se 410 833 quilogramas da alfândega de Benguela para no ano seguinte passar a 1 051 798 continuando a subir mais lentamente(6).

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, pp. 50-51. 9 de Outubro de 1887.

(2) Serpa Pinto, *Como eu Atravessei a África*, vol. 1.º, p. 138.

(3) A. de Almada Negreiros, *Colonies Portugaises*, Paris, 1906, p. 245.

(4) *Carpodinus chylorrhiza*. K. Schum (*otarampa*) que cresce espontânea nas *chanas* das Ganguelas sendo a borracha extraída da parte subterrânea da planta. Carlos Eugénio de Mello Geraldes, «De Catumbella ao Alto Zambeze», *Revista Agronómica*, Lisboa, vol. 4.º, n.º 10, Out., 1906, p. 308. Designação actual: *landolphia parvifolia*. Schum.

(5) Francisco de Paula Cid, «*Relatório do Governador do Distrito de Benguela*», 1892, p. 29.

(6) Idem, *ibidem*. A. de Almada Negreiros, *Colonies Portugaises*, p. 246.

O movimento das caravanas de Bienos e Bailundos a caminho de Benguela ou da Catumbela aumentou extraordinariamente. As *quimbangalas* percorriam constantemente este itinerário(1).

«Depois que os indígenas a partir do Lovar [Lovale] até próximo do litoral, deram na especulação de cavar a raiz pouco mais volumosa que as nossas cebolas, encontrada na primeira camada do solo pelos descampados do país é espantoso ver diariamente o número de caravanas compostas de número superior a quinhentas pessoas, conduzindo pela maior parte o género comercialmente chamado borracha»(2).

Na Catumbela as sucursais da firma de Benguela vêem aumentar rapidamente o volume das transacções. A praça de Lisboa abre o seu crédito a Benguela e Catumbela e por sua vez os comerciantes destas praças abrem-no aos seus permutadores sem as garantias de outros tempos.

Os Ovimbundo, como grandes fornecedores de borracha, foram naturalmente beneficiados com o aumento da procura e as novas facilidades de crédito. Além de recebidos de braços abertos pelos comerciantes que se degladiavam para os atraírem às respectivas casas comerciais, obtinham o crédito, antes exclusivo dos sertanejos e agora facultado sem exigências de garantia(3). A disponibilidade de capitais por parte dos Ovimbundo é bem demonstrada pela importância que o marfim adquire no comércio dos Bienos. Como ficou dito atrás, em 1879 já algumas caravanas do Bié transportavam marfim para Benguela. Uma vez estabelecidas as relações comerciais com Muchire, no Catanga, por João da Silva, em 1869, os Bienos

---

(1) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Viagem pelo Norte*, caderno 1, p. 17, 6 de Maio de 1882.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, p. 46, 3 de Outubro de 1887.

(3) Augusto Bastos, *Monographia*, p. 36.

ter-se-ão integrado nas caravanas sertajenas. É difícil determinar quando é que os Bienos começaram a organizar caravanas para a Garanganja independentemente da iniciativa sertaneja. Mas em 1882 Silva Porto afirma que, imitando João da Silva, os Bienos «têm feito desse ponto [Garanganja] uma mina explorativa de marfim [. . .](1).

Em 1887 «estão de posse do comércio dos dois pontos extremos [. ...]. O movimento é incessante das caravanas de indígenas dos diversos pontos do país conduzindo borracha, cera e mantimentos»(2).

Os Ovimbundo tinham-se pois tornado fornecedores directos de borracha das casas comerciais do litoral (desde c. 1874); fornecedores de marfim em concorrência com o sertanejo (durante a década de 80); depositários de avultado crédito (reforçado a partir de 1886). Faltava-lhes, porém, a técnica comercial do capitalismo mercantil para reterem os lucros.

O contacto com o comércio sertanejo levara-os a adoptar uma economia capitalista se bem que ainda incipiente. O soba do Bié nunca deteria o monopólio do comércio do entreposto como sucedia com muitos dos potentados do interior em relação ao comércio externo. As condições oferecidas aos sertanejos alargavam-se agora ao geral da população, mas tal situação não lhes facultaria grandes lucros. O significado do comércio dos Ovimbundo centrou-se mais no prazer das transacções e das viagens do que no lucro daí resultante(3).

Silva Porto é peremptório: «O primeiro indígena conhecido de medíocre fortuna, evaporada como o fumo com a sua

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 9.º, p. 347. 18 de Junho de 1882.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 12.º, p. 47. Outubro de 1882.

(3) Cf. Hermann Pössinger, «Interrelations between Economic and Social Change in Rural Africa: the Case of the Ovimbundo of Angola», in *Social Change in Angola*, pp. 37 e 92.

morte a 10 de Julho do ano passado [1887], foi Jamba e Hemina(1) soba do Bié; o segundo há-de nascer; podendo ajuizar-se daqui o que será o geral»(2).

O próprio Childs depois de afirmar, baseado numa referência de Serpa Pinto, que em 1877 individualmente os Ovimbundo do Bié já tinham obtido consideráveis fortunas(3), acaba por concluir que apesar de movimentarem grandes somas de dinheiro, havia também muitas perdas. Daí concordar com Magyar (1849-1857) quando ele afirma que os Ovimbundo geralmente obtinham mais divertimento e excitação que ganho monetário a partir das suas expedições, concluindo que esta mesma opinião se podia estender a tempos mais recentes(4).

Segundo Silva Porto eles foram em parte responsáveis por facilitarem a subida dos preços dos géneros coloniais no interior e consequentemente a queda do valor das manufacturas europeias. «Os Bienos e Bailundos elevados à categoria de pombeiros pelos sertanejos do Bié, por tal forma têm elevado os preços dos géneros de primeira necessidade, [. . .]. Com fazenda não regateiam, compram por todo o preço, sofra quem tiver de sofrer»(5).

No tempo em que os pombeiros transaccionavam as fazendas do sertanejo, apesar de guardarem para si parte dos lucros, não parece terem aforrado capital. E quando têm a noção do aforro, são explorados pela população de modo a perderem todas as suas economias.

---

(1) Njambayamina, segundo Childs, «The Chronology of the Ovimbundu (. . .)», p. 227, governou entre 1883 e 1886 o que não coincide com a data apontada por Silva Porto para a sua morte.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.°, p. 196. 21 de Agosto de 1888.

(3) Childs, «The Chronology (. . .)», p. 203.

(4) Idem, *ibidem*, p. 204.

(5) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.°, p. 54. 7 de Abril de 1885.

«Desgraçadamente por estas paragens aqueles que têm algum siso e tratam de economizar para sair da obscuridade a que existe condenado o maior número, são de ordinário os mártires imolados na ara de feitiçaria, a fim de parentes ou aderentes saborearem à vontade os haveres da vítima. Os pródigos, de que é composto o maior número da sociedade selvagem, dizem francamente: — Comer e beber, enquanto se viver. E esta é a verdade»(1).

Em 1868 «[. . .] tais sanguessugas [os pombeiros] de ordinário usufruem maiores ou menores vantagens, mas, caso estranho: parece reconhecer-se aqui o rifão que reza: o alheio chora por seu dono! visto que em tão grande número de pessoas não conheço uma só que tenha levantado casa com aquilo a que indevidamente chama sua agência; [. . .]»(2).

Uma vez de posse do comércio, o antigo pombeiro e o próprio carregador, promovido a comerciante, procuram imitar os hábitos do sertanejo nas suas manifestações exteriores mais evidentes. Na maior parte dos casos o resultado é um aumento de despesas que o conduzem a uma situação financeira muito frágil. Tendo adoptado o aperto de mão e o traje europeu, o comerciante Ovimbundo tem «ganho audácia nos costumes» dá-se ao «luxo de ser conduzido de tipóia, e de possuir mais de uma mulher; [. . .]». Sujeito, tal como o sertanejo, à tributação irregular ele não tem disponibilidades que lhe permitam fazer face a esses desfalques imprevistos tornando-se mais vulnerável. Surge «o inesperado mucano, e a falta de método na direcção do cabedal que lhe foi confiado e aqui temos reduzidos à miséria os negociantes indígenas».

Silva Porto dá como exemplo o seu próprio pombeiro Chacahanga que o servia desde 1852 «a quem os mucanos de

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 93. 17 de Novembro de 1860.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 5.º, p. 209. 15 de Outubro de 1868.

família têm absorvido o cabedal agenciado no meu serviço, [. . .]»(1).

Na realidade poderia tratar-se simplesmente da dádiva e da ostentação características das sociedades primitivas e que Silva Porto, imbuído de uma mentalidade mercantil, não podia interpretar correctamente(2).

Além das contingências referidas, os pombeiros, que seriam de entre os Ovimbundo os melhores preparados para substituírem os sertanejos nos negócios de maior vulto, encontravam tantas dificuldades ou mais em arranjar carregadores e em manterem a sua posição social privilegiada. Digamos que, enquanto o comércio do marfim favorecia o estabelecimento de uma hierarquia social estratificada, o comércio da borracha (principalmente a partir de 1886 com a borracha de segunda) resultou numa tendência para um nivelamento social, senão para uma alteração.

Em 1890 Silva Porto afirmava que «o pombeiro desceu bastante na escala dos servidores pela nenhuma influência a actuar sobre o carregador». Passara o tempo em que o carregador era um «submisso sabujo» do pombeiro, totalmente dependente dele para se integrar nas viagens de longa distância e obter o pequeno dente de marfim ou o escravo que era tudo quanto lhe rendia a totalidade do seu salário. Agora «é-lhe bastante passar o Cuanza para encontrar, lidando de um para outro ponto, a carga de borracha obtida com o seu minguado pecúlio (. . .)». A permutação vai aumentando de uma viagem para outra e em dez anos o carregador teria chegado a negociante senão fosse a falta de método e os mucanos(3).

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 54. 8 de Abril de 1885.

(2) Este é um tema que exigirá um futuro estudo mais aprofundado e com uma perspectiva global.

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 13.º, pp. 96-97. 15 de Março de 1890.

Uma transformação profunda na sociedade do Bié surgia intimamente relacionada com as alterações no comércio(1).

Pombeiros e carregadores tinham-se transformado em concorrentes dos sertanejos, não só no mercado de compra, onde a concorrência de outras origens já se fazia sentir antes, mas principalmente junto do mercado de venda. Ofereciam melhores condições às firmas de Benguela e, caso nunca visto, obtinham crédito até então reservado aos sertanejos. Na década de 80, mais precisamente a partir de 1886, a maior parte do comércio de longa distância do Bié está nas suas mãos com o apoio das casas comerciais do litoral. É o governador geral quem o afirma: «Os bienos e bailundos aprenderam com os nossos sertanejos a negociar, e são eles hoje e os ganguelas que se aventuram, em grandes caravanas, a viajar quatro e cinco meses pelo interior em demanda do marfim e da borracha(2).

2.1.2 — *Novos participantes*

Para preencherem o lugar de intermediários comerciais, os Bienos precisaram, tal como os sertanejos haviam feito, por um lado fazer algumas cedências, por outro defender o exclusivo dos serviços que prestavam. Os sertanejos tinham satisfeito os seus colaboradores Ovimbundo e tornado desnecessário ao mercado de venda o avanço para o interior; os Bienos vão compensar os seus colegas do Bailundo e dificultar ao mercado de compra o avanço para o litoral.

Havia muito que tacitamente Bienos e Bailundos se dedi-

---

(1) Jean-Luc Vellut, «Notes sur le Lunda et la Frontière Luso-Africaine», p. 144.

(2) Guilherme Gomes Coelho, *Relatórios dos governadores das províncias ultramarinas. Distrito de Benguela. Apenso ao relatório do governador da província de Angola em 1887*. Lisboa, 1889, p. 26.

cavam respectivamente às viagens do Bié para o interior e às descidas desse entreposto para o litoral.

A partir do momento em que os Bienos haviam começado a falhar como carregadores assalariados, os sertanejos tinham passado a lançar mão dos Bailundos, sempre disponíveis para seguir viagem quer para o litoral quer para o interior. Tratava-se portanto de concorrentes em potência para os Bienos, quando estes atingiram a sua autonomia como comerciantes creditados em Benguela. Na verdade, as firmas pouca diferença fariam entre uns e outros visto que se tratava de bons fornecedores e bons transportadores dos produtos que desejavam comprar.

Ora quando por 1874 os Bienos passaram a conduzir regularmente a borracha para o litoral, precisaram evitar os ataques das populações do caminho às suas caravanas pequenas e mal defendidas, o que frequentemente sucedia com as caravanas dos sertanejos. A solução depressa foi encontrada. Em troca de caminhos livres e isentos de perigos foi facultado aos Bailundos o comércio das terras para leste do Bié, até então, exclusivo dos comerciantes daquele entreposto.

«Mensalmente partem os Bienos para o litoral pelos caminhos outrora trilhados por mim, e partem sob a protecção das suas armas, e o que é mais, as jornadas são realizadas sem o menor incidente e a razão disto está nas relações contraídas com o povo de oeste a quem estão abertas de par em par as portas que conduzem à borracha cera e marfim»(1).

Foi assim que, em poucos anos, os Bailundos se guindaram a comerciantes por conta própria e, tal como os Bienos, «só curam dos seus interesses, dando-se-lhes pouco dos interesses dos sertanejos (...)(2).

---

(1) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 1, *Viagem Para o Norte*, Caderno 7, p. 8. 9 de Outubro de 1884.

(2) A. F. F. da Silva Porto, «Novas Jornadas», *B. S. G. L.*, Lisboa 1885, 5.ª série, p. 18.

Até pelo menos 1890, ano em que o Bié sofreu os efeitos de uma campanha militar portuguesa, a supremacia dos Bienos manteve-se, continuando a ser os comerciantes do marfim por excelência. «Os Bienos vão aos principais mercados do marfim: Luba, Garanganja, Barotze, Mucusso (...)». Afirmava em 1892 o governador do distrito de Benguela. «Os Bailundos, Sambos e Hambos nunca passam das Ganguelas»(1).

Na década de 90, porém, um grande número de Bailundos lançou-se no comércio por conta própria. Ao findar o século, o Bailundo tinha-se tornado tão poderoso no comércio de longa distância para o interior como o seu vizinho, o Bié(2).

Desde os primeiros contactos com os mercados do interior que há notícias de iniciativas esporádicas da parte dos potentados africanos para atingir o litoral de Angola e as suas autoridades. Era esta aliás a esperança dos governadores da colónia ao contrariarem uma ocupação em profundidade pelo sertão.

A verdade porém é que os potentados raramente tomavam a iniciativa de conduzir os seus produtos ao mercado de venda no litoral ou mesmo ao entreposto do Bié. O chamado «comércio da porta» em que o africano trazia o seu produto a casa do sertanejo, constituía uma pequena percentagem do total das transacções. Faziam-no com alguma regularidade os Quiocos junto dos sertanejos do Bié, mas em pequenas quantidades(3).

O comércio sertanejo não precisava temer a concorrência que os potentados do interior lhes poderiam fazer, tomando eles próprios a iniciativa de virem oferecer os seus géneros ao litoral e dispensando assim a interferência do intermediário.

---

(1) Francisco de Paula Cid, «Relatório do Governador (...)», p. 23.

(2) C. Douglas Welber e C. Diane Christensen, «To Rise with one Mind: The Bailundo war, of 1902», p. 57.

(3) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 2.º, p. 325. 1 e 2 de Agosto de 1862.

O comércio directo entre os grandes potentados da Lunda, dos Lozi ou outros, e as casas comerciais de Benguela e Luanda era possível e verificou-se algumas vezes. Ficou-nos notícia de remessas de marfim chegadas a Benguela, enviadas directamente por aqueles potentados, transportadas por carregadores seus e dirigidas por magnates da corte. Tal procedimento constituía porém uma raridade, não movimentava grandes quantidades de géneros, e tanto quanto se pode perceber, não chegava a constituir concorrência ao comércio sertanejo.

Em 1861, por exemplo, o Muatiânvua da Lunda enviou uma comitiva sua conduzindo marfim destinado a ser transaccionado em Benguela. Vinha agregada à caravana de Narciso José Pacheco Lages e era dirigida por alguns *cacoatas*. Por parte do sertanejo não havia receio de sofrer qualquer prejuízo pelo facto de a mercadoria do Muatiânvua ser vendida directamente à mesma firma que ele, intermediário, iria vender a sua. Silva Porto, que nestes casos faz sempre as suas considerações, não refere qualquer inconveniente relacionado com a iniciativa do Muatiânvua(1).

Isto talvez, porque, dado o isolamento dos Lundas em Benguela, fosse possível impôr-lhes um preço fictício, de modo a que não se apercebessem do verdadeiro valor do género que transportavam.

O primeiro potentado africano que procurou estabelecer relações comerciais regulares com o litoral foi Muchire, o chefe Unyamuezi do Catanga. Sabe-se que caravanas partindo de Bunkeya (capital do Catanga) começaram a percorrer os cerca de 5000 quilómetros que a separavam de Benguela, passando pelo Bié. Ora, pelo menos a partir de 1874, o destinatário dessas caravanas era Silva Porto, ao tempo residente em Benguela. Na verdade Muchire instituíra o sertanejo

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 2.º, p. 166. 8 de Maio de 1861.

seu correspondente na costa ocidental. Tratava-se de um comércio dissimulado em presentes, isto é, Muchire enviava um presente a Silva Porto e tornava-o responsável pela permuta de todos os produtos transportados na caravana. Permuta essa que os seus emissários não estariam aptos a fazer no litoral, sem a ajuda de alguém da sua confiança. A Silva Porto não lhe agradava nada o ingrato papel a que ficava sujeito.

«Hoje deu entrada uma pequena caravana de Muchire soba de Garanganja, com três dentes de elefante e dez escravos, veremos o que havemos de resolver em tal conjuntura, porque esta gente quando faz despachos de tal natureza é com o fito de receber o dobro daquilo que enviam»(1).

Silva Porto resolvia a questão pondo os emissários de Muchire directamente em contacto com as casas comerciais que compravam, apesar da insistência daqueles em que fosse o próprio sertanejo a ocupar-se do negócio. «Fizemos-lhe ver que entregaríamos justamente o valor daquilo que tinham para permutar, e daquilo que me era enviado de presente, ficasse ou não o soba satisfeito que seria com eles»(2).

Muchire não parece ter ficado desagradado do negócio, visto que no ano seguinte de 1875 enviou nova caravana nas mesmas condições.

Estas transacções não eram muito volumosas e representavam uma percentagem mínima do marfim senhoreado por Muchire, mas tiveram sem dúvida um importante papel informativo para aquele potentado. Quatro anos depois de contactar as caravanas do Bié, Muchire conhecia exactamente o preço pelo qual vendia o seu marfim aos intermediários em Bunkeya e o preço pelo qual eles o vendiam em Benguela. Um potentado recentemente posto em contacto com o comércio de longa

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 7.º, p. 208. 8 de Julho de 1874.

(2) Ibidem, *idem*, p. 209. 10 de Julho de 1874.

distância da costa ocidental, podia avaliar, por experiência, os lucros líquidos desse comércio, o que interlocutores bem mais antigos não eram capazes de fazer. Isto graças às excepcionais qualidades de viajantes demonstradas pelos Unyamuezi, que se revelaram tão bons viajantes como os árabo-suaílis ou Ovimbundo(1).

As caravanas de Muchire terão continuado a percorrer os caminhos até Benguela transportando remessas cada vez maiores, até 1881. Nesse ano desceu uma comitiva cujo carregamento teve decisiva importância no quantitativo da exportação de marfim daquela alfândega, fazendo-o subir para 65 contos de réis.

Tratava-se de uma séria concorrência para o comércio do Bié, razão pela qual, ao regressarem ao Catanga, foram assaltados pelos Bienos que lhes roubaram tudo quanto tinham recebido pelo marfim(2). Tais foram as proporções do roubo, que Muchire suspendeu o envio e sequestrou algumas comitivas bienas estacionadas no seu território, chegando a ser assassinados alguns bienos. O próprio macota de Silva Porto foi retido. Por esta ocasião os sequestros sucederam-se de parte a parte. Em fins de 1885 chegaram a ficar retidas na Garanganja seis caravanas do Bié, pelo que os Bienos se negavam a seguir para tal destino(3).

Em Março de 1887 Muchire enviou cinco dentes grandes de marfim ao soba do Bié, Jamba e Hemina, para resgate do

(1) Stanley que os terá conhecido por esta época (1874-1877), escreveu sobre eles. «A sua saúde de ferro, o seu grande vigor, a sua maior força e orgulho, que eles têm na profissão de carregadores provam que eles nasceram viajantes e torna-os de uma extrema utilidade para a África.» Henrique M. Stanley, *Através do Continente Negro*, vol. 1.º, Lisboa, 1880.

(2) Francisco de Paula Cid, «Relatório do Governador do Distrito de Benguela», p. 29.

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. II.º, p. 124. Novembro de 1885.

seu filho e de dois indivíduos mais, e pedindo a liberdade dos restantes «garanganjas» sequestrados pelos Bienos. Jamba e Hemina recebendo o marfim respondeu que primeiro «lhe mandasse os crâneos e fazendas dos Bienos assassinados para então ter lugar o pedido e franquiar-lhe as portas do litoral». Os enviados por seu lado encontrando no regresso uma caravana de Bienos roubaram-lhes a carga de marfim e borracha.

Entretanto Jamba e Hemina reconsiderou e enviou a Muchire dois sobrinhos deste e pequeno número de «garanganjas» «deixando ao cuidado deste potentado o resgate dos restantes da célebre apreensão daquele»(1).

Era uma sequência de sequestros e resgates que Muchire tentou quebrar através de um contacto directo com as autoridades portuguesas de Benguela. Em 1888, por meios que desconhecemos, fez constar ao governador de Benguela que desejava retomar as remessas, mas que temia os ataques dos Bienos. Este apressou-se a responder-lhe com um ofício que provavelmente nunca lhe chegou às mãos, visto tê-lo enviado por intermédio de Silva Porto, mas com a condição de só ser expedido se os caminhos estivessem na verdade transitáveis. Ora Silva Porto não podia comprometer-se pelo que não estava na sua mão(2). A verdade é que Muchire não voltou a arriscar os seus homens e as relações com os Bienos endureceram no seu próprio território(3).

Os Bienos tinham anulado um concorrente, mas em compensação haviam perdido um mercado que se tornou impraticável quer para os Ovimbundo quer para os sertanejos

---

(1) Ibidem, *idem*, pp. 293 e 306. 3 de Março e 6 de Abril de 1887.

(2) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Caixa 2, Pasta 14. Carta do Governador de Benguela, G. Gomes Coelho. 4 de Agosto de 1888.

(3) Francisco de Paula Cid, «Relatório do Governador ...», p. 29.

«brancos». Como vimos, Muchire dispunha no seu território de comerciantes da costa oriental que concorriam desde 1869 com os Bienos, e estava pronto a seleccioná-los, tal como já o fizera o suserano do Lui em relação aos Bienos e aos comerciantes do Sul.

Com os Quiocos as relações cedo começaram a complicar-se assim como com os povos chamados Ganguelas. Em 1884 eram já «questões intermináveis de débito e crédito», que tornaram intransitáveis os caminhos(1). Fora possível aos Bienos obter apoio no mercado de venda, através do crédito nas firmas comerciais, e ultrapassar assim a frente que os grandes sertanejos deixam de poder fazer-lhe, ao perderem o seu trunfo de intermediários exclusivos. Defender a sua própria posição de intermediários junto dos outros Ovimbundo seus colegas no transporte e conquistar essa posição junto do mercado de compra, exigiu algumas cedências e, quando assim não foi, algumas perdas irreparáveis. Na verdade o comércio de longa distância estava na década de 80 e 90 atingindo o seu auge e conquistando sempre um maior número de participantes que necessariamente se degladiavam.

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 52. 5 de Maio de 1885.

2.2 — A sobrevivência do comércio sertanejo

A partir de meados da década de 70 a maioria dos grandes sertanejos morre pobre no Bié, sem que o seu exemplo tenha atraído outros comerciantes de envergadura semelhante. Não chegou sangue novo ao comércio sertanejo, capaz de continuar devidamente a acção da «segunda plêiade». Os que morreram, ou foram substituídos por filhos que não mostraram possuir a capacidade dos pais ou deixaram atrás de si povoações abandonadas. Os poucos que restaram tiveram como parceiros homens que não estavam à altura da geração anterior e iriam sobreviver com grandes dificuldades. Terminou a época do grande sertanejo, mas não decresceu a importância do Bié como centro intermediário que continuou a ser utilizado com a maior intensidade.

2.2.1 — *O declinar da «segunda plêiade»*

Vejamos como evoluíram algumas das famílias sertanejas pertencentes ao grupo que temos acompanhado e como sobreviveu a sua actividade comercial. Em 1876 Guilherme José Gonçalves, com 69 anos, doente, continuava a viajar pelo sertão à frente das caravanas. Uma doença das vias respiratórias perseguia-o havia tempo, a tosse incomodava-o. A 24 de Fevereiro desse ano partia com destino ao Mucusso. No caminho foi vítima de uma constipação que lhe agravou a doença. Morreu «nos matos» a 17 de Abril com que incomodidade, com que faltas, com que sofrimento.

«Deixou nome imaculado que sustentou durante o peregrinar neste vaivém terrestre, e que oxalá seus herdeiros sustentem da mesma forma»(1).

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 8.º, p. 88. 31 de Janeiro de 1877.

Os três filhos, Francisco José Gonçalves, Veríssimo José Gonçalves e Joaquim Guilherme Gonçalves seguiram a vida sertaneja, mas a um nível bem diferente da de seu pai(1). A filha, Isabel Gonçalves Ferreira, casou em Benguela com um comerciante.

Também Bonifácio José Rasquete faleceu por esta época deixando como herdeiros José Francisco Rasquete que tomou conta da administração da casa, António José Rasquete, filho segundo, e duas filhas.

Em princípios de 1878 já os herdeiros dos dois grandes sertanejos Gonçalves e Rasquete «se encontravam em grandes dificuldades e sem trabalho para empregar a sua gente»(2).

Entre 1874 e 1880 terá morrido José António Alves referido por Silva Porto como «nosso amigo», designação reservada àqueles cujo comportamento merecia a sua aprovação. Foi seu herdeiro António José Alves, natural de Pungo Andongo e radicado no Bié desde 1845. Segundo informações de Serpa Pinto, este António José Alves fora empregado de um sertanejo que talvez possamos identificar com José António Alves, passando depois a negociar por conta própria.

A verdade é que o nome, a residência em Commandange, a fazenda e até as dívidas foram herdadas, mas não o comportamento. Cameron, que acompanhou a sua caravana

(1) Veríssimo José Gonçalves foi encontrado por Serpa Pinto em Quilengues, um ano e meio depois da morte do pai, como empregado de um ex-criado do pai. Serpa Pinto, *Como eu atravessei a África*, vol. 1.º, p. 56. Não se pode interpretar esta afirmação ao pé da letra. A situação de patrão e empregado não era por vezes muito diferente, (lembremos o caso de Manuel Monteiro da Fonseca). A verdade, porém, é que Veríssimo estava longe de ocupar a posição do pai. Quanto a Francisco José Gonçalves viria a ter um comportamento que muito desgostava os próprios irmãos.

(2) S. G. L., «Espólio de Silva Porto». Cx. 1, *Caderno de Correspondência concernente à Expedição Científica Portuguesa*, pp. 11 e 12.

desde o Catanga a Benguela, faz-lhe péssimas referências aliás reiteradas por Serpa Pinto(1). Por seu lado, Silva Porto considera-o um sertanejo de muito fracos recursos que lança mão do expediente que consiste em comprar escravos com fazendas, onde eles são baratos e ir trocá-los por marfim, onde estes são procurados. Em 2 de Março de 1880 Silva Porto aconselha-o a não desviar o marfim que era seu dever enviar à firma de J. F. Gonçalves «a fim de manter a honradez do pai para continuar de usar o mesmo crédito»(2).

Francisco Fernandes Relvas foi outro dos que faleceu antes de 1880. Seu filho Joaquim, seguiria a vida sertaneja, mas não o exemplo honrado do pai. O filho mais novo, Luís Fernandes Relvas, estudava em Benguela.

Manuel Monteiro da Fonseca, o ambaquista empregado de Silva Porto quando das primeiras viagens ao Lui, falecia em princípios de 1883. Também ele grande comerciante, estabelecido no Bié ainda no tempo em que aquele mercado negociava com Luanda, transaccionara sempre grandes facturas de fazendas. «(. . .) infelizmente a pobreza é o que espera os escolhidos da fortuna nestas paragens em virtude dos mucanos; e foram estes que reduziram à miséria o finado (. . .)»(3).

Nos primeiros anos de 80 achavam-se abandonadas várias povoações de sertanejos falecidos sem herdeiros que continuassem os seus negócios, não tendo sido entretanto substituídos por outros. Quitane, a antiga povoação de Francisco Fernandes Relvas, compartilhada até 1858 com o seu amigo

---

(1) Serpa Pinto visitou-o a 28 de Maio de 1877, afirmando que «vive como preto, tendo todos os costumes e crendices do gentio ignaro». Serpa Pinto, *Como eu atravessei a África*, vol. 1.º, pp. 172-173.

(2) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 4. Carta de Silva Porto a J. F. Gonçalves. 4 de Março de 1880.

(3) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 7.º, p. 38. 1 de Fevereiro de 1883.

Luís Albino Rodrigues, estava em Março de 1883 abandonada, com as árvores de fruto a definhar. O mesmo sucedia com as povoações de Norberto Pedro de Senna Machado, João da Silva (macota de Silva Porto) e Lourenço José dos Reis(1).

O panorama geral que ofereciam as casas dos grandes sertanejos era, com poucas excepções, uma situação de decadência do movimento comercial e de degenerescência das normas que regiam as relações comerciais e sociais.

À excepção de dois novos sertanejos recém chegados, Adriano dos Santos Gil e António Francisco de Magalhães, a maioria são agora pequenos sertanejos de fraca capacidade financeira e de comportamento a merecer constantes reprimendas do velho Silva Porto, que não poucas vezes lamenta a memória dos pais, agora manchada pelos filhos.

Nestas condições passam a dar preferência a produtos menos exigentes que o marfim, como a cera e a borracha, ao passo que o comércio de escravos se revitaliza.

Em 1887 Silva Porto escrevia:

«Nós só agora vimos fazer levas de escravos, e cometer atrocidades, há meio século que habitamos o país!»(2). Enquanto isto, as relações entre eles deterioraram-se: esquece-se a velha solidariedade sertaneja; do cavalheirismo que presidia ao quotidiano restam apenas os formulários dos cabeçalhos e dos fechos das cartas, a vida endurece.

Em Benguela a exportação do marfim diminuiu consideravelmente. Entre 1870 e 1888, com pequenas oscilações (1881 foi o ano mais farto com 65 contos de réis), a descida foi constante, verificando-se uma média de 28 contos por ano. Reconhecia-se que a razão desta descida era a falta de iniciativa do comércio sertanejo do Bié.

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 59. 6 de Março de 1883.
(2) Ibidem, *idem*, vol. 11.º, p. 333. 15 de Junho de 1887.

«A principal causa da falta do marfim em Benguela e Catumbela, posso dizer a Vossa Excelência sem receio de errar que é devida à falta das viagens de explorações comerciais feitas aos mercados do interior por negociantes europeus que aprenderam com os nossos sertanejos, Silva Porto, Guilherme Gonçalves e outros»(1). Enquanto o marfim do Catanga se desviava para o norte, o marfim do Barotze escoava-se para o sul.

Desfalcado sob o ponto de vista humano e enfraquecido na sua capacidade financeira, o comércio sertanejo vai enfrentar um período de dificuldades muito graves, digamos antes, fatais. O apoio das firmas comerciais de Benguela vai faltar revelando-se quer como causa quer como consequência da difícil situação em que é lançada a obsoleta máquina comercial sertaneja. No entreposto, os trunfos de que se fazia valer junto do soba e da população do Bié tinham em grande parte desaparecido. A autonomia do comércio Ovimbundo resultaria para o sertanejo em morosidade na organização das caravanas, aumento de salários, indisciplina e desgaste de relações tanto no mercado de compra como no mercado de venda. Nos caminhos aumenta a insegurança devido às lutas entre autóctones e Bienos. No mercado de compra agudiza-se a concorrência dos Ovimbundo e dos comerciantes de outras origens. Os preços dos géneros africanos sobem, não só devido ao aumento da concorrência, como à permissão dos próprios Bienos(2).

Foi nesta fase de calamitoso declínio que o comércio do Bié foi dado a conhecer pelos exploradores científicos, como Serpa Pinto e Cameron, que com ele contactaram de perto. Daí a imagem de cores tão carregadas do sertanejo esclavagista,

---

(1) Francisco de Paula Cid, «Relatório do Governador de Benguela», pp. 23 e 29.

(2) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, p. 54. 7 de Abril de 1885.

rude, sem escrúpulos e a ideia de que o comércio Ovimbundo pouco devia à presença dos sertanejos no Bié. De uma maneira geral, os historiadores da África baseiam-se nos textos dos exploradores desta época ao delinearem a personalidade dos sertanejos e a sua actividade. É assim que o período da chamada «segunda plêiade» acaba por ficar caracterizado por informações que não lhe são extensivas, mas lhe foram erradamente atribuídas.

2.2.2 — *O fim de um compromisso*

Enquanto os africanos tomavam conta da ligação entre o litoral e o interior, como evoluíam as relações entre as firmas comerciais de Benguela e os velhos sertanejos do Bié, seus intermediários exclusivos de tantos anos?

A morte de Manuel António Teixeira Barbosa, em Julho de 1870, marcou para Silva Porto, e possivelmente para outros, o início de uma série de dificuldades encontradas junto das firmas.

A casa passou a ser dirigida pelos herdeiros e seus sócios directamente de Lisboa(1). Os 28 anos de ininterruptas relações e os 400 contos pagos tinham uma importância muito reduzida aos olhos dos novos gerentes. Acabaram as relações de confiança e começaram os prazos a cumprir, as letras a vencer, os moldes europeus a imporem-se nas transacções, como seja a substituição dos réis fracos da colónia pelos réis fortes da metrópole. Silva Porto iria agora descobrir uma outra dimensão

---

(1) Entre 1870 e 1873 a firma foi dirigida de Lisboa pela senhora D. Emília Romana Vasconcelos Barbosa, provavelmente viúva de Teixeira Barbosa. Em 1874 a firma passa a ser dirigida, também de Lisboa, pelos senhores Barbosa Gonçalves e Vasconcelos. Em 1875 começaria a ser gerida pelo senhor João Ferreira Gonçalves.

do circuito comercial que não terminava no litoral africano, mas atingia Portugal e a Europa.

A cultura do algodão era incrementada na colónia, tendo os seus preços subido nos últimos anos, devido à crise algodoeira provocada pela guerra da secessão na América do Norte(1).

Influenciado por citadinos, pouco escrupulosos, o sertanejo decidiu-se a comprar aos senhores Castro e Gonçalves uma propriedade rural pela bonita soma de 12 contos de réis fortes, quantia de que não dispunha e ficou a dever. O pagamento das letras iria amargurar-lhe a vida de proprietário rural, tanto mais que o preço do algodão começou imediatamente a descer em 1871 decaindo rapidamente a exportação a partir desse ano(2). A produção de algodão era entregue à firma e, tal como o marfim ou a cera, entrava na coluna *haver* da conta corrente.

A propriedade produzia uma média de 4184 arrobas de algodão por ano que, vendido a um preço médio de 5$250 a arroba, daria 21 966$000 contos de réis. Mas segundo o novo proprietário a receita não dava para a despesa(3).

A presença do sertanejo em Benguela não dava interesse à firma, que começou imediatamente a reduzir-lhe o crédito. A 22 de Outubro de 1871, já ele se queixa de que lhe negaram o fornecimento de uma insignificante factura de cinco contos de

---

(1) Joaquim John Monteiro, *Angola and the River Congo*, Londres, 1875, vol. 2.º, p. 184.

(2) A exportação de algodão pela alfândega de Benguela atingiu em 1871 os 234 904 607 Kgs., descendo rapidamente nos anos seguintes, sendo em 1875 de 89 971 033 Kgs. Alfredo Augusto Pereira de Mello, «Relatório do Governador do Distrito de Benguela, 1877», *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas*, p. 287.

(3) S. G. L., *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, p. 91. Carta de Silva Porto a Castro e Gonçalves. Benguela, 24 de Julho de 1875.

réis. Pergunta para Lisboa se está despedido daquela casa ou se os seus negócios vão continuar com a casa de Benguela e de Lisboa.

Apercebendo-se das verdadeiras razões da firma pergunta: «Convém-lhe que eu vá para o mato?...»(1).

Silva Porto toma agora uma atitude que deixa desconcertados os novos gestores da firma e que pode exprimir-se por: «Quem me comeu a carne, que me roa os ossos.» Ao fim de 29 anos de boas contas o sertanejo acha-se no direito de pedir auxílio à casa para fazer o pagamento das letras da Bemposta. E apesar da recusa da sede de Lisboa, ele insiste: «poderei esperar de V. Ex.ª o obséquio de pagar aos senhores Castro e Gonçalves 1000$000 réis moeda forte, parte da letra a vencer no 1.º do mês próximo?»(2).

Endividado, envolvido em letras protestadas, confrontado com uma gestão que desconhece, o velho sertanejo começa a sofrer «vexames continuamente ao ponto de duvidarem da minha probidade: — já impondo restrições sobre o meu débito, já ordenando fiscalização sobre pagamento»(3).

O seu ponto de vista é diverso do defendido pelos gerentes da firma. «Meus senhores, esquecem-se que tendo eu consumido e pago mais de quatrocentos contos de réis moeda fraca à sua casa desde 22 de Setembro de 1842, apenas lhes devo hoje nove contos e quinhentos mil réis da mesma moeda?»(4).

Em apenas cinco anos gastara o pouco que tinha, fizera nove contos de dívidas e tomara o encargo de uma propriedade

---

(1) Ibidem, *idem*, pp. 12-13. Carta de Silva Porto para a firma de Lisboa. Benguela, 22 de Setembro de 1871.

(2) Ibidem, *idem*, p. 17. Carta de Silva Porto para a firma de Lisboa. Benguela, 16 de Janeiro de 1872.

(3) Ibidem, *idem*, p. 55. Carta de Silva Porto para Barbosa Gonçalves. Benguela, 15 de Março de 1874.

(4) Ibidem, *idem*, p. 63. Carta de Silva Porto a Barbosa Gonçalves & Vasconcelos. Benguela, 19 de Junho de 1874.

agrícola que ninguém lhe queria comprar. «(. . .) quero ver se posso pagar a quem devo e adquirir o que possuía em 1869, que era uma bagatela, porém muito em presença do que hoje possuo: — que são dívidas e sem nada meu»(1).

Só em princípios de 1877 consegue saldar as contas com os antigos proprietários da Bemposta(2). Em contrapartida, a sua conta corrente com a firma acusava em Julho desse nesmo ano de 1877 um débito de 10 201$669 réis fortes(3). Digamos que grande parte da dívida contraída com a compra da Bemposta fora transferida para a firma de João Ferreira Gonçlaves(4).

A conta corrente escriturada pela firma englobava as contas da Bemposta (saída de dinheiro para pagamento de letras, instrumentos agrícolas, etc., e entrada de algodão) e as contas do sertão (saída de géneros e entrada de marfim). Nos seus livros pessoais o sertanejo estabelece duas contas distintas, o que lhe permite avaliar melhor as razões da situação financeira actual. Assim, chama a atenção do credor para que a conta do sertão «tem sido sempre satisfeita com um conto de réis a mais sobre o valor recebido»(5).

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 69. Carta de Silva Porto a Ignácio da Mota Vieira. Benguela, 15 de Setembro de 1874.

(2) Ibidem, *idem*, p. 134. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves. Benguela, 16 de Setembro de 1877.

(3) Ibidem, *idem*, p. 131. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves. Benguela, 14 de Julho de 1877.

(4) «A Bemposta tem-me feito velho de mais para que deixe num só momento de pensar que lhe devo a minha actual posição, e também por esse motivo a coragem precisa para trabalhar, a fim de me considerar feliz no dia em que me vir livre do meu amigo, assim como me vi livre de quem ma vendeu. Eles e V. Mce. têm-me feito provar bons bocados.» Ibidem, *idem*, p. 138. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves. Benguela, 17 de Janeiro de 1878.

(5) Ibidem, *idem*, p. 137. Carta do mesmo ao mesmo. Benguela, 21 de Dezembro de 1877.

Em 1873, tendo recebido seis contos em géneros, os macotas entregaram sete contos de réis em marfim(1). Em fins de Novembro de 1876, após a chegada dos macotas Chacahanga e João da Silva, com um carregamento de marfim no valor total de 4 980$417 réis fortes, a conta do sertão chegou a apresentar um lucro de 2048$385 réis fortes(2).

Em fins de 1878 Silva Porto chama mais uma vez a atenção de João Ferreira Gonçalves para os lucros que vai dando o negócio do sertão «(. . .) não é com o que anda no mato que a minha dívida aumenta»(3).

A Bemposta continuava a dar prejuízo, visto a dívida ter subido entretanto (Novembro de 1878) para 12 847$265(4). A solução é voltar ao Bié e retomar as viagens de negócios. Com a precisão de um veterano, começa a preparar uma viagem que lhe permita colmatar os prejuízos.

A estada em Benguela trouxera a Silva Porto grandes perdas, mas, facultando-lhe uma melhor informação, permitiu-lhe vislumbrar o expediente capaz de se eximir ao apertado controlo do «armador» sobre todas as suas finanças. A avaliar pela reacção do gerente da firma, é bem provável que o mesmo tenha sucedido com Guilherme José Gonçalves, que durante um ano permaneceu em Lisboa, e com outros cujos passos conhecemos pior, mas cujos *curricula* não diferem fundamentalmente dos colegas.

Os sertanejos travam conhecimento com comerciantes que se deslocam regularmente entre Angola e a «metrópole». Infor-

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 80. Carta do mesmo ao mesmo. Benguela, 22 de Março de 1875.

(2) Ibidem, *idem*, p. 120. Carta do mesmo ao mesmo. Benguela, 30 de Dezembro de 1876.

(3) Ibidem, *idem*, p. 144. Carta do mesmo ao mesmo. Benguela, 18 de Novembro de 1878.

(4) Ibidem, *idem*.

mam-se sobre o preço do marfim em Lisboa, e tentam uma fuga ao controlo da sua firma, através de um negócio paralelo que lhes permite disporem do que é seu pois «(...) de há muito estou trabalhando para o diabo»(1).

Joaquim Pereira Galino, um pequeno comerciante com residência em Lisboa, onde tinha a família, e Benguela, onde possuía uma pequena casa comercial, era o contacto de Silva Porto na «metrópole». Mediante uma pequena corretagem, vendia-lhe directamente em Lisboa algumas pontas de marfim.

Escusado será dizer que tudo se passava no maior sigilo e que as quantidades eram pequenas(2) de modo a não levantar suspeitas. O crédito era utilizado no pagamento de assinaturas de jornais e pequenas encomendas particulares ou ficava constituindo aforro para qualquer eventualidade. O negócio só excedeu os limites da prudência em Março de 1875. Pressionado pelos credores da Bemposta o sertanejo enviou 16 pontas de marfim de lei fixando ao seu correspondente o preço mínimo de «2300 réis para cima e nada para baixo», enquanto em Benguela o vendia a 1450 réis(3).

A 5 de Junho, Galino dava-lhe conhecimento de que a transacção rendera 2 482$043 de lucro líquido(4). Mas a 4 do mesmo mês, isto é, no dia anterior, já João Ferreira Gonçalves lhe perguntava que marfim era aquele, com a conhecida marca de Silva Porto, enviado a Galino e por ele vendido. Se

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 94. Carta de Silva Porto a Joaquim Pereira Galino. Benguela, 24 de Junho de 1875.

(2) A primeira transacção de que nos ficou documentação data de meados de 1874. Silva Porto enviou marfim no valor de 198$968 réis e encomendou géneros entre eles enxadas. Ibidem, *idem*, p. 67. Carta de Silva Porto a Joaquim Pereira Galino. Benguela, 16 de Agosto de 1874.

(3) Ibidem, *idem*, p. 80. Carta de Silva Porto a Joaquim Pereira Galino. Benguela, 22 de Março de 1875.

(4) Ibidem, *idem*, p. 94. Carta de Silva Porto a Joaquim Pereira Galino. Benguela, 24 de Julho de 1875.

o meio em Benguela era pequeno, em Lisboa, os compradores de marfim não eram tantos que não fosse possível controlar a origem e as vias por onde passava o produto(1).

A 20 de Agosto, após ter recebido a reprimenda do gerente da firma, Silva Porto escreve a Galino: «Eu espero que nada disto transpire em parte alguma, porque tenho contas com João Ferreira Gonçalves, agora, quando esteja saldado com ele, para mim será indiferente que transpire ou não»(2).

As remessas de marfim para Galino continuaram. A 18 de Novembro de 1878 seguem mais dez pontas com o peso de 268,5 libras(3) e durante o ano de 1879 apura em duas remessas 562$104 réis(4).

O sertanejo conhecia agora a diferença entre o preço do marfim em Lisboa e aquele que lhe era facturado em Benguela. Em 1875 já ele sabia que podia vender o marfim de lei em Lisboa por mais 58% do que o vendia ao «armador».

Além disso sabia concretamente qual o lucro da firma sobre as mercadorias que lhe eram facturadas, visto que, através de Galino, recebia essas mercadorias ao preço de Lisboa.

Nestas condições é muito provável que os sertanejos melhor informados procurassem eximir-se à vigilância do intermediário e compartilhar, ainda que modestamente, nos lucros que só agora podiam avaliar.

João Ferreira Gonçalves desconfia de fugas idênticas, praticadas por outros sertanejos e procura, através do próprio Silva Porto, investigar as finanças de Guilherme José Gonçalves.

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 95. Carta de Silva Porto a J. Ferreira Gonçalves. Benguela, 20 de Agosto de 1875.

(2) Ibidem, *idem*, p. 97. Carta de Silva Porto a Galino. Benguela, 20 de Agosto de 1875.

(3) Ibidem, *idem*, p. 143. Carta de Silva Porto a Galino. Benguela, 18 de Novembro de 1878.

(4) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 6.

DIFERENÇA DE PREÇOS(1)

	Galino (Lisboa, Fev. 1880)(2)	J. F. Gonçalves (Benguela, Fev. 1881) (3)	Lucro (4)
Zuarte	$820 réis	1$400 réis	71%
Pintado	$970 réis	2$200 réis	126%
Lenços pintados de 12	$390 réis	$800 réis	105%

«Diz-me mais que indague dele se possui ou não alguma coisa? Que diabo quer V. mce. que ele possua, se me consta que alguns géneros que tinha — restos da sua grandeza — os entregou à sua casa para pagamento, nada lhe restando presentemente» (5).

Mais do que nunca o sócio gerente da firma procura vigiar os movimentos dos seus sertanejos, pede notícias sobre eles, quer saber as razões porque demoram a descer até Benguela com o marfim.

José António Alves encontrava-se envolvido em pagamentos

---

(1) Não dispomos de facturas de data anterior nem da mesma data por isso apresentamos os anos de 1880 e 1881.

(2) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 6. Factura de fazendas enviadas por Galino, em Lisboa, a Silva Porto, em Benguela, pelo vapor «La Plata». Lisboa, 5 de Fevereiro de 1880.

(3) S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 6. Factura de fazendas enviadas pela firma de João Ferreira Gonçalves em Benguela para Silva Porto no Bié. Benguela, 21 de Fevereiro de 1881.

(4) A estas percentagens há a acrescentar o lucro da própria casa de Galino em Lisboa e a subtrair as despesas de transporte entre Lisboa e Benguela, direitos, selo e seguro que andavam pelos 6,6% para este tipo de mercadorias.

(5) S. G. L., *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, p. 95. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves. Benguela, 20 de Agosto de 1875.

de mucanos enquanto que João Baptista partira em Janeiro de 1876 para as Ganguelas e seis meses depois por lá continuava. Silva Porto desiludia o sócio gerente dizendo-lhe que em viagens o sertanejo «não está ao alcance de ninguém naquele ponto»(1).

É possível que o gerente em Lisboa, sinta escapar-se-lhe o *controlo* sobre parte dos negócios dos sertanejos. Em princípios de 1877 queixa-se de que recebeu prejuízos no ano anterior(2).

A verdade, porém, é que as casas comerciais nunca perderam com os sertanejos da «segunda plêiade». Mesmo quando eles morriam lá pelo sertão ou tardavam a descer a Benguela, mandavam cobrar rigorosamente as dívidas aos herdeiros. João Ferreira Gonçalves viu no regresso de Silva Porto ao Bié, a oportunidade de o encarregar da cobrança de algumas dívidas, sem deixar escapar nada à vigilância do credor(3). Ele próprio lhe vai facilitar a volta ao Bié facultando-lhe uma factura de quatro contos(4).

Tendo preparado cuidadosamente o seu regresso quer enviando fazendas aos poucos quer fazendo as recomendações necessárias aos empregados que deixara em Belmonte, parte para o Bié, em Novembro de 1879.

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 114. Carta do mesmo ao mesmo. Benguela, 19 de Junho de 1876.

(2) Ibidem, *idem*, p. 123. Benguela, 16 de Fevereiro de 1877.

(3) A 9 de Setembro de 1879 João Ferreira Gonçalves escrevia a Silva Porto. «Finalmente cabe agora ractificar-lhe o meu pedido de 3 de Julho p.p., a fim de V. Mce ir ao Bié ver o que se pode liquidar do João Baptista e outros sertanejos que para ali tenho, pois que é este um serviço que eu espero V. Mce. não deixará de me fazer nas actuais circunstâncias que lhe manifestei». S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 5. Carta de João Ferreira Gonçalves a Silva Porto. Lisboa, 9 de Setembro de 1879. O interesse era tanto que a 25 de Novembro repete o pedido. Ibidem, *idem*.

(4) Ibidem, *idem*, Cx. 2, P. 4. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves, 29 de Fevereiro de 1880.

Vai regressar ao activo aos 62 anos com um saldo negativo de 18 624$175(1) depois de ter movimentado e pago mais de 600 contos de réis ao longo de 38 anos, 200 contos dos quais nos últimos dez anos.

De regresso a um passado de que o separava uma década, Silva Porto fez uma análise de toda a sua actividade comercial desde 1842 até 1880. Estava agora de posse de uma perspectiva muito mais ampla que lhe permitia interpretar melhor a sua posição dentro do circuito comercial, encontrar explicações que até então não lhe eram evidentes e tomar decisões importantes para o futuro.

Segundo a sua própria justificação tudo isto se passou «graças à influição do seu benéfico clima [do Bié] no organismo daqueles que o habitam»(2).

Verificou-se no entanto, um incidente que poderá ter funcionado como detonador da situação e cujo significado não deve passar despercebido. De novo no seu ambiente, o sertanejo sente mais profundamente «os vexames e decepções» por que o tem feito passar João Ferreira Gonçalves. Numa carta ao soba do Bié, em que pedia ajuda para a cobrança das dívidas, o gerente ousara escrever: «Aí vai o sr. António Francisco da Silva Porto meu «aviado»(3).

No Bié ele era o patrão cujo nome abria portas das firmas em Benguela. E o gerente comercial «com toda a prosápia» atrevia-se a chamar-lhe «aviado» junto do próprio soba do Bié! «Meu amigo fez muito mal em tal dizer, porque muito

---

(1) Ibidem, *idem*, Cx. 2, P. 6. Conta corrente entre João Ferreira Gonçalves e António F. F. da Silva Porto. Saldo em 27 de Setembro de 1879.

(2) S. G. L., *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, p. 175. Carta de Silva Porto a Alfredo Augusto Pereira de Mello. Belmonte, 29 de Fevereiro de 1880.

(3) Ibidem, *idem*, p. 172. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves. Belmonte, 29 de Fevereiro de 1880.

tempo antes do falecimento do antigo proprietário da sua casa eu tinha deixado de ser seu «aviado»; conquanto o termo nada tenha de desonroso, para me considerar tão bom em igualdade de condições»(1).

É muito provável que só no dia em que se dirigiu à corte para fazer as despedidas, antes de partir para a viagem ao interior, ele tivesse tomado conhecimento do conteúdo da carta de João Ferreira Gonçalves ao soba. O sertanejo sente-se revoltado, não tanto por receber mais um vexame, mas muito especialmente por ser desconsiderado pela gente de Benguela perante o soba do Bié. A emoção é tal que decide cortar relações com a firma à qual estava ligado por um juramento que considerava sagrado.

Nas vésperas da partida, precipitadamente, saem do seu punho seis cartas focando, todas elas, a sua posição perante a firma e o corte de relações comerciais, justificado pelos vexames por que passara, designadamente o último. Cartas essas que, como homem prudente que era, guardou na gaveta e acabou por riscar no regresso da viagem.

Das seis cartas (anuladas), duas eram para João Ferreira Gonçalves, duas para comerciantes de Benguela, uma para Serpa Pinto, uma para Alfredo Augusto Pereira de Mello, ex-governador de Benguela.

É na carta anulada a este último amigo, não comerciante, que Silva Porto denuncia pela primeira vez a «usura», que a firma comercial aplica aos preços das mercadorias que lhe

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 172. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves (não enviada). Belmonte (entre 6 de Fevereiro e a partida para o Moio). Na verdade os talões das facturas respeitantes às mercadorias fornecidas pela firma ao sertanejo eram do seguinte teor:

«Factura do seguinte que remeto para o Bihé de conta e risco do Il.mo Senhor António Francisco Ferreira da Silva Porto». S. G. .L., «Espólio de Silva Porto», Cx. 2, P. 6. Benguela, 21 de Fevereiro de 1881.

fornece «pelo frívolo pretexto do risco que correm os capitais confiados àqueles que habitam o interior do país, quando ela nunca perdeu coisa alguma comigo; pelo contrário quem tem sido prejudicado sou eu e os meus; essa casa repito, tem lucrado mais de quatrocentos contos de réis comigo, ao passo que me encontro pobríssimo». O passo tardio que agora dá ao decidir cortar relações com a firma, «já deveria ter dado há muito porque a minha posição actual seria então muito diversa»(1).

No regresso da viagem, quase um ano passado sobre as decisões, vai retomar a pena. Escreve nova carta a João Ferreira Gonçalves em que elimina quaisquer explicações relacionadas com o incidente do ano anterior, cujas proporções o tempo se encarregara de reduzir. Em compensação, consegue expôr com grande lucidez e energia o resultado da sua análise sobre a engrenagem comercial em que se encontra integrado.

«Nem todas as verdades se dizem: porém há muitas que é necessário dizer, e que é criminoso calar. (. . .) Tenho extraído e pago a quantia superior a seiscentos contos de réis com a insignificante usura de cento por cento; já vê que a ridícula quantia de dezoito contos que hoje lhe poderei dever, está paga e muitíssimo paga, isto é uma verdade»(2).

Tudo o que tem para pagar ao credor são géneros no valor de oito contos, a que junta a malfadada Bemposta: «e dê ordem para se me passar recibo por saldo de contas, a fim de me entregar ao meu destino»(3). Se a firma levasse a meia dúzia de contos restante à conta de perdas, não fazia mais que

---

(1) S. G. L., *Copiador de Cartas*, vol. 1.º, pp. 174-176. Carta de Silva Porto a Alfredo Augusto Pereira de Mello. Belmonte, 29 de Fevereiro de 1880.

(2) Ibidem, *idem*, p. 176. Carta de Silva Porto a João Ferreira Gonçalves. Belmonte, 28 de Janeiro de 1881.

(3) Ibidem, *idem*.

a sua obrigação para com um servidor dedicado e arruinado. Era essa interpretação que a «influição do benéfico clima» do Bié lhe tinha inspirado. A partir de então Silva Porto mantém ligações comerciais com várias firmas que sucessivamente o vão desgostando e arruinando.

Os sertanejos sempre tinham atribuído os seus desaires comerciais às condições no entreposto do Bié e à concorrência no mercado de compra. Mas, uma vez informados sobre o funcionamento do mercado de venda, os sobreviventes da «segunda plêiade» concluem que a razão principal estava nos grandes lucros das firmas de Benguela: «a casa, repito, tem lucrado mais de quatrocentos contos de réis comigo, ao passo que me encontro pobríssimo.»

A posição de intermediários fora-lhes garantida mediante os ganhos proporcionados à população do Bié e os lucros facultados aos capitalistas de Benguela e Lisboa. Ora quando os Ovimbundo desprezam os salários dos sertanejos e se apresentam eles próprios como comerciantes em Benguela, as firmas passam a dispor de uma alternativa barata e pouco exigente. Encara-se a possibilidade de vir a dispensar os serviços dos velhos intermediários, agora demasiado bem informados para aceitarem as antigas condições de usura. O endurecimento das relações entre os sertanejos e as firmas comerciais não é mais do que o reflexo de uma melhor informação sobre as possibilidades de se dispensarem mutuamente como intermediários. As firmas procuram a colaboração directa dos Ovimbundo. Os sertanejos pretendiam vender directamente os seus produtos em Lisboa. A posição de intermediários exclusivos que firmas comerciais e sertanejos se tinham mutuamente concedido desde os longínquos anos 40, já não tinha mais sentido: o compromisso tinha terminado.

2.2.3 — *Anos 80. A quebra das estruturas*

Terminara a época do grande sertanejo, mas não decrescera a importância do Bié como centro intermediário que continuou a ser utilizado com a maior intensidade. Incapazes de retomar a liderança do Bié, os sertanejos continuavam a tomar a iniciativa para as viagens mais longínquas. Eles mantinham-se os grandes fornecedores de marfim e, como tal, tinham necessidade de empreender tais viagens. Os Bienos, não tendo capacidade para organizar caravanas tão poderosas como aquelas que se impunha quando se tratava de descobrir novas terras, começavam por agregar-se às dos sertanejos, tornando-se depois autónomos.

A Luba foi «descoberta» em 1874 por José António Alves e frequentada posteriormente por João Baptista Ferreira(1). Em 1882, era «caminho que de futuro promete ser bastante concorrido por causa da cobiça que nos devora em busca dos dentes dos elefantes»(2).

Por 1876 ou 77, Lucas José Coimbra iniciou as viagens para o Moio (Kuba) para lá do Cassai e do Lulua. Em 1880 já havia realizado duas viagens(3), tratava-se de um mercado novo abundante em marfim, capaz de atrair ainda o velho sertanejo Silva Porto que, desiludido com a cidade, acabara por regressar ao Bié acompanhado do novo sertanejo Adriano dos Santos Gil.

Surgia mais um Eldorado em perspectiva, logo disputado por todos os comerciantes do Bié quer grandes quer pequenos.

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 9.º, p. 346. 18 de Junho de 1882.

(2) Ibidem, *idem*.

(3) A. F. F. da Silva Porto, «Novas Jornadas», *B. S. G. L.*, 5.ª sér., Lisboa, 1885, p. 158.

Silva Porto parte para a sua primeira viagem ao Moio, a 1 de Março de 1880, mas junto do potentado principal, o «Loquengue», o negócio do marfim era dificultado por questões de política interna e o seu preço elevado(1).

A borracha mal começava a ser explorada. Eram os Quiocos que estavam introduzindo tal indústria no Moio, cujas populações «se vão entregando a esse ramo de indústria que um dia não distante formará a única riqueza do país (. . .) facto que se deu com as raças do sul em virtude do desaparecimento dos elefantes por causa da crua guerra que lhe faziam (. . .)»(2).

Pouco inclinado ainda ao comércio da borracha, o sertanejo não lhe dedicou grande atenção. O negócio foi fraco, não só pela falta que já se verificava de marfim, mas também porque o sertanejo, desconhecendo o mercado, tinha levado consigo mercadoria inadequada e pouco apreciada pelas populações, o que lhe dificultou o negócio.

De qualquer modo o mercado anunciava-se prometedor para o comércio do Bié, que entretanto esgotara outras terras mais próximas.

«Nota-se que o Bié despovoa desta feita para a tal terra, onde geralmente se negavam de ir a viagem passada por causa da demora que fizeram e do resultado obtido pelos primeiros sertanejos que ali se dirigiram; e que para nós quase foi idêntico por sermos hóspedes de primeira viagem; fomos e regressamos como viu o leitor; isto é, bastante agora para a realização do facto apontado, visto que sós, em virtude da muita despesa que é necessário fazer para lá chegar, os Bienos não se atrevem de meter a caminho, caindo a propósito dizer que a ambição matou Caim»(3).

Também o sertanejo tenta mais uma vez a sorte, partindo

---

(1) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 9.º, p. 30. 15 de Agosto de 1880.

(2) Ibidem, *idem*, p. 56. 20 de Outubro de 1882.

(3) Ibidem, *idem*, p. 139. 10 de Junho de 1882.

para o Moio a 1882. A borracha é agora o género mais permutado por aqueles sertões. Enquanto o marfim escasseia, a goma elástica corre a rodos. O próprio velho sertanejo que desprezava toda a mercadoria que não fosse marfim, acabou por comprar boa quantidade daquele género. Para ele era uma novidade, mas a verdade é que era rendível.

Silva Porto era agora o único sobrevivente da «segunda plêiade» de sertanejos do Bié. Os grandes potentados que mantinham antigas relações com ele quer directamente quer indirectamente, faziam-lhe convites.

Ao fim de 14 anos de ausência, depois de muito instado pelo suserano, eis que Silva Porto vai voltar ao Lui.

A situação em que deixara a sua «terceira pátria», no ano de 1869, não fazia prever uma evolução muito promissora. Na verdade, a concorrência tendia a intensificar-se e a falta de marfim começava a fazer-se sentir.

Ao chegar, verificou que a situação evoluíra no sentido pior para ele próprio. Pela primeira vez foi obrigado a pagar o tributo da *quibanda* recentemente introduzido, a fim de obter licença para os pombeiros poderem passar a outros pontos dominados pelo senhor do Lui, à compra do marfim(1).

Os negociantes ingleses já não ficavam retidos a sul do Zambeze, deslocavam-se até Lialui ou a qualquer povoação onde habitasse o suserano. Entre outros encontravam-se junto da corte de Rehanica (Levanika), actual chefe dos Lozi, o negociante inglês Henry Bishop Beden(2); o missionário escocês Frederick Stanley Arnot; o negociante inglês Blockley(3); o missionário francês Coillard, sua família e acólitos(4).

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 10.º, p. 129. 22 de Outubro de 1883.

(2) Ibidem, *idem*, p. 125. 19 de Outubro de 1883.

(3) George Blockley chegou com Westbeech à junção do Cuando com o Zambeze em 1871 com três vagãos de mercadorias. Edward C. Tabler, *Trade and Travel in Early Barotseland*, London, 1963, p. 5.

(4) François Coillard encontrara-se, nas margens do Zambeze, com

O mercado estava inundado de armas finas de Snyder que os africanos tinham aprendido a manejar.

«São os ingleses quem aqui têm introduzido essas outras armas de diversos autores e ensinado aos indígenas a maneira prática de fazer uso delas (. . .) e vem a propósito dizer que os portugueses são mais modestos neste sentido, porque não passando além das armas lazarinas e raiunas, armas ordinárias inteiramente, não os amestraram no seu manejo; os encarregados desta tarefa foram os ganguelas da raça Bunda que hoje inunda o país»(1).

A abundância das manufacturas dava aos Lozi a oportunidade de serem cada vez mais exigentes e, consequentemente, a subida dos preços dos géneros africanos sentia-se como nunca. «Desde 1852 que datam as minhas viagens aqui pessoalmente, e nunca fui tão vexado como agora; então dez ou vinte fios de missanga era bastante para satisfazer esta gente, e outro tanto sucedia com mantimento ou outro género alimentício; presentemente é fazenda que os satisfaz e só em caso de necessidade recebem contaria. A abundância é a causa do menospreso em que têm esse género»(2).

A vida da corte nunca fora tão requintada. «O fausto de Rehanica excede quanto é possível o fausto dos Macorrollos ocupando o país até 1864, e de Quipopa que lhe sucedeu após trinta anos de usurpação.» O vestuário do rei consta de fato civil ou militar à europeia e na alimentação consome-se diariamente um boi(3).

Os Bienos no Lui não têm possibilidade de negociar fazenda, apenas escravos. «O senhor do Lui habituado a

---

Serpa Pinto, em 1878. Serpa Pinto, *Como Eu Atravessei África*, vol. 2.º, pp. 122 e segs.

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 7.º, p. 130. 25 de Outubro de 1883.

(2) Ibidem, *idem*, p. 137. 7 de Novembro de 1883.

(3) Ibidem, *idem*, pp. 152-153. 11 e 12 de Janeiro de 1884.

receber fazendas finas por atacado, pólvora, armas, contaria e outros objectos; é óbvio que lançava vistas desdenhosas para esses géneros que porventura lhe apresentassem, a fim de que o apresentante se retirasse envergonhado»(1).

A corte torna-se extremamente exigente junto do rei que precisa mercadorias europeias para distribuir. Por outro lado os vários sertanejos presentes que, segundo o costume entregaram as suas «facturas», esperam pelo pagamento em marfim. Os caçadores não extraem os dentes suficientes no tempo que o negócio exige. E eis o suserano pressionado por todos os lados, acumulando dívidas aos sertanejos.

Os pagamentos tardam: «(. . .) não fui constrangido a vir, vim de meu motu-próprio, porque a ambição me trouxe, mas um tal estado de coisas é devido a Rehanica e aos pombeiros, forçando-me a uma demora impossível. É a primeira vez que não encontro os dentes dos elefantes em casa, agora é preciso esperar os resultados das caçadas.»

Impossibilitado de esperar mais, Silva Porto regressa ao Bié com uma dívida que o suserano promete pagar-lhe mais tarde.

Acelerando um pouco a evolução dos acontecimentos, mas dando provas de grande lucidez o sertanejo afirmava:

«Eu creio que para 1890 o elefante em presença da guerra que se lhe faz, há-de desaparecer destas paragens assim como têm desaparecido gradualmente das terras que demoram ao Norte; e este povo então ficará reduzido à sua única riqueza, gado e fertilidade do seu torrão natal(2).

Ao convite do senhor do Lui seguiu-se o da Garanganja. Mas o exemplo do que se passara no antigo Eldorado fez com que o velho sertanejo reflectisse e acabasse por não corresponder ao soba Muchire.

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 160. 1 de Fevereiro de 1884.

(2) Ibidem, *idem*, p. 140. 17 de Novembro de 1883.

No intuito de forçar o sertanejo a visitá-lo, Muchire reteve no seu território o macota de Silva Porto, Chacahanga, irmão de João da Silva, «até que eu me apresentasse a fim de me conhecer e ter relações directas comigo».

«Vem de longe o convite que ora me é feito de ir à Garanganja, convite a que jamais quis aceder, pelo simples motivo de não andar mudando de lugar.

No tempo em que os Bienos não passavam da posição de simples carregadores, e nesta estavam compreendidos os pombeiros por obra e graça dos sertanejos, em cujas mãos se achava concentrado o comércio do interior com o litoral; desse ponto para onde enviava João da Silva, o primeiro a quem Muchire conheceu com procedência do Ocidente — nunca tive resultados satisfatórios relativamente a permutação. Presentemente que o comércio se acha nas mãos dos indígenas, arruinado por eles em todos os pontos, por que motivo me hei-de dirigir à Garanganja? Não é bastante lição aquela recebida do suserano do Lui, para me abster de futuras ciladas dos chefes indígenas?! Creio que sim»(1).

Para além disso, Muchire retinha naquela altura no seu território nada mais do que seis caravanas. O próprio soba do Bié o aconselhou a que não se dirigisse à Garanganja(2).

Mas havia ainda a Luba, rica em marfim, novidade relativamente recente que provocava a curiosidade do sertanejo.

Em Janeiro de 1886 parte para a sua última viagem com destino à Luba. Contrariado pelos pombeiros que o acompanhavam, foi obrigado a desistir desse itinerário dado que também aí havia sequestros e contas antigas a ajustar entre Bienos e populações autóctones(3).

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 11.º, pp. 52-53. 5 de Abril de 1885.

(2) Ibidem, *idem*, p. 136. 12 de Dezembro de 1885.

(3) Ibidem, *idem*, p. 199. 30 de Março de 1886.

Dirigiram-se então para o Calundo, pequeno potentado, antigo domínio da Lunda(1). O comércio sertanejo contactava de longa data a Garanganja, Luba, Lunda e Samba, vizinho de Calundo, mas deixara de fora aquele pequeno recanto, onde Silva Porto foi o primeiro branco a pisar(2). Aqui não havia concorrência, podia dizer-se que Silva Porto encontrava ainda um pequeno Eldorado, numa época de tão fortes tensões.

Os pombeiros deslocaram-se ao Moio à permutação de marfim. O negócio fora razoável, mas a permanência no mercado de compra excedia tudo quanto o sertanejo podia prever.

«Os mercados do marfim abundam por enquanto o que não abunda é gente de pundonor a prestar conta mas tendem a desaparecer numa época mais ou menos próxima, como têm desaparecido dos pontos das diversas raças onde se encontrava e permutava o género por preço razoável, limitados presentemente a mercados de cera e borracha, conforme disse em outro lugar»(3).

A tendência é o desaparecimento dos elefantes e a substituição do negócio do marfim pelo da borracha.

«Os elefantes, porém, tendem a desparecer, numa época mais ou menos remota, e por consequência o marfim, como têm desaparecido dos quadrantes notados, adicionando o quadrante de Oeste, onde se encontrava o género por preço razoável presentemente limitado a mercados de borracha e de cera, recurso de grande importância comercial, porém havendo muito que explorar em todos os ramos científicos e de comércio por todos esses pontos, é por essa causa que

---

(1) Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, Wisconsin, 1975, p. 75.

(2) S. G. .L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 11.º, pp. 231 e 233. 6 de Maio de 1886.

(3) Ibidem, *idem*, p. 136. 12 de Dezembro de 1885.

insistimos sempre na formação de companhias com capital avultado»(1).

Alguns dos mercados florescentes de outros tempos estavam agora «reduzidos a nada». Era o caso da Lunda, Lui, Lovar, Samba, Quioco, Luchiaje e Bunda. Por outro lado o Moio, Canhoca, Luba e Garanganja eram ainda os bons mercados que lhes restavam, mas aí o enfraquecido comércio sertanejo estava prestes a ceder à concorrência estrangeira(2).

«O nosso comércio continua apático e retraído por causas alheias à minha vontade (...) no entanto, que, já para o centro, já para o litoral, o comércio dos indígenas, aùmenta progressivamente, a partir de 1870 a esta parte e relativamente a comércio dos estrangeiros, estabelecendo-se por todos os pontos, o dia virá em que nos enxotem de nossa casa (...)»(3).

Os grandes responsáveis pela apatia do comércio sertanejo do Bié são as firmas que deixaram de lhes conceder a exclusividade como intermediários. Retraem-se e não querem arriscar capital como se fazia antes. As povoações dos antigos sertanejos jazem abandonadas. «Essas povoações abandonadas, onde se encontra arvoredo frutífero poderiam estar ocupadas, quando homens de Luanda e Benguela se dirigissem para aqui como em épocas que não vão longe, com facturas de fazendas e outros géneros para permutar pelo que presentemente se permuta, borracha, cera, marfim e gado; infelizmente as praças dessas duas cidades onde abundam as casas dos negociantes mais ou menos abastados, algumas com as sedes em Lisboa, não se animam de confiar os seus capitais a homens resolutos que se aventurassem a viajar pelo interior (...).

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 332. 15 de Julho de 1887.

(2) B. P. M. P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 12.º, p. 152. 13 de Maio 1888.

(3) Ibidem, *idem*, p. 302. 5 de Maio de 1889.

Que se afoitem como se afoitavam aqueles negociantes de outro tempo, já falecidos, não receiem confiar o seu capital a um homem de que acabo de falar, porque se uns sertanejos lhes levarem a ruína (...); o maior número lhes há-de levar lucros avultados; eu estou pobre por causa desses mesmos prejuízos dos habitantes(...) porém nunca o meu armador sofreu»(1).

Na verdade, não se trata de falta de gente com espírito aventureiro que queira dedicar-se à vida sertaneja, mas antes da inexistência do apoio das firmas.

Adriano dos Santos Gil fora seu companheiro na primeira viagem ao Moio e viria a acompanhá-lo também ao Calundo em 1886. Aí estava um jovem cheio de energia que viria a ser o último grande sertanejo do Bié, bem no estilo dos antigos sertanejos da «segunda plêiade».

«Há mais indivíduos que querem imitar o meu amigo, é a mocidade a aventurar-se à vida sertaneja, infelizmente que o desânimo é geral aqui na cidade, respondendo negativamente a esses indivíduos que procuram capital em géneros a fim de seguirem a sua carreira, pelo risco do capital para as paragens do interior. O risco foi sempre o estribilho dos negociantes das praças de Luanda e Benguela, a fim de sobrecarregar ao sertanejo fazenda e mais géneros com lucro fabuloso; a maioria sofreu prejuízo, é certo, mas sofreu prejuízo dos sertanejos indígenas, e muito reduzido dos europeus, contribuindo assim para o engrandecimento das casas desses capitalistas das duas praças, ao passo que o sertanejo capitalista está para nascer»(2).

Silva Porto reconhecia que um comércio individual, apoiado em estruturas antiquadas e por fracos créditos, não podia competir com companhias capitalistas servidas por técnicas

---

(1) S. G. L., *Viagens e Apontamentos*, vol. 7.º, pp. 59-60. 6 de Março de 1883.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 11.º, p. 87. 1 de Julho de 1885.

modernas. Comerciantes isolados de capacidade financeira muito limitada, postos em confronto com poderosos concorrentes, mais tarde ou mais cedo, seriam necessariamente ultrapassados, caravanas de carregadores não podiam concorrer com barcos a vapor. Eram as firmas que deviam tomar a iniciativa de aguentar a concorrência.

«Temos os estrangeiros estabelecidos por todos os pontos do país e se os homens das praças que venho de citar [Luanda e Benguela] tomarem na devida consideração um tal inconveniente, que não estejam à espera da iniciativa do governo, mas sim de comum acordo que se dêem as mãos, e ponham de parte por uma vez as frases macarrónicas de que nos devemos limitar ao litoral, porque postas em prática, levar-nos-ão à ruína»(1).

Na confluência do Lohépo com o Lulua, os pombeiros que se haviam deslocado do Calundo ao Moio haviam encontrado um estabelecimento de estrangeiros. Silva Porto ficou alertado com esta notícia e avisa não só as autoridades de Benguela e os comerciantes mas também a Sociedade de Geografia de Lisboa(2).

«Às palavras (. . .) que diziam de nos limitar somente ao litoral, estão respondendo agora os estrangeiros, estabelecendo-se por todos os pontos deste abençoado país, e nós a querer continuar a ser o que outrora fomos, o dique a opôr-lhes está em ocupar as terras centrais de nomeada, salvando assim o que é nosso, pelas missões e pelo comércio; que o capital se junte para o efeito e esta filha querida de Portugal não cairá em mãos estranhas»(3).

O Bié, e não o litoral, deveria constituir o centro motor das companhias capitalistas que, tal como o comércio sertanejo,

---

(1) Ibidem, *idem*, vol. 7.°, p. 60. 6 de Março de 1883.

(2) Ibidem, *idem*, vol. 11.°, p. 60. 14 de Abril de 1885.

(3) Ibidem, *idem*, p. 315. 27 de Abril de 1887.

viriam beneficiar da excelente situação geográfica e da experiência dos colaboradores. «O ponto central deve ser o Bié, quer partindo de Luanda ou Benguela, em virtude dos carregadores (. . .). Foi isto que fez outrora o comércio ilícito faça agora outro tanto o comércio lícito para colher interesses»(1).

Mesmo sem tomarem a iniciativa de juntarem os capitais, atitude de que Silva Porto não julgara as firmas capazes, estas haviam de avançar para o antigo entreposto substituindo os últimos intermediários.

«O Bié foi e será sempre a chave do comércio do litoral e interior, e (. . .) essa gente que aí está estabelecida na Catumbela, corrompendo os selvagens ao último ponto; em época mais ou menos próxima, aqui se há-de vir estabelecer (. . .)(2).

Pouco depois da morte de Silva Porto, em 1890, a que se seguiram campanhas militares portuguesas no Bié, as autoridades da colónia exprimem opiniões semelhantes às suas.

O governador de Benguela, consciente da lacuna que representava a ausência dos grandes sertanejos, escrevia no seu relatório de 1892:

«As grandes comitivas capitaneadas pelos nossos sertanejos desapareceram e hoje resta-nos o marfim que o indígena vai negociar por sua conta e que por ora ainda vem ao litoral deste distrito. Por isso não me cansarei de dizer a Vossa Excelência que julgo como condição essencial e inadiável, empregarmos todos os meios ao nosso alcance para abalar esta inércia de que se possuíram os comerciantes, se quisermos garantir ao nosso comércio um futuro próspero. É preciso ir para o interior e imitar os nossos antigos sertanejos»(3).

---

(1) Ibidem, *idem*, p. 253. 1 de Julho de 1886.

(2) Ibidem, *Copiador de Cartas*, vol. II, p. 43. Carta de Silva Porto a José Joaquim Teixeira. 21 de Agosto de 1888.

(3) Francisco de Paula Cid, «Relatório do governador do Distrito de Benguella de 1892», Lisboa, 1894, p. 23.

Tal recomendação representa uma definição importante do ponto de vista das autoridades portuguesas acerca da forma de encarar as relações do litoral com o interior de África, reconhecendo que a iniciativa desse movimento estava fundamentalmente nos interesses europeus representados pelo comércio sertanejo cuja fraqueza urgia colmatar.

Com o começo da crise da borracha, a partir de 1900, cujo preço caiu no mercado europeu, as praças de Lisboa e Porto começaram a limitar os créditos para África. Por sua vez as casas fornecedoras reduzem o crédito aos seus «aviados». As antigas operações a prazo indeterminado por conta corrente são substituídas por operações pagáveis à vista ou por letras garantidas a prazo certo(1).

Uma grande parte dos pequenos negociantes do litoral, não podendo aguentar a crise, segue para o Bailundo e o Bié(2), enquanto que as principais casas da Catumbela fundam filiais no interior(3).

Em 1902, a Companhia Comercial de Angola possuía no Bié uma feitoria cujos armazéns tinham uma existência não inferior a 150 contos de réis, tendo estabelecido uma rede comercial de modo a que o comércio lhe estava quase todo nas mãos(4).

As firmas vão ocupar a posição chave do Bié, mas só depois da acção das companhias militares e do estabelecimento de uma autoridade portuguesa em Belmonte, adaptado a forte e guarnecido de soldados. As firmas eximiam-se portanto àquilo que tinha sido a grande contrariedade do comércio sertanejo a nível local: a dependência em relação ao soba e à

---

(1) Augusto Bastos, *Monographia da Catumbella*, p. 42.

(2) Alexandre Malheiros, *Chrónicas do Bihé*, Lisboa, 1903, p. 152.

(3) Augusto Bastos, *Monographia (...)*, p. 43.

(4) Fernando Pimentel, *Investigação Commercial na Província de Angola*, Porto, 1903, p. 34.

população do Bié. Enquanto isso a estrada carreteira abria-se e o caminho de ferro avançava, substituindo o carregador nos transportes para o litoral. Só que o comércio de longa distância em direcção ao Catanga, ao Barotze e à Luba vivia os seus últimos dias. Ao mesmo tempo, cortavam-se as fronteiras coloniais e exércitos europeus impediam a passagem às caravanas.

O comércio sertanejo, individualista e dependente, pobre e ambicioso, «aviado» e patrão, cordato e violento, organizado e imprevisto, fora, acima de tudo, uma aventura pessoal. Assim o tinham vivido Ovimbundo e sertanejos; as firmas sabiam adaptar-se, eles não.

VIAGENS E APONTAMENTOS
DE
UM PORTUENSE EM ÁFRICA

Viagens e Apontamentos
de
Um Portuense em África

por

António Francisco Ferreira da Silva Porto

[DEDICATÓRIA]*

«As primeiras letras que cursei, e uma pequena prática do mundo foram os motivos que originaram o eu lançar mão da pena nas minhas horas de descanso descrevendo os costumes e usos gentílicos. Se bem acolhido restar-me-á o prazer de haver empreendido tal tarefa; de contrário pedirei vénia, à vista dos meus fracos conhecimentos de literatura.» — Bié, 15 de Maio de 1846.

Aos meus Compatriotas

O. D. C.

Em testemunho de respeito

António Francisco Ferreira da Silva Porto

---

*Esta DEDICATÓRIA só está no Ms. da S. G. L., Res. 146-C-6, p. 5.

[PRÓLOGO]

Dando princípio ao nosso trabalho que passamos a denominar «Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África», em lugar do primitivo «Cinco Viagens ou Costumes e Usos Gentílicos», levamos unicamente em mira não deixar no olvido as incessantes peregrinações e conhecimentos que adquirimos no longo período da nossa estada nesta parte do continente, data ela do ano de 1839, em que partimos da cidade de São Paulo da Assunção de Luanda onde não tornámos de regressar, porque dirigimos nossos negócios para a cidade de São Filipe de Benguela. Efectivamente é com esta que desde então temos mantido inalteráveis relações comerciais até o presente, bem assim todos os sertanejos indígenas e europeus, interrompidas pelos antigos, que se viram obrigados à mudança para aquela, em consequência de seus atrasos com a praça desta última. De facto, à sua posição topográfica deve em grande escala o comércio mantido em grande parte do território do interior, compreendendo Quilengues[1], para o sul, Caconda[2] e terras limítrofes para o sueste, Quiçanje[3] e terras mais a leste até o Bié[4]. E desta mesma cidade tão pequena na aparência, mas grande pelos recursos que lhe ministra o incessante tráfico dos pontos indicados, em diversas épocas, saíram do seu seio várias expedições[5] a castigar as demasias dos selvagens do interior(1), investindo autoridades com o título

(1) Nano[6]

de capitães-mores[7] nos seus domínios, realçando por esta forma o nosso imenso prestígio, [p. 2] e dando força ao poder do nosso nome; isto a bem dizer momentaneamente porque depois da correcção, retirava a força armada e os indígenas volvendo à licenciosidade de seus costumes, continuavam a trilhar a senda da depravação[8]. A cruz e a espada, aquela catequizando, e esta castigando, serão os únicos motores da redenção futura destes povos, enquanto que o tempo se encarregará do seu complemento, visto ser a lei imutável do que existiu, e existe ainda no estado barbárie. Mas, mesmo assim, Portugal com o poder e querer de seus filhos, tem feito o que outra nação antes ou depois não ousou jamais fazer. E ainda há quem se aventure a abocanhar-nos[9]!!! As provas de que as citadas autoridades existiram(1) pelos diversos pontos do interior, bem assim missões[10], têmo-las obtido por informações de pessoas autorizadas na matéria, e o documento[11] que adiante se encontra as vem corroborar; no entretanto os antiquários que de futuro se queiram dar ao trabalho de escrever a história relativa ao nosso domínio nesta parte do mundo sem dúvida que as deverão encontrar nos arquivos do Governo Geral de Angola, e também nos do bispado, as de que temos conhecimento além da terra do Bié são: Ambo[12], Bailundo[13], Gallangue[14], Quiaca[15], Quipeio[16] e Songo[17]. É alguma coisa atendendo a que na Europa há estados inferiores em território à área ocupada por qualquer destas mesmas terras.

Sobre as «Cinco Viagens» cujo título substituímos agora sob a epígrafe «Viagens», di[p. 3]remos que assim o julgamos conveniente em virtude de outras em continuação feitas em diversas datas, e com especialidade a de Moçambique[18], cuja correspondência entre o governo de Benguela e Angola e a nossa pessoa enviámos em 1 de Abril de 1861 para a Santa Casa da Misericórdia da cidade do Porto[19], por havermos

(1) O quarto capitão-mor do Bié[20] faleceu a 17 de Junho do corrente ano.

ofertado aos pobres do Hospital da mesma Santa Casa, esse prémio do nosso governo, pela realização de tal comissão. É uma questão de que ainda nos ocuparemos.

Segue-se uma viagem avulsa que empreendemos em 2 de Maio de 1858[21], que igualmente julgamos dever anexar a este nosso trabalho, e as mais se encontrarão nos nossos apontamentos que datam do ano acima citado, 25 de Outubro de 1860[22], e cuja tarefa vem a dar o complemento dos costumes e usos do povo cujo país a bem dizer foi a nossa segunda pátria[23] e os do povo Macorrollo[24], bem assim do povo Lui[25], cuja terra, senhoreada por aquele, lhe podemos igualmente aplicar a frase de nossa terceira pátria. Nelas passámos os mais belos dias da nossa vida, e as mais amargas decepções. São três nações distintas inteiramente, e cujos filhos oriundos de outros povos, procuram em vão suplantar uns aos outros, a fim de que uma das raças seja o árbitro supremo das outras[26].

O nosso trabalho seria completo se em lugar de simples descrições pudéssemos apresentar mapas, desenhos de paisagens e a perspectiva que apresentam nos diferentes tratos da vida os povos do nosso conhecimento[27], e com os quais conservamos sempre relações em maior ou menor escalas, mas semelhante trabalho não é para nós, que na infância não passámos além do estudo primário que devemos à grandeza de alma de quem nos deu o ser e por cujo motivo bem dizemos a sua memória.

[p. 4] Se por acaso em alguma coisa do que descrevemos nos enganamos, será isso devido a causas estranhas à nossa vontade, e jamais com o firme propósito de assim o fazer: aplicando estas mesmas frases no que dizemos relativamente aos hábitos dos povos de outras nações pedimos que nos seja relevada tal omissão. Repetimos que será estranha à nossa vontade.

Agora duas palavras sobre o país e a escravidão. Sobre o primeiro diremos que não é tão pestífero como o fazem em Portugal[28]; a prova têmo-la no maior tempo da nossa vida

passada nele; seria útil que se tratasse de desvanecer tal prejuízo, visto ser o único meio de o povoar de europeus; e 1839 difere tanto de 1869 em relação a higiene como é a diferença que vai da noite ao dia[29].

Relativamente ao segundo ponto acrescentaremos que seria muito para desejar que os nossos legisladores limitassem o seu amor patriótico à prosperidade das colónias, e não tocassem no assunto da abolição da escravidão, continuando esta no próprio país, e nos domínios da coroa de Portugal, onde se necessitasse do seu auxílio. A religião, o progresso, o tempo e, finalmente, as medidas repressivas ao tráfico para possessões estranhas, seriam os motores principais da sua extinção; porque com alguma civilização, escravos e livres vinham no conhecimento de tais benefícios, criavam amor ao trabalho e a seus irmãos no cativeiro, visto que o algoz do escravo é o próprio escravo. Na falta de tais meios e com a Lei de 29 de Abril de 1858[30], as consequências serão a desrespeitabilidade dos pretos para com os brancos, e quiçá, o assassinato tenha de coroar a obra! Infelizmente as nossas leis actuais convidam a tais fins.

[p. 5] Antiabolicionista por convicção, notaremos, sempre que tocamos neste ponto, nos limitamos à escravidão aqui do interior, e jamais àquela do litoral; ora, sendo assim, será natural a interrogação? Ei-la[31]: os escravos nos nossos domínios vivem sujeitos ao trabalho quotidiano nas horas prescritas pela ordem, e da mesma forma estabelecidas para o descanso, e tendo as noites e os dias santificados por seus. No interior existe a mesma ordem em relação aos escravos dos europeus; neles nota-se a mesma incorrigibilidade, contudo, ou porque não tenham onde exercer a licenciosidade com tanta audácia, em virtude das penas inerentes ou pela falta de trato com os libertinos, que os catequizem para a maldade, ou porque lhes faltem as bebidas alcoólicas ou finalmente porque sejam mais boçais, no que não acreditamos, é certo que eles não são tão

insolentes como os seus compatriotas. Esta verdade têmo-la reconhecido por nós mesmo, visto que numa e noutra parte os possuímos. Muitas vezes havemos presenciado o seu procedimento, e neste sentido falamos com conhecimento de causa.

Aqui tributamos homenagem ao ilustre autor[32] do *Exame das Viagens do Dr. Livingstone* por ter tomado a defesa nas injustas arguições do ilustre viajante contra a nossa pessoa, e dizendo que a essa obra imorredoura devemos o meter mãos com algum afinco a este nosso trabalho, atendendo a que só podemos dispor de algumas horas diárias, quando delas podemos dispor, dizemos a verdade.

Sempre que notarmos distâncias, larguras de rios, rumos e quaisquer pontos do globo deve entender-se como cálculo aproximado, visto que nunca possuímos instrumentos para o fazer com precisão.

[p. 6] — Mostra que se deve subentender como aumentativo as letras aquém do termo do idioma umbundo ou ganguela.

– E da mesma maneira, como diminutivo as letras, aquém do termo dos sobreditos idiomas.

Lui, 1.º de Novembro de 1869.

António Francisco da Silva Porto

1869

[p. 1] CAPÍTULO 1.º (*a*)

Viagem para Benguela a partir do Bié pela terra do Ambo em 15 de Maio de 1846[33]. O local dos ferreiros. Antigo território da tribo Quimbunda. Idem da tribo Ganguella. Mais tarde funda-se a terra do Bié. Onde paravam os sertanejos. Comércio. Outros ramos de comércio. Matas e bosques. Arvoredo frutífero. Águas minerais. Descampado. Limite do domínio do Bié. Pregão e pregoeiro. Tributo de passagem. Reunião. Quiçongos. Mucanos. Ainda o descampado. O seu nome. Sua celebridade. Estilo seguido em marcha. O rio Cutato dos Quimbundos. O descampado Longimbo. Libatas. Descrição da libata grande do Dondj. O soba Quicuamanga. Marimbas e tambores. Recepção. Presentes. Biografia. Conspirações. Encruzilhadas. Bandidos. Nascente do Cubango e Cutato dos Mongoias, Quando, Quebe. Caçada. Primeiro ponto culminante. O soba Curundundo. Acto de indignidade. Libata grande do Jamba. Motivo do despovoamento das libatas grandes aquém do Bié. Preço por que se compram criações e mantimentos. Ainda as conspirações. Nascente do Quebe. Local de mineração. Presente reenviado. O vale do Cuíto em Candala. Luco o que é. Ratoneiros no quilombo. Segundo ponto culminante. Nascente do Ballombo. O rio Cubar. Binga e Ombambi. O vale do Cubar. O bosque Opalo. O povo de Quiçanje. Como se evitam os escândalos. Os dois bosques. Dàmba, o que é. O rio Catumbela. A queda de água. Urzela.

Terceiro ponto culminante. Descrição da Catumbela. [p. 2] Idem da cidade de Benguela.

15 de Maio de 1846. Alevantámos do sítio Belmonte ou Proto[34] (corrupção de Porto) crismado pelos Bienos, e fomos fazer quilombo (*b*) no sítio Saxibinda[35], local dos ferreiros em ambas as margens do Cuquema[36]. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil (*c*), argiloso, de substância preta e encarnada.

Acabamos de dizer que nos achamos no «local dos ferreiros em ambas as margens do Cuquema», de facto assim é, e ocupam uma área ao longo do rio superior a duas léguas de extensão, e em virtude do que lhe dão o nome de «Quélinha». Estes obreiros de Vulcano fazem toda a obra de encomenda, mas quando se não dá esta espécie de trabalho, limitam o seu mister ao fabrico de enxadas[37] (é moeda corrente por estas paragens) (*d*), para diversas aplicações da vida: agricultura, troca de toda a qualidade de géneros e pagamentos. Notaremos uma singularidade que se dá geralmente entre esta raça: fabricando e vendendo avultado número de correntes e grilhões é crime dar a carregar tais prisões a pessoas livres e bem assim introduzi-las nas suas povoações.

Na margem de além, e numa área de oito léguas de extensão, para o noroeste, oeste e sudoeste, limitava o domínio da tribo Quimbunda[38], dividido em pequenas repúblicas com chefes hereditários; enquanto que aquém, no quadrante de leste, era domínio da tribo Nhemba, raça Ganguella[39], que sendo expulsa, deu lugar mais tarde à fundação da terra do Bié, como adiante teremos ocasião de relatar[40]. A ambos os domínios, pois, chegavam os sertanejos [p. 3] procedentes de Luanda, Golungo, Ambaca e Pungo-Andongo[41]; o comércio feito comummente com ambas as tribos, reduzia-se a escravos em grande quantidade, cera e marfim em diminuta escala, monteando-se os elefantes nos mesmos locais. Presentemente o primeiro ramo acha-se estacionário em virtude de medidas

repressivas, o segundo exporta-se em larga escala, e em muito maior o terceiro: e apesar do que acabamos de dizer em relação àquele os escravos sempre se compram para o serviço caseiro, no interior e litoral, e hoje em larga escala para a permutação do marfim e cera. Além de 1840 partiam sucessivamente as caravanas do Bié à sua permutação nos diferentes pontos do interior, aquém dessa época foram diminuindo ao ponto de que semelhante tráfico esteja restringido a território Quimbundo[42].

Outros ramos de comércio por aqui existem que, em virtude do insignificante valor do mercado, não são exportáveis do Bié para o litoral atendendo a que apenas dariam para o transporte, ao passo que é o tráfico usual dos povos da mesma raça que demoram a Oeste, porque além dos escravos, e cera em mui diminuta porção que granjeiam nos seus respectivos domínios, destes para a cidade de Benguela limitam as suas caravanas, por cujo motivo, conduzem os respectivos géneros que constam de: enxadas, criação, mantimentos, esteiras, tabaco e, finalmente, uma erva que no idioma umbundo denominam *pangué*[43] e macorrolo, *matto-coanne*, e que resulta em síncope àqueles não habituados de a fumar, e a que aqueles estão habituados desde a infância. Quando se aproximarem as distâncias por via de comunicação rápida, exportador e consumidor lucrarão com a sua extracção.

Matas e bosques abundam por todo o país numa infinidade de diversas qualidades, arvoredo de longa duração, notando-se com especialidade as que se seguem (*e*): *capirangau*[44], *galhe*[45], *ganja*[46], *guba*[47], [p. 4] *geritte*[48] (encontra-se unicamente a partir do Quiçanje para a cidade e o trabalhador que lhe quiser dar qualquer aplicação deve em seguida ao concluir o trabalho, lavar as mãos com grande cuidado; de contrário se as passar pelo rosto tem inflamações e dores horríveis para vinte e quatro horas e privado da vista por todo esse espaço), *macco*[49], quicequa[50] (indígena do citado local as suas folhas semelham

as da oliveira, e a madeira de cor amarela bastante aromática; triturando-a e untando a fronte com a sua massa, é processo empregado pelos indígenas para a cura das enxaquecas) e tacula[51] (encontra-se no país do Lui; triturada dá o pó encarnado com que os indígenas se untam). No estado de seco, e no idioma umbundo[52], a sua designação é de *quinentér*, correspondente a pau-ferro em português. O fogo é o seu único destruidor não tendo os mais elementos poder sobre tais espécies. De curta duração, isto é, depois de abatida a árvore, entre essa infinidade de que falamos, temos a especificar as seguintes: *homue-hucco*[53], *manda*[54], *samba*[55] e *uttete*. Repetimos, de curta duração contudo, cada uma de, per si se pode considerar árvore providencial, porque na estação das flores fornece aumento à abelha e aos indígenas cordas para todas as aplicações da vida, bem assim o que no idioma umbundo e ganguela designam com o termo de *quinhanga*[56], que vem a ser a entrecasca, que depois de preparada tem sua analogia com o cânhamo, e pela maior parte serve de cobertura a esta última tribo. As colmeias e canoas de maiores e menores dimensões daí são extraídas, e como combustível no estado de verde dão fogo vivificador. No entretanto, não obstante enumerarmos belas madeiras de lei, e como tal classificamos a tacula, esse portento do reino vegetal, juntemos-lhe o gigante espinheiro[57], a árvore [p. 5] denominada *uchibe* igualmente providencial, não longeva depois de abatida, e que só se encontra depois de se transpor o Cuanza para Leste; dá tinta encarnada, vagem contendo somente um grão achatado e pouco maior que o do feijão ordinário, envolvido em ténue película cor de púrpura, e ambos os objectos de grande alimento dos indígenas; além disso acresce a vantagem do tronco para canoas[58] que transportam de dez a cinquenta cargas ou pessoas, e das quais fazem uso os povos do Lui e Cutti[59]. A figueira brava, ou cactus dos naturalistas, (*cuio* no idioma umbundo e ganguela), árvore como a precedente, não longeva depois de

abatida mas é gigante do reino vegetal. Em idênticas circunstâncias devemos agregar a estas duas últimas a eçandeira[60] (*ullemba* no idioma umbundo e ganguela), de cuja espécie existem seis qualidades diversas; pega de estaca e serve para embelezar as povoações por estas paragens. Finalmente além destas não existem outras que se lhes possam assemelhar, menos comparar com as matas e bosques do Brasil[61].

Arvoredo frutífero temos a enumerar o propagado pelos sertanejos antigos, e são a bananeira, cidreira, figueira, goiabeira, laranjeira, limeira, limoeiro, romeira e mais plantas de recreio, como sejam, alecrim, ananás, cana sacarina, manjericão e roseiras (*f*). Entre os selváticos distingue-se o *Hacube*[62], planta rasteira das charnecas cuja fruta tem a configuração da pêra grande, cor de ouro, com pintas similares aos morangos, polpa viscosa e clara, envolvendo grande número de sementes chatas e tendo a casca dura e grossa, mas de partir com facilidade, sendo saborosa mas não alimentícia.

Hapolle[63]. Árvore de espinho de mediana [p. 6] corpulência e arbusto rasteiro pelas matas, o seu fruto de cor amarela, e do mesmo tamanho da laranja, com polpa pardacenta, excessivamente digestiva, porque depois de comida, e ao cabo de uma ou duas horas, segundo o físico do indivíduo, tem lugar a evacuação. Tem a casca bastante grossa, ao ponto de ser necessário bater uma na outra, ou então em qualquer tronco de árvore, para partir, e com a propriedade de bastante aromática, e pouco alimentícia.

Lohengo[64]. Árvore de mediana corpulência pelos matos, e arbusto rasteiro pelas charnecas. O seu fruto é aromático e assemelha-se a ameixa, talha os dentes e não alimenta.

Lamuínho[65].Árvore de mediana corpulência pela encosta dos matos a limitar com os rios e de arbusto rasteiro pelas charnecas. O seu fruto semelha a ameixa, tem alguma coisa de aromático, mitiga a sede e a fome, e os indígenas preparavam com ela capata (termo em português aqui aplicado à

bebida preparada do milho grelado, inebriante como outra qualquer bebida espirituosa e com designação de *quibombo* no idioma umbundo).

Loxa[66]. (Veja-se folhas 198 do Muata Cazembe (*Uuxa*)), árvore providencial destas paragens, de grandes dimensões pelos matos, e arbusto rasteiro pelas charnecas. O seu fruto semelha a ameixa, de cor amarela desbotada e não obstante ter mais de caroço que de polpa, alimenta muito, bem assim as amêndoas contidas naquele, sentindo-se a vinte passos de distância o aroma agradável que exala.

Ombulla[67]. Árvore e arbusto rasteiro pelos matos. O seu fruto semelha o damasco contendo quatro sementes sem polpa, mas envolvidas em ténue aguadilha adocicada que mais serve de entreter a boca que de alimento. É excelente madeira para cobertura de [p. 7] casas, porque o bicho não entra com ela.

Ucondo[68]. Árvore pelos matos e arbusto rasteiro pelas charnecas, fruto esférico, cor de ouro e pouco maior que balas de onça, com polpa gomada e um tanto viscosa e bastante agradável ao palato.

Umbunbo[69]. Fruta similar à que acabamos de descrever, privativa das charnecas e descampados, porém, no que lhe diz respeito, apenas se limita a folhas de oito polegadas de comprimento por três de largo.

Bittupa hombo[70]. Parra agreste e em tudo similar à cultivada acrescendo que o país produz toda a casta de hortaliça e concluindo com dizer que o seu clima é benigno como o de Portugal, exprimimos a verdade.

Minerais conhecidos existe o ferro e o cobre, aquele explorado por toda a parte à superfície, e profundando o solo, isto é, fazendo covas para a sua extracção e este na terra do Samba[71], que demora ao sueste da Lunda[72]. Contudo é indubitável que deve de haver minas de metais preciosos não explorados pela ignorância dos indígenas e nossa absolutamente.

Cortado em todas as direcções de rios e riachos de águas excelentes e algumas que se conservam nevadas durante a estação frígida do ano, bem assim águas sulfúreas que de alguma utilidade serviriam quando levadas à análise, são raras as paragens do país em que se não encontre este elemento providencial excedendo o espaço de três milhas de marcha.

16 de Maio. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuquema a vau, de cinco braças de largo nesta paragem, leito de pedra e argila, direcção de nordeste e sudeste, com a nascente na Enhana (descampado em português), Um-Bulo-Bulo[73] e afluente do [p. 8] rio Cuanza, e fomos fazer quilombo na terra do Quingongo, limite do domínio do Bié. Caminho plano, matos de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

É estilo depois do ocaso, cerca das sete horas da noite, deitar-se bando por qualquer motivo, para que o povo fique ciente de qualquer resolução tomada, e adoptado geralmente por estas paragens; tem lugar nas povoações, nos arraiais de guerra, e finalmente nos quilombos[74] de viajantes; em virtude do que, e usando de tal prerrogativa, mandamos deitar pregão(1) pelo pregoeiro(2) para se passar o dia seguinte no local, a fim de dar lugar a que se juntem à caravana os mais sertanejos que seguem viagem, e mandar o tributo de passagem ao soba do mesmo (*g*).

17 de Maio. Passámos o dia no local pelos motivos já expendidos: havendo mandado o tributo de passagem(3) ao

(1) *Luhia* ou *Ohluhia*, no idioma umbundo.

(2) *Dacca* ou *ondacca*, idem.

(3) *Quibanda*, *Ganda* ou *Onganda* no mesmo idioma. É dada segundo o prestígio de qualquer chefe, e ocasiões se têm dado de rejeição; contudo, usam retribuí-la mas a fim de se não ficar em débito tem lugar segundo presente da parte do sertanejo. Outra espécie de presente denominado *O-sapo* no mesmo idioma, aqui existe estabelecido e o qual precede com a participação da chegada da caravana.

soba(1) que nos mandou presentear com um boi e o qual retribuímos segundo o seu valor; e tendo chegado os senhores sertanejos e povo Bieno de diversos pontos, e reunidos depois do ocaso, fizemos ver que o dia seguinte seria de marcha, e atendendo a ser domínio estranho aquele por onde a caravana tinha de transitar passávamos a nomear [p. 9] os quiçongos(2)[75] ou guardas avançados da frente, esperando absolutamente ninguém passasse avante; proibíamos os mucanos(3)[76] de qualquer natureza, e não consentiríamos jamais demasias entre o povo da caravana. Terminada a audiência, e retiradas as pessoas de que se compunha aos seus respectivos quilombos mandámos deitar bando da deliberação tomada para que ninguém alegasse ignorância, e continuação da marcha no dia seguinte (*h*).

Exceptuando a fome e o cansaço, o momento em que de qualquer barraca sai um cantador qualquer para dar princípio ao canto das viagens, que a turba geralmente acompanha por espaço de meia ou uma hora, e finalmente o silêncio que o pregoeiro requer para deitar pregão, ocasiões estas em que a taciturnidade se torna sepulcral. Exceptuando, repetimos, tais ocasiões, o rumor depois do ocaso semelha o estrondo das catadupas na queda mais ou menos precipitada das suas águas. De tudo tratam os indígenas, sempre comendo, sempre chasqueando-se e sempre rindo, até que cerca das dez para as

(1) *Sóma*, no idioma umbundo.

(2) Título honorífico das pessoas ao serviço dos sobas e correspondente a marechal; de ordinário são dois e diversas as suas atribuições, mas a principal consiste na de explorador com grande troço de gente na ocasião de guerras, marchando com bandeira na sua frente. Os seus deveres discricionários dão-lhes jus a senhores de baraço e cutelo sobre quem ousar passar avante, ou tiver a desgraça de encontro.

(3) Mucanos ou milongas é o termo por aqui aplicado em português aos crimes de qualquer grau. No idioma umbundo servem-se dos termos *ulonga* e *muéquite*; aquele para designar os crimes de menor gravidade, e este os de maior, como sejam: assassinato premeditado ou acidental, feitiçaria e coabitação com mulheres do soba.

onze horas termina a lida, para [p. 10] dar lugar ao sono; e coisa singular, em marcha, debaixo de carga a jovialidade não difere em ponto algum daquela exercida nos quilombos quando se acham satisfeitos.

18 de Maio. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuxi[77] em ponte, de cinco braças de largo, leito de pedra e argila, direcção de nordeste para sueste, com a nascente na Enhana Um-Bulo-Bulo(1) e afluente do rio Cubango, e fomos fazer quilombo no sítio Quimbuelengue, domínio da terra do Dondj. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

Regularmente as marchas não excedem quatro a cinco horas diariamente, mas montam a seis, sete, oito, nove, dez horas, em virtude de esperas que se fazem duas e três vezes, a fim de dar tempo a que se junte a retaguarda, para continuar a marcha. Dá-se igual circunstância na margem de qualquer rio que dificulte a passagem com brevidade, e finalmente onde a marcha se torna morosa por causa de árvore, ou pau atravessado no caminho, porque em tais casos é torneado de qualquer dos lados. É do dever dos quiçongos remover tais obstáculos para o livre trânsito da caravana, porém, se algumas vezes o fazem, outras, e destas o maior número, fazem o rodeio citado para tomar o caminho adiante, não se importando com o empecilho encontrado, o [p. 11] que se dá com frequência pelos bosques e matas emaranhados. Além do que deixamos dito é estilo seguido em marcha prevenir as pessoas da retaguarda de qualquer outro obstáculo encontrado pelo caminho, como seja um tronco, toco de raiz ou pedra que o contínuo perpassar da gente e as águas vão descobrindo,

(1) Raposa-Raposa. Corre de sueste para o norte, com oito léguas de comprimento, por três de largo, tornando-se célebre pela particularidade de mãe de oito mananciais caudalosos como segue: Caiangarállua, Chibobo, Cunhinga[78], Cunne[79], Cuíto[80], Cunje[81], Cuquema e Cuxi.

ficando por consequência fora do nível do solo. Dissemos ser do dever dos quiçongos remover tais obstáculos para o livre trânsito da caravana, porém como a maior parte das vezes passam avante deixando-os no mesmo lugar e com o intuito de prevenir qualquer incidente (como seja torcer o péna cova, dar uma topada no toco da raiz ou pedra, ferindo-se nos dedos), as pessoas da frente prevniem as da retaguarda, e umas após outras sucessivamente até o final transpor do empecilho, dizendo no primeiro caso «cova»(1) e no segundo «come dedos»(2), sendo por esta forma que evitam as torceduras de pés e topadas. Agora, sendo no alto, por causa de braço ou ramagem das árvores, que obrigue a pessoa que carrega a abaixar-se a fim de passar livremente, previne a que segue após: no alto(3) para que veja o obstáculo, e se resguarde dele sem prejuízo.

Uma caravana pequena segue de ordinário pelo caminho(4) igualmente a grande pelos bosques e matos emaranhados, onde se lhes dificulta o passo pela espessura de tais lugares, mas pelos descampados, margens de rios, encosta de matos e nestes não espessos, tantos são os quilombos, tantas são as mangas de gente que marcham paralelas, guardadas as conveniências de não ultrapassar a bandeira [p. 12] e por consequência os quiçongos, a quem competem as honras do caminho.

19 de Maio. Continuámos a viagem, passámos o rio Cutato dos Quimbundos(5)[82] em ponte de quatro braças de largo (*i*), leito de argila e pedra, direcção do Norte para o Sul, com a nascente na Enhana Longimbo e afluente do rio Cubango e fomos fazer quilombo no sítio de Quiçaça. Caminho plano,

(1) *Chitunno*, no idioma de umbundo.
(2) *Cária Bimuhine*, idem.
(3) *Quiro*, idem.
(4) *Gilla* ou *Ongilla*, idem, e por onde apenas se pode seguir a um de fundo.
(5) E Cutato das Mongoias, ambos paralelos e com curso oposto, diferençando-se pelo nome das respectivas tribos.

abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso de substância preta e encarnada.

De passagem pela libata grande(1) da terra, aí entrámos a fim de cumprimentar o soba Quicuamanga(2) e entregar-lhe o tributo de passagem. Fomos por ele e pelos seus macotas(3) recebidos à entrada do portão principal(4) de onde fomos seguindo para a residência(5), e na curta entrevista que tivemos, nos foi designando os magnates assistentes, concluindo a apresentação com mandar-nos servir algumas cabaças de capata após o que nos retirámos, a indispensável [p. 13] vénia. Faremos agora a descrição da libata grande do Dondj por o julgarmos conveniente. Conta para mais de um século de antiguidade, o que demonstra pelas eçandeiras seculares que a circundam[83]. O seu muro de pau-a-pique[84], madeira de curta duração, é barrado até meio, para este efeito fazem uma cova junto, de dez pés de largo e seis de profundidade, cujo barro amassado, posto ou atirado, forma a meia parede, ao passo que a vala donde se extrai, serve de fosso a preservar de qualquer assalto, enquanto que o povo da parte interior não deixa aproximar o inimigo, fazendo fogo continuamente pelas aberturas. No século passado eram muito usadas tais fortificações defensivas designadas *quimbaca* ou *himbaca*[85] entre a raça quimbunda, porque cada chefe de povoação fazia as

(1) Termo em português por aqui aplicado às povoações em geral, acrescentando-se a maiúscula àquela onde reside o chefe do país, ou mesmo de sítios, em virtude de os haver que contêm uma até cinco povoações, além da principal ou libata grande. No idioma umbundo *himbo* ou *quimbo*[86] indica libata. Libata grande: *bala* ou *ombala*[87], aplicando o termo *bicanjos* ou *co-bicanjos*[88] a povoação ou povoações subalternas.

(2) No idioma umbundo, *corvo*.

(3) Termo em português por aqui aplicado aos conselheiros dos sobas[89]. No idioma umbundo, *hacullo* ou *bacullo*.

(4) No mesmo idioma, *pandabeiro*[90]. No átrio do qual os selvagens têm por hábito a prática de suas cerimónias supersticiosas.

(5) No mesmo idioma, *lombe* ou *quélombe*[91].

vezes de qualquer suserano da Idade Média, tornando-se-lhe incompreensível que pudesse haver outro além da sua pessoa. No entretanto, o tempo os veio tirar de tal ilusão. Presentemente da forma por que está constituída a citada raça, e à excepção do pau-a-pique de qualquer natureza, tais construções não são permitidas entre si: em uso unicamente entre a raça Ganguella além Cuquema e Cuanza em virtude das repetidas agressões de naturais e estranhos.

No recinto(1) pois, deste castelo selvático, visto que de espaço a espaço tem seus baluartes e primeiro muro que fica descrito existem as casas(2) dos macotas (*j*), sargentos(3) e mais habitantes da povoação. No recinto do segundo muro barrado da mesma forma estão as casas dos serventes ou familiares do soba(4) e outras duas próximo do muro da residência, no átrio da sua entrada e [p. 14] dos lados direito e esquerdo do portão, tendo vinte e quatro pés de comprimento e outro tanto de largura, construídas de madeira de pau ferro[92], entretecidas de colmo, em lugar de barradas, como o geral e que servem de cozinhas(5) da terra(6) nas quais em ocasiões solenes, cozinham para a turba (*k*). Exceptuando elas, aí não se acende fogo. Elas e mais quatro casas(7) na *senzala*, similares e de pouco menos âmbito que servem de recepção, refeitório e peculiares ao geral das povoações são as maiores construções dos indígenas porque para habitação as suas casas não excedem jamais dezasseis pés de comprimento e a mesma medida de largura. Segue-se o centro cujo terceiro muro simplesmente de pau-a-pique, abriga grande número de casas das mulheres

(1) No idioma umbundo *co-sanzala*[93].

(2) Idem *Honjo* ou *Lonjo*[94].

(3) Idem *saiênto*[95], título honorífico inferior ao macota, ocupando igualmente o cargo de conselheiro.

(4) No idioma umbundo: *bacuélombe*[96].

(5) No idioma umbundo *Chiuo*.

(6) Idem. *Ohffeca*.

(7) Idem. *jango*[97]. E deste número para baixo segundo a grandeza ou pequenez da povoação.

do soba[98] e a deste que com facilidade se distingue pelo simétrico selvático dos arabescos[99] de cor branca(1), encarnada(2) e preta, grande número de bonecos(3) em ordem e grande quantidade de chifres de diversos animais silvestres como diversos são os preservativos que lhe são atribuídos, cheios de cinza amassada com óleo de mamona(4). A única coisa [p. 15] que lhe notamos favorável, visto que descrever uma é descrever o geral das povoações, foi o estar assente na cabeceira de um riacho que, em caso de assédio não deixará perecer os povoadores.

20 de Maio. Pelas oito horas da manhã o soba Quicuamanga, seguido de grande comitiva de povo de ambos os sexos, de marimbas(5)[100] e tambores(6)[101] e uma manada de bois(7), apresentou-se a curta distância da cerca do quilombo, onde fez alto, e, introduzido no seu recinto, foi cumprimentado pelas pessoas principais da caravana, ficando assim satisfeito por esta espécie de cortesia que, de facto e de direito lhe pertencia. Terminados os cumprimentos, passou a expor os motivos da sua visita, que disse ter por objecto estreitar relações de amizade com os sertanejos do Bié, visto que com esse intuito todos lucravam: ele, em virtude da passagem continuada das caravanas, para o usufruto dos benefícios provenientes de tal passo, e nós pela segurança dos haveres e brevidade do caminho em direcção a Benguela. Respondemos

(1) No idioma umbundo *chiquéra*. Greda branca dos rios e com a qual usam caiar casas e fazendo bolas untar o corpo com o pó daí extraído. Neste sentido lhe dão a designação de *memba* e é considerada emblema da paz.
(2) Idem, *cicodungombe*. Da mesma procedência e com iguais atributos, com a diferença, porém, de ser reputado emblema da guerra, e neste sentido lhe dar a designação de *hulla*.
(3) Idem, *Cambonha*[102].
(4) Idem, *Lomono*[103].
(5) No idioma umbundo *erimba* ou *arimba*.
(6) Idem, *gomma*, *ongomma* ou *longomma*.
(7) Idem, *gombe* ou *longombe*.

afirmativamente aos desejos expendidos e concluindo por dizer que faríamos da nossa parte por corresponder. Em seguida deu ordem para a entrega de dois bois castrados, quindas(1) de farinha de milho(2) e cabaças de capata, que [p. 16] retribuimos segundo o valor atendendo o rifão(3) peculiar da tribo Quimbunda e Ganguella. «De graça nos olhos e no coração vendido», correspondente ao rifão português que diz: «Dar uma bilha de leite com a mira noutra de azeite.» Concluída a entrega do presente entreteve o tempo além de duas horas em conversação não fastidiosa relativa a salteadores(4), de como os devíamos evitar, da sua vida passada, presente e aspirações futuras ao mando supremo da terra de Bailundo, retirando muito satisfeito ao cabo desse espaço para a sua povoação.

O soba Quicuamanga terá em muito rigor quarenta anos de idade, estatura alta e bastante reforçado de corpo. Trajava panos de chita fina, camisa branca fina (*l*), farda de áulico e chapéu armado, objectos estes com insígnias da realeza, isto é, azul e encarnado, bandas de panos da mesma chita, no pescoço uma grande enfiada de bonecos e outros preservativos e descalço(5) (*m*). Pertence-lhe por sucessão o estado da citada terra, sendo com tais desígnios que os seus emissários se sucediam uns após outros na nossa casa, a fim de passarmos pelo seu domínio para obter o necessário aos mesmos fins (*n*).

(1) Idem, *humba* ou *oh-humba*. Quindas, em português, são cestos de maiores e menores dimensões, feitos de palha mui fina, entretecida da raiz flexível como vime, do arbusto denominado *moppo*. Nos subúrbios de Benguela são feitos pelos indígenas de palha entressachada da folha da palmeira. E nesta outra espécie de cestos que os Quimbundos designam com o nome de *muamba* e os Ganguellas de *muttonga*, trabalhados primorosamente de cordas, têm quatro palmos de comprimento, um de largura e um e meio de altura.

(2) Idem, *cemma*. No idioma ganguela *bunga*.

(3) No idioma umbundo, *Luçapo* e diz assim: *auanna cu-messo cu-muttima dando*.

(4) Idem, *chimuno*, *chiuanga*, *quittoco*.

(5) É usual por estas partes, motivo por que não deve estranhar-se.

No entretanto ficaram malogrados os seus planos em presença de duas conspirações contra o soba Bangue(1), então no estado de Bailundo, o que deu causa à sua deposição e exílio, falecendo no ano de 1864 em Quingollo, terra da sua naturalidade pela parte materna. Prestando homenagem àquela o povo pode-se reputar irmão, isto é, oriundo da raça do Libollo, cuja libata grande ou capital Hombe demora ao noroeste do Bié, e mesclada com a [p. 17] raça Quimbunda, uma e outra heterogénea. É povo belicoso bandoleiro e turbulento, estes diversos atributos formam a biografia completa da sua vida, sendo nas viagens para a cidade que mais de espaço exercem aquela profissão. Uma prova a respeito do que avançamos: as conspirações sucedem-se, e após a deposição dos chefes, tomando a maior parte a resolução do suicídio, ainda no governo, a fim de evitar o vilipêndio na desgraça (*o*). Isto é a história geral desta raça a partir daqui para a cidade de Benguela.

As marimbas e tambores de que acabamos de falar são formadas por duas travessas arqueadas, que não excedem cinco palmos de comprimento. Nas suas extremidades engatam outras duas de palmo e meio, que vem a ser a mesma medida das teclas, e as quais servem para tornar fixas as primeiras que, tendo cada uma paralelas duas ordens de furos, servindo a superior para retesar os cordéis que sustentam as teclas e a inferior para introduzir tornos que sustentam cabaças de maiores e menores dimensões, correspondentes à boca de cada uma das teclas em número de dezoito, para a extracção dos sons mais ou menos agudos que o tangedor pretende extrair. Cada uma tem a meio um buraco do diâmetro de bala de quarto, onde é guardada a película do bolso membranoso da fecundidade das aranhas.

Aqui temos formado o instrumento compatível com os haveres das pessoas de alta jerarquia. Os cordéis são feitos

(1) Fortaleza em português.

dos nervos de animais domésticos e silvestres, e o instrumento tangido com baquetas envolvidas em borracha(1), a fim de [p. 18] se tornarem os sons agudos, são iguais entre a tribo Quimbunda, Quimbangalla(2)[104] e Ganguella; e direitos, não excedendo três palmos de comprimento e doze o número das suas teclas, entre a tribo do Luvar[105] e Lunda.

Os tambores com a forma de barriletes, não têm mais de três palmos de comprimento, e adaptado em ambas as extremidades a duas peles de antílope, cabra ou lagarto, cravejadas com cavilhas de pau. No centro usam pôr cera preta muito pegajosa que, posto o instrumento em contacto com o fogo ou à acção do Sol, opera com rapidez o retesar das peles. A meio tem um buraco de diâmetro de bala de onça, no qual introduzem um bocal de cabaça, em cuja extremidade grudam igualmente a citada película e sem a qual um ou outro dos ditos instrumentos se tornam inteiramente zero. São dois destes e duas daquelas que de ordinário compõem a sua orquestra. Contudo também são tangidos em separado, quando por casualidade se não acham os autores reunidos. E singularidade notável: a melhor peça do seu reportório é aquela que os indígenas usam tocar com febril desenvolvimento no momento de descarregar o golpe fatal sobre a vítima sacrificada no altar da superstição!!!

Não vimos, e mesmo indagando, viemos no conhecimento de que a tribo Macorrolo é estranha a toda a espécie de instrumentos; no entretanto, as [p. 19] mais em geral, além

(1) No idioma umbundo, *queixu*. Existe de duas espécies, extraído de arvoredo dos bosques, inteiramente de cor preta e não de cor tão escura pelos descampados da raiz de plantas rasteiras; grandes bolas achatadas que servem de exercício aos indígenas no tiro da flecha.

(2) Tribo cuja libata grande Bomba demora a nordeste do Bié, heterogénea da tribo Quimbunda, e irmã da tribo Mongoia[106], cuja libata grande Mallembas demora no norte do Bié, limitando-as o rio Cunhinga, afluente do Cuanza, aquela pelo norte ou sua margem direita, e esta pelo sul na sua margem esquerda.

dos que ficam descritos, usam tambores para os seus folguedos de danças e cantorias. Estes instrumentos diversificam-se em não serem abertos de ambos os lados, mas sim de um, onde adaptam qualquer das citadas peles, sendo adelgaçados do lado oposto similar a funil, e em cujo remate fica o orifício simples pelo qual expele o som. Os indígenas não prescindem jamais destes instrumentos de maiores e menores dimensões, porque desde a infância se exercitam no canto, dança e música, a que são muito propensos. Mas música de algum merecimento só marimbas e tambores que ficam descritos.

21 de Maio. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo nos matos(1) lugar denominado Anháa(2). Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. A partir daqui para o Cutato dos Mongoias[107] o povo das terras de Bailundo, Candumbo[108], Caméra, Dondj, Moma[109] e Sambo[110], aos ranchos de cinco a vinte pessoas, vem montear os animais, de que há copiosa abundância em virtude do deserto. Para este efeito fabricam quilombo(3) a grande distância do caminho, onde a caça lhes serve de alimento, bem assim conduzindo as suas diversas peças para o povoado, onde lhe dão extracção por objectos de primeira necessidade. Neste exercício não perdem ensejo de assaltar viajantes (*p*) e desgraçados [p. 20] daqueles que são colhidos às mãos de tais bandidos, porque em caso de resistência são assassinados, e quando pelo diminuto número se deixam apreender a espoliação e o cativeiro é a sorte que os aguarda.

(1) Naqueles lugares onde notarmos matos deve entender-se como local despovoado e sítio como local de uma ou mais povoações.

(2) Corresponde a encruzilhada, advertindo que no idioma umbundo existem termos pronunciados com *a* aspirado como este que fica notado.

(3) *Mundo* ou *Homundo*. É o termo empregado no idioma umbundo para designar qualquer rancho de caçadores, onde só se respiram miasmas dada a circunstância de que sejam habitados por aqueles.

22 de Maio. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Acaca e Acatumbo, ou margem direita do rio Cutado dos Mongoias(1), caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Na Enhana-Ambamba que demora uma hora de marcha deste local, existem as nascentes de quatro rios caudalosos como segue: Cubango(2), Cutato dos Mongoias(3), Cuando(4), afluente daquele, e Quebe(5).

Concluindo o trabalho do quilombo seguiu o povo da caravana para a caça, recolhendo com um boi silvestre(6), dois veados grandes(7), seis pequenos(8) e outro boi silvestre(9)[111] pútrido, morto pelo leão e cuja carne madura [p. 21] em demasia, foi o melhor manjar da tribo. Foi, literalmente falando, um dia de grande *rendez-vous* para ela. As suas

(1) Assim denominado por afluir em domínio da mesma tribo e para o diferençar do Cutato dos Quimbundos.

(2) Local denominado Quillabe.

(3) Local denominado Loxa.

(4) Local denominado Heué.

(5) Local denominado Candumbo.

(6) *Mallanca*, no idioma umbundo, sendo do tamanho do boi caseiro, com a unha rachada, andar e crinas similares a muar: armação anelar e arqueada para a cauda tendo esta mui curta, espécie de borla. Sacrificado pelos indígenas em determinadas solenidades, para cujo efeito lhe dão caça no despovoado. Em tais ocasiões torna-se feroz, vendo-se fechado num círculo de mais de mil pessoas, procurando investir, do qual muitas vezes consegue evadir-se.

(7) *Nunxe*, no idioma umbundo e do tamanho de qualquer novilho, armação anelar, e arqueada para a cauda, espécie de borla.

(8) *Bambi*, *ombambi* ou *lombambi* no mesmo idioma, sendo do tamanho das cabras e de armação curta, a qual, bem assim as antecedentes e cágados são objectos que como dissemos os selvagens usam encher de massa carbonizada para diversos preservativos.

(9) *Nhuíma*, no idioma umbundo, boi silvestre de grandes dimensões, com a armação em espiral, mas sem préstimo conhecido.

primícias foram para nós o quarto traseiro de cada peça que segundo o estilo nos competia como seu chefe.

23 de Maio. Continuámos a viagem, passámos o rio Cutato dos Mongoias a vau de três braças de largo (*q*), leito de argila e pedra, direcção do sul para o norte, com a nascente na Enhana Ambamba e afluente do rio Cuanza. Fomos fazer quilombo nos matos da Lunda(1) do Jamba(2). Povoado em outro tempo, os habitantes fizeram mudança em virtude das incursões do povo de Bailundo[112], habitando ao presente a três horas de marcha, e cujas povoações se avistam distintamente daqui, que se pode reputar primeiro ponto culminante[113] entre o Bié e Benguela, encontrando-se grandes bosques de palmeiras bravas no fundo nas montanhas, que produzem óptimos bordões de tipóias[114] e que os indígenas levam a vender na cidade. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

24 de Maio. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo na terra do Jamba[115]. Caminho escabroso, de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada (*r*). Mandámos o tributo de passagem ao soba que, após os portadores nos veio fazer presente de um boi, e quindas de farinha de milho, que retribuímos conforme o seu valor. Corundundo é o seu nome, pouco mais ou menos de trinta anos de idade, estatura baixa e reforçado de corpo, bem assim de maneiras volúveis. Trajava panos de chita já usados, camisa de cor duvidosa, sobrecasaca de pano verde, e uma grande enfiada de preservativos ao pescoço concluindo por cobertura da cabeça, um barrete de lã encarnado.

(1) Correspondente a ruínas ou local desabitado.
(2) Idem, elefante.

[p. 22] É irmão do soba da terra do Ambo a quem presta homenagem e cujo povo, oriundo das tribos Quimbangalla(1) e Quimbunda(2), forma um estado de segunda ordem. Em 1844 assassinou o europeu Manuel António da Conceição[116], sertanejo residente na terra do Anduro(3)[117] de ordem do soba Bundjha-Calunga da mesma, com o intuito de se assenhorearem dos bens pertencentes à vítima. Este acto de atroz indignidade se ficou impune pela justiça humana, não o ficou pela justiça divina, porque depostos pelo povo dos seus respectivos governos seus autores vieram a morrer miseravelmente no exílio.

25 de Maio. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo no sítio do Capitão(4) do Ambo. Caminho plano em partes, escabroso em outras, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante em riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. De noite mandámos deitar bando[118] para se passar o dia seguinte no local, para a compra de mantimento e mandar-se o tributo de passagem ao soba.

Ofereceu-se-nos ocasião de ver e admirar o local assento da libata grande do Jamba, montanha denominada Balle. A sua direcção é de oeste para o nordeste, tendo a povoação, que não é muito grande, no cume do monte imediato, na distância de cem passos aproximadamente, com ramificação de mais dois montes em declive para aquele ponto, e a nivelar com o terreno baixo da planura. Porém ao longe afigura-se na encosta da grande montanha similar a eça de finados [p. 23] e quando o viajante se vai aproximando do local desfaz-se a ilusão,

(1) Terra do Songo, que demora ao nordeste do Bié, e a um dia de marcha.

(2) Terras do Quimbe, Sambo, Candumbo, Quibanda e Quingollo que demoram ao sudoeste e oeste do Bié.

(3) Terra que demora ao norte do Bié, e a um dia de marcha; povo oriundo das tribos Quimbunda e Mongoia.

(4) No idioma umbundo, *Capitango*. Título honorífico no país da sua primeira dignidade junto do soba.

reconhecendo a povoação no cume do monte citado, eçandeiras de trinta Janeiros. Como acabamos de dizer, a povoação não é muito grande, e à imitação de todas as cortes aquém do Bié, possui pequeno número de habitantes(1). O muro, feito de pau-a-pique, madeira de curta duração e de meia parede de pedra, pela parte exterior, sobreposta a partir do portão principal que forma a sanzala corre a fechar ao longo, encosta acima, na residência do soba. No interior apenas se encontram vinte pequenas casas, sobrepujando a cozinha e fechando em meia lua, com o segundo muro interior do mesmo material; no centro do qual, e fechando de igual forma com o muro da residência, apenas se encontram oito pequenas casas dos familiares do chefe, o qual ocupa o pequeno âmbito no cume com cinco casas que lhe dizem respeito.

Fomos recebidos com urbanidade da sua parte, mandando--nos servir duas cabaças de capata, e depois de algum tempo de conversação, lhe dirigimos os nossos emboras, retirando-nos, visto que os nossos deveres nos chamavam a outro lugar. As libatas grandes ou cortes aquém do Bié, como dissemos, possuem pequeno número de habitantes e na realidade assim é pelos motivos que vamos apontar. No princípio da sua fundação eram povoadas segundo o âmbito que representam, e cuja demarcação as eçandeiras estão atestando, porém com o decorrer do tempo por tal forma se foi restringindo o número que apenas vieram a ser povoadas por alguns magnates principais e pequeno número dos seus familiares. Em diversos pontos aquilo a que cada proprietário designa com o pomposo título de minha povoação, não excede em todo o rigor o número de quatro casas. E em lugar do muro, o arbusto da purgueira e no centro destas pequenas habitações, a residência do soba com o grande número de casas das suas [p. 24]

(1) Dado o caso de invasão é uso concentrar-se aí o povo da terra pugnando pelos seus foros.

mulheres, aqui e ali de permeio, bosques de *Bindongo*(1), a ortiga e, finalmente, a malva; plantas estas que abundam em tais povoações em virtude da sua antiguidade e chamariz de animais silvestres e répteis venenosos. Aqui temos as libatas grandes ou cortes das terras que demoram aquém do Bié. A coabitação, pois, com mulheres do suserano, é punida de ordinário cruciando a vítima por várias formas, em resultado do que se segue a morte ou então expulsão do criminoso e família para fora da terra; punição assaz bárbara visto não fazer exclusão de pessoas, porque inclui inocentes com o culpado. Isto deu lugar a que se tornassem desertas e que só no caso de invasão, ordem do soba para pleitos, ocasiões de festas solenes, conspirações ou morte daquele, se origine a aglomeração de povo no seu recinto. Exceptuando tais casos, este e os titulares não se movem das suas localidades. Diariamente partem das povoações dos diversos pontos da terra criações, mantimentos e a bebida da capata para aqueles que as habitam porque, livres de qualquer assunto, e acocorados sobre as pedras que lhes servem de assentos, lançam vistas ávidas pelos diversos caminhos que conduzem à povoação. No momento de assomar alguém, dizem acto contínuo: — Lá vem a gente do *secúlo*(2) fulano ou sicrano! A qual depois de dar entrada, todos se dirigem para a respectiva casa a fim de tomarem parte no festim, mesmo que diga respeito ao soba.

26 de Maio. Passámos o dia no local pelos motivos que ontem indicámos, de mandar o tributo de passagem ao chefe do país, o que cumprimos, e a compra de mantimentos para a viagem, o qual, não obstante encontrar-se a cada passo à venda pelas povoações [p. 25] torna-se necessário a maior parte das vezes a demora de um ou mais dias em qualquer local, para que o povo da caravana, orçado de mil a quatro mil pessoas, se

(1) Arbusto de folha oblonga produzindo cachos de flor amarela.

(2) Termo empregado no idioma umbundo para designar pessoas superiores em idade e de elevada jerarquia.

possa refazer do mesmo. De ordinário consta de milho, farinha do mesmo grão, farinha de mandioca(1), feijão grelado, feijão miúdo e finalmente criações, que se compram por diminuto preço: oito panos(2) ou oito enxadas que têm o mesmo valor, é o preço por que se compra um bom cevado, animal de casta ovelhum ou cabrum; triplicado um belo boi castrado. Advertimos que este procede de presas das excursões que fazem, já para o litoral, já para a terra do Humbe[119]. O primeiro género em grão ou farinha; uma quinda da medida de alqueire não custa mais de um pano ou uma enxada, o que dá perfeitamente para o pobre e para o rico, se é que por aqui se possa encontrar semelhante animalejo; e mal só passa quem estiver habituado. Podendo passar como Loculo quem estiver habituado a ser Creso[120] (*s*). Agora, não obstante havermos falado de conspiração(3), hoje que temos algum descanso, daremos conta do seu desideratum: raça em extremo de instinto bajulador geralmente falando, os indígenas dão aos seus chefes [p. 26] o tratamento de Deus(4), leão(5), senhoria(6) e excelência(7) em vida e depois de mortos, na ocasião em que vão deprecar

(1) Não é farinha comum ao Brasil ou litoral deste continente, mas sim preparada de modo especial, sendo deitada a mandioca de molho por espaço de quatro a cinco dias segundo a estação, é tirada, bem assim a casca, sendo posta a secar, e depois a pisar no pilão, e passada de onde se extrai similar a farinha de trigo.

(2) Entre a tribo Quimbunda o pano (*nando*) é medida de quatro palmos e para compras avultadas é oito panos o geral da medida, que denominam *quirana* ou *chirana*. Entre a tribo Ganguella, o pano que denominam de *hittau*, é medida de três palmos, e para compras avultadas a medida vem a ser de oito côvados, que denominam de *ma-peça*.

(3) No idioma umbundo, *quillunga* ou *hilunga*[121], sendo muito frequente no mesmo a pronunciação do *h* pelo *q*.

(4) *Succo* e *jambi*, no idioma umbundo[122].

(5) *Hoxe*, no mesmo idioma[123]. *Dumba*, no idioma ganguela. *Tau*, no idioma macorrolo.

(6) *Cuco*, no idioma umbundo. Este mesmo termo tem diversos significados segundo o sentido da sua aplicação.

(7) *Calunga*, idem, idem, idem.

sobre as suas sepulturas, ou na casa que serve de depósito das suas caveiras, por serem reputados entes sobrenaturais. No entretanto, desde o momento em que a conspiração deixou cair a máscara, esses termos deixaram de existir para dar lugar aos mais abjectos do vocabulário umbundo. Aqueles que não são de expediente tomam a resolução de suicídio, e os pusilâmines o caminho do exílio. No primeiro caso, o chefe conspirador(1), que a esse tempo já se acha em qualquer ponto da povoação, dá ordem para o enterro, de ordinário realizável no sétimo dia, tendo lugar no oitavo o varrer das cinzas, que com panelas, são objectos lançados no mato a quinze passos distante da povoação em outro portão da sua serventia destinado ao dito efeito, e em cujo local se torna defeso o corte de qualquer arbusto; seguindo-se após semelhante acto os diversos curativos que o acontecimento requer, e terminados que sejam, tem lugar a entrada do novo chefe na residência de seus predecessores, sendo-lhe vedada enquanto os não houver concluído; receosos de que o espírito do finado lhes venha perturbar a existência e não que lhes falte vontade para semelhante passo. No segundo caso, isto é, o suicídio no caminho do desterro, as mulheres do desgraçado e os familiares que o acompanhavam, que de ordinário aplaudem a cena, regressam para o local da sua naturalidade ou mesmo para a libata grande [p. 27] a fazer a corte ao novo senhor, visto que aqueles continuam de ser sua propriedade. Só no caso de desquite poderão passar a segunda mancebia, tendo lugar o divórcio fora da povoação, partindo-se sobre o quadril da mulher a primeira missanga que recebeu do defunto, guardada sempre como relíquia. Mas quer neste caso quer no desterro se verifique a morte do exilado, passados anos, um dos sucessores manda em transporte da caveira, que é posta e conservada na casa já citada, depois de ornada de cabelos pegados à cera preta

(1) *Quingallo*, ou *hingallo* e *sai*, idem.

pegajosa, e entretecidos de corais brancos e encarnados onde, bem assim sobre as sepulturas, recorrem por ocasião de qualquer calamidade, em contínuas adivinhações(1), para por ela virem no conhecimento do mal, e o que ordenam os espíritos(2) para o extirpar. Estes, segundo o adivinho(3), requerem festas(4), ou vidas a satisfazer(5), para cujo efeito, e mesmo no caso de transladação, elas têm lugar. De antemão preparam grande quantidade de panelas ou cabaças de capata(6), ancoretas de aguardente, um boi e um casal de veados; dando princípio à solenidade ante manhã, e remate da mesma [p. 28] forma ao sol posto ou ante manhã do dia seguinte, ao som de música e contínuas salvas de espingardas. O curandeiro(7), apagando esse fogo(8), acende outro, cuja cerimónia tem lugar com os veados já citados, adicionando-lhes uma cabra e um galo, terminando com a sua distribuição por todas as casas da povoação; lançados fora os utensílios de cozinha e cinzas a fim de que os respectivos povoadores entrem no gozo das vantagens prometedoras do novo senhor, interpretando o génio do bem e do mal como presidindo ao seu destino. De índole excessivamente turbulenta o povo desta terra oriundo, como

(1) No idioma umbundo, *ohcottáa*[124].
(2) Idem, *quirullos*[125].
(3) Idem, *ongombo*.
(4) Idem, *quiçunje*.
(5) Idem, *camuenho*. Termo empregado para designar pessoa de qualquer sexo e de menoridade, que após a cerimónia fica suprindo o lugar do defundo. Outros à falta de meios usam pôr uma cabra, e qualquer dos referidos objectos torna-se inviolável para todos os efeitos; porque seja qual for a necessidade de tal família relativamente à satisfação de crimes lançarão mão de um dos seus membros, para auxílio da mesma, mas nunca do *camuenho*. E em caso de morte procuram outra pessoa, ou cabra para suprir o lugar, para evitar calamidade futura.
(6) Idem, *benje*. É o termo empregado para designar panela ou cabaça cheia de capata e custa um pano ou uma enxada.
(7) No idioma umbundo, *quimbunda*[126].
(8) Idem, *ondallo*[127].

dissemos, da raça Quimbunda e Songo, para a aclamação dos seus chefes dirige-se a esta em transporte[128] da *memba*, e sem o que se torna nula a citada cerimónia.

27 de Maio. Continuámos a viagem, passámos o rio Quebe em ponte de seis braças de largo, leito de argila e pedra, direcção do sul para o norte, e vai desaguar no mar, passando por Novo Redondo, onde o denominam Cubo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo na margem direita do rio Colongué[129]. Caminho plano, abundante de árvores de toda a espécie e abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Chegaram os mensageiros da libata grande com a palavra sacramental: — Muito obrigado pelo presente, e que no nosso regresso cumpriria o soba com os seus deveres. Ao sul deste lugar e nas vertentes deste mesmo rio, é que o mineiro João Pedro Costa, natural do Brasil, explorou ouro em fins do século passado. Segundo a tradição, cheios que fossem os frascos do citado metal, mandava lançar fogo à casa da fazenda, e após o incêndio, retirava para a cidade, deixando atónitos os selvagens com tal proceder, que, por mais de uma vez se veio a realizar.

[p. 29] 28 de Maio. Continuámos a viagem. Passámos o rio Colongué a vau, de três braças de largo, leito de argila e pedra, direcção de sul para o norte, e afluente do rio Quebe. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Chacambéra[130] limite do domínio da terra do Ambo. Caminho plano em partes, escabroso em outras, abundante de arvoredo de toda a espécie em partes, e falta em outras, abundante de riachos, terreno fértil argiloso, de substância preta e encarnada. Foi-nos reenviado o presente tributo de passagem da parte do soba de Quipeio, cuja libata grande demora a duas horas de marcha do local e em virtude do que tivemos de o acrescentar e assim remetê-lo, a fim de evitar desinteligências com gente de tal categoria, sempre prejudiciais à parte mais fraca. Daqui se goza um belo panorama, porque nos achamos situados no

extremo sueste de um formoso vale cercado de altas montanhas por todos os pontos do globo, na encosta e na sumidade das quais se acham assentes as libatas grandes de (*t*): Quipeio, Quirono e Candalla, cujos sobas prestam homenagem à terra acima citada (Ambo), bem assim à de Bailundo. Pelas mesmas montanhas, e em maior escala pela planície, que, aproximadamente, tem duas léguas de comprimento e outras duas de largo e cortada de dois rios de alguma circunstância, por uma e outra parte se encontram as searas dos habitantes, prenhes de mandioca e milho, luco(1)[131], feijão graúdo e miúdo, abóboras e finalmente batatas de diversas espécies, sendo o mês actual [p. 30] de abundância daqueles no estado primitivo de sazonado, mas de escassez do último; abundando em Janeiro, Fevereiro e Março da sua novidade, e que no mesmo sentido se podem reputar de abundância de toda a casta de legumes. A mandioca, raiz farinácea providencial desta parte do continente, torna-se geral a sua abundância; no entanto, torna-se o recurso da tribo Quimbunda em tempos de carência, lançando mão dela só em tal extremo; ao passo que se torna o alimento predilecto das tribos confinantes do litoral, bem assim das margens dalém-Cuquema e Cuanza para o interior.

29 de Maio. Continuámos a viagem passando os rios Cuíto[132] a vau, de três braças de largo cada um, leitos de pedra de rocha e argila, direcção do sul para o norte, e afluentes do rio Quebe. Prosseguimos a marcha e fomos fazer quilombo no cume da montanha de Candalla. Caminho plano,

(1) Grão miudinho, bastante rijo e de cores; próprio para pasto de aves e, pisado entre duas pedras, para a extracção de farinha, também de uso do pão do país (*iputa*); mas mais comum na preparação da bebida denominada *quiçangua*[133], preparada com a farinha do mesmo grão, depois de grelado; e decoada na bebida da capata[134] a fim de a tornar mais consistente; porém, a uma e outra bebida juntam-lhes a raiz denominada *bunde*[135], espécie de alcaçuz, tornando aquela amarga e esta doce. E sobre o citado grão veja-se folhas 71 de Muata Cazembe[136].

exceptuando a subida para o local citado, despovoado de arvoredo, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. O soba daqui veio ao quilombo passar algumas horas de ócio, recebendo nesta ocasião o tributo de passagem, e retirando para a povoação depois de estar na posse do presente. Nesta visita teve tempo de reconhecer a fundo os pontos mais ou menos fortes dos quilombos, porque a desoras os ratoneiros entravam num, roubando da pilha das cargas dois dentes grandes de elefante e três pães de cera pertencentes a um sertanejo natural do país. Não obstante o alarme, e os ladrões seguidos de perto, sempre conseguiram levar a cabo o fruto da sua audaciosa empresa.

Mandámos participar ao soba o ocorrido, que jurou ser façanha dos bandidos de Quirono, tratando como tal o pai, chefe desse domínio. Contudo, isto são pretextos ocasionais a que se não deve ligar importância, porque se há alguma razão de ser para este no mister de salteador, [p. 31] em virtude da sua decrepitude, para aquele, no vigor da mocidade, sobejam-lhe todas as probabilidades a favor da mesma profissão, de ordinário reputada lucrativa quando bem sucedida; dando nós o passo da participação por mera formalidade, jamais com o intuito do aparecimento do roubo, fruto da negligência do prejudicado.

30 de Maio. Continuámos a fazer viagem e fomos fazer quilombo no sítio Quibéra[137]. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno montanhoso, fértil e argiloso, de substância preta e encarnada. Enviámos o tributo de passagem ao soba do local, o que agradeceu, e cuja libata grande assente na encosta da serra Ningue-ningue[138], é a única povoação desta paragem e segundo ponto culminante entre o Bié e a cidade de Benguela. Do lado nordeste da supracitada serra existe a nascente do rio Ballombo[139], que vai desaguar no mar passando pela terra Egito, e é deste mesmo local até à terra de Quiçanje que se encontram

águas potáveis por excelência, e sulfúreas, de que falámos a 15 do corrente. O soba presta homenagem ao de Quiaca, terra de primeira ordem, de grande extensão, cujos habitantes de carácter turbulento e bandoleiros de profissão, formam um composto das duas tribos da Ganda[140] e Celly[141].

31 de Maio. Continuámos a viagem, descemos a serra Ningue-ningue, e fomos fazer quilombo nos matos, margem esquerda do rio Ballombo: caminho escabroso, por entre duas cordilheiras de montes, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Grandes bosques de cana grossa, espécie de bordão e palmar especial de espinho, donde pinhas similares áquelas que os pinheiros produzem se encontram pelas margens dos rios destas paragens, cujas margens de greda e fundos de pedra e areia conduzem sussurrando límpidas águas: circundados de belos matos de arvoredo gigante. Os terrenos de greda pegajosa e preta diversificando de encarnado a partir [p. 32] para a encosta convidando o industrioso lavrador ao seu arroteamento mas à sombra do estandarte de Ourique.

1 de Junho. Continuámos a viagem, passámos o rio Cummuí a vau, de quatro braças de largo, leito de argila e pedra, direcção de sul para o norte, e afluente do rio Ballombo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Quindumbo[142]. Caminho plano em partes, com subidas e descidas em outras, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. De passagem pela libata grande de Quimbondo enviámos cumprimentos ao soba do local com o competente tributo, o que agradeceu. Presta homenagem ao soba de Quiaca.

2 de Junho. Passámos o dia no local para se comprar mantimento, e de espaço fomos cumprimentar o seu chefe e fundador Caetano Martins de Santa Ana, homem septuage-

nário, e natural de Luanda, o qual nos recebeu com toda a urbanidade hospitaleira e cumpridos os deveres de civilidade, nos retiramos ao quilombo. Ao inverso dos selvagens, o nosso hóspede tem a povoação assente na planície, e bastante guarnecida de gente; contando mais duas que lhe são sujeitas. Não obstante achar-se em domínio da terra de Quiaca, disse-nos ele não ser incomodado em coisa alguma, vivendo em paz com o soba grande do país, e outros subalternos das circunvizinhanças.

3 de Junho. Continuámos a viagem, passámos o rio Saricandj a vau, de três braças de largo, leito de argila e pedra, direcção de sul para o norte, e afluente do rio Ballombo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Cahalla[143] ou margem direita do rio Cuemma. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. De passagem pela libata grande da [p. 33] Nhanha, enviámos cumprimentos ao respectivo soba, cumprindo igual preceito para com o chefe do local, o que agradeceram; e ambos prestam homenagem ao soba de Quiaca.

4 de Junho. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuemma em ponte, de quatro braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sul para norte, e afluente do rio Ballombo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, margem direita do riacho Quiabera[144]. Caminho plano em partes, com subidas e descidas em outras, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

5 de Junho. Continuámos a viagem, passámos a encruzilhada de Bailundo e terras adjacentes, bem assim o rio Cuppo[145] de três braças de largo, leito de argila e areia, direcção de sul para o norte, e afluente do rio Ballombo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, margem direita do rio Callumanda. Caminho plano em partes,

com subidas e descidas em outras, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil e argiloso, de substância preta e encarnada.

6 de Junho. Continuámos a viagem, passámos o rio Callumanda a vau, de três braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sul para norte e afluente do rio Ballombo; bem assim o rio Cubár[146] a vau de três braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sul para o norte, e vai desaguar no mar passando pela terra da Anha[147]. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos Binga[148] e Ombambj. Caminho plano em partes, com subidas Chifre do Veado, assim denominada a serra que vista a quatro léguas de distância forma uma pirâmide natural, entre dois renques de serras; mas torneada, porque aí fica o caminho, o viajante terá de admirar um pão de açúcar; e esse gigante de granito que ao longe parece solitário é a ramificação de outros do quadrante de noroeste.

[p. 34] Abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. O Cubár, passando pelo meio de extenso vale de duas léguas de comprimento e uma de largura, e que a partir da cordilheira Ningue-ningue até à Suppa, é o local de maior âmbito em tal espaço, não alaga jamais no período das grandes chuvas. Em 1844 em virtude da seca deste mesmo ano, o seu leito não levava água próximo a Quiçanje. O vale abunda em caça de diversas espécies, e mel; é fertilíssimo a toda a prova mas ermo como é, só dos malfeitores é percorrido monteando animais e viajantes a um tempo.

7 de Junho. Continuámos a viagem, passámos o bosque(1) Opallo[149], bem assim o rio Cubár segunda e terceira vez(2), e

(1) No idioma umbundo *mochitto*.

(2) Nas grandes chuvas não dando vau, torneia-se a cordilheira pelo sudoeste, deixando-se o rio ao noroeste, a fim de se evitar o trabalho de fazer pontes, e passando uma vez somente no local do vale.

fomos pernoitar(1) no sítio Solo, terra de Quiçanje. Caminho escabroso, entre dois renques de montanhas, abundante de arvoredo especial, entre o qual se encontra o *geritte*, quicequa, tacula, o embondeiro[150] ou baobabe dos naturalistas, o arbusto da goma copal(2)[151] e finalmente o espinheiro, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso de substância preta, encarnada e pardacenta (*u*).

[p. 35] Mandámos o tributo ao soba do local que agradeceu.

Terra de terceira ordem, e povo oriundo da tribo do Celly no litoral. Os habitantes de Quiçanje são bastante industriosos, e pela maior parte possuem armas de fogo; em lugar de machados usam podões, e na cintura duas facas. São bons caçadores, e entre eles abunda o gado, mas só por ocasiões de óbito(3) ou festas solenes, similares ao geral dos selvagens da tribo Ganguella e Quimbunda é que matarão uma cabeça de gado. Habitam pelas serras e cultivam na planície ao covato possuindo mandioca em abundância, duas qualidades de milho, graúdo e miúdo, dando-se a mesma circunstância com o feijão; acrescendo a *massa* ou *massamballa*[152], grão do tamanho do milho miúdo de Portugal e várias qualidades de legumes. Transportam criações, cereais e goma para o Egito, Catumbela e cidade a permutar por fazenda, contaria, pólvora, armas, sal e aguardente, e chegados que sejam na sua localidade, repermutam estes mesmos géneros e os locais com os viajantes por outros, em que o interesse, levando a mira, lhes deixe meio por meio de lucro.

Tinham o mau sestro de exigir no dia imediato ao da

(1) Fazendo uso do termo pernoitar, deve entender-se que não se fez quilombo. O viajante chegando já tarde no local, abriga-se na copa do frondoso plátano, e acalentado por grande fogueira, passa a noite regaladamente. Isto no verão, no inverno sempre se faz quilombo.

(2) *Hecocotto* no mesmo idioma.

(3) No idioma umbundo, *nambj*.

venda, criação, carne de caça ou mantimentos que os viajantes tivessem comprado. Se intacto, estes recebiam os seus géneros e devolviam os objectos comprados, mas se já lhes tivesse servido de alimento, tinham de pagar o cêntuplo do valor. Ultimamente já tinham adoptado a ideia de comer fora da terra o que nela tivessem comprado, a fim de evitar tamanho escândalo. Pôs-se-lhe cobro pela invasão do território, com a guerra do povo do Ambo, fazendo grande número de prisioneiros, sequestro de grande porção de gado, arrasando-lhes searas e incendiando povoações; isto há dois anos, e pode dizer-se que desde então ficaram completamente corrigidos. Porém [p. 36] devemos convir que a ambição da sua indústria e opulência contribuiu em grande parte para a catástrofe, e jamais as demasias apontadas. Os selvagens quando levam de tempo a tempo a devastação e o horror de seus excessos a terras longínquas como ao litoral e ao Humbe, como tivemos ocasião de dizer, não têm por objecto senão a riqueza desses mesmos pontos a que se dirigem, e repetimos que jamais as demasias dos seus habitantes. Diz-nos com quem lidais, dir-vos-emos quais são vossas manhas.

8 de Junho. Continuámos a viagem, e fomos jantar ao bosque da Lucinja[153]. Pela uma da tarde prosseguimos a marcha, e fomos pernoitar no bosque Porollo. Caminho plano em partes, escabroso em outras, abundante de arvoredo especial, abundante de Dambas, sinónimo de rios secos no verão, e que levam água na estação das grandes chuvas, isto é, rios periódicos. Terreno fértil, argiloso, de diversas configurações (*v*). De passagem enviámos o tributo assim denominado ao soba de Quiçanje, o que agradeceu. Nesta ocasião grande porção de mantimento se comprou no sítio Quicocurulla ou Quiçanje de Cima, ao povo do mesmo local que, aí postado aos magotes aguardava a chegada da caravana para vender.

9 de Junho. Continuámos a viagem, e fomos jantar aos matos da Suppa[154], ou margem direita do rio Catumbela.

Caminho escabroso até ao lugar da desembocadura onde limita o bosque de arvoredo especial, e na mesma, na distância de uma milha para o sul, encontrará o viajante a catadupa(1) ou queda de água do rio. Para aquém, uma légua distante, isto é para o norte, na encosta da serra [p. 37] com ingresso para os *macangos*(2), e onde se pode descansar a fim de tomar alguma refeição, para continuar viagem pela tarde adiante, marchando continuamente por esse mesmo lado marginal do rio que tem aproximadamente trinta braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção do sul para o norte, com a nascente na terra de Quicuma do domínio de Caconda, e vai desaguar no mar passando pela terra que dele tem o nome. Para aquém, repetimos, o terreno é fértil, plano de diversas configurações, matos de espinheiros de mediana corpulência e gigante nas vertentes do grande manancial, encontrando-se aqui e acolá como sentinelas destacadas, o grande embondeiro e, finalmente, pelo arvoredo, o musgo da tinturaria ou urzela(3)[155], como comercialmente denominam. Pela uma hora da tarde prosseguimos a marcha e fomos pernoitar na Damba do Bissongue. Caminho plano em partes, com subidas e descidas em outras, matos de espinheiro, sem água no seu trânsito, que se torna preciso conduzir; terreno fértil, de diferentes configurações, mas que se torna árido pela falta de chuvas regulares.

10 de Junho. Continuámos a viagem, e chegámos ao sítio da Catumbela[156] ou margem direita do rio do mesmo nome. Caminho plano em partes, com subidas e descidas em outras, matos de espinheiro e caçuneira, sem água no seu trânsito,

(1) No idioma umbundo *muppa*.

(2) No idioma umbundo, ou sinónimo de local árido.

(3) Idem, *gerembe* ou *omgerembe*.

terreno fértil e de diversas configurações. O povo desta localidade é oriundo da raça do Celly mesclada com a raça Mondombo[157].

A meio caminho existe o terceiro ponto culminante entre o Bié e a cidade de Benguela, serra Helungo ou Lungo lé Lungo. Postado o viajante no seu cume, daí avista a cidade, com os navios que na ocasião encontrar, o litoral do sul para norte, o pitoresco local da Catumbela, rematando pelo mar [p. 38] cercado pelo horizonte. De ordinário no nosso regresso do interior, saudamos com todas as veras da nossa alma tantas e tão grandes maravilhas que o Autor da natureza oferece à nossa contemplação; e, ao apartarmo-nos, ela se nos confrange, dirigindo-lhes o adeus da despedida; ocorrendo-nos então à memória se será o último da nossa vida...

Como dissemos, o local é pitoresco e nele espraia bastante o rio, povoado de ambos os lados marginais até às proximidades da praia por pequenas granjas dos moradores da cidade, bem assim de indígenas. As casas daqueles são feitas no mesmo estilo das do interior, isto é, de pau-a-pique, barradas por dentro e por fora, cobertas de colmo, e de dois compartimentos; e as destes similam as casas dos seus compatriotas. Abunda o gado vacum, ovelhum e cabrum; ave de pena, galinhas; cultivando mandioca em larga escala, grão e legumes. E similar aos habitantes de Quiçanje fazem duas sementeiras anuais.

Passámos o rio Catumbela a vau para a margem oposta. Prosseguimos a marcha, passámos as Dambas da Maria Cavaco e Curinge e chegámos à cidade de São Filipe de Benguela[158]. Caminho plano, matos de espinheiros, sem água no seu trânsito, terreno fértil, de diversas configurações. Ofereceu-se-nos ocasião de ver esta cidade e por esse motivo o aproveitamos.

Está assente numa planície e é de muito pequeno âmbito. As casas da parte chamada da cidade são térreas, notando-se três assobradadas; geralmente construídas de adobe feitas do

mesmo material, mas cobertas de colmo (*x*). Além destas propriedades de particulares temos a adicionar-lhes as casas da câmara, da alfândega, palácio do governo, [p. 39] fortaleza de São Filipe, três fortins em diversos pontos, a igreja matriz em cuja lápide colocada no frontespício, se lê a seguinte inscrição: Roque Vieira de Lima, Capitão de Infantaria e Governador de Benguela. Fez a igreja de Nossa Senhora do Poplo. No 1.º de Novembro de 1748. Com efeito tudo o que neste templo se vê e admira, é simples; mas que no entretanto devia custar somas fabulosas ao seu fundador, atendendo à falta de meios de transporte para a época e porque todo o material veio de fora para sua construção. É de pedra e cal, madeira do Brasil e de uma só nave, coro e duas torres, mas com sinos a que corresponde ao lado do evangelho. Nele se vê uma capela à entrada com a imagem do Senhor dos Passos: a meio do templo e na parede um quadro a óleo representando o nascimento de Jesus; um altar lateral e a casa do capítulo; e ao lado da epístola, outra capela à entrada servindo de baptistério; na parede um quadro também a óleo representando a circuncisão; um altar lateral e a sacristia. E aqui temos o templo que a piedade de um particular elevou a Deus e à admiração dos vindouros. A cavaleiro da cidade, da parte sul, local denominado Callundo, existem dois cemitérios cujo nome lhe vem da epígrafe do mesmo local: um para cristãos e outro para pagãos. Fora deste círculo para as montanhas, há simplesmente a notar pequenas povoações dos indígenas a curta distância umas das outras, pequenas granjas e matos de espinheiro e figueiras silvestres (*z*). Repetimos que é uma cidade de pequeno âmbito mas grande pelos recursos que lhe ministra o incessante tráfico dos pontos indicados do interior, como dissemos na introdução. As relações comerciais datam do século décimo sétimo, e interrompidas em virtude da invasão do Bié em 1823 pela guerra de Bailundo, como adiante diremos, e recomeçaram no ano de 1838 até o presente. Cera,

couros, enxadas, [p. 40] escravos, gado, goma copal, mantimentos, marfim, óleo de palma, urzela e outros géneros de pequena importância concorrem ao seu mercado; e dando em troca aguardente, armas, contaria, fazendas, pólvora e sal[159]: mas em lugar de avançarmos, retrogradamos! A falta de associações entre nós trazem isto após si, e poderá ser que daqui a dez anos a segunda capital de Angola seja apenas a sombra de si mesma[160].

VARIANTES DO MANUSCRITO DA S.G.L.
VIAGENS E APONTAMENTOS(...)
Res. 146-C-6, vol 1.º, numeração a lápis

a) «As primeiras letras que cursei, e uma pequena prática do mundo foram os motivos que originaram o eu lançar mão da pena nas minhas horas de descanso descrevendo os costumes e usos gentílicos. Se bem acolhido, restar-me-à o prazer de haver empreendido tal tarefa; de contrário pedirei vénia, à vista dos meus fracos conhecimentos de literatura»[161] p. 5.

b) «Quilombo significa arraial, sendo pois a denominação de quilombo adoptada geralmente, a mesma seguirei por ser mais adequada aos caminhantes e não arraial» p. 9.

c) «(...) léguas andadas 2, rumo Oeste. Noto que não mencionarei as léguas, pelo julgar supérfluo podendo andar-se diariamente cinco léguas de marcha, uns dias pelos outros. Menos o rumo, porquantó, caminha-se sempre de frente para o ocidente se bem que há dias que, em consequência das tortuosidades do caminho e curso dos rios, se segue mais para o norte ou sul, não obstante, o rumo geral é o que tenho notado» p. 9.

d) «(...) enxadas as quais são ovadas e têm cinco polegadas de comprido exceptuando o espigão que encaixa em um

pau em forma de tesoura, sendo com este instrumento agrícola que o gentio em geral faz a cultivação» p. 9.

e) «Os matos pelo geral são de madeira de pouca duração; no quinto ano do seu emprego já se acha arruinada. Por estas paragens e seus contornos são matos de madeira de lei[162], de cuja os negros não lançam mão por duas circunstâncias e vem a ser: primeiro, não se atrevem a fazer muro com ela, pois que em chegando ao conhecimento do soba, é tratado de rebelde, o dono do sítio, e como tal esperado para a primeira ocasião; a segunda, porque demanda bons machados, coisa que os negros não possuem. Segue-se pois que quem faz uso da mesma madeira são os brancos existentes no país, já para construções de casas já para construções de muro (. . .)» p. 9.

f) «Algum arvoredo frutífero há no país propagado pelos primeiros brancos que o habitaram, são os seguintes: bananeiras, cidreiras, figueiras, goiabeiras, laranjeiras, limoeiros, romanseiras e pereiras, o que pela mudança de uns e pela morte de outros tudo tem diminuído em consequência da relaxação desmedida dos filhos mesmos que ficaram no país que só se entregam a uma desregrada libertinagem, bem assim o gentio em geral, pois que tanto escrúpulo faz um negro em cortar uma árvore agreste, como uma frutífera, onde não chega para lhe colher os frutos e por este princípio nada se pode relatar de antiguidade entre esta raça de nova espécie»[163] p. 10.

g) «Noto que nos lugares de rios onde me expressar em braças é um cálculo aproximado que faço; e naquelas paragens por onde transitar e cujo arvoredo for de madeira de lei como tal será especificado, devendo ser considerado de madeira de pouca duração aquelas paragens onde só disser matos fixados» p. 11.

h) «Neste estilo não é adoptado por mim, mas sempre seguido pelos primeiros brancos que habitaram a terra do Bié; não me cumpre pois censurar o bom ou mau costume seguido,

só direi que, em consequência da péssima índole dos negros em geral se tornam necessárias estas precauções pois que a não serem elas, só reinaria o gérmen da discórdia entre uma comitiva, como se têm dado exemplos, pois que a propensão dos negros para a maldade não conhece termos limites»[164] p. 11.

i) «Noto que em geral as pontes em todos os rios por estas paragens, são feitas nos meses de Outubro e Novembro, tempo em que os mesmos principiam a encher; exceptuando este tempo a construção de pontes se torna impossível em consequência das chuvas continuadas e das grandes enchentes dos rios»[165] p. 12.

j) «Macotas significa conselheiros; são todos os pretos de avançada idade os quais ocupam o primeiro lugar junto do soba bem como, são os que resolvem todas as questões do povo da terra o dos denominados sargentos»[166] p. 13.

k) «(...) casas onde anualmente quatro ou cinco vezes é cozinhado um boi, cujo é estrangulado à gula do povo da terra com grande abundância de capata; (capata é uma bebida feita de milho grelado embriagando como qualquer bebida de espírito)» p. 13.

l) «(...) (Não se me deve estranhar o eu notar esta adição porquanto se o faço, é em consequência de ser um fenómeno o encontrar-se um preto por estas paragens que possua uma camisa)» p. 14.

m) «Esteve duas horas a conversar comigo e com os meus companheiros de viagem, relativamente à sua vida passada e presente, o que não era desagradável, pois que nas suas maneiras mostrava um carácter pronunciado» p. 14.

n) «Pertence a este soba por sucessão entrar no estado da terra do Bailundo, aonde lhe presta obediência o povo de ambas as terras; vivem em comum, já pelos vínculos que os unem, já como terra tributária; são ferozes para a guerra e em geral muito propensos para bandidos; pelo geral são um pouco intratáveis, a que se deve atribuir a falta de concorrência de

brancos no seu país, pois que por estes dois motivos proveio a origem dos mesmos se retirarem. E segundo as informações, dez anos ainda não são decorridos que ambas as terras eram habitadas de brancos» p. 15.

o) «Mas não há exemplo de que soba algum do Bailundo, depois de haver caído em desgraça, que vem a ser o mesmo que incorrer no desagrado da canalha, queira nunca sobreviver a ela; ainda no poder, suicida-se, sendo glória para ele uma morte monstruosa, aplaudida em geral pelo povo, e para este e para o imbecil do soba, preferível ao exílio, embora honroso, sendo isto dado pelo seu poder colossal; lançando pois fogo à casa da pólvora[167], ou degolando-se, ou então dispara uma arma no crâneo, para pôr os miolos ao fresco; eis o suicídio geralmente adoptado e para eles preferível à mendicidade» p. 15-16.

p) «São tão descarados que acompanham as comitivas para de noite, no caso de haver ocasião, entrarem no quilombo para roubar o que de dia marcaram. Em marcha a comitiva segue pelo caminho e pelos lados do mesmo como em alas (por estas paragens não há estradas, um simples caminho em cujo segue a gente a um de fundo, faz as vezes das mesmas; para se não tornarem as marchas demoradas à comitiva divide-se o povo da mesma em divisões de um de fundo, seguindo a principal pelo caminho, e as mais dos lados laterais se o caminho permite; pois que há paragens, onde se tornam impossíveis semelhantes marchas, já pela grande abundância de capim e matos fixados, ou em contrário lugares de serras por onde entre elas, se tem de andar) de maneira que todo o povo se vê e marcha em comum; eles pelas veredas e de emboscada e sempre vendo o geral e sem que pessoa alguma os possa ver; um carregador que fique para último, ou mesmo um doente que não possa acompanhar a comitiva, quando se dá pela falta, e se volta em sua procura não se encontra jamais» p. 16-17.

q) «(Mongoias é a denominação de um povo ao norte do Bié, sendo o rio designado do mesmo nome para ser distinguido do rio Cutato dos Quimbundos)» p. 18.

r) «Nesta terra há grande abundância de minerais, de entre os quais existe o ouro, pois que já vi um crucifixo deste metal em mão dum filho do país, que foi extraído destas paragens pelo pai que era mineiro. Todas as libatas por estas regiões são construídas em cima de serras e destas escolhidas as mais íngremes, isto pela circunstância das guerras de Bailundo, que não obstante a mesma construção, sempre são visitadas de tempos a tempos, pelo leão poderoso senhor dos Quimbundos (semelhante à dominadora do mundo, a nação de Bailundo na África Ocidental, segue o estilo da nação inglesa[168]) sendo por este princípio considerados inimigos inteiramente do geral do gentio. Mas não obstante a rivalidade que existe entre os mesmos povos, o poder colossal do Bailundo, constrange-os sempre a prestar-lhe homenagem, não sendo isento da mesma o soba do Ambo, de quem o soba actual desta terra é irmão, o qual mandei visitar, vindo em seguida em companhia dos meus portadores até ao quilombo fazendo-me presente de uma cabeça de gado e algumas quindas com fuba cujo presente retribuí com algumas enxadas» p. 19.

s) «Todas as libatas grandes por estas terras são denominadas pelo gentio *balla*, em língua corrente significa libata grande, é a residência permanente de todos os sobas, ou chefes de qualquer sítio (as mais libatas que lhe são sujeitas são denominadas *bicanjos*) podem-se dizer desertas, a não ser o soba e o seu grande número de mulheres, bem como alguns macotas, que de ordinário as habitam (. . .). De manhã saiem das suas povoações todos os titulares da terra; (é um enxame de abelhas) e dirigem-se para a libata grande, onde existem até ao pôr do Sol, hora a que tornam a recolher para as libatas. Vão para a libata grande para decidir contendas e também para receber presentes, que desde o nascer até ao pôr

do Sol sem interrupção entram para o soba e que sem demora alguma são distribuídos pelo geral» p. 20-21.

t) «(...) No cimo das mais altas serras, existem as libatas grandes de Quipeio, Quirono, Candalla (os sobas destas últimas terras prestam obediência ao soba da primeira terra, sendo esta tributária de Bailundo e Ambo)» p. 24.

u) «Por estas paragens em geral há grande abundância de goma copal, que os negros do país costumam transportar para a cidade, terras da Anha e Egito. Os habitantes da terra de Quiçanje, são da raça Mondombe, e em geral diferem dos Quimbundos nos usos e costumes» p. 28.

v) «Também há grande abundância de goma copal por estas paragens. Em consequência da falta de água que há pelas mesmas, as marchas geralmente tornam-se forçadas, para se não perecer os rigores do sol e da sede, muito principalmente nesta estação do Verão, que se torna necessário carregar tão precioso elemento» p. 29.

x) «As casas da parte chamada da cidade, são térreas em geral, construídas de tijolo e cobertas de telha, as casas da parte chamada sanzala também são construídas de tijolo e cobertas de capim» p. 31.

z) «(...) é para ser notado que na vizinhança de uma cidade e por um caminho constantemente transitável, o governo ou a câmara não tenham em vista mandar abrir uma estrada para a Catumbela» p. 31.

[p. 41] CAPÍTULO 2.º (*a*)

Viagem para Benguela a partir do Bié pela terra de Gallangue em 7 de Março de 1847. Largo da Anunciada. Armas ofensivas dos Bienos. Umbalahuma, o que é. Tecidos de panos de algodão. Cachoeira do Cuquema. Limite do domínio do Bié. Borrasca. Princípio do domínio da tribo Gongello. Partida para a libata grande de Caquingue. Sua descrição. Guerras em movimento. O soba Quibaba. A raça Ganguella, tribo Gongello. Sua indústria. Similar ao povo Bieno. Entre a cruz e a água benta. Prossegue a viagem. Libata grande da tribo Gongello. Por ocasião de sacrifícios. Incidente passageiro. Realizado, suas consequências. Entrevista. Partida dos embaixadores. O Eldorado da tribo Quimbunda. *Mandé*, o que é. Francisco da Silva Silveira. A caçada. Chegada dos embaixadores. O sítio de Cassoco. Despedida. Nascente do rio Cunene. Entre dois rios. Borrasca. *Chiubira*, o que é. Vigias. Chuva torrencial. Exame. Regresso. Estaleiro improvisado. Canoa ou ponte? Descrição das canoas. Primeira catástrofe. Segunda catástrofe. Prejuízos de índole. Passámos finalmente o rio Canhungamua. Nas vertentes do Callai. O hipopótamo. Estaleiro improvisado pela segunda vez. Passagem do Callai. Índole dos indígenas. No sítio Collococa. Enviatura. Ocorrência. Socorro. O teu segredo é teu escravo. Chegada dos mensageiros. Mensagem. Impedimento ocasional. Abundância. Ponte no rio Cuando. Hipocrisia bárbara. Curandeiro. Rigor da chuva. Apresentação. Descrição

do presídio de Caconda. Idem do país e dos seus habitantes. Ponte no rio Cuando. Colonhuíma. Ponte no rio Cubár. Primeiro ponto culminante. As duas Anhas. Epígrafe adequada. Trabalho inútil. Terceira borrasca. A Damba do Solo. A babosa. Utilidade do embondeiro. [p. 42] As árvores da loxa. O alto das Bimbas ou segundo ponto culminante. Chegada.

7 de Março de 1847 (*b*). Alevantámos do nosso sítio, e chegámos ao Largo da Anunciada, sítio pertencente a Guilherme José Gonçalves[169]. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Fizemos a nossa entrada na povoação a um tempo, nós em viagem para a cidade, e o nosso amigo procedente da mesma. Como de ordinário seja um dia de grande azáfama aquele, em que o sertanejo dá entrada no seu domicílio, em virtude de ter que fazer pagamentos a carregadores, e diversos arranjos caseiros, não obstante isto sempre o desfrutamos, e parte da noite relativamente a negócios particulares e públicos[170]; dizendo estes respeito à guerra dos selvagens de uns para outros pontos, e do que já tínhamos conhecimento; visto que saindo de nossa casa sem rumo fixo, levávamos em vista tomá-lo chegados que fôssemos a algum ponto, sendo aqui que concordamos naquele cuja epígrafe deixamos apontada. Em antes, porém, de continuarmos, permita-nos o leitor que o ponhamos ao facto de quais são em viagem as armas ofensivas dos Bienos, e em geral da tribo Quimbunda[171]. São as de fogo(1), arcos(2) e frechas, azagaia(3), machados de serviço(4), machados de enfeite(5), duas cacheiras(6), e final-

(1) No idioma umbundo, *utta*, ou *onje e utta*[172].
(2) Idem, *utta e ohxeanéco* ou *onje e ohxeanéco*[173].
(3) Idem, *ongeria*[174].
(4) Idem, *diabite*[175].
(5) Idem, *mottaca*[176].
(6) Idem, *unha* ou *oh-unha*[177].

mente uma ou duas facas(1), sempre muito bem afiadas, e assim as mais armas brancas.

[p. 43] As primeiras encostadas a qualquer árvore ou arbusto, no local onde pretendem fazer as barracas, ou então, para ostentação do chefe a quem pertencem os do rancho. Chegada a caravana ao sítio do quilombo, cortam duas forquilhas e um pau comprido proporcional àquelas que espetam no solo e este atravessado, em cujo são depositadas, e do qual num abrir e fechar de olhos desaparecem para socorro urgente. Os mais objectos descritos, bem assim a patrona[178], são conservados na cintura, de onde são tirados e postos próximo às armas, na impossibilidade de trabalhar com eles; mas a não ser isto, daí não saem até que definitivamente hajam concluído todo o trabalho, que por via de regra é das quatro às seis horas da tarde, para dar lugar ao descanso e refeição; passando então para o seu final lugar da cabeceira da cama, onde de ordinário se acham à mão. Em caso de desordem o que é muito frequente, por causa de qualquer peça de caça acossada, e agarrada pelos diversos indivíduos dos ranchos, no mesmo caso por qualquer feixe de colmo de folhas, ou finalmente um insignificante pau de barraca, o primeiro objecto a empunhar, e por consequência a brilhar no ar, é a cacheira, arma terrível nas mãos dos indígenas; e as mais das vezes depois inutilizada, porque arremeçada não volta; aqueles casos de dar lugar a lançar mão das armas, são raros, mas chegado a tal extremo as consequências são igualmente terríveis; porque a fuga com o que a cobiça mais de pronto depara aos olhos, torna-se o salvatério não só dos Biénos como em geral dos selvagens.

Vamos tornar conhecido um indivíduo do reino vegetal, a *umbalahuma*[179], planta aquática de quatro a seis palmos de comprimento, e uma meia polegada de largura, da presente

(1) Idem, *moco*[180].

estação invernosa, e com propriedade elástica. Encontra-se pelas margens dos rios e lugares húmidos de alguns descampados. O método empregado para a extracção do fio consiste no partir a erva flexível a toda a prova, sobre o joelho, onde vão acumulando [p. 44] os filamentos, e de onde saem a fim de serem envolvidos num pauzinho curto, espécie de roca, para o processo de fiação, e daí para o tear, fabricando de cada vez um pano, não excedendo dez palmos de comprimento por dois de largura, e cosidos em dois. Este tecido de longa duração, sem outro processo além daquele que fica notado, e que não demanda outra cultura além daquela ministrada pela natureza; por este simples motivo se torna antipático ao belo sexo, que não fará uso dele se o humor da ocasião lhe for oposto. O possuidor (intencional) pô-lo-á em casa como que esquecido sobre qualquer móvel, a dona, vendo-o dirá: — Ai! que lindo pano que eu achei . . . À excepção disto será crime o oferecê-lo.

Os tecidos de pano de algodão comuns entre a tribo Quimbunda e mais ainda entre a tribo Ganguella, pela variedade da ramagem e tintas que lhes aplicam, não diferem em coisa alguma deste mesmo processo, contudo, só pessoas adultas fazem uso deles, o geral com menos trabalho faz uso para todas as necessidades da vida das fazendas importadas do litoral, de menos duração, é certo, mas de diversas qualidades. De 1830 a 1833 estavam em voga ambos os tecidos, as *quinhangas*, e as peles de animais domésticos e silvestres, pela falta absoluta no país de fazendas da mesma procedência, em virtude da retirada dos sertanejos europeus; e neste sentido a igualdade era comum a Bienos e Ganguellas.

8 de Março. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuquema em ponte sobre a cachoeira de oito braças de largo. Prosseguimos a marcha, e em virtude da chuva fomos fazer quilombo a alguma distância da sua margem direita. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de

riachos, terreno fértil, argiloso, de substância [p. 45] preta e encarnada.

9 de Março. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo no sítio Muenecária[181], limite do domínio do Bié. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Acometidos de forte borrasca por espaço de duas horas, e depois por contínua chuva, tivemos o quilombo incompleto, por cujo motivo dobrámos sentinelas além do usual, a fim de evitar qualquer incidente da parte dos malfeitores que, embora do mesmo país, e afrontando os elementos, não perdem ensejo de sacrificar seus irmãos, contanto que daí lhes resulte proveito. (*c*)

10 de Março. Passámos o dia no local para que o povo da caravana recuperasse forças pelo cansaço originado pela borrasca de ontem. Enviámos igualmente o tributo de passagem ao soba do local, o que agradeceu e, realizada a junção de outras caravanas de diversos pontos da terra, de noite fizemos audiência, sobre a boa ordem a seguir em marcha, terminada a qual ordenámos bando para conhecimento de todos, e seguir-se viagem no dia seguinte.

11 de Março. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo no sítio Cangombe, princípio do domínio da raça Ganguella. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso de substância preta e encarnada. Enviámos o tributo de passagem ao soba do local, o que agradeceu. (*d*)

12 de Março. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo próximo à libata grande de Caquingue[182]. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Partimos para a povoação depois de concluído o trabalho do quilombo, conduzindo o tributo de passagem para o soba, que, recebendo-nos com toda a urbanidade cavalheiresca, nos

disse [p. 46] que, respeitador submisso das determinações dos brancos, porque tinha estado ao seu serviço, que só no dia seguinte nos recebia em audiência. Retorquimos que apresentando-nos com o presente que lhe era destinado, houvesse por bem recebê-lo, ao que anuiu, fazendo-se-lhe patente o de que constava, e acto contínuo mandando-o arrecadar; retirando-nos então, e passando em revista a povoação fortificada à maneira de *quimbaca*. Tem jus ao nome pela sua grandeza, isto é, ser bastante grande e guarnecida de povo, tendo somente dois muros: o primeiro ou exterior, de pau-ferro a pique, e de meia parede de barro; e o segundo que constitui a residência, simplesmente construído da mesma madeira. As casas são construídas pelo estilo quimbundo, e em geral espaçosas; admirando-se no centro um riacho que divide a povoação em duas, e do uso quotidiano dos seus habitantes[183].

13 de Março. Prontos pela segunda vez para partirmos para a libata grande, recebemos do soba um boi, um cevado e quindas de farinha de milho; mandámos tomar entrega dos citados objectos, e para ali dirigimos os passos; passando primeiramente a agradecer o presente recebido, e passando a expor os motivos da nossa visita, que se cifravam em obter esclarecimentos sobre as guerras(1) de que havia notícia, a fim de não cairmos em alguma cilada da parte dessa gente, ávida sempre do bem alheio. Respondeu que (*e*) a guerra de Bailundo estava acampada nas imediações do rio Cutato dos Mongoias. A guerra do Ambo estava acampada na cabeceira do rio Canhungamua[184]. E, finalmente, a guerra de Gallangue pronta para partir para o Humbe, e convocado ele para o efeito pelo respectivo soba, cujos emissários ainda se achavam na povoação, podendo por esse [p. 47] motivo servir-nos de guias até à citada terra. Agradecemos os esclarecimentos e

(1) O ano de 1847 nesta parte do continente africano foi de contínuo movimento de guerras.

aceitámos o oferecimento dos guias, após o que nos retirámos ao quilombo.

O soba Quibaba, homem sexagenário, estatura regular e bastante reforçado de corpo, trajava simplesmente panos de zuarte, camisa branca e embrulhado num cobertor, desta maneira o encontrámos ontem e hoje, porém, possui ricos trastes para o país: ricos fardamentos, que de ordinário manda vir de Benguela pelas suas caravanas. A raça Ganguella tribo Gongello[185] do seu domínio, habita a terra que demora a sudoeste do Bié, e se pode reputar de segunda ordem; a sua indústria limita-se ao fabrico de enxadas e similar ao povo Bieno, é cosmopolita. Nas viagens para a cidade nada sofrem nos seus haveres, mas no regresso para os seus penates, marcham continuamente entre a cruz e água benta: a cobiça dos selvagens a oeste do Bié atenta mais para os géneros que saem da cidade, que para aqueles que para ali seguem, porque os primeiros chegam para todos, e os segundos torna-se difícil o dividendo de um escravo, dente de marfim ou pão de cera; similar às águas do oceano que, correm bem para baixo e com dificuldade para cima. Agora, o inverso disto acontece a leste para o interior, onde para ali seguem as caravanas às mil maravilhas, e regressam entre a cruz e água benta: sendo de notar que esta anomalia se verifica em relação aos sertanejos europeus, e se não passam por tantos vexames, devem-no ao número de que são acompanhados ordinariamente. Abunda o gado bovino entre ela, as criações miúdas, como sejam carneiros, cabras e porcos. Aves de pena, possuem galinhas e pombos, sendo isto proveniente dessa mesma indústria de que acima falámos.

Para a época em que nos achamos devemos dizer que antes de 1862 concorriam anualmente a esta terra manadas excelentes de gado procedente do Humbe[186], que os Mohumbes[187] permutavam por escravos, [p. 48] enxadas, fazendas e missangas; acudindo para este efeito o povo da circunvizinhança,

Bié e outros pontos, ficando interrompida tal concorrência em virtude da epizootia que, no citado ano, se manifestou na dita terra do Humbe; e por todas estas partes onde dizimou milhares de cabeças de gado. Esta moléstia, bem assim a epidemia da bexiga em 1864, não transpuseram os limites dos rios Cuquema e Cuanza para leste, mas neste mesmo ano, penetrando à porfia no país do Lui, aí fizeram terríveis estragos[188].

> Vejam agora os sábios da escritura
> Que segredos são estes da natura
>
> *Camões*

Em 1868 levam os Mohumbes pela segunda vez princípio de afluir ao mercado, depois de um tão longo período de interrupção. Porém o mal não existe de todo extinto, porque se manifesta ainda pelo gado bovino; acrescendo criações miúdas inclusive a raça canina; sendo certo que mais moderada, no entretanto, assim mesmo repetem-se os casos umas vezes por outras, ficando sempre incólumes na catástrofe os Ganguellas dalém-Cuquema e Cuanza.

14 de Março. Em antes de alevantarmos chegaram os emissários do soba de Gallangue em comissão do soba Quibaba, e por este enviados a fim de servirem de guias à caravana até à citada terra. Por este motivo, pois, com tudo prestes, continuámos a viagem, passámos o rio Cuxi em ponte, de sete braças de largo (já conhecido), prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Quipembe, domínio de Cauhende corte ou libata grande da tribo Gongello, a cujo soba enviámos o tributo de passagem que agradeceu.

Efectivamente é aí assento ou povoação chefe da tribo Gongello que, como dissemos, é terra de segunda ordem: no entretanto, a raça Ganguella tem mais de republicana [p. 49] que monárquica[189], e por este princípio, o soba de Caquingue pelos seus haveres tem atraído a si a maior parte do povo do

país, declarando-se independente. Porém em ocasiões de festas solenes, como seja usual entre semelhante raça os sacrifícios humanos, têm eles lugar em Cauhende e não em Caquingue, reunindo-se então os vizinhos dissidentes, volvendo às suas localidades logo que tenha terminado a cerimónia.

15 de Março. Continuámos a viagem e chegámos na margem esquerda do rio Cutato dos Quimbundos; no entrementes da passagem da caravana, ainda com grande parte do povo na margem daquém, arrebentou a ponte por causa do peso da gente e da grande corrente da água; felizmente que tal incidente não foi seguido de desgraça alguma, porque neste caso teríamos de ficar estacionários no local quatro ou cinco dias em fúteis curativos que a crença dos Ganguellas exige, e que de ordinário terminam com o acesso do curandeiro e a mulher da vítima, sendo ela do sexo masculino; e sendo a vítima do sexo feminino, os parentes ou a quem ela pertencer, têm forçosamente de procurar pessoa do sexo contrário para o efeito, isto além das multas correspondentes ao denominado crime. Entre a raça Quimbunda seguem igual prática em relação a curativos, menos em ajuntamento carnal. Arrebentando a ponte, como acabámos de dizer, mandámos em transporte de madeira, entrecasca das árvores e cordas, a fim de reparar o dano, e concluído o trabalho prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Quibango ou margem esquerda do rio Cubango, limite do domínio da tribo Gongello. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie em partes, despovoado do mesmo objecto em outras, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

16 de Março. Continuámos a viagem e chegámos à passagem, pago o frete da ponte aos pretos do local que aí se achavam postados para o indicado efeito, passámos o [p. 50] rio Cubango de doze braças de largo, leito de argila e pedra, direcção de noroeste para sueste, com a nascente na Enhana Ambamba[190] local denominado Quillabe, e vai desaguar no

mar para o nascente. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio de Francisco da Silva Silveira. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Depois de se transpor o rio Cubango para oeste, tem princípio o domínio da terra de Gallangue[191], cujos habitantes similar ao povo Bieno são oriundos das raças Mohumbe, Quimbunda e Quimbangalla *(f)*. São agricultores industriosos e comerciantes[192], possuem as mesmas criações acabadas de mencionar e não lhe arrogamos injúria dizendo que são bandoleiros, seguindo essa vida errante como outra qualquer profissão. Sendo o país habitado de antiga data por portugueses, americanos e europeus[193] que nele deixaram numerosa prole, esta pela falta total de educação tem degenerado ao ponto de seguir os mesmos hábitos dos selvagens. É terra de primeira ordem, e por ocasião da aclamação dos seus chefes dirigem-se à terra do Songo em transporte da *memba*[194], para o citado efeito. Ficámos de despachar amanhã o tributo.

17 de Março. Fomos cumprimentar o chefe do local, que nos recebeu com toda a urbanidade, e a quem passámos a expor a entrevista que tivemos com o soba Quibaba sobre a quadra do ano em relação a guerras; concordou em juntar duas pessoas suas, àquelas de que já falámos no dia 14, a fim de seguirem para o arraial da guerra com o tributo de passagem, e após o que nos retirámos ao quilombo (*g*).

Possui uma povoação bastante grande, e com dois muros de pau-a-pique, madeira de certa duração: o exterior ou da sanzala, e o interior da sua residência com mais duas povoações na vizinhança que lhe são sujeitas. É filho de Manuel de Jesus da Silva Silveira, rico sertanejo [p. 51] natural do país, e que o abandonou em virtude dos vexames que se davam, para fixar domicílio na terra do Bié. No entretanto cá e lá más fadas há, abandonou esta pelos mesmos motivos, deixando ficar alguns filhos estabelecidos, volvendo ao torrão natal, a

fim de com maior segurança ter livre o caminho do interior, ao passo que aqui tinha o usufruto do da cidade. Cálculo na verdade de gigante, porque as caravanas partiam de ambos os pontos, e recolhiam sem o menor incidente. Mas o homem põe e Deus dispõe; vindo a morte pôr termo aos seus planos no ano de 1845, em que tivemos conhecimento com a sua pessoa.

Partiram os embaixadores de que ontem falámos após a nossa chegada no quilombo, para o soba Dumba[195] que, como dissemos, existe acampado fora da povoação e pronto a partir para o Humbe, o Eldorado da tribo Quimbunda, quando bem sucedida nas suas excursões à citada terra, que abunda em gado e em marfim; e por este motivo é país de grande concorrência[196]. Porém à falta da mesma, os seus habitantes, similar ao povo Bieno um tanto cosmopolita, percorrem o interior em diversos pontos para a sua permutação por géneros da sua escolha, como sejam: escravos, fazendas, contaria, enxadas, machados e *mandés*(1)[197]; sendo esta riqueza que origina uns anos por outros a invasão do seu país.

18 de Março. Fomos presenteados pelo nosso hóspede com um grande boi castrado e quindas de farinha de milho, honrando-nos por essa ocasião com a sua visita, e passando grande parte do dia entre nós, recolhendo pela tarde à sua povoação. De noite mandámos deitar bando para uma [p. 52] caçada no dia seguinte; e por indicação do nosso hóspede ficámos de mandar amanhã o tributo de passagem ao soba de Callembe, cuja libata grande demora a duas horas de marcha do local.

(1) Assim denominado no idioma umbundo; e no idioma ganguela *pánde*: o marisco de grande apreço entre os selvagens, proveniente do oceano, e exportado do Oriente, de configuração redonda, e que não excede a palma da mão, relativamente à sua parte inferior, ou baixa que vem a ser o *mandé* propriamente dito; agora a superior, ou alta, similar a busina não tem valor algum.

19 de Março. Pelas duas horas da tarde recolheu o povo da caçada com porção de veados e lebres, e inumerável quantidade de ratos, visto ser da ordem em tais ocasiões a ocupação dos pequenos com enxadas cavando estes animalejos pelas margens dos rios onde abundam, enquanto que as pessoas adultas se ocupam da caça graúda. Acrescente-se que foi dia de *rendez-vous* para a turba. Chegaram os nossos emissários ao soba de Callembe com os agradecimentos da sua parte em atenção à nossa lembrança pela enviatura do presente tributo de passagem.

20 de Março. Chegaram os embaixadores do arraial da guerra com os emboras do soba Dumba pelo presente que lhe enviámos; acrescentando quatro sargentos seus aos dois procedentes do soba Quibaba, para nos servirem de guias até à fronteira das terras, a fim de obstar a qualquer incidente por ocasião de encontro com alguma manga de gente em jornada para o acampamento. Como tínhamos entrado na *Lunga*(1)[198], forçoso nos foi enviar segundo presente aos quiçongos da guerra, pelos seus emissários, a título de ficarmos livres de prejuízo notável. De noite mandámos deitar bando para se prosseguir viagem no dia seguinte, havendo previamente feito as nossas despedidas ao chefe do local que cavalheirescamente nos tratou.

21 de Março. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo no sítio Cassoco: caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso de substância preta e encarnada. Não será fora de propósito dar conta ao leitor do acontecimento por que passámos neste mesmo local, [p. 53] faz hoje dois anos e nove dias, arquivado no nosso memorial[199] «12 de Março de 1845». Chegada a caravana na terra de Gallangue procedente de Benguela, notícias

(1) Adiante encontrará o leitor a definição.

antecipadas no seu trânsito do sítio Cassenhe para o de Cassoco[200], fizeram conhecer ao seu chefe António Luís de Sousa e Castro[201] que o povo deste último sítio estava convocado, e unido no mato a meio caminho para a sequestrar. Neste entrementes fez-se alto, municiou-se o povo da mesma e, concluídos estes preliminares, deu o chefe ordem para alevantar. Prosseguimos a marcha, e no primeiro riacho que dava princípio ao mato acampou-se na margem daquém; tendo lugar acto contínuo a arrumação de cargas, em cujo intróito e sendo dez horas da manhã, os agressores em número superior, correndo e saltando como gamos pela encosta do mato para o rio, transpor este, chegar dez passos distante do nosso local, apontar e disparar, tudo foi obra de um momento. A este rompimento responde-se em regra com outra descarga, e depois de aturado fogo por espaço de seis horas, isto é às quatro da tarde, nossos inimigos retiravam vergonhosamente para as povoações, deixando no solo dez mortos, exceptuando grande número de feridos, da nossa parte cinco destes, e isto pela estupidez da gente local, dando fogo na retaguarda de seus companheiros da frente.

O povo da caravana foi recompensado condignamente pelo chefe e mais pessoas gradas de que se acompanhava, bem assim dois filhos do país que deram a participação sobre o sequestro que nos pretendiam fazer por motivos que lhe não diziam respeito, e os quais nos assistiram até ao total desenlace do drama. E, coisa singular ao dia imediato da vitória, na nossa passagem pelas povoações não apareceu viva alma, reinando um silêncio pelas imediações similar ao «silêncio dos sepulcros». Hoje que tem decorrido o espaço que acabámos de notar, os nossos guias nos advertiram de tal feito, dizendo que o soba de Cassoco veio a carregar com as suas consequências.

[p. 54] 22 de Março. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo no sítio Cassenhe, ou margem esquerda do rio

Cunene, limite do domínio da terra de Gallangue. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso de substância preta e encarnada. Chegados ao termo marcado pelo soba Dumba em relação aos enviados que nos serviram de guias, aqui os gratificámos de modo satisfatório a fim de regressarem ao acampamento da guerra. Mimoseados a meio caminho por copiosa chuva, em continuação pelo resto do dia e por toda a noite, deu ela causa a que ficássemos com o quilombo incompleto e mortificada a maior parte da gente exposta aos seus rigores. Nestas ocasiões não há pai por filho, nem filho por pai, e felizes aqueles que conseguiram o acabamento de um ou duas barracas porque nelas se aglomera o rancho da mesma família, enquanto que os estranhos na impossibilidade de tais meios porque chegaram mais tarde no local, ou porque lhes foi necessário voltar à retaguarda em busca de qualquer parente transviado, ou finalmente por mais demorados na condução dos objectos para a sua feitura, de ordinário ficam desabrigados, aquecendo-se ao fogo, único resguardo da intempérie do tempo.

23 de Março. Continuámos a viagem, e chegámos à margem esquerda do rio Cunene (*h*). Pago o frete da ponte aos donos da passagem que aí se achavam postados, não obstante a chuva miúda que incomodava, passámos este rio para a margem direita, de doze braças de largo, leito argiloso, de pedra e areia, direcção de nordeste para o sul, com a nascente na Enhana Ambamba, local denominado Quépama, e vai desaguar no mar ao sul do Cabo Negro[202]. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, na margem esquerda do rio Canhungamua. Caminho plano, abundante de arvoredo de [p. 55] toda a espécie em partes, despovoado do mesmo efeito em outras, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Acometidos de forte borrasca a meio caminho, os elementos pareciam desencadeados contra nós, expostos no momento em meio de grande

descampado, no qual a curtas distâncias se destacavam pequenos arbustos a cujos se acolhiam algumas pessoas, com o intuito de se resguardarem da tempestade, similar a massas informes como de rochedos espalhados aqui e ali, numa grande planície.

Eram dez horas da manhã. O vento soprava rijo; a chuva caía a jorros; a detonação dos trovões contínua; e, finalmente, o dia havia-se convertido em noite, achando-se da maneira que acabamos de dizer, dispersa a gente da caravana. Rogos, ameaças, foram baldados, para a fazer sair de tal posição, tomando por consequência a resolução de seguir caminho do quilombo, onde chegámos ao cabo de duas horas, tempo em que serenou a tormenta, para dar lugar a uma chuva miúda, e importuna, em continuação por todo o dia e noite. O nosso primeiro cuidado foi tratar de arranjar grande fogueira à qual se iam aquentando todos aqueles que principiaram de dar entrada das duas horas em adiante, e que em virtude do cansaço, nem se importavam com barracas. O fogo, como sempre, foi a sua única cobertura pelo resto do dia, e por toda a noite[203]; as panelas de *chiubira*(1)[204] a que juntavam a raíz do *bunde*, se sucediam alternadamente no fogo, única refeição do povo da caravana neste dia tormentoso.

Não confiando a sua segurança a pessoas que mais necessitavam de descanso, quando ele fosse possível numa tal conjuntura, que de velar pelos interesses próprios e alheios, em virtude de ser conforme dissemos, na cabeceira deste rio que se achava acampada a guerra [p. 56] do Ambo, tomámos esta tarefa sobre nós, distribuindo-a igualmente pelas pessoas principais, passando o tempo com o grito monótono de «alerta», similar aos acampamentos guerreiros.

24 de Março. O dia amanheceu cerrado e de chuva

(1) Termo empregado no idioma umbundo para designar a canja preparada de farinha de milho.

torrencial(1), dando motivo a que nos conservássemos numa perfeita inacção até às onze horas, em que serenou, para dar lugar a que todos se entregassem a seus afazeres. Acto contínuo nos dirigimos para o rio a fim de examinarmos o local da ponte, mas, trabalho inútil, o rio tinha-se tornado em lago que não permitia acesso ao seu leito. Costeamos margem acima até ao local da cachoeira. Fadiga baldada, porque aqui íamos sendo vítimas da nossa imprudência, sondando a catadupa. Regressámos ao quilombo que encontrámos concluído, dando imediatamente ordem para a extracção de cascas(2) para canoas(3) que foram efectivamente chegando pelas quatro horas da tarde, improvisando-se então o local em estaleiro até às seis horas em que se trabalhou com afã neste engenhoso veículo dos indígenas; sendo onze canoas que ficaram concluídas, e prontas à mão para o dia seguinte. Canoa ou ponte? É preferível este segundo meio de transporte ao primeiro, porque não obstante demandar trabalho mais pesado, a sua solidez é outra, e oferece passagem rápida ao número maior ou menor de qualquer caravana, sem perigo algum; e só num caso de força maior como na presente conjuntura que obriga a lançar mão de semelhante [p. 57] meio. Nela, ou em outra qualquer, o viajante só pode vencer os obstáculos que se opõem à realização dos seus projectos; daremos pois, breve descrição deste veículo[205]. Da superfície da raíz, onde se corta; por todo o tronco, até ao lugar dos braços, onde se

(1) No idioma umbundo, *ulêmbe*[206]. Veja-se folhas 135 do 2.° volume, dia 4 de Fevereiro. Em tais dias é uso entre parentes e amigos presentearem-se mutuamente, isto é, aquele que primeiro notificar *ulêmbe* recebe da pessoa notificada um insignificante presente. A mesma prática tem lugar entre cunhados e cunhadas na aparição da lua nova notificando o *cassumbj*[207].

(2) Idem, *quipeta* ou *chipeta*[208].

(3) Idem, *hecolla*. São os meios ordinários de transporte entre a respectiva tribo. As que são feitas dos troncos e com a designação de *ouatto*. São comuns à tribo Ganguella.

torna a cortar, para dar lugar ao corte horizontal na casca, pelo qual a vão abrindo com cunhas de pau introduzidas por essa abertura, que, despoja a árvore dessa mesma casca que lhe origina a morte ao cabo de um ano; extraída de maneira a dar a canoa no maior comprimento possível. Para este efeito rodeiam o gigante vegetal de forquilhas a que sobem os indígenas, dando princípio à operação; com outros servindo de espeque, e ao passo que ela vai cedendo, vão-na igualmente amparando, para evitar a queda no solo que a inutiliza. Conduzida então para o local do fabrico, este tem lugar metendo-se fogo dentro a torná-la mais flexível, e que é retirado depois de certo grau de calor; neste entrementes é imprensada em ambas as extremidades, em paus fixos no solo, e nas quais é cosida solidamente. Concluídos estes preliminares, é tirada a casca da imprensa, aberta na boca proporcionalmente com paus cortados para o efeito, e que se tornam fixos de vez. E aqui temos sem grande azáfama uma canoa de conduzir dez pessoas ou cargas, e deste número para baixo.

25 de Março. Transportadas as canoas para o Canhungamua, deu-se princípio à passagem para a margem dalém, mas em virtude da chuva e vento rijo que de improviso nos acometeu, tornando-se o rio um tanto revolto, ordenámos o fabrico do quilombo na citada margem, enquanto que nós regressámos ao primitivo. Eram onze horas quando a atmosfera carregada nos advertiu do termo do nosso trabalho, contudo, não o conseguimos sem a representação ao vivo do drama de 23 do corrente, tendo a deplorar a perda de uma pessoa submergida na água, remador de uma canoa; e que igual destino teriam outras duas que iam na mesma, quando não fossem prontos socorros ministrados na ocasião. Os Bienos estão desanimados com a demora [p. 58] agravada pelo acontecimento, devemos confessar que também o não estamos menos, mas o único remédio está no sair desta situação criada pelo tempo.

26 de Março. A chuva tornou-se torrencial, não obstante o que, tentámos e efectuámos a nossa passagem para o quilombo da margem esquerda, achando-nos por consequência desoprimidos de um peso que sobremaneira nos incomodava: a guerra de que falámos, e a solidão entre dois rios. Não o conseguimos a salvo porque temos a lamentar mais três vítimas tragadas pelas águas, mas isto devido à imprudência dos Bienos que, ávidos na passagem de qualquer rio o querem transpor a um tempo. Em tais ocasiões os roubos são frequentes, bem assim os ferimentos e após estes vêm ordinariamente os mucanos; porque descoberto o criminoso de qualquer maneira tem de satisfazer o crime. Quer no primeiro, quer no segundo caso, jamais o valor arbitrado fica aquém de sessenta panos, o que equivale à perda de liberdade do prejudicador, ficando desde o momento propriedade do prejudicado que dispõe da pessoa a seu bel-prazer. Passámos finalmente o rio Canhungamua, de cinco braças de largo, no seu estado normal, mas de cincoenta aproximadamente no actual, em virtude da inundação; leito de argila, pedra e areia, direcção de nordeste para o sul, com a nascente na montanha Locoxe[209] do domínio do Ambo, e afluente do rio Cunene.

27 de Março. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo nos matos, margem esquerda do rio Callai[210]: caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Dirigimo-nos para a passagem do porto com o intuito de ver se havia canoas, visto ser povoado da margem dalém; neste entretanto vindo ao nosso encontro uma pequena canoa com um único remador, este, chegando a meio do rio, retrocedeu imediatamente para onde tinha saído, apenas um hipopótamo fez patente a sua enorme cabeça [p. 59] fora da água. Interrogado sobre se havia canoas para a passagem da comitiva, e recebendo resposta negativa, regressámos ao quilombo e, acto contínuo, mandámos em transporte de cascas

que, efectivamente foram chegando pelas quatro horas da tarde, dando lugar a que depois de improvisado o local em estaleiro, ficassem prontas à mão para o dia seguinte, quinze canoas de maiores e menores dimensões.

28 de Março. Transportadas as canoas para o rio, deu-se princípio de o passar para a margem dalém, o que efectuamos sem o menor incidente; acrescentando que, no momento em que pisámos território de Quingollo[211], criámos novo alento, dizemos a verdade; e isto não se deu só em relação à nossa pessoa; o contentamento era geral, e a satisfação visível em todas as fisionomias. Passámos, pois, o rio Callai, de oito braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de nordeste para o sul, com a nascente na montanha Hemande[212] do domínio do Ambo, e afluente do rio Cunene. Posta a caravana na margem direita, foram vendidas as canoas aos povoadores que as compraram por mantimento, e mesmo que não fosse esta circunstância tê-las-iam gratuitamente, não obstante a índole nociva dos indígenas ao bem fazer, porque na passagem do Canhungamua queriam destruir todos os veículos de transporte, quando lhes não fôssemos à mão. Prosseguimos a marcha e fomos fazer quilombo no sítio Collococa. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. De noite mandámos deitar bando para se passar dois dias no local para a compra de mantimento, e a fim de que o povo se pudesse refazer das fadigas anteriores, e que com efeito não foram de pequena monta.

29 de Março (*i*). Enviámos o tributo de passagem ao soba da terra que, presta homenagem ao presídio de Caconda(1), [p. 60] de terceira ordem, e raça da tribo Quimbunda; e o que dissemos em relação ao povo de Gallangue lhes pode ser aplicável.

(1) No idioma umbundo, *Quilombo Quiongoma*, ou *Hilombo Hiamgoma*, sinónimo de Quilombo do tambor.

Pelas cinco horas da tarde deu entrada, e construíu quilombo próximo ao nosso, uma pequena caravana de Gallangue procedente da cidade, a qual na passagem do rio Cuando perdeu dois dos seus carregadores assassinados pelos bandidos. Em presença de tal acontecimento, como seja defeso a comunicação de pessoas da parte de onde se deu o incidente, com outras estranhas ao mesmo, sem o completo curativo, como dissemos a 15 do corrente mês; achando-se por consequência compreendidos nesse caso os nossos hóspedes; foi esse o motivo porque os mandámos suprir de mantimento, e dois carneiros, a fim de que pudessem chegar ao local da sua naturalidade.

O teu segredo é teu escravo, diz o rifão. Mal pensariam eles, e os indígenas, que nós nos achamos incursos na mesma pena pelas ocorrências dos dias 25 e 26 do corrente; contudo para obviar a tais inconvenientes, hoje os parentes das vítimas fizeram os curativos indispensáveis ao acontecimento, enquanto que os nossos hóspedes próximos dos seus penates, é aí que vão cumprir os mesmos preceitos.

30 de Março. Chegaram os mensageiros da libata grande com a mensagem de que o soba se mostrara reconhecido pelo presente que lhe enviámos, e que relativamente à guerra do Ambo, já tinha notícias antecipadas dos seus movimentos, estava preparado para repelir qualquer agressão, e então que lhe não dava cuidado, visto ter a consciência da sua causa. Devemos acrescentar que assim seria, se os povos a oeste do Bié conforme dissemos, fossem mais tratáveis. Mas de índole assaz turbulenta para que possam compreender o bem, como se poderá tomar à letra tais expressões? Os chefes de qualquer terra são-no hoje e amanhã não.

[p. 61] 31 de Março. Tínhamos tencionado seguir hoje viagem, mas em consequência da chuva ficámos impossibilitados de o fazer, no entretanto, a demora em qualquer local povoado onde o mantimento aflue em maior ou menor escala, não é tão

sensível como aquela a que o viajante se acha forçado por qualquer incidente no despovoado. Aqui faltam os meios necessários à vida, e acolá abundam; com especialidade na presente quadra em que se compra o grão que já notámos da novidade passada e da presente; e debaixo deste ponto de vista torna-se ela o paraíso terreal do rico e do pobre.

1 de Abril. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo na margem esquerda do rio Cuando, limite da terra de Quingollo. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Concluído o trabalho do quilombo mandámos em transporte de madeira, cascas da mesma, e cordas, para a feitura de ponte, que ficou pronta às cinco horas da tarde; e, feita entre os intervalos de umas e outras pedras, por baixo das quais corre a água, num espaço de alguma lonjura, deu lugar a que o trabalho fosse feito com facilidade, atendendo a que a madeira lançada sobre as citadas pedras em proporção das aberturas, cintada com as cascas que se faziam fixar passando-lhes as cordas. Desta maneira fabricámos cinco pequenas pontes em lugar de uma.

Próximo da sua margem direita encontrámos os cadáveres de dois desgraçados de que falámos, vítimas da ambição e hipocrisia bárbara dos seus semelhantes. Seguindo o chilrar do pássaro do mel(1), ou cuculos indicator[213] dos naturalistas, foram sacrificados pela sua imprudência, perdendo vidas e os pequenos embrulhos de fazenda que conduziam, e, se dizemos imprudência, é pela circunstância de que no momento da apresentação desta ave convidando para [p. 62] que a sigam, aqueles que acodem ao seu reclamo vão preparados para estas e outras eventualidades. O chefe da caravana vendo que se demoravam, abandonou-os, e foi seguindo avante; mas mal tinha acabado de transpor o rio quando sentiu a detonação de

(1) No idioma umbundo, *solle* ou *osolle*

armas, que, o fez retroceder para presenciar o espectáculo dos infelizes debatendo-se nas vascas da morte; o acto estendeu-se não só aos malfeitores mas também aos parentes das vítimas por não sepultarem os cadáveres.

2 de Abril. Em consequência da chuva não nos foi possível seguir viagem neste dia. Com efeito: Abril, águas mil, diz o rifão. Nós temos sido maltratados por ela desde a nossa subida do Bié, porém desde o dia 20 do mês próximo findo que a sua intensidade se tem tornado excessiva, e a bem dizer torrencial; caindo sem interrupção, e apenas estiando por pequenos intervalos.

3 de Abril. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuando (*j*) em ponte sob a cachoeira, de quinze braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de nordeste para o sul, e afluente do rio Cunene. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, próximo ao presídio de Caconda; tendo lugar aquém do citado rio a fronteira desta terra. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso de substância preta e encarnada. Passámos por um grande bosque de roseiras, contendo além disto alguns pés de anosas laranjeiras, limoeiros e figueiras, indicando local de abandono recente[214]; o que é para lastimar porque o fogo com o correr dos anos não deixará vestígios de semelhantes vegetais.

4 de Abril. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo no sítio do Capitão Aurélio José Antunes[215], [p. 63] comandante interino do presídio de Caconda. Caminho plano em partes, escabroso em outras, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Fomos apresentar os nossos requestos ao cavalheiro Aurélio, que nos recebeu com toda a cordialidade, e cumprido este dever de cortesia nos retirámos; mandando depois do ocaso deitar bando para se passar o dia seguinte no local.

5 de Abril. Em companhia do cavalheiro Aurélio José Antunes, que teve a bondade de anuir ao nosso pedido, nos dirigimos ao presídio distante uma légua do sítio, e ali vimos a Fortaleza feita de pau-a-pique, barrada por dentro e por fora, com os baluartes guarnecidos de sete peças, sendo quatro de bronze, e três de ferro, de calibre um e dois. No centro existe uma casa servindo de igreja, há falta desta em ruínas, da invocação da Senhora da Conceição, possuindo várias alfaias de valor, dádiva dos antigos moradores. Outra casa servindo de feitoria, e, outra finalmente de quartel da tropa; tudo bem conservado, e em bom estado[216]. Em frente à fortaleza, a casa de residência do comandante, e dos lados laterais as casas dos moradores (*k*), formando um pequeno largo onde se encontram anosos pés de laranjeiras, goiabeiras e romeiras. O que fica descrito é trabalho exclusivo dos moradores, anualmente reparando ou fazendo de novo o que assim o exige; os quais habitam fora do presídio, concorrendo a ele em ocasiões solenes, ou quando a exigência do serviço o requer. O que se explica pelo desapego, ou melhor diremos aversão da vida militar que no filho do sertão é natural, e exceptuando tais casos vivem quotidianamente nas suas povoações, que, algumas vimos nós bastante grandes, e cuja construção não difere da que havemos descrito[217]. Regressámos da nossa excursão conduzindo à sua casa o nosso ilustre hóspede, e de noite mandámos [p. 64] deitar bando para a continuação da viagem no dia seguinte.

6 de Abril. Hoje que ficámos mais uma vez impossibilitados de prosseguir avante em virtude da chuva, daremos notícia do país e dos seus habitantes. Caconda, terra de segunda ordem, mas que pode gozar das honras de primeira em virtude dos canhões que a guarnecem, impondo a lei, e contendo em respeito os indígenas das terras limítrofes; é de alguma extensão, e possue outras debaixo do seu domínio. Tem grande número de habitantes, e mantém activo comércio com

diversos pontos do interior, e a cidade de Benguela, pela circunstância do vai-vem contínuo dos seus moradores para os citados lugares[218]. Abunda em gado vacum e criação miúda de toda a espécie, agricultando a terra em larga escala, e, estes ramos de indústria, similar ao geral dos indígenas, constituem a sua principal riqueza. Com eles pagam tributo, permutam os géneros dalém mar, a cera e os escravos; passando por consequência vida laboriosa e frugal no centro da abundância.

7 de Abril. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, margem direita do rio Cuando Colonhuíma[219], limite do domínio de Caconda. Caminho escabroso, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Concluído o trabalho do quilombo, mandámos em transporte de madeira, cascas da mesma, e cordas para a construção de ponte no rio, pejado até à boca; mas que não deu grande incómodo em virtude do arvoredo denominado *hahunje* nos lados marginais, e que a bem dizer tocava um no outro.

8 de Abril. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuando Colonhuíma em ponte, de três braças de largo, leito de pedra, argila e areia, direcção de [p. 65] sueste para noroeste, e afluente do rio Catumbela. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, margem direita do rio Cubár[220]. Caminho escabroso, abundante de arvoredo de toda a espécie em partes, despovoado do mesmo objecto em outras, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Concluído o trabalho do quilombo mandámos em transporte de madeira, cascas da mesma e cordas, para a construção de ponte no rio. Com efeito torna-se tarefa não só pesada mas enfadonha repetida como tem sido, porque não obstante aqui, bem assim pela terra do Ambo, ser caminho transitado diariamente do interior para a cidade, e vice-versa, não se encontram pontes propriamente ditas no despovoado. Na

presente estação que os rios não oferecem vau: um até três paus segundo a largura dos mesmos, formam pela maior parte as pontes dos indígenas aquém do Bié, nos quais similar a macacos, se agarram algumas pessoas por espaço de horas, passando de uma a outras mãos, cargas e pessoas até a total passagem da caravana. Este meio, com o inconveniente de prejudicial pelo incómodo, risco e demora de tempo, não convém a uma caravana daquela procedência, sujeitando-se por tal motivo a construção de pontes sólidas e duráveis por espaço de um ou dois anos.

9 de Abril. Continuámos a viagem, passámos o rio Cubár em ponte, de três braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sueste para noroeste, e afluente do rio Catumbela. Prosseguimos a marcha e fomos fazer quilombo no cume da montanha da Anha de Cima[221], e primeiro ponto culminante destas paragens a partir para a cidade. Caminho escabroso, despovoado de arvoredo, falho de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Dá-se por aqui a mesma circunstância que pelo caminho da terra acima, que as faltas de arvoredo [p. 66] que se encontram a cada passo, provém do incessante corte das árvores onde as comitivas fazem quilombos, encontrando-se apenas aqui e além as corpulentas e frondosas árvores da loxa, que os indígenas não abatem em virtude da sua excessiva grandeza, salvo se a elas se tiver abrigado qualquer enxame de abelhas, para a extracção do mel.

10 de Abril. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo na terra da Anha de Cima. Caminho escabroso, abundante de arvoredo de toda a espécie em partes, despovoado do mesmo objecto em outras, falto de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Mandámos o tributo de passagem ao soba que agradeceu (*l*). Presta homenagem ao presídio de Caconda.

11 de Abril. Continuámos a viagem, passámos o rio Lotira[222] a vau, primeira, segunda e terceira vez, de três braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de nordeste para o sul, e afluente do rio Coporollo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo na terra da Anha de Baixo[223]. Caminho escabroso, falto de arvoredo pelo vale em virtude da contínua devastação dos matos para fabrico de quilombos, e incómodo pela espessura da palha de cinco a oito pés de altura; falto de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada e pardacenta. Mandámos o tributo de passagem ao soba, que agradeceu. Presta homenagem ao presídio de Caconda, e os habitantes das duas Anhas pertencem à raça do Celly. Abundam as criações na terra, agricultam esta em larga escala, fazendo a sementeira ao covato, e possuindo as mesmas espécies de grão que havemos notado em relação ao povo de Quiçanje.

12 de Abril. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado — Hutue Hoxe — uonga(1)[224]. [p. 67] Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie em partes, despovoado do mesmo objecto em outras, falto de riachos, terreno fértil argiloso, de substância preta e encarnada e pardacenta. Na estação seca só com práticos se pode andar por estas partes, ao passo que na presente se torna penosa a marcha pela inundação dos lugares. Naquela tornam-se áridos pela falta de água que só o prático vai desencantar já pelas serras já pelos embondeiros, onde se conserva depositada pelas chuvas; recurso de suma importância em consequência da experiência, e que não deixa jamais sucumbir o viajante sequioso. Nesta estação, marcha ele a maior parte do tempo com água desde o artelho até à curva da

(1) Cabeça do ladrão, assaltada pelos bandidos uma caravana de viajantes que, matando um do bando, e espetando a cabeça num pau, perpetuou a epígrafe apontada.

perna, e passando as Dambas pejadas a transbordar. Que diferença de uma a outra quadra do ano!

13 de Abril. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, margem direita da Damba Chiueie que nos dificultou passar avante em virtude de cheia até à boca (*m*). Caminho plano, matos de arvoredo de diversas espécies: *geritte* de goma copal, embondeiros, figueiras bravas e espinheiro, terreno fértil, argiloso, de substância preta, encarnada e pardacenta. Concluído o trabalho do quilombo dirigimo-nos para a Damba em busca de local para a construção de ponte, na persuasão de que no dia seguinte a encontrássemos no mesmo estado. Costeando margem acima encontrámos na sua boca uma grande figueira brava que, abatida, foi cair na margem dalém. O resto da tarefa foi feito com facilidade; no entretanto, foi trabalho inútil porque, no dia seguinte transpôs-se a Damba no local da passagem comodamente.

14 de Abril. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Coutollo. Caminho plano, matos das espécies acabadas de notar, terreno fértil, argiloso de diversas configurações. Agradável panorama se desfruta por estes lugares onde as serras[225], como que colocadas a respeitosa distância do caminho, servem de baliza ao viajante prático que as vai designando pelos seus nomes, e as localidades a que dão ingresso.

[p. 68] Se, como são povoadas de malfeitores, fossem de gente de paz e à sombra do estandarte de Ourique, como já dissemos; que de riquezas não gozariam quando o seu norte fosse a perseverança no trabalho.

15 de Abril. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Sapa. Caminho plano, matos de arvoredo das espécies acabadas de notar, terreno fértil argiloso, de diversas configurações. Hoje passámos pela cena de entre rios, como o Cunene e o Canhungamua, reprodução triste que aturou por espaço de três horas, conservando-

-se a atmosfera carregada, com o contínuo sibilar do vento, terrível detonação de trovoada, e chuva a jorros; para dar lugar, passado esse tempo: a um céu aprazível, límpido e sereno: terrível e sublime a um tempo.

16 de Abril. Continuámos a viagem e fomos fazer alguma refeição nos matos de Solo, ou local da Damba deste nome, o rio Cavaco na sua desembocadura nos subúrbios de Benguela. Pela uma hora da tarde prosseguimos a marcha, e fomos pernoitar nos Macangos. Caminho escabroso e plano a intervalos, matos de arvoredo das espécies acabadas de notar, terreno de diversas configurações.

17 de Abril. Continuámos a viagem e fomos tomar alguma refeição nos matos de Caruttebe. Pela uma hora da tarde prosseguimos a marcha, e fomos pernoitar nos Macangos. Caminho escabroso e plano a intervalos, matos de espinheiro, entre o qual aqui e além campeia corpulenta e desassombrada a baboza(1)[226] ou dos naturalistas, o embondeiro, e o arbusto da caçuneira[227], que, no estado primitivo de verde pega fogo, servindo por consequência de combustível aos indígenas, e cujo suco, segundo eles, faz cegar; terreno de diversas [p. 69] configurações. O embondeiro, árvore providencial destas paragens a que com propriedade cabe o nome de *macangos* aplicado pelos indígenas, ele conserva a água no seu mais perfeito estado potável, saciando por consequência a sede do sequioso caminhante. As suas cabaças, suspensas como de tecto verdejante similar a lustres pelos edifícios; de casca muito dura, contendo entre os filamentos da cor do barro, numerosas sementes envolvidas numa espécie de massa assaz clara, e que serve de alimento aos indígenas em tempos de carestia, diluindo-a em água, pondo-a então no fogo; e mexendo esse líquido até se tornar consistente, para lhes servir de alimento similar a canja: e os habitantes da Anha e de Quiçanje,

(1) No idioma umbundo *handalla*.

extraindo do seu tecido celular, óptimas mantas que, depois de batidas servem a preparar cordas de duas braças para vender a cartuxo embalado cada uma, sem contudo causar prejuízo à árvore.

No mesmo caso temos a árvore da *loxa* de que já falámos, e que se encontra por este caminho a partir da terra da Anha e Quiçanje para o interior. A Providência distribuindo-a com profusão pelos matos deste vasto continente, quis que racionais e irracionais tivessem nela um recurso salutífero à sua conservação.

18 de Abril. Continuámos a viagem e fomos tomar alguma refeição nos matos do Lengue. Pela uma hora da tarde prosseguimos a marcha, e fomos pernoitar no local das Bimbas[228], subúrbio de Benguela. Caminho escabroso, matos de espinheiros e caçuneira, terreno de diversas configurações. O local onde pernoitámos vem a ser a continuação da Damba do Solo, e que aqui toma o nome da montanha que lhe dá ingresso. Posto o viajante no seu cume, onde encontrará os parapeitos de pequeno forte quadrangular[229], de pedra sobreposta, daí avistará o Sombreiro com o seu cordão de montanhas, e um extenso matagal que lhe não permite ver a cidade; divisando [p. 70] igualmente o mar para o quadrante de norte, sem outro ornato mais que o do próprio elemento entre terra e céu. É também aí o segundo ponto culminante destas paragens a partir para a cidade (*n*).

19 de Abril. Continuámos a viagem, passámos o local denominado Dambe Pequeno, e a Damba do Curinge, e chegámos na cidade de São Filipe de Benguela.

Caminho plano, matos de espinheiro, figueiras bravas e embondeiros, terreno fértil, argiloso de diversas configurações.

VARIANTES DO MANUSCRITO DA S. G. L.
VIAGENS E APONTAMENTOS(...)
Res. 146-C-6, vol. 1.º, numeração a lápis

a) «Respeitando as cinzas daqueles que se foram deste mundo é do nosso dever suprimir nesta nossa viagem a parte que tem relação com a guerra denominada do Canduco visto que os principais personagens deixaram de existir. Lui, 31 de Outubro de 1869». [Nota à margem acrescentada nesta data.]

b) «Alevantou a comitiva do meu sítio, e chegou ao largo da Anunciada, sítio pertencente a Guilherme José Gonçalves. Caminho plano, matos fixados de madeira de lei, abundância de riachos, terreno fértil. Ambos chegámos ao mesmo tempo, eu em viagem para Benguela, ele procedente desta cidade em comissão do Governo para o soba do Bié denominado Quingilla[230]. Cumpre-me relatar os motivos que deram origem a semelhante comissão. Em Agosto do ano passado saíu do Bié para Benguela a comitiva de José Vaz Pereira dos Santos[231], homem filho do país. Em Setembro do mesmo ano, com o mesmo destino seguiu a comitiva de Guilherme José Gonçalves, o primeiro pela sua imbecilidade e orgulho foi vítima da mais atroz perfídia; o segundo pela sua prudência ficou incólume das garras dos celerados. Em Julho do mesmo ano, no meu regresso da cidade, à minha chegada ao Ambo, veio ao meu quilombo João Lourenço Borges de alcunha Can-

duco[232], pela qual é geralmente conhecido, homem preto, de estatura alta, magro, e inteiramente desbocado no falar. Depois dos cumprimentos de estilo, fez-me ver, que tinha vindo em comissão ao soba do Ambo, e por ordem do comandante do presídio de Caconda, Joaquim Ferreira de Andrade[233], para convocar guerra contra os rebeldes Mondombes, bem como para subjugar outras terras rebeldes[234]. Logo que cheguei ao Bié era do meu dever prevenir as pessoas que se achavam próximas a seguir viagem, o que de de facto fiz. O caminho do Ambo ficara intransitável à minha saída pois que o comissário Canduco não só havia convocado guerra do soba do Ambo, como as dos sobas das terras seguintes: Bailundo, Quibanda[235] e Quiaca, e quando os sobas destas terras não seguem para a guerra nomeiam substitutos para esse fim, ficando por este princípio as terras desertas, pois que a ambição do roubo é tão predominante no negro que os de menor idade não querem ficar na terra para serem participantes no saque, contando sempre com a vitória e jamais com a derrota. A comitiva que tenha a desgraça de se encontrar com semelhantes bandidos, não havendo participações antecipadas ao soba, ou para quem se acha à testa da guerra, é vítima inteiramente dos malvados. Restava pois o caminho do presídio de Caconda para as comitivas em questão, pois que a esperança que animava os mesmos senhores de seguirem viagem por semelhante caminho era a de ser a guerra do rei (assim chamada por estas paragens em consequência de ser composta de tropas, os negros dizem: *mueneputo* — *muéne* significa senhor, *puto* significa terras de além-mar, dando a denominação de *gurullo* ao Governo de Angola e Benguela), pois que a ser do gentio, adiariam a viagem para ocasião favorável. (O ano de 1847 e parte do ano de 1848, foram de ruína e devastação para a África Ocidental.[236]) Em Novembro do mesmo ano, 1846, chegaram notícias de haver sido sequestrada a comitiva de José Vaz Pereira dos Santos, sendo estas rece-

bidas por alguns negros pertencentes ao soba. A sensação que causou tão má nova foi geral por toda a terra, pois que os prejudicados eram muitos entrando o dono do país neste número. O soba mandou imediatamente chamar o capitão-mor (tem título de chefe) e este em seguida chamou todos os brancos que se achavam na terra para se reunirem na libata grande, o que se verificou dalí a três dias. Presentes o chefe Francisco José Coimbra[237], homem natural do país e todos os brancos (em geral, por estas paragens dão o nome de brancos a todas aquelas pessoas que vestem calças, sem excepção de cor e menos de condição, é bastante para isso possuir alguma fazenda), e em geral os negros do país em reunião na grande *quilla*[238] (*quilla*, é um lugar espaçoso no centro da libata onde o gentio tem de costume decidir as questões mais importantes), bem como quinze negros que haviam escapado à fúria dos bandidos. A comitiva compunha-se para mais de oitocentas pessoas, as primeiras que apareceram foram as que trouxeram a notícia da catástrofe, em seguida foram aparecendo, segundo o acaso permitia, rematando o número as que vieram em companhia de Guilherme José Gonçalves, mas que não chegaram a completar o número de seiscentas, pois que a quarta parte sempre foi devorada pelos bandidos e de entre os quais, um que se achava autorizado para fazer a narração, principiou como se segue (mais tarde os brancos da comitiva, bem como alguns de Caconda, confirmaram a veracidade do caso). «Logo que a comitiva chegou de Quingollo, todos os brancos se reuniram para despachar portadores para o presídio, o que fizeram sem detenção alguma, para saberem do comandante do mesmo, se a comitiva poderia transitar pela jurisdição do seu comando. Eram decorridos seis dias, quando os portadores regressaram com uma escolta de soldados, comandados por um irmão de Canduco, que vinham em transporte da comitiva; logo que esta chegou ao presídio, os brancos em geral apresentaram trinta enxadas, e com estas se foram apresentar ao

comandante[239], que não satisfeito com o presente, exigiu mais trinta, dizendo ser para dar caminho à comitiva, isto depois de muitas vociferações contra os brancos e o povo do Bié; de posse das sessenta enxadas, sua senhoria nos facultou licença para seguirmos viagem, e o que fizemos sem mais demora.» (Ao chefe da comitiva cabe grande responsabilidade, por não advertir que as vociferações do comandante do presídio eram dirigidas com fins reservados, e assim deveria regressar por outra terra, pois que havia diferentes caminhos a seguir e tempo de sobejo para esse fim, e sua salvaguarda, a não querer ver realizados tão funestos resultados. Enquanto ao digno comandante do presídio, nunca teve negócios para o Bié, e ainda menos transacções com os seus habitantes, para arrogar direito de vociferar injustamente.) «Concluímos os negócios na cidade, e no regresso da comitiva, lugar denominado Cabeça de Ladrão, houve reunião dos brancos e povo da comitiva, para deliberar qual o caminho que deviam seguir, sendo opinião geral que deveriam seguir viagem pelo caminho da terra de Quicuma[240]. No dia seguinte prosseguimos marcha e ao chegarmos a Anha de Baixo, hoje despovoada, com grande assombro da comitiva em geral, se apresentou o irmão de Canduco, o mesmo do transporte da comitiva de Quingollo para o presídio, e agora pela segunda vez sem ser reclamado com uma escolta de soldados, dizendo vir em transporte da comitiva. (Serpejava a serpe em volta da presa.) Tomar rodeios ou usar de subterfúgios seria impossível, entregamo-nos pois à descrição dos mensageiros, seguimos os mesmos e na terra de Anha de Cima, margem direita do rio Lotira, no centro do arraial de guerra, construímos quilombo. Não deixámos de notar semelhante posição, mas disseram-nos ser ordem do senhor comandante, em vista disto, não nos foi possível mudar de paragem. Apontaram-se os brancos com os refrescos de Benguela, e em seguida apresentaram-se ao comandante da guerra, sendo recebidos desabridamente por sua senhoria fa-

zendo reclamações de fazenda, pólvora e aguardente para o povo da guerra, dizendo ser os quintos da nação; todos os objectos reclamados foram entregues sem excepção alguma, sendo-nos então facultada licença para seguirmos viagem em companhia de uma escolta, para não sofrermos dano algum. No dia seguinte alevantou a comitiva, e ainda os brancos se achavam no quilombo, quando se dispararam grandes descargas de tiros na frente da comitiva, a traição estava conhecida, mas já não havia tempo de remediar o mal, porquanto o saque foi geral fora e dentro do quilombo». (Note que apesar de consumado o sacrifício do crime e da iniquidade, se a comitiva do Bié fosse dirigida por pessoas hábeis, jamais o saque teria tão maus resultados e as consequências não só seriam tristes para a comitiva, mas funestas para a guerra, pois que era número suficiente para fazer frente a essa guerra de bandidos). «Os brancos em geral abandonaram o quilombo, e foram ao arraial do comandante da guerra saber os motivos porque eram sacrificados tão indignamente e contra a equidade humana. Mas contra todo o direito não foram ouvidos de sua senhoria, mas sim expulsos do abarracamento. Isto é o que presenciámos e de nada mais sabemos». Logo que o narrador concluiu o seu discurso que levou duas horas seguras, a confusão foi tão grande que mal se podia ouvir alguma coisa, o mesmo soba pôs-se a chorar, este choro que não era simulado, excitava ao último ponto o furor dos negros contra os brancos, pois que já murmuravam em que queriam assassinar aqueles que se achavam na terra, bem como sequestrar-lhes as libatas, tornou-se necessário todo o sangue frio e presença de espírito aos brancos que se achavam presentes, para suportarem todas as injúrias e vociferações do povo que se achava presente, e como o soba exigisse silêncio, o auditório imóvel e mudo aguardou a sua sentença. Tornou pois em voz alta e firme:
— Eu só desejo os meus filhos (nome dado ao povo da terra) bem como as minhas fazendas, a guerra é de brancos, os que

existem na terra ficarão em reféns até que o meu povo e fazendas me cheguem à mão.

A sentença foi acolhida com feroz alegria pela canalha, dispersando-se em seguida para suas casas. Se o comandante do presídio de Caconda, bem como da guerra, quisesse evitar a catástrofe ocorrida, na sua mão estava o fazê-lo, pois que tinha todos os meios à disposição para semelhante fim, e não obstante os mesmos a sua dignidade, bem como o seu dever, assim lho impunham. Mas sua senhoria em menoscabo dos mesmos entendeu que devia abusar da sua autoridade, calcando aos pés todos os direitos de hospitalidade, protecção e honra. Suponhamos mais que o gentio do Bié em um momento de cólera assassinava todos os brancos e lhe sequestrava as libatas querendo usar de represálias, como comummente praticam, quem a não ser o digno comandante carregaria com semelhante responsabilidade. A sua cumplicidade está patente por todos os princípios. Primeiro: pelas vociferações dirigidas contra os brancos e povo do Bié, pois que neste sentido mostra sua senhoria fins reservados. Segundo: depois da comitiva partir do presídio para a cidade, precedente a mesma dois dias, sua senhoria seguiu para o acampamento, podendo em seguida partir com a guerra do seu comando, subjugar o gentio da Anha, e dias depois seguir para Dombe[241], segundo as suas instruções, mas não o fez assim, porque deu tempo a que a comitiva seguisse viagem para na ante-véspera da sua chegada guerrear a terra da Anha e em seguida acampar na mesma terra. Terceiro: julgando que a presa lhe escapasse, mandou uma escolta em seu transporte, pois que até então não havia nenhumas notícias da comitiva, fazendo construir o quilombo no centro do arraial da guerra, pensando ainda que os seus planos lhe falhassem. Verificando-se assim tão tristes resultados, na investigação da sua presa. (As leis são como as teias de aranha, as grandes moscas rompem-nas e só as pequenas se prendem nelas[242] — Do Exmo conselheiro Bastos.) No dia

seguinte houve reunião pela segunda vez e nela fiz ver que não era com palavras baldadas que se remediava o mal, mas sim por obras e visto achar-me pronto a seguir viagem, caso não houvesse obstáculo à mesma que os prejudicados bem como o soba, redigissem as suas representações para serem endereçadas ao governo, que eu me encarregava de semelhante união. Como não houve obstáculos à minha proposta, e foi antes recebida por unanimidade, segui para casa a fazer os preparativos para a viagem sendo-me entregues neste intervalo os documentos necessários para o governo. Foi pois no primeiro dia da minha viagem que me encontrei com Guilherme José Gonçalves[243], proveniente de Benguela, em comissão do governo, pois que este dando enérgicas providências, preveniu o mal a tempo, fazendo satisfazer aos desejos do soba, senão no todo, pelo menos em parte, pois que as fazendas lhe foram entregues, bem como a terça parte do povo, pois que a quarta sempre foi devorada pelos bandidos e quaisquer providências para a sua aparição seriam completamente frustradas, porque o gentio rebelde zombaria delas[244]. Honra pois seja feita ao governo, assim como aos beneméritos negociantes da praça de Benguela, que contribuíram para tão ilustre feito[245].» (pp. 35-43.)

c) «De noite mandei deitar bando, para se falhar[246] no dia seguinte por se esperarem mais comitivas que seguiam para Benguela. Cessam nesta paragem os limites do território do domínio do Bié» p. 43. «Tendo chegado os senhores sertanejos com as suas comitivas, à noite houve reunião geral para se deliberar qual o caminho que se deveria seguir, bem como para a boa ordem da comitiva. Sendo opinião geral à sua chegada que fosse a comitiva na terra do Quingue[247], nessa terra se tomariam as medidas necessárias sobre o caminho; reclamando pois boa ordem na comitiva e proibindo toda a espécie de mucanos, quer justos ou injustos, mandei deitar bando do que se havia decidido, para conhecimento do povo

em geral[248], bem como para prosseguir viagem no dia seguinte» p. 44.

d) «Tem princípio nesta paragem o domínio do soba de Quingue, povo de nação Nhemba[249]. Depois que se transpõe o rio Cuquema, todas as tribos que se encontram são denominadas Ganguellas, servindo-lhe o mesmo rio de limites; as duas linhas de Sul e Norte para o centro, podem-se dizer ocupadas por esta raça que é numerosa, as terras deste povo são as seguintes, com imensas outras tributárias da terra principal[250]: nação Branco ou Bambranco[251], Bunda ou Bambunda[252], Luimbe ou Baluimbe[253], Luéna ou Baluena[254], Luchiaje ou Baluchiaje[255], Nhemba ou Banhemba[256], Quibôque ou Baquibôque[257], Zambueira ou Bambueira[258]. O dialecto destas nações pode-se dizer um único, com maior ou menor diferença de significados[259], e em geral seguem os mesmos usos e costumes podendo-se afirmar sem nenhuma exageração, que de entre as mais nações gentílicas, não existe povo algum que em si concentre tantas e tão grande quantidade de superstições como o povo Ganguella. E coisa singular senão estranha entre esta raça, é que chegada uma pessoa nas mesmas terras, o povo Ganguella jamais dá por semelhante título, como se fosse uma injúria que se lhe arrogasse; pergunta-se pela terra Ganguella já no seu território, dizem ser mais para o centro, e dirige-se a mesma pergunta, respondem ser mais adiante, e assim sucessivamente. Marcha-se de contínuo pelo seu interior e nunca aparece a desejada terra Ganguella, como se fosse amaldiçoada de Deus. Geralmente por estas paragens a ocupação que seguem é a de fazer enxadas[260], que igualam as dos Quimbundos, as quais seguem a permutar pelo Humby por marfim e gado, sendo este de grande abundância no país» p. 44.

e) «(...) a guerra do Bailundo se achava acampada pelos contornos do rio Cutato dos Mongoias, para expulsar os sobas das terras de Candumbo[261] e Sambo[262], para dar os mesmos estados a outros sobas. A guerra do Ambo achava-se acampada

na cabeceira do rio Canhungamua, para expulsar o soba Quingollo[263] e substituir outro no mesmo estado. O soba de Gallangue que se achava no seu arraial, e que havia mandado convocar a ele Quibaba, para seguirem com a guerra para as partes do rio Cubango, achando-se ainda na sua libata os portadores do mesmo soba, os quais nos poderiam servir de guias até Gallangue, pois que em consequência das suas relações com o sobredito soba, nada nos poderia acontecer, e que por este princípio achava prudente seguirmos viagem por esta mesma terra, pois que ocasião mais provável se não podia oferecer em consequência de tais portadores e que no dia seguinte os enviaria para o quilombo, bem como uma cabeça de gado e mantimento para a viagem. Sobremaneira lhe fiquei agradecido pelos seus oferecimentos, e depois de nos despedirmos retiramos para o quilombo. O soba Quibaba terá sessenta anos de idade, é de estatura regular e reforçado. Costuma comerciar com a praça de Benguela, assim como para o centro[264], sendo este o motivo, que assaz tem contribuído para domar o seu povo. De noite houve reunião geral na qual fiz ver a proposta do soba Quibaba, que foi recebida por unanimidade, e aprovado o caminho de Gallangue; em seguida mandei deitar bando, para fazer constar o que se havia decidido, para que ninguém alegasse ignorância, bem como para se falhar no dia seguinte. É costume geralmente seguido no gentio, de que havendo qualquer novidade em viagem, a pessoa que dirige a comitiva, é obrigada a convocar o povo de que a mesma se compõe, para propor e fazer patente qualquer ocorrência, e em vista desta e de acordo com o povo principal da comitiva, tomar as medidas que julgar convenientes para bem e segurança da mesma, e segundo as circunstâncias o exigirem. O que não seguir isto e pretenda obrar de seu moto próprio, fica sendo responsável por qualquer dano ou prejuízo, que pela sua incapacidade possa resultar à comitiva: em idênticas circunstâncias se achou colocado José

Vaz Pereira dos Santos, de cujo assunto trato no princípio desta segunda viagem» pp. 45-46.

f) «Depois que se transpõe o rio Cubango, principiam os limites da terra de Gallangue, povo de nação Quimbunda. São pois considerados povos de nação Quimbunda os das seguintes terras principais, com imensas outras que lhe são tributárias, e cujas passarei em claro, pela circunstância de serem sujeitas às que se seguem: Ambo, Anduro[265], Bailundo, Sambo, Bié, Candumbo, Gallangue, Quiaca, Quingollo, Quipeio, a dominadora do gentio e senhora dos Quimbundos, a todas há mostrado a força dos seus braços e o valor dos seus heróis, e a todas quer haver a primazia no falar[266]. Contudo o seu amor próprio e um cego orgulho, é quem mais os faz assim exprimir, em consequência do seu poder colossal, pois que geralmente se pode dizer, existir um só dialecto, entre os mesmos povos, com maior ou menor diferença de significados[267] e os mesmos usos e costumes» p. 48.

g) «Pelas cinco horas da manhã, grandes surriadas de tiros se ouviram, e às sete principiaram a chegar ao sítio as famílias dos negros do Sambo que haviam saído desta terra às cinco horas da tarde do dia de ontem e vinham refugiar-se nesta paragem; por elas soubemos que a guerra de Bailundo havia expulso o soba da terra, substituindo outro no mesmo estado[268], sendo as descargas das cinco horas dadas em outra banda da terra, cuja notícia foi dada por gente chegada mais tarde ao sítio» pp. 48-49.

h) «(. . .) como cessam nesta paragem os limites da terra de Gallangue, depois de haver gratificado os guias que nos haviam acompanhado, bem como depois de lhes haver agradecido e ao soba da terra os seus bons elogios, os despedi para voltarem ao arraial. (. . .) Se por duas vezes consecutivas se não tem concluído o quilombo em consequência das chuvas destes dias, neste de hoje, só os brancos foram os únicos honrados com barracas ficando o povo da comitiva exposto ao

rigor do tempo, aquentando-se ao fogo, como na estação do Verão» pp. 50-51.

i) «Despachei portadores para a libata grande de Quingollo, a visitar o soba da terra. O soba actual do país, em sinal de submissão, foi ao presídio de Caconda receber a marca de rei. (É a letra R posta em brasa sobre o peito esquerdo recebendo a marca voluntariamente para extorquir do presídio alguma fazenda, pólvora e aguardente). Pois que o soba de Quingollo, bem como o seu povo, não são vassalos, nem tão pouco pagam tributo algum à nação, e exemplos tem havido de seguir pessoal para o presídio para fazer pagar aos seus moradores alguns dos intitulados mucanos. Segue-se pois ser duas vezes rebelde: antes de receber a marca e depois de a ter[269]» p. 54.

j) «(. . .) tem a nascente pelos contornos da serra onde está situada a libata grande de Quingollo» p. 55.

k) «(. . .) os quais têm as suas libatas fora do presídio, conservando casas neste sítio para quando são chamados ao presídio. (. . .) O presídio de Caconda segundo as informações já foi muito mais povoado do que é presentemente, tendo a maior parte dos seus habitantes, transferido as libatas para Gallangue e Quingollo, tendo lugar estas mudanças pelo hábito, pois que a mor parte dos naturais, não quer saber da meia volta à direita, em consequência da mesma, julgam-se escravos debaixo das bandeiras, pelo motivo de não poderem ser senhores absolutos da sua vontade[270]» p. 57.

l) «(. . .) O povo é da mesma raça dos Mondombes, os mesmos usos e costumes lhe são habituais; possuiram outrora grande manadas de gado[271], mas as guerras dos negros, das terras de Quiaca e Quicuma por sucessivas vezes se fizeram hereditários dos seus haveres; são óptimos caçadores com armas de fogo» p. 58.

m) «Os rios geralmente por estas paragens, no inverno, tão depressa enchem como vasam; no verão é necessário fazer

grandes covas para se extrair água. Na passagem do verão para o inverno, é preciso carregar água para não perecer aos rigores da sede, ou andar com negros práticos destas paragens, para a procurarem pelas serras, ou pelos embondeiros na planície» p. 59.

n) «A serra denominada Bimbas a desembocar para as povoações dos Mondombes é uma serra muito íngreme e cheia de pedras, sendo necessário uma hora para descê-la(. . .)» p. 61.

[p. 71] CAPÍTULO 3.º

Viagem ao Lui por Francisco Monteiro da Fonseca[272] e Joaquim Mariano[273] em 26 de Novembro de 1847. No sítio Calundungo. Idem Caquenha. Idem Souhe. Limite do domínio do Bié. Transpõe-se o Cuquema. Princípio do domínio da raça Ganguella tribo Luena. Transpõe-se o Cuanza. Sua nascente e desembocadura. Libata grande da tribo Luena. Derivações do seu nome. O arbusto da purgueira. Libata grande da tribo Luimbe. Idem da tribo Nhemba. Limite do domínio da tribo Luena. Além do Varia. Princípio do domínio da raça Ganguella tribo Bambueira. O rio Hônda não se transpõe. Incidente passageiro. A circuncisão. Limite do domínio da raça Ganguella tribo Bambueira. Borrasca. Local onde limitam os rios com curso para oeste. Local onde principiam os rios com curso para leste. Nascente de dois rios. Primeira charneca. Segunda charneca. Primeiro ponto culminante. Terceira charneca. Princípio do domínio da raça Ganguella tribo Luchiaje. Nascença e afluência do rio Cuttau. O soba Muatamjamba. Libata grande da tribo Luchiaje e limite do domínio desta tribo. Quarta charneca. Nascença e afluência do rio Cuando. Mingundo. Princípio do domínio da raça Ganguella tribo Bunda. O soba Quicembo. Segundo ponto culminante. Nascença e afluência do rio Lutembo. O soba Cabitta. Recepção. Exigência. Segundo tributo. Cúeje turbulento. Libata grande da tribo Bunda. Limite do domínio desta tribo. Caçada.

Audiência de despedida. Os Cassaqueres. Os búfalos. Enviatura do O-sapo. Chegada dos mensageiros. Passamos o Riambeje. Princípio do domínio da raça Ganguella tribo Lui. Recepção. O soba Riumbo. Descrição do país do Lui.

26 de Novembro de 1847. Alevantámos do sítio Belmonte, e fomos fazer quilombo no sítio Calundungo. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante [p. 72] de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada (*a*).

27 de Novembro. Continuámos a viagem, passámos o rio Hanhora[274] em ponte, de três braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sudoeste para leste, e afluente do rio Cuquema. Passámos igualmente o rio Cuíto Pequeno em ponte, de três braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sudoeste para leste, e afluente do rio Cuquema. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Caquenha. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

28 de Novembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo no sítio (*b*) Souhe. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

29 de Novembro. Em consequência da chuva passámos o dia no local, e por esse motivo fomos cumprimentar o chefe do mesmo António da Silva Silveira[275], onde nos demoramos algum tempo, e cumprindo este dever nos retirámos.

30 de Novembro. Continuámos a viagem, e chegámos ao limite do domínio do Bié, margem esquerda do rio Cuquema. Depois de entregarmos o tributo de passagem ao soba Cacumbj, o frete das canoas, e a espórtula dos remadores, passámos para a margem direita do Cuquema, onde tem princípio o domínio da tribo Ganguella Luena[276](*c*). Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Riacattare. Caminho

plano, matos de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso.

1.º de Dezembro. Continuámos a viagem, e chegámos na margem esquerda do rio Cuanza. Passámos para a margem direita para entregar o tributo de passagem ao soba Capango, o frete das canoas, e finalmente a espórtula dos remadores, tendo lugar a passagem da caravana para a citada margem depois da revisão da fazenda. Passámos pois o rio Cuanza de quinze braças de largo, leito de argila e pedra, [p. 73] direcção do sul para o norte, tendo a nascente no local denominado Gunda Angongo, e vai desaguar no mar ao sul de Luanda. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Quindumbo; limite do domínio da raça Ganguella tribo Luena. Caminho plano em partes, de subidas e descidas em outras, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. A libata grande da raça Ganguella tribo Luena, denominada Cuio[277] em virtude da secular árvore deste mesmo nome, como que postada à entrada do porto, junto a espinheiros gigantes, palmeiras e corpulentas eçandeiras em círculo, formam a povoação desse nome; tendo a residência do soba do lado sul do rio, e as habitações dos macotas, e povo de que se compõem, do lado norte; divididas umas das outras por pequenos corredores, com muro do arbusto da purgueira, comum às povoações que por sua antiguidade têm os matos a alguma distância. Os seus habitantes possuem gado de toda a qualidade; ave de pena, galinhas e pombos; agricultam a terra em larga escala; são pescadores, caçadores, fabricam óptimas panelas de barro e possuem aos milhares de cortiços pelos matos e margens dos rios, e que junto à indústria da pesca serve a adquirir-lhes os objectos necessários à vida.

A libata grande da mesma raça, tribo Luimbe, e denominada Riembe[278] demora a seis horas de marcha no local; bem assim: a quatro horas de distância a libata grande denominada Gando[279] da tribo Nhemba. Contudo, além destas

capitais existem outras com chefes independentes, pertencentes às respectivas tribos, mas já dissemos que são mais republicanos que monárquicos, todos querem ser soberanos nos seus domínios, vivendo dissidentes, e por este motivo guerreiam-se mutuamente, tornando-se igualmente o Eldorado do povo Bieno, uns por outros anos. O idioma, a indústria, usos e costumes são gerais entre semelhante raça.

[p. 74] 2 de Dezembro. Fomos levar o tributo de passagem ao soba Quindumbo, fazendo-nos presente por essa ocasião de um boi, e quindas de farinha de milho; e o que retribuímos com uma arma e algumas latas de pólvora(1), por nos ser pedido. De noite mandamos deitar bando para se passar ainda o dia seguinte no local, a fim de nos refazermos de mantimento para a viagem (*d*).

3 de Dezembro. Recebemos a visita do soba Quindumbo fundador do local, demorando-se algum tempo no quilombo, e que depois de haver pedido tabaco às principais pessoas da comitiva, se retirou à sua povoação. Havendo-se comprado mantimento suficiente, de noite mandamos deitar bando para se prosseguir viagem no dia seguinte.

4 de Dezembro. Continuámos a viagem, e chegámos à margem esquerda do rio Varia[280], pago o frete da passagem aos donos que aí se achavam postados, passámos este manancial em ponte, de oito braças de largo, leito de argila e pedra, direcção do sul para o norte, e afluente do rio Cuíme[281]. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo no sítio Mongua ou margem direita do rio Hônda[282], afluente do primeiro, e princípio do domínio da raça Ganguella tribo Bambueira[283]. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada.

(1) Cada lata tem uma libra, e o valor de quatro panos.

O rio Hônda não se transpõe, e se fizemos menção deste manancial caudaloso foi simplesmente por esta circunstância; costeando-se a sua margem direita ou do norte, por espaço de um dia; com leito de argila e pedra, e direcção de sueste para oeste. O manancial Cuíme afluente do rio Cuanza, também é rio de grandes dimensões, e com a particularidade de ter leito de óptima pedra de afiar que os indígenas extraem para vender aos viajantes. Estes têm por [p. 75] baliza os rios que costeiam, bem assim as encostas de matos, seguindo o caminho por descampados cujo espaço medeia entre estes e aqueles. Quando notarmos caminho por margens de rios e encostas de matos, é essa sempre a situação do terreno percorrido que, não obstante a exposição do viajante aos rigores de intenso sol, têm de ordinário a vantagem do terreno livre de qualquer obstáculo. Os matos emaranhados que para o ocidente se não encontram, obrigam por aqui à sua passagem por espaço de horas na ocasião de se deixar um rio para se desembocar em outro; seguindo então, desafrontado desse obstáculo que fatiga, para gozar soberbos panoramas que a natureza desenrola continuamente à sua vista.

Depois de passarmos o rio Varia, e postas as caravanas a meio caminho, deu-se um incidente que podia ter consequências desagradáveis, quando não fôssemos prestes de chegar ao local, porque machados, azagaias e cacheiras, estavam empunhados contra os turbulentos e inebriantes Ganguellas, impedindo o passo à vanguarda da caravana. Apaziguada a turba e inquiridas as partes viemos no conhecimento de aqueles exigiam alguma coisa pelo motivo da passagem em ocasião da festa da circuncisão(1), o que prontamente satisfizemos com dezasseis panos, com os quais se acomodaram, retirando-se e nós prosseguindo a nossa derrota, porque a ser comitiva

(1) No idioma umbundo e ganguela, *comocanda*.

pequena ditar-lhe-iam a lei com exigências desarrazoadas, ou então o sequestro seria a consequência da negativa em tais casos, mas como a nossa fosse de outras proporções, chamaram-se ao silêncio com a espórtula recebida.

Entre a raça Ganguella, arreigado como está o acto da circuncisão[284], aguardam de ordinário para ele a idade da adolescência, e a passagem do inverno para o tempo frio ou verão, isto é o mês de Junho, no qual e para este efeito fazem quilombo nos matos, na margem de rio ou riacho do uso diário das necessidades dos habitantes da povoação, [p. 76] a uma ou duas milhas de distância; e onde mestres e discípulos permanecem por espaço de dois a três meses, até o completo restabelecimento dos operados. A comunicação destes durante esse período é restrita, porque os parentes, não obstante o socorro diário da comida e bebida, chegados a curta distância do local, param e daí não passam, depositando o alimento no chão, bradam pelo curandeiro, que, acudindo prontamente a receber os objectos, se retira com eles para o quilombo, e aí se limita a comunicação.

No caso de morte de algum operado, enterram-no, não transpirando o incidente senão findo o citado período, para dar princípio a curativos que a crença dos indígenas exige, empregando-se diariamente depois de realizada a cura, em caçar, pescar, preparar o vestuário usual que consta, de uma manta de três côvados de comprimento por dois palmos de largo, extraída de árvores que já citámos, e preparada a ficar flexível, e depois franjada a fim de fazer algum enchimento em roda da cintura; e ficando alguma coisa acima da curva da perna[285]. O capacete, entretecido de palha e pintado de branco, preto e encarnado[286], bem assim o corpo com estas mesmas cores, e aqui temos o seu atavio até à época de tomar mulher, depois dela o traje usual são peles e fazenda. Segue-se o traje completo de uma máscara[287], que consta do vestido de uma só peça, dos pés à cabeça, a ficar muito justo ao corpo, feito

de tecido de malha, e extraída a matéria da entrecasca das mesmas árvores, adaptando ao rosto uma cabaça similar a máscara, rematando igualmente com o citado capacete e empunhando azagaias ou machados. Assim ataviados tendo a designação de *baquixes* ou *maquixes* percorrem povoações e quilombos, a fim de receberem espórtulas de maior e menor valor, daqueles a quem se dirigem com trejeitos e momos, em harmonia com o pantomimo. Os indivíduos que se submetem a semelhante acto são reputados de valentes, embora refinados poltrões, porque [p. 77] lhes é peculiar o cargo de carrascos nas excursões a quaisquer pontos, visto que fazendo prisioneiros, fazem necessariamente vítimas sacrificadas no altar da superstição.

Os Quimbundos são circuncidados em muito pequeno número na classe baixa, e na alta torna-se de rigor que os sobas o sejam a fim de se acharem habilitados para o supremo mando; no entretanto, casos se têm dado entre alguns de que, não querendo passar por tal provação na idade própria, e sendo eleitos já de avançada idade, na ocasião em que, mau grado seu, se submetem à mesma, morrem, em resultado da gangrena que os acomete.

5 de Dezembro. Passámos o dia no local em virtude da chuva que nos impossibilitou de fazer jornada, dando causa a que fôssemos levar o tributo de passagem ao soba Mongua, seu fundador: fazendo-se presente de um boi e quindas de farinha de milho, o que retribuímos com um segundo presente de fazenda e tabaco (*e*).

A tribo Bambueira habita as vertentes dos rios Cuíto, Cubango e Cuando para o sul: é bastante numerosa, e tem por libata grande Bango Hacanuco[288] nas margens do primeiro manancial, o seu governo similar aos das tribos que ficam descritas. A maior parte possui gado que não usa castrar(1),

(1) As raças Batebere[289], Lui, Mohumbe e Macorrolo, são as únicas que usam castrar os animais.

cabras e aves de pena, galinhas; mantendo importante comércio de marfim desde 1848, e da cera desde o ano de 1858 a esta parte. Data desta mesma época a cultura das terras em larga escala, limitando-se até então ao amanho de insignificantes pedaços de terreno que não davam para sua subsistência sustentando-se a maior parte do ano da caça, mel, frutas e raízes agrestes. Boçais a toda a prova, ignoram qualquer arte, porque se veêm na necessidade de obter dos estranhos para seu uso: enxadas, machados [p. 78] e azagaias; ficando por consequência inutilizada ao menor transtorno nas suas mãos, qualquer arma de fogo pela falta absoluta de conserto[290]. Guerreiam-se mutuamente, e habitam pela maior parte no alagado e ilhas em míseras vivendas, que não merecem as honras de povoações.

6 de Dezembro. Continuámos a viagem pela encosta de matos fixados de arvoredo de toda a espécie, e margem direita do rio Hônda, e fomos fazer quilombo no sítio Canhuca, ou margem direita do mesmo rio, e limite do domínio da raça Ganguella tribo Bambueira (*f*). Caminho plano, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada. Mandámos o tributo de passagem ao soba do local, o que agradeceu.

7 de Dezembro. Continuámos a viagem pela encosta de matos fixados de arvoredo de toda a espécie, e margem direita do rio Bittou, passámos este manancial para a sua margem esquerda (de pequenas dimensões), leito de argila e pedra, com a nascente no quadrante do norte, direcção para o do sul e afluente do rio Hônda. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Quiconda. Caminho plano, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de substância preta e encarnada (*g*). Sem dó nem piedade fomos acometidos de forte borrasca a meio caminho, impossibilitando-nos de fazer jornada por espaço de duas horas; serenando, passado este tempo, em que continuámos a marcha;

depois da nossa chegada no local do quilombo, mandámos desamarrar as fazendas para secar porque estavam ensopadas de água[291].

8 de Dezembro. Continuámos a viagem pela encosta de matos fixados de arvoredo de toda a espécie, entre o qual se encontra a partir daqui para o interior a árvore denominada *uchibe*. A margem esquerda do rio Bittou cuja cabeceira deixámos, é onde, tornando-se o terreno desigual, limitam os rios com curso para [p. 79] oeste. Prosseguimos a marcha entre dois renques do espesso mato, passámos o rio Cuíto da Zambueira[292] a vau, de três braças de largo, leito de argila e areia, com a nascente ao norte, a dois dias de distância deste lugar, direcção para o sul e afluente do rio Cubango. Nesta paragem têm princípio os rios que dirigem o curso para leste[293], e distante três dias paralelo à nascente do Cuíto, existe a nascente do rio Lungué-Bungo afluente do rio Riambeje[294](*h*). Passámos a charneca entre aquele rio, e o rio Bembe[295], e fomos fazer quilombo nos matos deste nome(1). Caminho plano, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

9 de Dezembro. Continuámos a viagem, passámos os rios Bembe e Nongo Habilanda[296] a vau, aquele de duas e este de três braças de largo, leitos de argila e areia, direcções de nordeste para sueste, e afluente do rio Cuíto da Zambueira(2). Prosseguimos a marcha por matos fixados de arvoredo de toda a espécie, e segunda charneca destas paragens, e fomos fazer quilombo nos matos(3), lugar denominado Cambimbia, ou margem direita do riacho deste nome, afluente do Nongo Habilanda. Caminho plano, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

(1) Presentemente existe povoado pela raça Ganguella tribo Bambueira.

(2) Zambueira ou Bambueira segundo a pronunciação dos indígenas.

(3) Presentemente existe povoado pela raça Ganguella tribo Bambueira.

10 de Dezembro. Continuámos a viagem por um mato fixado consecutivo de arvoredo de toda a espécie, em cujo cume forma o primeiro ponto culminante[297] a partir do Bié para esta parte do interior, e pela terceira charneca, e fomos fazer quilombo no sítio Cassambua, princípio do domínio da terra de Muatamjamba[298], raça Ganguella tribo Luchiaje[299]. Caminho plano à excepção da subida para o ponto indicado, sem água no seu trânsito, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações. Mandámos o tributo de passagem ao soba do local, o que agradeceu.

11 de Dezembro. Continuámos a viagem, passámos o rio Cuttau [p. 80] a vau, de cinco braças de largo, leito de argila, pedra e areia, direcção de sudoeste para o nordeste, com a nascente a dois dias de distância desta paragem, e afluente do rio Lungué-Bungo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo próximo à libata grande de Muatamjamba. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

12 de Dezembro. Fomos levar o tributo de passagem ao soba que nos recebeu com cortesia, e de posse do mesmo, fez-nos presente de uma cabra, quindas de farinha de massango[300] e cabaças de capata do dito grão, e depois de algum tempo de conversação, retirámos ao quilombo. O soba Muatamjamba(1) fundador da terra do seu nome, é homem septuagenário, e curvado sob o peso dos anos, tem um tanto de lunático, prestando homenagem ao soba Liatto, cuja libata grande da tribo Luchiaje nas vertentes do rio Lungué-Bungo, demora a dois dias de distância deste lugar, e limite do domínio da respectiva tribo. Os habitantes do país são de

(1) É do nosso conhecimento dos anos de 1840 a 1841, em que por duas vezes concorremos à sua terra, e ainda mais pela catástrofe de que fomos vítima em 1852, como dos pormenores que adiante se encontrarão, folhas 254 do presente volume.

índole turbulenta, e dados ao vício da embriaguez: supersticiosos em excesso, e similar às tribos que ficam descritas, é rara a sua permanência num lugar além do espaço de três anos, dando-se a mesma particularidade relativamente às libatas grandes, e fazendo as povoações a uma e duas milhas distante dos rios. O idioma pode-se dizer geral[301], bem assim o trajar de ambos os sexos, porque não obstante possuirem fazendas provenientes da cera, escravos e marfim, guardam-na para resgastes e outras permutações, fazendo uso de peles no sexo masculino, e *quinhangas* franjadas a tapar as partes traseiras, e um retalho de oito polegadas de largo as partes dianteiras, no sexo feminino. [p. 81] Pela maior parte possuem armas de fogo que obtêm pelos géneros citados, e cujas à excepção do cano, são por eles consertadas com perfeição; no entretanto as do seu uso habitual são: arcos e flechas, azagaias, facões de dois gumes(1) e além destas fabricam com esmero toda a qualidade de arma branca ofensiva. Agricultam a terra em larga escala, possuindo grandes searas de mandioca e fazendo grandes sementeiras de massango, e do grão denominado *bihello*[302], uma e outra coisa seu alimento predilecto. O milho, feijão graúdo e miúdo, é cultivado em pequena escala entre eles, e além de cabras e galinhas, não possuem outras criações.

13 de Dezembro. Hoje fomos impossibilitados de fazer jornada por causa da chuva, dando lugar à visita do soba que nos veio fintar em sal e tabaco, retirando à sua povoação depois de algum tempo passado entre nós (*i*).

14 de Dezembro. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Lunda de Cangilla[303], ou libata grande desabitada do soba deste nome, e presentemente situada nas vertentes do rio Luio. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações (*j*).

(1) No idioma umbundo e ganguela, *mucuale*.

15 de Dezembro. Continuámos a viagem, passámos a quarta charneca desta paragem, bem assim a cabeceira do rio Cuando[304], direcção do norte para sueste, e afluente do rio Riambeje e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Lutuâim. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

16 de Dezembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo na terra de Muene-Canunga(1), princípio do domínio da raça Ganguella tribo Bunda[305], mesclada com a Luchiaje. Caminho plano, abundante de arvoredo [p. 82] de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações. Concluído o trabalho do quilombo, mandámos o tributo de passagem à dona da terra, a qual veio ao nosso abarracamento em companhia dos mensageiros fazer-nos presente de uma cabra, quindas de farinha de massango, e cabaças de *mingundo*(2)[306](*k*), que retribuímos com alguns panos mais, sal e tabaco, retirando à sua povoação ao cabo de algum tempo passado entre nós. Exceptuando a sucessão, que vem a ser de tios a sobrinhos entre a raça Ganguella que fica descrita, e a que agora acaba de entrar em cena: nada mais temos que dizer relativamente a usos e costumes, indústria e arte, porque são comuns ao geral desta mesma raça.

17 de Dezembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo na terra do soba Quicembo[307]. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações. De noite mandámos deitar bando para se passar alguns dias no local, a

(1) Termo emprego no idioma ganguela para designar fidalgos.

(2) Assim denominada no idioma umbundo e *doca* no idioma ganguela; a bebida preparada de água e mel, e que fermentando ao sol ou calor do fogo, embriaga como outra qualquer bebida de espírito.

fim do povo da caravana se refazer de mantimento para a viagem.

18 de Dezembro. Fomos levar o tributo de passagem ao soba Quicembo que nos recebeu com toda a cortesia. Patentes os motivos da nossa visita, acto contínuo entregámos o presente que, foi visto e revisto com minúcia pela sua pessoa, ao cabo de cujo exame se mostrou satisfeito. De sua ordem fomos ungidos de memba(1), em sinal de satisfação e terminada a cerimónia, fez-nos presente de duas cabras, quindas com farinha de massango, e cabaças de *mingundo*. Ao mesmo tempo nos [p. 83] entregou fazenda para talhar e coser casacos do seu uso, o que recebemos sem réplica, visto ser essa a sua mania dominante por ocasião de passagem ou concorrência de caravanas na sua terra.

19 de Dezembro. Veio o soba Quicembo ao quilombo num estado bastante inebriante, o qual vendo o adiantamento da tarefa que nos tinha imposto, e depois de ter lançado a contribuição de sal e tabaco pelas pessoas principais da caravana, retirou para a sua povoação. Este soba tem seguros sessenta anos de idade e está de ordinário embriagado. Aqueles dias em que não tiver o juízo toldado, conta-se no número de doente, e neste caso as adivinhações sucedem-se umas após outras. É comerciante de grosso trato, já para a cidade, já por estas partes do interior, o que não afasta a concorrência, porque todos aqueles que se dirigem à terra e suas circunvizinhanças, aí fazem os seus negócios satisfatoriamente. Não são decorridos cinco anos em que o chefe de uma caravana (*l*) procedente de Pungo-Andongo fazendo negócio no local, e vendendo-lhe uma arma granadeira com o intuito de se desfazer do traste, visto que as suas armas usuais são as lazarinas, lhe

(1) Acto pelo qual tem lugar a cerimónia de aplaudir, terminada que seja a reprodução do discurso, ungindo-se as partes mutuamente na fronte, peito e braços.

disse que, sem susto a podia carregar à vontade, porque não rebentava. O imbecil, se bem lho disseram melhor o fez. Mete três cartuchos no arcabuz, que dispara, rebentando e fazendo-lhe uma grande ferida no rosto. Quis o acaso que fosse na ausência do vendedor e dos seus, porque presentes que fossem seriam vítimas da sua esperteza ou imbecilidade, e desde então, mostrando a cicatriz e o fatal instrumento a viajantes de outras procedências, promete vingar-se dos Mondongos(1) logo que apareçam na sua terra. Acrescentamos que se não realizou jamais tal ameaça, porque o soba Quicembo faleceu em 1852, sucedendo-lhe seu sobrinho na herança do poder e não daquela, visto que os concorrentes da mesma procedência depois do seu falecimento aí têm afluído sem quebra de dano nas suas pessoas e haveres.

[p. 84] 20 de Dezembro. Fomos entregar os casacos ao soba e dar-lhe as nossas despedidas; mandando deitar bando à noite para se prosseguir viagem no dia seguinte.

21 de Dezembro. Passámos o dia no local em virtude da chuva que nos impossibilitou de fazer jornada.

22 de Dezembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, Lunda do soba Quicembo. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

23 de Dezembro. Continuámos a viagem, passámos o segundo ponto culminante a partir do Bié para esta parte do interior, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Cungimbo. Caminho plano, à excepção da subida para o citado ponto, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

24 de Dezembro. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo na terra de Muene Gambo[308]. Caminho plano,

(1) Assim denominados pela tribo Quimbunda os povos do domínio de Angola.

abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações (*m*). Fomos levar o tributo de passagem à Dona da terra, a qual nos fez presente de uma cabra, e quindas de farinha de massango, e depois de algum tempo de conversação, nos retirámos ao quilombo. Esta mulher conta para mais de sessenta anos de idade, sendo mãe de treze filhos, seis do sexo masculino, e sete do sexo feminino; em geral governando estados de maior e menor consideração. É bastante espirituosa e desembaraçada nas suas maneiras, e quando fosse pessoa de civilização, em virtude da sua posição social, poder-se-ia reputar feliz pela sua fecundidade, contudo, na condição bárbara da sua carreira, e dada a circunstância de viajantes na sua terra os contos favoritos na ocasião em que se apresenta são, das acções de maior ou menor particularidade [p. 85] da sua vida, e trazer para a arena a sua numerosa prole nos respectivos governos dos seus domínios.

25 de Dezembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Mallanca(1). Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

26 de Dezembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Bambi(2). Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, argiloso, de diversas configurações.

27 de Dezembro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo próximo à libata grande de Lutembo, margem esquerda do rio do mesmo nome[309], e limite do domínio da raça Ganguella, tribo Bunda. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações. De noite mandámos

(1) Assim chamado em virtude do animal aí morto pelos viajantes.

(2) Assim chamado pelo mesmo motivo.

deitar bando a fim de se passar alguns dias no local, para o povo da caravana se refazer de mantimento para a viagem.

28 de Dezembro (*n*). Fomos levar o tributo de passagem ao soba Cabitta(1), que advertido da nossa visita, encontrámos na praça grande(2) da povoação à nossa espera. Trajava panos de baeta encarnada, casaco de chita, na cabeça um penacho encarnado(3), e pendente do ombro esquerdo um enorme *mucuale*. De uma parte macotas, e da outra povo. Depois de tomarmos assentos, [p. 86] não obstante o modo glacial com que fomos recebidos, passámos acto contínuo à exposição dos motivos que nos conduziam à sua presença; deixar duas pessoas no país à compra de cera e marfim, com o intuito de nos facilitar passagem para a terra do Lui; e a demora de alguns dias no local para nos refazermos de mantimento. Desenrolámos e passámos ao exame do presente que constava de vinte peças ou cento e sessenta côvados de fazenda sortida, um barril de pólvora, uma arma, um casaco de chita, missangas, sal e tabaco. Finalmente o valor de três escravos ou três dentes grandes de elefante, e por seu turno chegando a vez das duas pessoas que ficavam estabelecidas, pondo patente os géneros no valor de um escravo; de sua ordem foram enrolados e mandados guardar todos esses objectos, respondendo então que: relativamente aos hóspedes que ficavam na sua terra nada tinha a dizer, visto ser essa a cláusula já estabelecida, enquanto que aos que passavam avante, seguiam para país de riqueza, e por esse motivo queria segundo presente para a passagem requerida. Retirámo-nos a fim de tratar da segunda

(1) Primogénito de Muene Gambo.

(2) No idioma umbundo — *Quilla* ou *Chilla* — sinónimo de dança; por ser aí onde os habitantes se reunem para este efeito, e praça das audiências e pleitos de toda a natureza, havendo praça grande e praça pequena.

(3) No idioma umbundo e ganguela, *sala*.

exigência, que efectuamos em proporção dos haveres de cada indivíduo, e ficámos aguardando o dia seguinte para a sua entrega.

29 de Dezembro. Fomos levar o segundo presente tributo de passagem ao soba Cabitta que, encontrámos no mesmo local, e com o cerimonial da véspera, e tomando assentos, fomos saudados pelos macotas assistentes, e depois pela sua pessoa, passando então à narrativa da primeira recepção, do acto da reclamação e finalmente fazendo patente os objectos que lhe diziam respeito; ficávamos esperando a solução de tal negócio, já de si um tanto enfastiento. Recebendo e mandando arrecadar, respondeu que, ficando satisfeito da nossa maneira de proceder, tínhamos o caminho desembaraçado, [p. 87] cumprindo-lhe a ele fazer outro tanto, a fim de que não tivéssemos motivos de queixa contra a sua pessoa. Foi reproduzido este curto exórdio por cada um dos macotas assistentes, seguindo-se o aplaudir e ungir-se as partes como já dissemos. É indício de mau agouro para hóspedes, quando a raça de que nos estamos ocupando, a do Luvar e Lunda, de quem adoptou o hábito, não põem em prática tal preceito, e o que efectivamente não tinha ontem realizado o chefe de Lutembo. No entretanto, seria loucura da sua parte pensar em meios hostis contra nós, porque não seria bem sucedido na empresa. Terminada a audiência retirámos ao quilombo.

30 de Dezembro. Apresentou-se o soba Cabitta no quilombo a fazer-nos presente de duas cabras, galinhas, quindas de farinha de massango e cabaças de *mingundo*, e não obstante a grosseria e usura connosco praticada, não deixámos de fazer a competente retribuição, a fim de não ficarmos em débito com este chefe turbulento, e se assim o alcunhamos, é pela circunstância do seu carácter irritável, procurando de ordinário indispor-se com viajantes, e não conceder tréguas ao povo do Cutti e Cuando, bem assim ao povo limítrofe da terra de Luvar, de primeira ordem, mas que não obstante têm de lhe

tolerar os excessos, uns por outros anos, pretendendo invadir qualquer dos seus domínios.

31 de Dezembro. Lutembo é terra de segunda ordem, e a sua libata grande bastante povoada, mas em virtude das superstições da raça Ganguella, é rara a sua permanência num lugar além do espaço de três anos. E como acabámos de dizer limita aqui o domínio da tribo Bunda que é numerosa, e mesclada com a Bambueira, Luchiaje e do Luvar. Geralmente falando a homofagia é um dos seus vícios predominantes, e não obstante o horror do sangue, o homicídio torna-se outro vício inerente ao seu carácter, bem assim a indústria, trajes, artes e agricultura.

[p. 88] 1.º de Janeiro de 1848. Entre esta tribo as únicas povoações amuradas são as libatas grandes, encontrando-se a cada passo os crânios humanos. Os celeiros[310] que se avistam de longe, e que servem de enceleirar as maçarocas de massango, servem-lhe igualmente de cozinha, visto que debaixo têm o espaço necessário para o efeito. As casas são mesquinhas, mas a partir de Muatamjamba para aqui, tornam-se usuais, não excedem dez pés de comprimento, e a mesma medida de largura, sendo feitas de pau-a-pique como o geral; a madeira não excede cinco pés de altura, e a cobertura de madeira de pequena grossura é fabricada no solo em proporção da mesma casa coberta de colmo, e posta em cima por três ou quatro pessoas. Uns usam barrá-las sobrepondo o barro em bolas por causa da nenhuma consistência, mas a maior parte ou por ociosidade ou por se não querer dar a tal incómodo, usam passar em roda pela parte de fora uma grande esteira de caniço ou de palha especial aquática, que serve a abranger o pau-a-pique, e resguardar o proprietário das intempéries do tempo. O fogo a bem dizer é aí aturado.

2 de Janeiro. Pelas dez horas da manhã seguiu o povo da caravana para a caça, recolhendo às três horas da tarde com

uma malanca e alguns veados(1); destes fizemos presente de um ao soba Cabitta que, na ocasião se achava no quilombo, visto que geralmente entre esta raça a aparição de qualquer manada de animais silvestres, qualificam-na de sua manada de bois, pertencendo ao chefe de qualquer domínio a maior porção de cada peça.

3 de Janeiro. Em virtude de havermos comprado o mantimento suficiente para a viagem, hoje principiámos de pôr em ordem as nossas mercadorias para [p. 89] a viagem. Os comestíveis afluíram em abundância por preços excessivamente cómodos, e por este lado nada mais temos a desejar, ficando por consequência reservadas para amanhã as nossas despedidas ao chefe da terra de Lutembo.

4 de Janeiro. Apresentámo-nos na libata grande fazendo ver ao soba Cabitta o fim da nossa visita, tendo por objecto a retirada da caravana amanhã, e a recomendação sobre os nossos companheiros que ficavam. Respondendo que ficava ciente e que enquanto a estes não haveria novidade. Retirámos ao quilombo, e de noite mandámos deitar bando para a viagem no dia seguinte.

5 de Janeiro. Continuámos a viagem, passámos o rio Lutembo a vau, de dez braças de largo, leito de argila e areia, direcção do noroeste para sueste, com a nascente no domínio de Muene Canunga e afluente do rio Lungué-Bungo. Prosseguimos a marcha, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Camochitto(2). Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

(1) *songue*[311] no idioma umbundo. São do tamanho de qualquer *Nunxe*, diversificando pelo gamado da côr e armação maior.

(2) Diminutivo de bosque no idioma umbundo, e em abono da verdade devemos dizer que este termo, bem assim os que se forem seguindo em lugares desertos, são postos pelos citados viajantes, e que interrogado qualquer indígena que por ventura se possa encontrar, não saberá dar definição alguma sobre eles.

6 de Janeiro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Camunha. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

7 de Janeiro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Nhuíma. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

8 de Janeiro. Continuámos a viagem, e fomos fazer [p. 90] quilombo nos matos, lugar denominado Matundo. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

9 de Janeiro. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Camocuito. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

10 de Janeiro. Continuámos a viagem, e fomos fazer quilombo nos matos lugar denominado Fumango. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

11 de Janeiro. Continuámos a viagem e fomos fazer quilombo nos matos, margem esquerda do rio Loambimba. Caminho plano, abundante de arvoredo de toda a espécie, abundante de riachos, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

12 de Janeiro. Continuámos a viagem, passámos o rio Loambimba[312] a vau, de dez braças de largo, leito de argila e areia, direcção de noroeste para sueste e afluente do rio Riambeje. Prosseguimos a marcha por descampados e matos fixados de arvoredo de toda a espécie, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Locuim. Caminho plano, terreno fértil, arenoso de diversas configurações. Aquém do rio Loambimba não é dificultoso a falta de riachos e encontro de lagoas pelos descampados, e mesmo por estes; os bosques e

lugares de espesso canavial dirigindo-se aí o viajante achará o elemento que mitiga a sede, isto na estação seca, na húmida têm que fazer a jornada por água, dada a circunstância de que o caminho seja pelos citados descampados.

Aqui encontrámos os Cassaqueres(1)[313] com grande provimento de carne de três elefantes e abundância de mel, [p. 91] que o povo da caravana comprou por missangas e tabaco, fazendo grande provisão de ambos os objectos. O chefe dessa gente nos fez presente dos dentes dos citados animais e do mencionado alimento, que retribuímos a seu contento (*o*)[314].

13 de Janeiro (*p*). Continuámos a viagem por descampados e matos fixados de arvoredo de toda a espécie, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Caribo. Caminho plano, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

14 de Janeiro. Continuámos a viagem por descampados e matos fixados de arvoredo de toda a espécie, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Lesmette. Caminho plano, terreno fértil, arenoso, de diversas configurações.

15 de Janeiro. Continuámos a viagem por descampados e matos fixados de arvoredo de toda a espécie e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Locûim. Caminho plano, terreno fértil, arenoso de diversas configurações.

16 de Janeiro. Continuámos a viagem por descampados e matos fixados de arvoredo de toda a espécie bem assim palmeiral, e fomos fazer quilombo nos matos, lugar denominado Camuceque. Caminho plano, terreno fértil, arenoso de diversas configurações. Acabámos de falar em palmeiral; devemos acrescentar que são palmeiras de duas espécies como que espalhadas aqui e ali por estes grandes descampados. Uma cresce gigante imitando o coqueiro, de folhas em forma de leque, e dando cachos como cocos, mas em ponto mais pequeno e cujo fruto duro como pedra, seria de alguma utilidade para

(1) Adiante encontrará o leitor pormenores sobre esta tribo, folhas 293.

obras de enfeite quando levado à análise[315]. E a outra não difere da palmeira que dá o azeite denominado de palma, produzindo cachos da mesma forma[316], advertindo que à excepção das folhas que suprem a falta de cordas para os indígenas, nenhum outro préstimo tem qualquer das citadas qualidades.

Apascentava pelo descampado à nossa chegada no local, [p. 92] uma grande manada de búfalos(1), lançar mão das armas, e fazer-lhes montaria, tudo foi obra de um momento. No campo ficaram seis destes animais, contudo despendeu-se mais de quatrocentos tiros para o efeito, e dizendo que foi segundo dia de *rendez-vous* para o povo da caravana, dizemos a verdade.

17 de Janeiro. Continuámos a viagem por descampados e matos de arvoredo de toda a espécie, e fomos fazer quilombo nos matos da desembocadura para o rio Riambeje. Deste local enviámos o presente denominado *O-sapo* para o chefe do país.

18 de Janeiro. Chegaram os nossos mensageiros junto a outros do chefe do país a fim de assistirem à passagem do povo da caravana para a margem dalém, e tem princípio neste local o domínio da raça Ganguella tribo Lui.

19 de Janeiro. Passou parte do povo da caravana e mercadorias para a margem esquerda do rio Riambeje.

20 de Janeiro. Passou outra parte do povo da caravana e mercadorias para a margem esquerda do rio Riambeje.

21 de Janeiro. Passámos o rio Riambeje para a margem esquerda, pelo descampado presentemente inundado, e com aparências de grande lago[317], seguindo o rio com seu curso pelo centro, e tornando-se necessário o tempo de seis horas de uma a outra encosta do mato, para que as canoas que são de grandes dimensões, possam percorrer esse espaço. Passámos pois, este grande manancial, com a nascente na terra de Mus-

(1) No idioma umbundo, *Nhani* ou *Lo-Nhani*.

socandanda do domínio da Lunda, e vai desaguar no mar para oriente.

22 de Janeiro. Dirigimo-nos para a libata grande do país, onde encontrámos o seu chefe, já prevenido da nossa visita à nossa espera, rodeado de titulares e grande ajuntamento de povo[318]; tomando assentos, fomos depois cumprimentados geralmente, e terminado que fosse esse acto, [p. 93] fizemos ver que: depois de uma viagem de custosa fadiga, aportávamos finalmente à terra cuja hospitalidade nos havia sido grata, e a bem dizer recente, para que a pudéssemos olvidar[319]; esperando a continuação dos mesmos obséquios na presente ocasião, para que as relações de boa camaradagem entre os naturais e estranhos continuassem inalteráveis pelo correr do tempo. Concluído o exórdio, fizemos entrega do presente que constava de fazendas, pólvora, armas e contaria, que acto contínuo foi distribuído pelos circunstantes, não reservando o soba coisa alguma para si, e respondendo após a distribuição que: considerássemos a terra como própria, visto que ele não fazia distinção entre forasteiros e indígenas, porque uns e outros eram seus filhos, terminando por nos mandar entregar quatro dentes grandes de elefantes, abundância de carne de caça e de mantimento, e após o que nos retirámos. Este povo não tem por hábito murar as povoações, contudo, em 1845 a pedido do actual chefe do país, a libata foi amurada de pau-a-pique[320], a fim de prevenir qualquer invasão, advertindo que as mesmas casas são de acanhadas proporções, porque se limitam a barracas fabricadas de varas fixas no solo, e a fixar em forma de arco, e depois cobertas de colmo, tornando-se necessário curvar o corpo para entrar em tais pocilgas, em atenção às portas que similam perfeitamente às dos fornos. A terra do Lui propriamente dita, é habitada presentemente pelo povo Genje(1), que dela se assenhoreou pela imbecilidade do

(1) Quer dizer audacioso. Nome posto pelos indígenas aos Macorrolos, e pelo qual nomeadamente se ficou designando o país[321].

soba Riumbo[322] antigo senhor da mesma; porém, se bem que tarde conhecesse o seu erro, jamais quis prestar homenagem àqueles que dela se apossaram e por esse motivo expatriando-se com parte do seu povo, se veio refugiar neste local denominado Locullo, antigamente do seu domínio, e hoje uma côrte denominada Lui. O soba Riumbo [p. 94] é homem sexagenário, e não obstante ainda não depôs as armas de guerreiro, pois que se tarde conheceu a sua fraqueza em entregar o país aos seus inimigos, presentemente não lhe tem cedido um palmo de terreno. É país de grande extensão, com imensas terras que lhe são tributárias, cujos sobas anualmente seguidos do seu povo, se apresentam com o tributo de marfim, escravos, canoas, escudelas, peles de toda a espécie de animais silvestres, cereais, viandas, mel, sal e finalmente frutas na estação própria. Não há gado doméstico de espécie alguma, porque o possuído antigamente, ficou em poder dos intrusos senhores, possuindo unicamente galinhas. É pois este povo, de entre o geral dos selvagens, de costumes simples e não corrompidos. O único instinto que possuem é o de Deus e nada mais. Usam trajar peles dos diferentes animais silvestres, as quais são por eles muito bem preparadas, e as suas armas são arcos e flechas, lanças curtas e compridas[323].

VARIANTES DO MANUSCRITO DA S. G. L.
VIAGENS E APONTAMENTOS (...)

(Res. 146-C-6, vol. 1.º, numeração a lápis)

a) «Noto que esta viagem ao centro ou terra do Lui, rio, é feita pelos meus caixeiros de cujo roteiro procede o que se segue» p. 67.

b) «Sítio Cassamba» p. 67.

c) «(...) principia o domínio do povo Ganguella, nação Luimbe» p. 67.

d) «Geralmente todos os sobas exigem *quibandas*, presente que sendo também voluntário, para com esta raça pode-se dizer forçado, pois que em se querendo passar por alto nestas terras, eles convocam-se, e fazem-no dar pelo poder da força, havendo exemplos de assassinatos perpetrados por estes malvados contra pequenas comitivas, em consequência da falta de *quibanda*» p. 68.

e) «Por vezes tenho notado, quindas com fuba; esta já notei ser farinha de milho e por estas paragens também a fazem de mandioca e massango, que em algumas partes costumam dar aos pássaros; o cesto em Lisboa vem a ser por estas paragens a quinda do gentio com a única diferença de que a quinda embora se encha de água não vasa» p. 70.

f) «Cessa nesta paragem o limite da terra do povo Ganguella, nação Luimbe (...)» pp. 70-71.

g) «Cessam nesta paragem todos os rios que dirigem o curso para poente» p. 71.

h) «(. . .) principiando neste lugar todos os rios que dirigem curso para o nascente» p. 71.

i) «(. . .) bem como depois de lhe havermos dado alguns panos (cada pano tem uma jarda). (. . .) Por estas paragens em geral, as únicas criações que os Ganguellas possuem são: cabras e grande abundância de galinhas, gado vacum. Em geral a maior qualidade de criação doméstica é privativa das imediações dos rios Cuanza e Cuquema» p. 72.

j) «Esta paragem era antigamente habitada pelo povo da denominação que conserva, presentemente existem distante deste lugar um dia de viagem; geralmente entre a raça Ganguella povoações desertas são imensas, pela infinidade de superstições a que são habituados» pp. 72-73.

k) «(. . .) (bebida feita de água e mel, embriaga como qualquer bebida espirituosa)» p. 73.

l) «(. . .) uma comitiva de Mondongos (aqui chamados os povos dos presídios e distritos do domínio de Angola) (. . .)» p. 74.

m) «Cessa nesta paragem o território do povo Ganguella nação Luchiaje» p. 75.

n) «Continuámos viagem, passámos o rio Lutembo a vau de dez braças de largo, tem a nascente na terra do soba Canunga, vai desaguar no rio Lungué-Bungo» p. 76.

o) «Retribuímos com missanga coral[324] e tabaco objectos entre os selvagens de grande estimação pois que a fazenda entre eles não tem préstimo absolutamente nenhum. Os Cassaqueres são uma tribo selvagem que comummente vagueiam pelos matos estacionando por onde se ofereça abundância de mel e caça e certas raízes agrestes, que lhes servem de alimento; em faltando estes três objectos, mudam logo de paragem e desta maneira vivem errantes toda a vida. As mulheres empregam-se geralmente na colheita de mel, cavar

raízes para sustento e construção do quilombo. Os homens empregam-se em geral nas caçadas, em que são muito destros, não havendo neste género quem os possa imitar. As suas armas são: arcos, flechas e lanças, que em proporção do geral do gentio, têm cinco polegadas de menos. A sua linguagem é completamente ininteligível, pois que falam dando estalos com a língua[325], tanto os homens como as mulheres costumam trajar peles de diferentes animais bravios, e por eles preparadas com esmero. São afáveis para os estrangeiros, mas vingativos em extremo para os Ganguellas por se verem continuamente acoçados por eles, com a ambição do marfim, não usam de consideração, antes quase sempre se pagam na mesma moeda, usando de represálias. Andam aos ranchos de quarenta e cem pessoas, havendo entre eles um chefe por quem são dirigidos. São em geral pardos claros e o cabelo muito encarapinhado. Tratam por irmãos os brancos de além mar, dizendo que saíram do seu poder ainda crianças[326]. Semelhante a esta tribo existe outra nação selvagem denominada Nhengo ou Banhengo[327] a qual limita as ilhas e lugares alagados nos grandes rios. São inteiramente negros e a linguagem é intelegível, difere um pouco da língua ganguela. À imitação dos Cassaqueres logo que lhe descobrem a habitação mudam imediatamente de paragem, e também usam as mesmas armas que eles. Quando vão à caça, ou em procura de alimento seguem quase sempre dispersos e nunca voltam pelo mesmo caminho. Isto para que lhe não descubram a habitação, pois que em idêntica posição para com os Ganguellas se acha colocado este povo à semelhança dos Cassaqueres» pp. 80-81.

p) «Depois de nos despedirmos dos Cassaqueres que já nos chamavam irmãos (...)» p. 81.

NOTAS ÀS *VIAGENS E APONTAMENTOS DE UM PORTUENSE EM ÁFRICA*: PRÓLOGO, CAPÍTULOS 1.º, 2.º, 3.º E RESPECTIVAS VARIANTES

ESCLARECIMENTO

As notas deste 1.º volume incidem especialmente sobre as viagens do Bié a Benguela, pelo Huambo e por Caconda, itinerários esses que Silva Porto não voltará a seguir e que é conveniente esclarecer desde já. Efectivamente, no texto subsequente aparecem referências dispersas aos povos contactados e aos acontecimentos agora ocorridos. Quanto à viagem ao Lui, realizada pelos caixeiros, as anotações serão mais espaçadas, visto que se trata de uma viagem que vai ser várias vezes repetida por Silva Porto. E embora o itinerário não seja exactamente igual, os povos atravessados e visitados são os mesmos. Nos diários das viagens efectuadas pelo próprio sertanejo as suas descrições são muito pormenorizadas, pelo que deixamos para essa fase do texto anotações mais específicas sobre estes povos. O mesmo se deve dizer em relação às partes do texto que se referem ao Bié. Em capítulo posterior o autor vai ocupar-se deste reino sob todos os aspectos, desde o geográfico ao religioso, o que justifica que reservemos para essa altura anotações mais completas.

Procurou-se, de preferência, basear as anotações em fontes contemporâneas ou próximas do texto. Nestes casos, à semelhança do que se fez com o manuscrito de Silva Porto e dentro dos mesmos critérios, actualizou-se a ortografia nas transcrições de trechos. Fontes e estudos de outras épocas foram igualmente usados quer na falta daqueles quer como seu complemento e/ou elemento correctivo.

NOTAS

[1] Povoação fundada em 1769, pelo governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho no sertão de Benguela, a 14° 03′ 10″ lat. S. e 14° 05′ 03″ long. E., com o nome de Salvaterra de Magos. Tinha por finalidade «unir em sociedade os habitantes (sertanejos) que vagos e sem ordem, corriam aquela vastíssima região (sertão de Benguela)» (FELNER, 1940, vol. 1, doc. 3, p. 161). Quilengues sofreu vários ataques das populações de Quitata, Caluquembe, Galangue, Humbe, Quipungo, Quingolo e Quiaca. A instabilidade em que vivia a população determinou a construção da fortaleza de pau-a-pique com quatro baluartes em 1834 (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 293). Em 1841, porém, já havia sido destruída. Servia de forte a residência do capitão Ferreira de Andrade (na altura a comandar Caconda), construída de estacada, tendo dentro boas casas. A situação da população era de miséria, sofrendo «a fome mais abrasadora (...) e as frequentes guerrilhas dos Mondombes (...)». Os povos não obedeciam ao regente e este, por falta de forças, não podia impor-se (GARCIA, pp. 248-249). Em 1857, o regente recebeu autorização para construir nova paliçada de pau-a-pique. Uma escola, uma capela, presença de missionários, guarnição militar reforçada apenas temporariamente conseguiam vencer a inércia. Os relatórios são quase sempre desoladores. A verdade é que até cerca de 1852 serviu de ponto de apoio às caravanas comerciais que se dirigiam a Benguela. «A sua importância comercial, como ponto de passagem das comitivas vindas do sertão, tem diminuído desde a abertura do caminho directo de Supa para o Bié (1852). Outrora todas as comitivas *(n'bacas)* aí passavam, permutando não poucos artigos com os estabelecimentos então existentes» (CAPELLO e IVENS, 1881, vol. 1, p. 32). Pode encontrar-se uma gravura da povoação, talvez a paliçada de pau-a-pique erguida em 1872, em (IDEM, p. 43, DELGADO, vol. 1.º, p. 296).

[2] Trata-se de Caconda Nova, situada no sertão saudável a 1642 metros acima do nível do mar, entre dois riachos, na posição de 13° 44′ lat. S. e 15° 02′ 35″ long. E., fundada por ordem do governador Sousa Coutinho em 1769. Por carta de 12 de Outubro para o capitão-mor de Benguela o governador apresenta os seus objectivos: «agora verá Vmce., aparecerem muitos ramos de comércio e se vierem os casais que tenho pedido, verá cidades muito mais populosas, e úteis que as do Brasil, e quando não venham, os mesmos que há, se aproveitarão, e abençoando a divina Providência, a Paz, a Justiça, e a Religião, que lhe introduzo fará que cada um desses homens valha por muitos, e espero que Vmce trabalhe contínua e sucessivamente até completar este grande negócio, a ver se chegamos ao fim de aproveitar todos os vagabundos, e desertores, livrando o país das suas extorções, e violências.» Os sertanejos corresponderam ao apelo, mas a tendência para a dispersão do povoamento e os pequenos exércitos particulares não permitiam ao chefe do presídio ter sobre eles qualquer autoridade. Caconda serviu de base militar para várias campanhas avassalando sobas vizinhos no último quartel do século XVIII. Sofreu igualmente ataques dos sobas do Huambo, Galangue e outros. Nunca passou porém de uma povoação de cubatas e não constituiu nunca um grande centro comercial. A partir de 1835 o retrocesso de Caconda é evidente acentuando-se a fraqueza militar e a decadência da povoação dentro e fora da fortaleza (Delgado, vol. 1.º, pp. 229-250). Em 1841, João Francisco Garcia marchou desde Moçâmedes até Caconda para abrir comunicação. «Os moradores deste presídio e mais potentados, acham-se muito distantes da residência, pelo menos a três léguas, e da mesma forma uns dos outros, porque cada um em seu sítio tem sua fortificação, a que chamam *Quimpácas*, e nelas com seus agregados, se fazem fortes e por isso com muita pouca subordinação à autoridade constituída. Há neste presídio duas companhias do batalhão de voluntários de Benguela, as quais se não acham de todo organizadas porque (. . .) os filhos do país se recusam a assentar praça e o [comandante] não tem força para os obrigar» (Garcia, p. 253). Silva Porto visitou Caconda nos dias 5 e 6 de Abril de 1847, dando-nos uma imagem de alguma prosperidade do lugar. A alteração das rotas das caravanas bienas para o Bailundo, Civula e Quissanje iria contribuir para acelerar a sua decadência comercial. «Caconda é ainda hoje um dos pontos interessantes da vasta província de Angola. Cabeça de conselho, delegação do distrito de Benguela, é ali a residência do chefe, dentro de um forte de 60 metros de face (. . .). Sob o ponto de vista comercial, está longe do que foi em outro

tempo, (...)» (CAPELLO e IVENS, 1881, vol. 1, pp. 54-55). Existe uma gravura do presídio (IDEM, *ibidem*).

[3] Ou *Cisanji* situado a nordeste de Benguela, entre o rio Catumbela e o rio Cubal. Na década de 40 ainda se temia os seus ataques na Catumbela, se bem que os «Quissangistas» ali fossem comerciar. Em 1846 por ordem do governador Pedro Alexandrino da Cunha, procedeu-se à sua submissão pelas armas acabando as correrias e ficando «submetidos à autoridade do governo os habitantes indígenas do novo conselho» (BASTOS, 1912, pp. 8 e 9).

[4] Bié *(Viye)* era um reino do povo Ovimbundo fundado no princípio do século XVIII. Anexou vários grupos, muitos dos quais não eram então Ovimbundo, e alguns nunca foram assimilados (CHILDS, 1970, pp. 246-247). Em 1769 foi fundada a capitania-mor do Bié pelo governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, passando desde então a ser habitada por sertanejos dedicados ao comércio de escravos. Depois de um retrocesso, pelos anos 30, aumentou consideravelmente o seu número, a partir de 1845-50. Por 1846, Rodrigues Graça escreve uma descrição da província do Bié. «Esta província se acha no centro das riquíssimas possessões dos potentados do Andulo, Bailundo, Camexe, Bunda, Ambuelas, Quiboco, Mazaza, Cassaby e Lumbige; donde tem vindo em todo o tempo marfim, cera e mais géneros de consumo do país, que daqui tem saído efectivamente para as suas diferentes praças de Luanda e Benguela, e que tem feito a fortuna dos habitantes dessas praças» (GRAÇA, pp. 385-386). Ao longo deste trabalho teremos ocasião de acompanhar não só a história do Bié desde a sua fundação mas também a sua evolução nas décadas subsequentes.

[5] Sobre as campanhas militares no sertão de Benguela ver DELGADO, 1944 e PELLISSIER, 1977.

[6] «No idioma dos negros namno representa lugar ou sertão mais alto» (PINHEIRO DE LACERDA, p. 487). «Em todo o Nano, que vem a ser o país compreendido entre Caconda Nova para o Norte até ao rio Aço, os sobas principais são: os de Bailundo, do Hambo, de Quiaca, de Quitata e o de Galangue, além duma infinidade de sobetas seus subordinados» (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 229).

[7] As capitanias-mores no sertão de Benguela foram instituídas pelo governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho c. 1769, quando da criação de novos presídios e povoações obedecendo à sua pretensão de introduzir «a Paz, a Justiça e a Religião» representadas por autoridades portuguesas. Capitães-mores e regentes exerciam funções militares, admi-

nistrativas e, além disso pretendia-se que ministrassem a justiça entre os «moradores». Juntava-se-lhes por vezes o pároco. Com sortes diferentes e por períodos variados encontramo-los no Bié, Caconda, Bailundo, (capitães-mores), Galangue, Quingolo, Huambo e Quilengues (regentes). Silva Porto afirma ainda ter provas de que existiram na Quiaca, Quipeio e Songo. De qualquer modo dispunham aqui de muito menos apoio militar e força para dominar quer os «moradores» quer as populações locais, do que no sertão de Luanda. As relações dessas autoridades com Benguela em tempos normais não passavam de prisões de desertores, desinteligências crónicas entre a autoridade e as populações, roubos, prisões de escravos fugidos, pedido de reforços, abusos de autoridade, intervenções repressivas por parte do governador (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 117). Na época em que Silva Porto escreve, à excepção de Caconda e Quilengues, a maioria destas autoridades tinha desaparecido e as que permaneciam formalmente não exerciam qualquer actividade na prática.

[8] A fragilidade da soberania portuguesa na área ficou bem documentada por uma fonte do final do século XVIII, época em que a presença militar e administrativa terá atingido o seu máximo junto de «vassalos» pouco «obedientes». Em 1799 a capitania de Benguela «tem de comprimento de Oeste, a Leste 148 légoas, pouco mais ou menos, que he desde a cidade até o Rio Quanse nos confins da Província do Bihé, na qual nasce o dito Rio; e de Norte a Sul tem de largura, pelos gráos em linha recta 80 légoas: pela parte do norte se divide da Jurisdição do Presídio de Novo Redondo pelo Rio Anhamdanda, do qual a Barra está em 11 gráos e 40 minutos, e pela parte sul chega a Cabo-Negro que está em 16 graos». Desta capitania faziam parte as províncias de Benguela, propriamente dita, Quilengues, Caconda, Huambo, Galangue, Bailundo e Bié. Porém, reconhecia-se que destes sobas «poucos são vassalos obedientes, sendo indispensavel, de annos em annos, sahir em Guerras a castigar varios delles por mortes, roubos e hostilidades que fazem aos negociantes Certanejos que tranzitão pelos Certões na compra de Escravos, Marfim e cera, e até por se rebelarem algumas vezes varios deles» (DESCRIPÇÃO DA CAPITANIA DE BENGUELA, 1799).

[9] Referência às críticas feitas pela política internacional à administração ultramarina portuguesa acusando-a de suportar a escravatura e pretendendo minimizar os «direitos históricos» que Portugal alegava relativametne às possessões africanas.

[10] Silva Porto refere-se aos capitães-mores, regentes, juízes e padres que foram colocados nas capitanias criadas durante o governo de Sousa

Coutinho. Algumas delas tiveram permanência efémera outras intermitente, consoante as melhores ou piores relações com as autoridades locais; algumas como Caconda e Quilengues, defendidas por fortificações, resistiam ainda ao tempo em que Silva Porto escrevia, isto é, 1869.

[11] Refere-se à nomeação de Francisco da Conceição Matos para capitão-mor do Bié, em 11 de Maio de 1791.

[12] Ambo (Huambo ou *Wambu*) era um reino do povo Ovimbundo situado entre o Bailundo, ao norte, o Sambo, a este, o Quingolo, ao sul e Quiaca, a oeste (CHILDS, 1949, p. 168). As operações militares desencadeadas em 1774, contra o Bailundo estenderam-se ao Huambo, cujas populações cooperaram, com as daquela zona, na causa comum da emancipação. Vencidos e reprimidos regressaram à insubmissão. Castigados em 1796, voltaram à rebeldia, em 1800, à frente dos sobas do Nano. Em 1799, instalou-se ali um regente, mas nem por isso o soba deixou de atacar Quilengues (1807), Caconda (1809) e os comerciantes (1813). O enfraquecimento do poder das autoridades portuguesas no sertão na década de 1830 favoreceu a intensificação dos ataques aos estabelecimentos portugueses e o desaparecimento de comerciantes daquela região. No ano de 1847 a estrada comercial que atravessava o Huambo era apesar de tudo bastante frequentada; passava, como se pode verificar através do itinerário de Silva Porto, por Quiaca, Quibera, Candala, Quirono e Quipeio seguindo para o Bié. O comércio do Huambo com Benguela consistia em cera, marfim, feijão e escravos que permutava por fazendas, aguardente e pólvora (DELGADO, vol. 1.°, 1944, pp. 309-321). A partir de 1852, devido aos roubos que sofriam, as caravanas do Bié desviaram os seus itinerários do Huambo para o Bailundo.

[13] Reino do povo Ovimbundo que ocupou vários reinos tributários, passando a dominar um terço da área total dos Ovimbundo. Finalmente tornar-se-ia o maior reino daquele povo. Os contactos comerciais entre Benguela e o Bailundo datam do século XVII. Cerca de 1770, o governador Sousa Coutinho ordenou a fundação de Nova Golegã atraindo o estabelecimento de comerciantes. A autoridade ali estabelecida não logrou, porém, obter a subordinação das populações, que continuaram a atacar Catumbela e Novo Redondo, assim como a perseguir os comerciantes locais obrigando-os a fugir (DELGADO, vol. 1.°, 1944, pp. 377-379). Em 1773-1775, o Bailundo sofreu uma campanha militar que ficou nas suas tradições, reconhecendo daí em diante que lhes era mais vantajoso comerciar com os portugueses do que atacar os seus estabelecimentos (CHILDS, 1970, p. 197 e 246, THEATRO DA GUERRA (...) *Cart*). Em 1798, segundo a relação do capitão-mor, viviam

dispersos pelo Bailundo cerca de 150 «moradores», entre «pretos, pardos, fuscos, e brancos». A grande maioria era de pardos e fuscos. Brancos eram 15, quase todos na casa dos 30 e dos 40 anos. Pretos contavam-se 28. Apesar disso, a presença da autoridade portuguesa sofreu várias intermitências e nunca dispôs de força para se impôr. Em meados do século XIX (1845), Lopes de Lima apresenta o soba do Bailundo como independente, embora aliado, aconselhando a que se aproveitasse a sua disposição belicosa para conquistar a Quissama com o seu apoio. Em 1852, Silva Porto desviou para o Bailundo o caminho das caravanas, tendo encontrado o soba extremamente cooperante. Efectivamente, no ano de 1853, o governador de Benguela aliou-se aos povos do Bailundo e Huambo para devastar os Seles. Até 1869, data em que Silva Porto reescreve o seu diário, as relações entre o Bailundo e Benguela são as de aliados reciprocamente interessados (Delgado, vol. 1.º, pp. 379-389 e 619-621).

[14] Galangue *(Ngalangi)*, reino do povo Ovimbundo localizado ao sul do Sambo, entre o Alto Cunene e o Cubango. O governador Sousa Coutinho, depois de invadir o sertão de Caconda para leste (1766) fundou ali a povoação de Linhares estabelecendo naquele território um regente que existiu até uma data posterior a 1821. Correspondência entre o regente de Galangue e o governador de Benguela, desde 1796 a 1821, pode encontrar-se em Delgado, vol. 1.º, pp. 643-651.

[15] Quiaca *(Ciyaka)* era um reino do povo Ovimbundo, situado entre as nascentes dos rios Balombo e Queve. Em 1774-76 sofreu uma campanha militar portuguesa mas continuou a fazer razias aos fortes de Caconda e Quilengues e à Huila. Os sertanejos não se fixavam no seu território (Childs, 1970, pp. 197, 198, 243). As caravanas do Bié atravessavam a Quiaca antes de 1852 mas estavam sujeitas a assaltos e mucanos, o que as afastou desse caminho. «Este caminho porém, era mau, porque em Chiaca e Ganda eram as comitivas continuamente assaltadas, roubadas e, às vezes, trucidadas pelos salteadores da região» (Bastos, p.9).

[16] Quipeio *(Cipeyo)*, reino tributário ora do Bailundo ora do Huambo, situado entre estes dois reinos (Childs, 1949, p. 168). Antes de 1852 o seu território era atravessado pelas caravanas do Bié.

[17] Não parece ser o Songo a noroeste do Anduro *(Ndulu)* ponto de passagem obrigatória para o Cassange, demasiado afastado dos outros territórios enumerados no texto. Trata-se provavelmente do *Kasongi* ou Cassongue, tributário do Bailundo (Childs, 1949, p. 168). Childs refere que *Kasongi* terá sido um dos mais recentes grupos de língua umbundo,

datando a sua formação de uma data posterior à estada de Ladislaus Magyar no planalto (1849-1857) visto este não o ter citado. Não dispomos de elementos para solucionar a questão, mas aventamos a hipótese de que o Songo referido por Silva Porto seja o *Kasongi* que Ladislaus Magyar ignorou.

[18] Trata-se da viagem de travessia da África efectuada em 1852-54 pelos pombeiros de Silva Porto acompanhados do árabe suaíli Ben-Chombo (Nassolo) que antes tinha realizado a travessia em sentido contrário de Zanzibar a Benguela, em companhia de seu sobrinho Ben-Habite (Saïd ben Habib ben Salem el-Arifi; BONTINCK, 1975, p. 65).

[19] Terra da naturalidade de Silva Porto, à qual se manteria ligado toda a vida por fortes laços afectivos.

[20] Trata-se do *Major* Francisco José Coimbra, mestiço nomeado chefe da província do Bié entre 1834 e 1838 que, por tradição, passou a usar o título de capitão-mor (GRAÇA, p. 384 e FERREIRA, Sales, p. 118). Rodrigues Graça que estacionou no Bié por esta época avistou-se com ele na sua libata. «Boa Vista é onde reside o major Francisco José Coimbra, chefe da província do Bié feito pelo governo provisório de Luanda (. . .). Deram-se-lhe instruções para por falecimento dos portugueses residentes no Bié, ele tomar conta dos bens, inventariá-los, e fazer deles remessa ao chefe de Pungo-Andongo, para, por este, serem remetidos para Luanda a entregar à competente autoridade. Este homem é natural do presídio de Caconda, abastado de bens, pardo, alto e reforçado, hospitaleiro, mas não impõe o devido respeito para com o soba, que hoje rege o estado, que se chama D. António Lourenço de Alencastre (Quigilla), cheio de superstições, praticando ainda actos gentílicos com aqueles mesmos que lhe requerem justiça, e outros mais etc.» (GRAÇA, pp. 383-384). Manteve o cargo durante mais de 30 anos, mas o desinteresse pelas funções oficiais foi-se acentuando ao longo desse tempo. A seu pedido, Silva Porto substitui-o algumas vezes durante as suas ausências em viagens de negócios.

[21] Trata-se da segunda viagem conhecida de Silva Porto ao Lui (Barotze).

[22] Trata-se de uma viagem de Benguela para o Bié.

[23] Refere-se evidentemente ao Bié.

[24] O povo Macorrolo (*Makololo*) conquistara a região do actual Barotze entre 1830-1840 mantendo-se no poder até 1864. Nos volumes subsequentes Silva Porto vai ocupar-se, com pormenor, deste povo. Consequentemente surgirão outras notas que complementam esta.

[25] O nome Lui *(Luyi)* significa estrangeiros. Foi dado pelos habitantes primitivos da planície periodicamente inundada do Alto Zambeze (actual Barotze) aos conquistadores *Lozi* vindos do império Lunda-Luba na segunda metade do século XVII (BONTINCK, 1975, p. 44). Os sertanejos e o explorador português Serpa Pinto chamam-lhes Luianos. O seu reino foi conquistado pelos Macorrolos entre 1830 e 1840 tendo os Luianos *(Lozi)* recuperado o poder em 1864. Ao longo dos volumes subsequentes surgirão outras notas que complementam esta.

[26] Este período é sem dúvida confuso. Parece querer significar que os povos Bieno, Macorrolo e Lui procuraram suplantar-se uns aos outros, quando na verdade isso apenas sucedera com os dois últimos. Os Bienos nunca se dirigiram ao Lui com intenções de conquista mas apenas de comércio.

[27] Em 1869, Silva Porto conhecia já o livro de Pedroso Gamito, *O Muata Cazembe*, que apresentava essas características.

[28] Benguela tinha fama de cemitério impiedoso (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 20).

[29] Esta opinião é confirmada por Ralf Delgado que afirma terem principiado os melhoramentos na cidade em 1837, depois da passagem do governador Bernardo Vidal, «convicto da salvação de Benguela por meio da sua higienização». Os seus trabalhos foram continuados entre 1845 e 1848, tendo-se fortalecido a partir de 1861 com a «criação de receitas aduaneiras de 3% *ad-valorem*, destinadas a trabalhos indispensáveis à saúde pública, à sombra das quais se fizeram prodígios, em relação ao passado». Tomaram-se medidas contra a falta de limpeza, abandono ou mau enterramento de cadáveres, construções de adobe, esburacamento do solo (DELGADO, vol. 1.º., 1944, pp. 20-21).

[30] Decreto abolindo o estado de escravidão em todas as províncias ultramarinas. «O estado de escravidão ficará inteiramente abolido, em todas as Províncias Portuguesas do Ultramar, sem excepção alguma, no dia em que se completarem vinte anos contados da data deste Decreto» (LEGISLAÇÃO NOVISSIMA, vol. 3.º, p. 250).

[31] Deve interpretar-se da seguinte forma: será natural a interrogação sobre a diferença entre a escravidão no interior e no litoral. Eis a resposta: (. . .).

[32] Trata-se de José de Lacerda que em 1867 publicara o livro *Exame das Viagens do Doutor Livingstone*, com a finalidade de provar a prioridade das descobertas portuguesas no interior de África e contrariar afirmações menos exactas daquele explorador inglês, designadamente acerca das acti-

vidades de Silva Porto no Lui e da viagem de travessia dos seus pombeiros em 1852-54 (LACERDA, 1867, pp. 97-102).

[33] Ladislaus Magyar fez e descreveu uma viagem semelhante a esta entre 15 de Janeiro e 18 de Fevereiro de 1849, mas em sentido inverso, isto é, a partir de Benguela para o Bié, através do Huambo (MAGYAR, pp. 39-204).

[34] Ver localização no mapa da p. 451. Trata-se da libata de Silva Porto no Bié, fundada em 1842 e onde ele habitava com a sua gente. «A libata de Silva Porto, ou povoação de Belmonte, está situada sobre a parte mais elevada de um outeiro, cuja vertente norte desce suavemente até ao leito do rio Cuito, que corre a leste para o Cuqueima. A posição da libata é muito bonita, e forte como ponto estratégico (...) sicómores enormes ensombram as ruas e rodeiam a povoação, defendida por uma forte palissada de madeira» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 126-127).

[35] Saxibinda, ou melhor, *ochilenga* é o plural de *ochivinda* que em umbundo significa ferreiro (INFORMAÇÃO DO SR. P.e FRANCISCO VALENTE). Localidade representada sob o nome de Ferreiras (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1895. *Cart*).

[36] O rio Cuquema é um afluente da margem esquerda do Cuanza formando uma fronteira entre o País do Bié e o dos Ganguelas (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 177-178). No mapa de Serpa Pinto este rio rodeia pelo sul uma região com a legenda «BIHE Paiz muito povoado».

[37] Os próprios sertanejos compravam grande número de enxadas cuja venda em Benguela lhes dava bons lucros.

[38] Silva Porto utiliza as expressões tribo ou povo quimbundo para designar o grupo Ovimbundo, a partir da forma singular *ocimbundu* na língua umbundo. A alteração do chi para qui é comum nestes casos (CHILDS, 1949, p. 188). Aliás o termo era muito anterior. Vinha do século XVII, quando se estabeleceram os primeiros contactos com o *hinterland* de Benguela. Cadornega, em 1680, depois de descrever aquele sertão, diz ser «esta província que havemos relatado dos Quimbundos (...) onde há a força do negócio de peças e marfim (...)» (CADORNEGA, vol. 3.º, p. 172).

[39] O nome Ganguela era utilizado pelos Portugueses para designar as tribos do Sudeste de Angola, apresentando uma afinidade cultural e linguística (BONTINCK, 1975, p. 19). O grupo Ovimbundo tinha em relação aos seus vizinhos de Este e Sudeste uma atitude muito negativa apelidando-os perjurativamente de *Ngangela* e considerando que não se tratava de pessoas (CHILDS, 1949, p. 189). Ao longo do texto teremos ocasião de apresentar notas mais pormenorizadas sobre este grupo étnico cuja localização se

encontra actualmente alterada pela expansão dos Quiocos, que avançou por entre eles como uma cunha.

[40] Foi Ulundo, terceiro soba do Bié, que expulsou a tribo Nhemba para além Cuquema e Cuanza.

[41] Trata-se da primeira fase do comércio do Bié em que este entreposto estava ligado à praça de Luanda. Todas estas localidades se situam na linha de penetração do Cuanza.

[42] Terras habitadas pelo grupo Ovimbundo.

[43] Trata-se da *cannabis sativa* L.. Bastante conhecida por liamba. «Liamba é um arbusto cujas folhas, depois de secas, se fumam num cachimbo especial (...). Em língua ganguela liamba chama-se *banguê*, e o seu fumo produz uma animação, uma espécie de embriaguês que dá prazer; pela continuação e uso imoderado, essa animação ou excitação vai aumentando de intensidade, e chega a transformar-se em doidice furiosa, como tive ocasião de observar» (COUCEIRO, 1892, p. 45). «Hemp *(epangue)* is cultivated only by the Ovimbundu men who smoke it. Pure hemp is smoked in the water-pipe which is not passed from hand to hand» (HAMBLY, p. 152).

[44] Poderá talvez identificar-se com a árvore *Okapelangalo* referida como sendo daquelas que têm maior importância económica na região. Dela se obtem tábuas de sólida madeira vermelha usada para fazer portas nas cercas defensivas das povoações (HAMBLY, p. 139). Referido como *capilangáu* muito abundante nas margens do Cuchi por COUCEIRO, 1892, p. 90.

[45] Campeche, árvore da América central. Tratar-se-á provavelmente da *Haematoxylum campechianum L.*, originária da América central e cultivada em diversos lugares do litoral africano (CONSPECTUS FLORAE ANGOLENSIS, vol. 2.º, Lisboa, 1954, p. 173).

[46] Poderá tratar-se de *Swartzia madagascariensis* Desv., comum nos planaltos de Malange, Benguela e Huíla, cujo nome em umbundo é *Ngandja* (GOSSWEILER, 1953, p. 221).

[47] Árvore não identificada.

[48] Referido como *munjiliti* (GOSSWEILER, 1953, p. 442) correspondente à espécie *Spirostachys africana* Sond.

[49] Trata-se da *Afromosia angolensis* Harms (GOSSWEILER, 1953, p. 220).

[50] Trata-se da *Millettia versicolor* Welw.. O cerne do tronco, reduzido a pó por fricção sobre uma pedra áspera, é empregado contra cefaleias reumáticas (GOSSEWEILER, 1953, pp. 200-201). «O quiseco que há no reino de Benguella de que vem de lá muitto, he pao mui proveitozo, e se pode chamar sandalo branco, pois faz os mesmos effeitos, que o vermelho;

bebido o seu pó allegra o coração, provoca o vomito e a evacuação, e refresca por dentro, tomado em ajuda o seu polme desfeito em vinagre; posto na testa e munhecas [articulação da mão com o braço] das mãos, mittiga o calor da febre. (...)» (CADORNEGA, vol. 3.º, p. 379).

[51] Trata-se do *Pterocarpus tinctorius* Welw.. Árvore africana de madeira muito apreciada e com emprego em tinturaria. Árvore de razoável porte que se encontra nas florestas do Cuanza-Norte e Cuanza-Sul; a sua madeira é vermelha ou esbranquiçada com veios vermelhos, sendo também muito procurada para trabalhos de marcenaria (GOSSWEILER, 1953, p. 218).

[52] A língua umbundo *(umbundu)* é o idioma falado pelo grupo Ovimbundo *(Ovimbundu)* (CARTA ÉTNICA DE ANGOLA). «Supõe-se que inicialmente existiu uma língua própria, hoje designada *Protobanto* de que o *Umbundu* é uma ramificação» (VALENTE, 1964, p. 17). «It should now be abundantly clear to all that *Umbundu* is the northernmost of the southern Bantu languages, and that is their language the *Ovimbundu* have elements in common with their southern neighbours» (CHILDS, 1949, p. 170).

[53] Pode identificar-se com o *ohuku* «(...) o *huco* parece uma acácia pela disposição das folhas muito miúdas, e pelas flores em cachos. É a casca desta árvore que dá mais resistentes e flexíveis cordas vegetais. (...). Com a casca desta mesma árvore se cobria em tempos o gentio destas paragens, quando o comércio e o contacto com os bienos lhes não tinha ainda feito conhecer a fazenda (...); actualmente já pouco uso fazem desta espécie de cobertura e ela apenas serve para envolver cargas de borracha ou outros artigos. Uma das razões por que a produção de mel entre os Ganguelas era abundante consistia na existência de grande quantidade da árvore a que chamam *huco* de cuja flor perfumada as abelhas gostam muito (COUCEIRO, 1892, pp. 46-47).

[54] A *manda* é também apontada como produtora de cordas vegetais por COUCEIRO, 1892, p. 47.

[55] Ou *usamba* referida na nota 56. É também apontada como produtora de fibra para vestuário por HAMBLY, p. 139 e COUCEIRO, 1892, p. 47.

[56] À letra corresponde a tanga, espécie de saiote. Tanga, em umbundo, *nanga*, generalizou-se para traduzir: pano de algodão, branco ou estampado, e, por acomodação e simbolismo resvalou para qualquer pano ou farrapo que cubra parte do corpo. A entrecasca de árvore, quando usada como vestimenta, tem o nome corrente de *ovindenda*, no caso de ser concomitante com as festas da puberdade dos rapazes ou das raparigas, no centro de Angola. Fora destas festas e em anos recuados, e onde não havia gado que

proporcionasse o recurso a peles, e não existindo comércio de panos, era a flora local que fornecia o vestuário às gentes do sertão angolano. Com predominância para as árvores chamadas *usamba* (ver nota 55) e/ou *ohuku*, (ver nota 53) cuja entrecasca é fibrosa e consistente. Note-se que é da entrecasca destas árvores que se formam as correias que servem para ligar o madeiramento dos telhados e os feixes de capim, na cobertura dos mesmos, resistindo a tudo. Aproveitada ainda fresca, ou humedecida, se seca, durante horas e até dias, era macerada a poder de pilão, tendo o cuidado de reservar intacta a parte destinada ao aperto na cintura (entre 3 a 6 centímetros) a fim de manter o conjunto como peça única. Como esfarrapadeira, para formar os filamentos, recorria-se a uma faca ou a uma agulha de aço ou de pau, comum aos albardeiros. No tempo de Silva Porto, e mesmo posteriormente, mas antes que a intensificação do comércio invadisse o interior de Angola, este saiote, confeccionado com várias peças da entrecasca de uma destas árvores, acima mencionadas, era o vestido usual de rapazes, raparigas e até de mulheres, nos sertões do centro de Angola e mais ainda para o interior. (P.e VALENTE).

[57] *Uchibe* ou *muxibi* em idioma umbundo. A denominação de espinheiro era dada pelos colonos a espécies diversas do género *Acácia*. No entanto, pela descrição e pelo nome umbundo, pode pôr-se a hipótese de se tratar de *Guiburtia coleosperma* (Benth) Léonard (GOSSWEILER, 1953, p. 239).

[58] Estas canoas atravessavam as cargas das caravanas de uma margem para a outra do rio Zambeze, no Lui, mediante pagamento. Ao longo do *Diário* encontrar-se-á descrições não só das canoas mas também das travessias.

[59] Silva Porto denomina de Cutti um território extremamente fértil situado próximo das nascentes do rio Cutti ou Cuchibi, afluente da margem esquerda do rio Cuando, habitado pelos Ambuelas. Era uma zona atravessada pelas caravanas do Bié que se dirigiam ao Lui. Silva Porto visitou-o pela primeira vez a 8 de Janeiro de 1853 na sua viagem ao Lui. Serpa Pinto designa o rio deste nome por Cuchibi tendo-o encontrado a 30 milhas da nascente (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 258). Também Capelo e Ivens lhe fazem referência. «Era o Cutti, conhecido no Nano por Cussibi. O grande trilho comercial do Bié sobre que estávamos prolonga-se pelo norte do rio, para nesta altura o cortar, dirigindo-se ao vale do Ninda «(CAPELLO e IVENS, 1886, vol. 1.º, p. 352) ao longo do *Diário* teremos ocasião de

conhecer bastante bem este território, o seu povo e o rio em que usavam as canoas feitas de tronco de espinheiro.

[60] *Ulemba*, *mulemba* em umbundo. Corresponde a espécies diversas do género *Ficus* Sp. (GOSSWEILER, 1953, p. 66). É designada micendeira *Ficus psilopoga* por SISENANDO MARQUES, 1889, p. 45.

[61] Silva Porto estivera no Brasil entre 1829 e 1838, trabalhando em S. Salvador da Baía e no Rio de Janeiro. São frequentes, ao longo da sua obra, as comparações entre a realidade africana e brasileira.

[62] Poderá tratar-se de *Garcinia edulis* Exell. (GOSSWEILER, 1953, p. 150). Paiva Couceiro chama-lhe *macubi*. «Nesta planta em cada haste nascem, a diferentes alturas, três ou quatro peras, sob o peso das quais a haste verga para terra. Têm de altura aproximada 0,50m» (COUCEIRO, 1892, p. 106). Serpa Pinto apresenta um desenho de um corte transversal deste fruto que efectivamente se encontra cheio de sementes rodeadas de uma polpa relativamente delgada. Chama-lhe porém *atundi*, mas a sua descrição e desenho coincidem com as informações de Couceiro (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 233).

[63] *Upole* (Umbundo), *Mabok* (Quimbundo). Espécie pertencente ao género *Strychnos* Sp., provavelmente *S. schumanniana* Gilg. (GOSSWEILER, 1953, p. 355). «Outro fruto que se encontra ali [margem do Cuando], e que é bastante vulgar em todo o planalto, é o que os Bienos chamam *mapole*. É produzido por uma árvore de mediana corpolência, e semelha pela cor e tamanho uma laranja madura. Um pedúnculo bastante comprido suspende este fruto verticalmente dos ramos da árvore. O epicarpo e o mesocarpo estreitamente ligados, formam um invólucro de quatro milímetros de espessura, de dureza córnea. Só com um forte machado se pode partir. No interior a parte comestível é um líquido espesso, e coagulado em que se aglomeram umas sementes como as das ameixas pequenas. Este líquido de sabor agro-doce, tomado em quantidade, é bastante purgativo; mas asseguraram-me os Bienos, que é muito nutritivo e um homem pode viver dele alguns dias» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 250-251).

[64] Trata-se de uma espécie do género *Anisophillea* (GOSSWEILER, 1953, p. 261).

[65] Tratar-se-à de uma espécie do género *Anisophillea* Sp., provavelmente *Anisophyllea fruticulosa* Engl. & Gilg. (GOSSWEILER, 1953, p. 260).

[66] *Uxa* no idioma umbundo. Quando árvore trata-se da *Parinari curatellifolia* Planch ex Benth. Quando arbusto trata-se da *Parinari capensis* Harv. e *Parinari punila* Mildbr. (GOSSWEILER, 1953, p. 256). Silva Porto

remete o leitor para Gamito, onde se pode ler: «são frutos com o feitio, cor e tamanho de pequenos damascos, de gosto aromático, mas que apenas têm três a quatro linhas de grossura de polpa, tendo no interior um caroço rijo, que partido, apresenta três pevides ou amêndoas, com a mesma forma, tamanho e sabor de pinhões (...)» (GAMITO, p. 198).

67 Uma espécie do género *Uapaca* provavelmente *Uapaca Gossweileri* Hutch, visto possuir 4 sementes (GOSSWEILER, 1953, p. 416). «*Olombula* fruits ripen in October, when they are eaten raw» (HAMBLY, p. 148).

68 Trata-se de *Garcinia buchneri* Engl.. Subarbusto rizomatoso; tem caules anuais ou persistentes de 15cm de altura, florescendo no fim da época da estiagem. Fruto saboroso. Disperso no Cuito-Cuanavale e planalto de Benguela e Humpata (GOSSWEILER, 1953, p. 150).

69 Planta não identificada.

70 Silva Porto no seu vocabulário dá-lhe o significado de uva (B. P. M. P., VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 224, *Ms*.).

71 Território situado entre o alto Lubilache e o Lubudi. Em 1846 o Samba ainda não tinha sido contactado pelo comércio sertanejo do Bié. Foi em 1862 que Bonifácio José Rasquete o «descobriu» tornando-se, a partir daí, um ponto de atracção para o comércio de longa distância. A referência ao Samba, no dia 15 de Maio de 1846, explica-se pelo facto de o texto ter sido refundido em 1869. De lá traziam cruzetas de cobre, mas não era esta a principal mercadoria que o comércio do Bié ali procurava.

72 A Lunda, contactada pelos pombeiros desde os princípios do século XIX, era ainda em 1846 o grande mercado que estava no objectivo do comércio sertanejo do Bié. Para lá se dirigira recentemente Rodrigues Graça.

73 Ver localização no mapa da p. 451 a nordeste do Bié. «(...) Enorme planície que a 500 metros a partir de Chiticumuna, se depara ao viajante, numa extensão que deverá orçar por um milhar de quilómetros quadrados, em que o teodolito não acusaria diferenças de nível apreciáveis, entre quaisquer dos seus pontos, por forma a não poder considerar-se terreno inteiramente horizontal» (MALHEIRO, p. 92). «The part played by the Mbuluvulu plain in Bié (Viye) as often been noted by travellers and writers, for it drains into Kuanza and also into the Cubango» (CHILDS, 1949, p. 3).

74 Acampamento no mato. Ao longo do *Diário*, Silva Porto dará pormenores sobre as técnicas e cuidados especiais na construção de acampamentos em viagem.

[75] Trata-se da adaptação por parte dos comerciantes do termo *Kesongo*, o principal conselheiro do rei, espécie de arauto e general do exército. O nome vem do verbo *Okusonguíla* que significa conduzir ou dirigir (HAUENSTEIN, p. 77). Em 1846 Rodrigues Graça refere os «caissongos (chefes dos carregadores do Bié)» (GRAÇA, p. 385). Silva Porto raramente utiliza a palavra quiçongo dando preferência ao termo pombeiro. A explicação é dada por Serpa Pinto. «É ocasião de falar em quiçongos e pombeiros. Os carregadores, não só os Bienos mas sim todos em geral, formam grupos pequenos debaixo do comando de um deles que é chefe do grupo. Este chefe, desde a costa até a Caquingue chama-se Quiçongo, e no Bié e Bailundo, Pombeiro» (SERPA PINTO, volume 1.º, p. 140). De qualquer modo Silva Porto dá-lhe o significado de batedor (B. P. M. P., VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 170. *Ms*.).

[76] «A palavra terrível no Bié, o vocábulo mucano, não exprime simplesmente o crime, mas designa uma ideia que envolve ao mesmo tempo o crime e o pagamento da multa» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 144). Ao longo do *Diário* as referências e explicações sobre os mucanos vão surgir frequentemente.

[77] Ver localização no mapa da p. 451. Trata-se de um dos rios que nasce na Enhara do Um-Bulo-Bulo.

[78] Ver localização no mapa da p. 451. Corre na direcção sul-norte.

[79] Ver localização no mapa da p. 451. Paralelo ao Cunhinga e seu afluente.

[80] Ver localização no mapa da p. 451. Afluente do Cuquema, passa junto a Belmonte pelo sopé norte do monte, onde se ergue a libata.

[81] Ver localização no mapa de p. 451. Afluente do Cuanza corre na direcção sudoeste-nordeste. «A demarcação das terras do soba Quissende com a província do Bié é o rio denominado Cunge, pequeno e de pouca consideração, contudo no inverno impede algumas vezes o viajante dois e mais dias por causa das cheias» (GRAÇA, p. 383).

[82] Ou Cutato dos Ganguelas, corre no sentido norte-sul. Ver localização no mapa da p. 451. Assim chamado para não se confundir com o rio Cutato dos Mongoias, que corre no sentido contrário.

[83] As eçandeiras eram características das antigas povoações. Além da sombra e do fruto, davam frescura e humidade ao local durante o tempo quente.

[84] Serpa Pinto descreve os muros das libatas que conheceu entre a costa e o Bié: «(. . .) uma paliçada que varia entre 2 a 3,5 metros de altura.

Esta paliçada é formada por estacas de pau-ferro de vinte centímetros de diâmetro, umas apenas cravadas no terreno, outras amarradas com travessas e e cascas de leguminosas, e outras amparadas por travessas encaixadas em forquihas enormes. Outra paliçada igual à exterior, senão mais forte, rodeia o *lombe*, ou morada do chefe da povoação» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 149).

[85] Silva Porto dá-lhe o significado de cava (B. P. M. P., VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 177, *Ms*.). Em 1774 o exército português invadiu o Bailundo. «Durou esta guerra o decurso de dois anos, por se encontrarem maiores fortificações do que se imaginava, e estarem os bárbaros muito destros num modo de peleja, guerreando com união, fortaleza e sem temor; usando de grande ligeireza no tiro de mosqueteria e vivendo em *gipacas* muito bem delineadas, assim nos baluartes, fossos e trincheiras, como nas estradas cobertas com que se defendiam de todo o género de tiros que por elas iam salvos buscar todo o preciso para a sua subsistência» (SANDOVAL, p. 520). Em 1929-30 uma expedição etnológica considerou estas construções de pedra como sendo de um período pré-Ovimbundo. «One of the sites has such a commanding view over extensive plains and valleys that the position would be well marked by stone walls three feet high. These are composed of boulders to which the builders had ready access on adjacent hillsides. Large stones were no doubt rolled from the slopes to the small plateau chosen as a building site. This small plain lies midway between the hill crest and the valley. At present this old site, which is enclosed by lichen-covered walls, is overgrown by tall grass and trees attaining, twenty feet in height. (. . .) the Ovimbundu have no traditions regarding the site, neither is there legendary or other evidence to show that the Ovimbundu ever made their villages of stone» (HAMBLY, p. 207). A opinião de Childs, grande especialista do povo Ovimbundo, é, porém, diferente. «Further evidence that the Ovimbundu were using stone-walled fortresses during the seventeenth, eighteenth and nineteenth centuries is found in the fact that the Portuguese reports of these period generally allude to the fortified towns of the natives as *quipacas*, a word adapted from the umbundu word *ocimbaka*, meaning a wall (. . .). Until evidence is adduced to the contrary, it seems that we must conclud that the stone-walled ruins found throughout the umbundu country were built by Ovimbundu or by their immediate (Bantu) predecessors. As the ruins of Rhodesia and Mozambique seem to have been built by Bantu under Arab or Malay influences, so the Ovimbundu may have modelled their fortifications on the Portuguese forts which they had seen at Caconda, at the coast, along the Kuanza River, or even the walls with

which individual traders fortified their establishments. These various forts were first built between 1575 and 1603, and it is probable that individual Ovimbundu themselves took part in some of the building operations» (CHILDS, 1949, pp. 166-167). Ver gravura da p. 457.

[86] A unidade social e política básica dos Ovimbundo continuava a ser na década de 1930 o *imbo*, plural *ovaimbo*. «The village may consist of from 5 to 500 households, heads of which are in great majority of cases related to each other in the male line. Each village has a headman or elder (*sekulu*, literally 'grandfather' or 'elder father') who is literally, according to Umbundu Kinship usage, the patriarch of the villagers. He was formerly responsible for his village to the sub-chief, and through him to the King» (CHILDS, 1949, p. 25).

[87] As grandes povoações *olombala* (plural de *ombala*) eram ainda bastante povoadas apesar de haver já uma tendência para o seu despovoamento. Em 1850 a *ombala* do Bailundo era habitada por 5000 habitantes (CHILDS, 1949, pp. 24-25).

[88] Também referido por quicanzos «Assim chamam às villas suffraganeas, ou lugarejos que têm seus macotas ou Capitães» (PINHEIRO LACERDA, p. 487). Este termo era utilizado pelos comerciantes europeus ou seus colaboradores para designar os *atumbu*. «Each of the Kings of the Ovimbundu was an overlord, for the tribe was made up of a number of sub-tribes called *atumbu* (. . .). Must these *atumbu* are still recognised as such or as *ombala*. The decay has not been as great as that of the *ombala* of their lieg lord, for they still fulfill certain functions in native life» (CHILDS, 1949, pp. 23-24). Em carta de 24 de Março de 1798, o capitão-mor do Bailundo refere vinte e um «Quicanzos» agregados ao Bailundo (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 621).

[89] «O soba é rodeado de um certo número de sujeitos a que chamam macotas, que muitos julgam corresponderem aos ministros entre nós, mas que assim não é. Os macotas formam apenas uma espécie de conselho a que o soba submete sempre as suas deliberações, mas de cuja opinião poucas vezes faz caso. São seculos favoritos do soba, e nada mais» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 141-142).

[90] Em umbundo *epandavailo* é a palavra usada para designar a entrada para o recinto que contém a casa do rei e o conjunto de construções que a rodeiam (HAMBLY, p. 208).

[91] O recinto que contém a casa do rei e as outras construções é chamado *elombe* (HAMBLY, p. 208).

[92] Trata-se da *Afrormosia angolensis* Harms. O cerne dos troncos é aplicado em construções, por ser muito resistente e mais dificilmente devorado pelo salalé (GOSSWEILER, 1953, p. 220).

[93] *Sanzala* é o conjunto de indivíduos, ligados por laços de parentesco a um antepassado comum, fundador da *sanzala*, vivendo dentro de determinada área (MÁRIO MILHEIRO, p. 315). É provável que o termo se tenha alargado do grupo de indivíduos para a área habitada por eles.

[94] «The village is itself divided up by the palisades which shut off one compound from another, each compound containing the houses of from one to three households. (...) Each house *(onjo)* had its own granary *(osila)*, and small chicken-coop built on sttils (CHILDS, 1949, p. 27).

[95] Deturpação de sargento, ou vice-versa, visto que Silva Porto traduz um termo pelo outro.

[96] «Os *lombes* são, em geral, divididos em quatro ou cinco recintos e, em regra, não se entra no recinto destinado à recepção sem atravessar primeiro um outro, como que de entrada» (COUCEIRO, 1892, pp. 40-41). Pode observar-se uma planta de um *lombe* em SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 150.

[97] «In the center of the village is the communal house where all men, and boys over four years of age, gather to eat their food, which is sent by the women. This *onjango* is the place of assembly for discussion of village affairs. A house of this kind at Bailundu is circular in form with a diameter of seventeen feet (HAMBLY, p. 209).

[98] O recinto reservado ao rei e seus familiares contém habitualmente, além da casa do rei, uma casa e uma cozinha para cada uma das suas esposas (HAMBLY, p. 209).

[99] «The house of a king or a chief is larger than that of a commoner. (...) Whitewash has been applied to the outside of the walls and some ornament is given in the form of painted blue crosses» (HAMBLY, p. 208). Estes desenhos eram feitos com barro gorduroso que se encontra em veios ou camadas no subsolo das margens húmidas de não poucos riachos de Angola, fora de terrenos arenosos (P.e VALENTE).

[100] Instrumento «formado com muitas cabaças de tamanhos diversos as quais, batidas em placas de madeira sobrepostas a essas cabaças, provocam sons diversos» (MÁRIO MILHEIRO, p. 98).

[101] «*Goma* — Espécie de tambor, de madeira, circular, oco, comprido, com uma pele a tapá-lo, o qual é tocado com as mãos» (MÁRIO MILHEIRO, p. 99).

[102] Silva Porto dá-lhe o significado de boneco (B. P. M. P., VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 172. *Ms*). Em umbundo *ombonha*. Estatuetas de madeira, representativas de uma imagem ligada ao culto feiticista ou espiritista africano. Em alguns casos pode tratar-se da simulação do gémeo falecido e que o gémeo vivo venera como se se tratasse de um irmão (P.e VALENTE).

[103] *Lomono* significa rícino ou mamoa. Nos chifres *olombinga* podiam depositar-se certos venenos de mistura com cinza e com o recurso ao óleo de rícino ou mamoa para coesão. Mas esta composição estava ao arbítrio do feiticeiro (P.e VALENTE).

[104] Trata-se dos Imbangalas ou Bangalas (CHILDS, 1949, p. 188). «O povo do nano, que se compõe de dois sistemas, uns são chamados Quimbundos (estes não comem carne humana); outros são chamados Quimbangalas, que a comem (...)» (PINHEIRO DE LACERDA, p. 488). Segundo a tradição oral recolhida por Silva Porto, quando o primeiro rei do Bié chegou a este território «viviam naquelas terras as tribos Quimbangala e Nhemba, a partir do nordeste para o sul; e Quimbunda, além Cuquema, do sudoeste para o noroeste» (B. P. M. P., VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 95, *Ms*).

[105] Também designado por Lovar ou Lovale, situado aproximadamente na parte saliente da actual fronteira leste de Angola.

[106] Parece portanto legítimo localizar a «Tribo Mongoia» a norte dos reinos dos povos Ovimbundo e representada por CHILDS, 1949, no mapa entre as pp. 166-167 com a legenda *Olongoya*. Tanto mais que o rio Cutato dos Mongoias, correndo de sul para norte, passa pelo território *Olongoya*. Os Ovimbundo aplicavam o termo *Olongoya* aos seus vizinhos do norte querendo referir que esses povos falavam o que era para os Ovimbundo uma língua ininteligível (CHILDS, 1949, p. 189). Fazendo uma excessiva generalização, Pinheiro de Lacerda, que visitou o sertão de Benguela no final do século XVIII, afirma que os Mongoias são todos os que vivem entre os dois rios Cuanza e Zaire. (PINHEIRO DE LACERDA, p. 491).

[107] Ver localização no mapa da p. 451. Este rio é assim designado para se distinguir do rio Cutato dos Quimbundos que corre para o sul.

[108] Território junto à nascente do Cunene: «ao pé da libata grande do soba de Candumbo, pertence a esta província [de Benguela], em meio desta e das de Bailundo e Gallangue, nasce o famoso rio Cunene (...)» (*DESCRIPÇÃO DA CAPITANIA DE BENGUELLA*, 1799). Paulo Martins Pinheiro de Lacerda visitou o Candumbo antes de 1797 (PINHEIRO DE LACERDA, p. 491).

[109] Ver localização no mapa da p. 451. A população de Moma assemelhava-se à do Bailundo pela sua língua, costumes, trajo e armamento, conquanto a língua e os costumes se ressentissem um pouco do seu contacto com os Ganguelas (COUCEIRO, 1892, p. 33).

[110] Sambo ou *Sambu* localizado ao sul do Bailundo e ao norte de Galangue.

[111] *Mallanca* — trata-se do Hippotragus equinus. Os portugueses chamavam por vezes boi ao Syncerus Caffer. *Nunxe* — trata-se do Redunda arundinum. Os portugueses chamam habitualmente veados ao Tragelaphus scriptus. *Bambi* — trata-se do Sylvicapra grimmia. *Nuíma* — trata-se do Taurotragus oryx (DR. BARROS MACHADO).

[112] Em 1845, Lopes de Lima afirma que os Bailundos são «um povo guerreiro, da raça dos jagas, cujo chefe anda sempre em campo, fazendo excursões nas terras dos seus vizinhos (...)». Em 1853 o governador de Benguela solicitou os serviços dos povos do Bailundo, Huambo, e outros para saquear os vizinhos. É pois natural que os povos fugissem das suas proximidades (DELGADO, vol. 1.º, 1944, pp. 387-388).

[113] Refere-se aos montes Jamba que atingem 2200 metros de altitude (AFRICA OCIDENTAL PORT. *Cart.*). Magyar refere-se-lhe como Djamba – Gebirg (MAGYAR, p. 163 e mapa).

[114] Também chamadas sacos. Era o meio de transporte utilizado pelos «brancos» e consistia numa espécie de saco suspenso de um ou dois paus que assentavam nos ombros de dois ou quatro carregadores. De uma maneira geral o utente viajava deitado. Pode encontrar-se a reprodução de uma tipóia em MAGYAR, 1859.

[115] Ver localização no mapa da p. 451. Djamba em MAGYAR, p. 163 e mapa.

[116] Sertanejo, das relações de Silva Porto, que também possuía residência no Bié.

[117] Andulo ou *Ndulu* (CHILDS, 1949, mapa, pp. 166-167). Ver localização no mapa da p.451.

[118] As ordens de serviço para o dia seguinte eram dadas pelo pregoeiro aos membros da caravana à noite, com o fim de que no outro dia ninguém tivesse desculpa para as ignorar. Sobre a disciplina interna da caravana ver (SANTOS, 1982, pp. 38-45).

[119] Os Humbes fazem parte do grupo Nhaneca-Humbe que habita ao sul dos Ovimbundo (CARTA ÉTNICA).

[120] Referência a duas figuras da antiguidade clássica, representando a primeira o amante da boa mesa e a segunda o homem rico.

[121] Na grafia actual *ochilunga*.

[122] Na grafia actual *Suku* ou *Njambi*.

[123] Em idioma umbundo, com a grafia actual *ohosi*.

[124] Na grafia actual *ochitaho*.

[125] Na grafia actual *ochilulu*.

[126] Na grafia actual *ochibanda*.

[127] Na grafia actual *ondalu*.

[128] Silva Porto utiliza a expressão «em transporte de» com o significado de «em busca de».

[129] Ver localização no mapa da p. 451. Afluente da margem esquerda do Quebe, direcção sudoeste-nordeste.

[130] Chicombero no mapa («ESBOÇO GEOGRÁFICO (...)», 1914. *Cart.*). Ver localização provável no mapa da p. 451. Schakambéra segundo Magyar (MAGYAR, p. 150 e mapa).

[131] Trata-se da *Eleusine coracana* Gaertn.

[132] Afluente do Quebe, margem esquerda. Ver localização no mapa da p. 451.

[133] Bebida fermentada, mas não alcoólica, cujo processo de preparação se assemelha ao da cerveja. Preparação: milho, massango, massambala ou luco grelados e pisados. Sobre essa farinha deita-se a água que se leva a ferver ao lume. Deixa-se repousar durante quatro a cinco dias resultando numa bebida leitosa, de sabor adocicado e refrescante. Nesses primeiros dias serve de alimento às crianças a partir de um mês de idade. Com a passagem do tempo o líquido vai fermentando tornando-se alcoólico (RECEITA DE D. F. PINTO BASTOS). A receita de Mário Milheiro é um pouco diferente: a farinha de milho, massango ou massambala é fervida na água à qual se adiciona fermento que pode ser raízes bem pisadas (bunde, por exemplo) ou milho grelado, guardado em cabaças, fermenta durante um ou dois dias (MILHEIRO, p. 42). Silva Porto parece conciliar as duas receitas: por um lado utiliza o grão grelado farinado, por outro junta-lhe a raiz pisada.

[134] Silva Porto dá-lhe o significado de garapa. Podem encontrar-se descrições de preparação da garapa em (MONTEIRO, vol. 1.º, p. 301 e

MILHEIRO, p. 42). Mas dado que o próprio Silva Porto faz uma descrição pormenorizada da confecção desta bebida noutro passo do seu diário, deixamos para essa altura as anotações sobre a capata.

[135] A raiz da planta *umbundi* dá maior fermentação e sabor acre (P.e VALENTE).

[136] Silva Porto possuía o livro de Pedroso Gamito *O Muata Cazembe (...)*, editado em Lisboa, em 1854. Muitas vezes utilizou essa obra como termo de comparação. Sobre o luco diz o seguinte, na página 71: «(...) é um grão redondo e mais fino do que chumbo escomilha, muito rijo, e não produz farelo, porque o grão não é envolto em casca: a planta é anual, e da altura de dois palmos e até mais, muito semelhante ao trigo antes de espigar, e a espiga quase como a flor do amaranto. Conhecem-se três variedades desta espécie, branco, preto e vermelho. A farinha que dele se faz tem propriedades adstringente e peitoral, e aplica-se com bons resultados em caldos para moléstias de peito, e em papas para desenterias.»

[137] Ver localização no mapa da p. 451. A sudeste dos montes Lingrine. Kiabéra segundo Magyar (MAGYAR, pp. 141, 142 e mapa).

[138] Trata-se provavelmente dos montes Lingrine a nordeste das nascentes do rio Balombo e não o contrário. No mapa de Ladislaus Magyar de 1857 aparece nesta direcção a serra Lingui-Lingui (MAGYAR, 1859, mapa). «Continuávamos sempre a subir e de repente um vasto panorama, a pouca distância diante de nós, seguia-se o maciço e alto monte Lingui-Lingui, cujo cume, coberto de nuvens, nos havia de guiar e que, à direita e à esquerda se erguia no caminho como um enorme muro» (MAGYAR, p. 118).

[139] Ver localização no mapa da p. 451. A serra a cujo nordeste nasce o rio Balombo é o monte Sume (ESBOÇO GEOGRÁFICO (...), 1914. *Cart.*).

[140] Ver localização no mapa da p. 451. Antes de 1852 as caravanas do Bié que se dirigiam a Benguela atravessavam este território sofrendo roubos e por vezes assassinatos (BASTOS, 1912, p. 9). A sua população atacava por vezes o forte de Caconda. O governador de Benguela procurou cultivar boas relações com o soba Marango da Ganda atraindo-o a Benguela para se baptizar (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 156).

[141] Também designado por Sely, Seles ou Esele, território a nordeste do Egito. Na década de 40 «não se vivia ainda [na Catumbela] em completo sossego, muito se temia ainda os assaltos dos Selles e Quissangistas» (BASTOS, 1912, p. 9). Em 1846 sofreram uma campanha militar. No mapa publicado por José Joaquim Lopes de Lima, de 1846, aparece o topónimo

Sely a nordeste do Egito (LOPES DE LIMA, vol. 3.º, mapa). Os Seles atacavam no Egito e na Hanha. O governador de Benguela teve necessidade de procurar a aliança com os Bailundos, Humbes (1852) e Galangues, para os desbaratar e se apoderar oficialmente do território (1868) (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 124).

[142] Ver localização no mapa da p. 451.

[143] Localidade entre o rio Balombo e o seu afluente Lomona (PROVÍNCIA DE ANGOLA., 1895, *Cart.*).

[144] Quiabera ou Tchiavera é um riacho que nasce a 12° 30′ lat. S. e 14° 50′ long. E, correndo para o Balombo (AFRICA OCCIDENTAL PORTUGUESA, (...) folha n.º 8, 1905. *Cart.*).

[145] Trata-se de um riacho afluente do rio Bingolo e este por sua vez afluente do Balombo. Nasce a 11° 30′ lat. S. e 13° 40′ long. E, (ÁFRICA OCCIDENTAL PORTUGUESA, *Cart.*).

[146] Trata-se do rio Cubal.

[147] Anha ou Hanha. O povo de Hanha comerciava na Catumbela desde os primórdios desta povoação (BASTOS, 1912, p. 9).

[148] No mapa surgem nesta direcção os montes Olombinga (ESBOÇO GEOGRÁFICO, 1914. *Cart.*). Uma fotografia de um acampamento junto destes montes pode ver-se em JOHNSTON, entre pp. 28 e 29, explorador que percorreu o caminho entre Benguela e o Bié no ano de 1891.

[149] Em ÁFRICA OCCIDENTAL PORTUGUESA, 1905, folha 8, *Cart*, aparece nesta zona o riacho Upalo afluente do Cubal seguindo de perto o meridiano 14° 10′ long. E..

[150] Trata-se da *Adansonia digitata* L.. Silva Porto chama-lhe «baobabe dos naturalistas» supomos que por influência do vocábulo francês baobab. Efectivamente os franceses dão a esta árvore o nome de baobab, provavelmente baseados em nomes vernáculos de regiões da África Ocidental.

[151] Tratava-se de uma goma endurecida que se achava enterrada no solo, mas não se sabia se provinha de árvores recentes ou se de épocas remotas, nem quais eram as espécies que as produziam. Encontrava-se em solos arenosos e era desenterrada de uma profundidade que ia até 3 metros. Welwitsch chegou à conclusão de que a goma-copal provinha de espécies já extintas. Segundo Wiestner, a goma-copal seria produzida no interior, sendo carreada para a costa pelas chuvas e pelos rios (DOLEZAL, pp. 175-176).

[152] Espécies diversas do género *Sorghum*. Em Portugal dá-se-lhe o nome de milho miúdo.

[153] AFRICA OCCIDENTAL PORTUGUESA. *Cart.*. Aparece o rio Lucinja e o monte Lucinja cerca de 14.° long. E. 12° 30′ lat. S.

[154] Ver localização no mapa da p. 451. Nas margens do rio Supa, afluente da margem direita do rio Catumbela (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1895. *Cart.*).

[155] *Gerembe* ou *omgerembe* no idioma umbundo. Tratar-se-à do líquen *Rocella tinctória* DC. ou de qualquer outra espécie que sirva para o mesmo efeito.

[156] Povoação fundada em 1836, desempenhou um importante papel no comércio do interior. Foi primitivamente construída na margem esquerda do rio do mesmo nome a cerca de quatro milhas da foz. As caravanas que se dirigiam a Benguela passavam por ali. Algumas começaram a estacionar em Catumbela. A proximidade entre Catumbela e a baía do Lobito, ponto de saída para escravos e outro contrabando, era mais uma vantagem. Childs refere que em 1856 as casas comerciais de Catumbela se transferiram para a margem direita do rio atraindo aí as caravanas do interior (CHILDS, 1949, p. 201). A transferência terá sido anterior visto que em 1846 Silva Porto já encontra a povoação estabelecida na margem direita do rio. As casas comerciais da Catumbela dispunham de fracos recursos e não tinham capacidade para fornecer os sertanejos do Bié. Neste mesmo ano construía-se uma fortaleza para defesa dos habitantes contra os povos do Quissanje e Seles, cujas correrias punham em perigo a povoação. Antes de 1852 «o negócio da Catumbela era apenas trazido pelo gentio das regiões de Quissange, Seles, Cahala e Hanha, e consistia em azeite de palma, urzela, goma, coconote, couros, etc.» (BASTOS, 1912, p. 9). Depois da abertura do caminho para o Bailundo e o Bié, através de Quissange, praticada por Silva Porto em 1852, Catumbela passaria a oferecer ao comércio sertanejo, muito mais vantagens do que Benguela. Desde aí a rivalidade entre os comerciantes e as autoridades das duas povoações não parou de crescer (DELGADO, vol. 1.°, p. 145). Uma descrição do seu movimento comercial em 1891 e uma boa fotografia da mesma época podem encontrar-se em JOHNSTONE, entre pp. 22 e 23 e p. 34.

[157] «Ao Sul (de Benguela) lhe fica um cabeço (...) e ao sul pela mesma costa fica o Dombe da Quinzamba, onde há vários sobas vassalos, que servem o presídio: a estes e aos de Quinzamba, se chamam todos Mundombes» (PINHEIRO DE LACERDA, p. 486). Pinheiro Furtado no seu mapa de 1790 localiza os Mondombes entre o rio Catumbela e o Dombe da Quinzamba. (MAPPA HIDRO-GEOGRÁFICO, 1791. *Cart.*).

[158] Dispomos de uma descrição de Benguela datada do ano anterior (1845) em TAMS pp. 96 a 161. Também se pode encontrar a sua evolução urbana, assim como a descrição das casas da câmara, da alfândega, palácio do governo, fortaleza de S. Filipe e igreja matriz em DELGADO, 1944, vol. 1.º, pp. 15-108.

[159] Ver mais pormenores na «Introdução».

[160] Silva Porto faz esta observação querendo-se referir às vantagens das companhias de comércio, acerca das quais lera um artigo no «Jornal do Comércio» nesse mesmo ano de 1869.

[161] Silva Porto conhecia bem as suas limitações para responder aos questionários científicos, mas avaliava o valor do seu conhecimento empírico, a «prática do mundo».

[162] Silva Porto emprega o termo madeira de lei para significar madeira de primeira qualidade, certamente por analogia com o marfim de lei.

[163] Refere-se aos descendentes da «primeira plêiade» de sertanejos do Bié. Ao longo do diário são várias as referências ao mau comportamento dos descendentes dos moradores europeus.

[164] A sua opinião sobre os africanos, a princípio muito negativa, ir-se-ia suavizando à medida que tomava conhecimento das ideias sobre a «missão civilizadora» da Europa, tão apregoadas no último quartel do século XIX.

[165] As caravanas preferiam as pontes à travessia em canoas, mas de uma maneira geral os seus itinerários procuravam contornar as nascentes dos rios ou atravessá-los no seu alto curso, onde era possível cruzá-los a vau.

[166] Os sertanejos europeus viriam a adoptar este termo para designar os africanos de confiança que chefiavam as suas caravanas, quando eles próprios não seguiam viagem. Silva Porto dispunha de dois a três macotas.

[167] 44 anos depois Silva Porto acabaria suicidando-se, de forma semelhante.

[168] Alusão à expansão do império britânico, que Silva Porto viria a criticar cada vez com mais aspereza, à medida que se aproximava o ultimato inglês.

[169] O Largo da Anunciada localizava-se junto do sítio Candimba, a duas horas de marcha a Sul de Belmonte e assinalado por SERPA PINTO, vol. 1.º, mapa, entre as pp. 186-187. Candimba era a alcunha de Guilherme José Gonçalves que, segundo o vocabulário elaborado por Silva Porto, significa lebre. «Junto de Candimba está a libata do negociante Guilherme (...)» (FIDALGO, *Annaes das Missões Ultramarinas*, p. 66).

Este sertanejo foi o amigo dilecto de Silva Porto. O seu nome aparece repetidas vezes ao longo do diário.

[170] Silva Porto referia-se às guerras de Nano que descreve com pormenor mais adiante.

[171] Em 1797 «Os Benguelas e Quimbundos [Ovimbundo] todos pelejam com armas de fogo e carregam a cartuxo, os mais bem feitos que tenho visto» (PINHEIRO DE LACERDA). «Usam das armas chamadas portuguesas, pólvora embalada, atiram à caçadora, dando fogo de emboscada (...) (GRAÇA, p. 387). «Nas guerras entre os povos destes países, pode contar-se, que apenas um quinto dos combatentes são armados de espingardas, e os outros quatro quintos de arcos e flechas, machadinhas e azagaias (...). As armas de que usam são as chamadas no comércio lazarinas, são muito compridas, de pequeno adarme, e de sílex. (...). As armas assim carregadas, de nenhuma precisão, como se pode bem julgar, têm um alcance de cem metros apenas. O alcance da flecha é de 50 a 60 metros, mas a grosseira precisão do tiro, entre os pretos, não vai além dos 25 a 30 metros. As azagaias são todas de ferro curtas e ornadas de pêlo de carneiro ou de cabra, não são de arremesso, e o Bieno em combate nunca as deixa da mão» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 151-152). Pode encontrar-se uma representação das armas dos Bienos em MAGYAR, 1859 e CAPELLO e IVENS, vol. 1.º, p. 152.

[172] As armas de fogo usadas pelos africanos eram em geral reúnas e lazarinas. A visão das belas armas dos exploradores Capelo e Ivens e a precisão do seu tiro causavam verdadeiro assombro. «Em um grupo de caçadores que, embasbacados diante das armas, as passavam de mão em mão, davam-se explicações explêndidas, comparando-as com as suas *huta*» (CAPELLO e IVENS, vol. 1.º, p. 154).

[173] *Ohonji*, na grafia actual. Pode observar-se um arco representado em CAPELLO e IVENS, vol. 1.º, p. 152.

[174] *Onjelya* na grafia actual.

[175] Na grafia actual, *ondyaviti*. Pode observar-se um machado de serviço, *n'djabite*, representado em CAPELLO e IVENS, vol. 1.º, p. 152 e em MAGYAR, oitava gravura.

[176] Na grafia actual *omutaka*. Pode observar-se um machado de enfeite, *mutáka*, em MAGYAR, oitava gravura.

[177] Na grafia actual *ohunha*. Moca ou cacete com uma maça na extremidade. Pode observar-se uma caixeira, *n'cunha* em CAPELLO e

IVENS, vol. 1.º, p. 152 e em MAGYAR, oitava gravura, designada por *hunya*.

[178] Cartucheira. Pode encontrar-se uma representação em CAPELLO e IVENS, p. 152.

[179] Talvez possa identificar-se com a planta com cujas fibras se fabrica o tecido que Magyar designa por «*mabala* (tecido grosseiro)» e que inclui entre as fazendas de lei (MAGYAR, pp. 292 e 294).

[180] Na grafia actual *omoko*.

[181] No mapa «Karte von Süd-Afrika» de Ladislaus Magyar de 1857, vem representada na margem direita do Cuquema a povoação de Manikarie que parece poder identificar-se com Muenecária (MAGYAR, mapa).

[182] A libata grande de Caquingue ficava nas margens do Cuchi e o seu território estendia-se entre este rio e o Cutato dos Ganguelas ou dos Quimbundos. «O país de Caquingue limita ao N. com o Bié, a oeste com o país de Moma, a leste e ao sul com povos confederados de raça Ganguela. (. . .) No país de Caquingue tomam os Ganguelas o nome de Gonzellos, estão constituídos em reino tendo um único chefe. (. . .). No país trabalham muito em ferro, e esta indústria estabelece entre eles e outros povos activos relações de comércio» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 107-108 e mapa entre pp. 186 e 187).

[183] Paiva Couceiro, em 1890, acampou também junto à libata de Caquingue. Embora fortificada, a povoação situava-se num rebaixamento de terreno que permitia uma vista de todo o seu interior. O seu aspecto era agradável, dada a muita vegetação (acácias, bananeiras, eçandeiras) que crescia dentro dos seus muros (COUCEIRO, 1892, p. 40).

[184] Ver localização no mapa da p. 451. O rio Canhungamua tem 30 metros de largo por 4 a 5 de fundo e correndo ao sul vai unir as suas águas às do Cunene (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 89).

[185] Pode identificar-se com o povo Gongeiros *(Vangongelo)* do grupo Ganguela, situado a sudoeste do Bié (CARTA ÉTNICA). Segundo Childs este povo era tributário do Bié (CHILDS, 1949, mapa entre pp. 166 e 167). Serpa Pinto designa os *Vangongelo* por Gonzellos (SERPA PINTO, vol. 1.º, mapa). «(. . .) são, de todos os povos da África Austral, aqueles que mais se aproximam dos Bienos, em cometimentos de exploração comercial» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 107-108).

[186] Território no sul de Angola, entre os Gambos e o Ovambo, habitado por um povo do grupo Nhaneca-Humbe de língua Olunianeca (CARTA ÉTNICA). É importante notar que os Humbes, que hoje vivem ao

sul, terão vivido mais ao norte (CHILDS, 1949, p. 172). Bernardino José Brochado, sertanejo de Moçâmedes, relata os primeiros contactos dos sertanejos europeus com estas terras cerca de 1844. «A terra do Humbe é a mais rica em gado de todas aquém Cunene, o que para isso concorre o ser maior, e por consequência menos perseguida de guerras; contudo é de todas a de gente mais orgulhosa, o que para isso deve influir a sua riqueza» (BROCHADO, p. 188).

[187] «Muhumbes. Três estados diferentes são compreendidos nesta raça, a saber: Mulondo, Camba e Humbe» (BROCHADO, p. 207).

[188] Segundo a lenda, num passado distante os Ovimbundo tinham sido saudáveis. Na verdade, parece que parte das doenças de que vieram a sofrer, lhes foram trazidas pelos contactos com o litoral e os europeus. A primeira aparição da varíola no planalto foi anterior a 1857, visto que Ladislaus Magyar lhe faz referência (CHILDS, 1949, pp. 217-218). A epidemia de 1864 surgiu em Luanda, daí irradiando pelas linhas comerciais para Cambambe, Novo Redondo, Benguela e Moçâmedes. Apesar da inoculação que entretanto foi feita entre europeus e africanos, a mortalidade foi superior a cinquenta por cento. Estatísticas enviadas de Benguela, Moçâmedes e de alguns concelhos do interior colocam em 11 535 o número de mortes por varíola, mas parece que foi superior (JILL DIAS, pp. 363-364). Segundo o testemunho de Silva Porto, terá avançado até ao Cuanza nesse mesmo ano de 1864. Do seu texto depreende-se que no ano de 1869, em que reescreveu o seu diário, a epizootia e a varíola avançaram até ao Lui levadas pelas caravanas do Bié e outras. Em 1898 verificou-se nova epidemia entre o gado, tendo sido a mortalidade estimada em mais de noventa por cento (CLARENCE-SMITH, 1978, p. 170).

[189] Serpa Pinto aplica à raça Ganguela o epíteto de «povos confederados», querendo significar a relativa independência de que gozavam entre si (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 107). «Entre os povos Ganguelas (. . .) a organização política não tem a engrenagem complicada e a perfeição que tem nos outros povos do distrito (. . .). Entre a maior parte dos Ganguelas a organização política é por tribos e não por estados, tendo cada tribo o seu chefe ou soba. Cada clan ou libata tem o seu patriarca, assim como cada família o seu chefe». Entre os povos Ganguelas que adoptam a forma patriarcal das instituições primitivas encontram-se os Luchazes, Lobales, Luenas, Luimbes, Quiocos e Canhocas (BASTOS, 1908, p. 49).

[190] *Enhana* significa campina (B. P. M. P., VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 175. *Ms.*). Serpa Pinto designa a zona onde nasce o Cubango por

«Descampado de Ambamba» (SERPA PINTO, vol. 1.º, mapa entre pp. 187 e 188). «Ao N. das terras do Sambo, o planalto forma um enorme descampado, a que chamam no país a Enhana Ambamba, terreno alagadiço onde nascem cinco rios importantes, dois dos quais vão ao Norte e três ao Sul» (IBIDEM, p. 189). Paiva Couceiro, que passou junto às nascentes do Cubango, tem uma bela descrição das *enhanas* ou *inhanas:* «grandes zonas de terreno levemente deprimidas, constituindo vales de suavíssimos declives, cobertos de gramíneas mais ou menos elevadas, muito condensadas às vezes, não deixando lugar para nenhuma outra vegetação, mais raras noutros pontos e permitindo o crescimento de arbustos rasteiros e várias vegetações herbáceas, de entre as quais surgem frequentes vezes diversas flores agrestes, tais como o malmequer grande de oito pétalas amarelas, o malmequer pequeno de vinte e tantas pétalas e uma espécie de lírio de cor rosa esbatendo para azul claro» (COUCEIRO, 1892, pp. 59-60).

[191] A lenda recolhida por Monsenhor Keiling dá efectivamente aos povos de Galangue e do Bié a mesma origem (DELGADO, 1944, vol. 1.º, p. 416). A primeira descrição desta terra data de 1797. «A província de Gallangue é a mais aprasível de todo aquele sertão; quase no meio dela há um outeirote chamado do Caoata, onde tem uma libata fortificada; neste alto nasce de uma pedra um olho de água, a melhor que eu sei em todo o sertão. Deste alto se descobre por todos os lados tudo quanto pode alcançar a vista até ao horizonte, sem embaraço algum (...). Há por aqui muitas libatas de brancos, finaliza esta província pela parte Leste no rio Cubango» (PINHEIRO DE LACERDA, p. 489). Apesar de aqui existir uma autoridade portuguesa, regente, até c. 1821, como já foi dito na nota 11, os sobas de Galangue atacaram consecutivamente Caconda, Quilengues e Dombe Grande (DELGADO, 1944, vol. 1.º, pp. 417-418). No final do século XVIII, ELIAS CORREIA refere Galangue como «presídio sem tropa», vol. 1.º, p. 26.

[192] O próprio rei de Galangue tomava parte no comércio; enviava todos os anos uma caravana real a Benguela, obtendo para isso um salvo conduto da parte do chefe do presídio de Caconda (CHILDS, 1949, p. 200). Por outro lado os caminhos das caravanas do Bié atravessavam o território, retirando o chefe local os respectivos benefícios.

[193] Após a fundação de Caconda e o avanço para leste organizado por Sousa Coutinho (1764-1772) e antes da retracção verificada na década de 1830, Galangue acolhia os desertores de Caconda, que assim se subtraíam a toda a autoridade portuguesa. O regente de Galangue informa o governador de Benguela, em ofício de 19 de Setembro de 1796, que residiam naquele

reino dispersos 27 brancos, e queixa-se do seu comportamento, assim como da falta de forças para se impôr aos comerciantes e aos sobas vizinhos (DELGADO, 1944, vol. 1.º, pp. 643-644).

[194] Corresponde à greda em português. Aparece no subsolo com diversas cores, e não apenas o branco. A pintura do corpo, em listas brancas ou multicolores não era apenas usada durante a aclamação dos chefes; recorriam a ela os que procuravam camuflar-se diante do comum das gentes, sobretudo quando levados por um espírito religioso, em cerimónias tribais. Crentes que eram *espíritos num corpo humano*, a fisionomia humana deveria ser encoberta para se amoldar à do espírito; e daí o recurso à *memba*, barro gorduroso que aderia ao corpo e nele se fixava enquanto húmido, ou mantido no corpo pela aderência; amassado, tornava-se consistente e permitia a moldagem e mesmo a tatuagem. Encontra-se em veios ou camadas no subsolo das margens húmidas de não poucos riachos em Angola, fora de terrenos arenosos (P.e VALENTE). No Songo, um dos preparativos para a guerra consistia em o soberano esfregar os braços com barro branco e espalhá-lo pelo seu povo, o que equivalia a «o soba deitou o pemba (barro) para por ele sermos felizes» (GRAÇA, p. 381).

[195] Trata-se do soba de Galangue. Em Setembro de 1856 foi visitado pelo alferes João José Libório, por ordem do governador de Moçâmedes, para lhe propôr o ataque ao soba dos Gambos e a sua captura. D. Dumba era um soba «a quem todo o gentio respeita». «(...) D. Dumba é um preto de rara figura, com trinta e oito anos de idade, e de grande prestígio entre os seus povos» (LIBÓRIO, pp. 448-449). Pela sua actuação na guerra contra os Gambos foi presenteado pelo governo de Benguela em 1858 (DELGADO, 1944, vol. 1.º, pp. 651-652).

[196] O Humbe sofria muitos ataques dos vizinhos: «por maior e mais rico é também mais perseguido.» O êxito dos Ovimbundo explica-se provavelmente pela inaptidão dos habitantes do Humbe para o uso de armas de fogo. «(...) é diminuta a quantidade de pólvora que consomem estas terras comparativamente com os demais gentios» (BROCHADO, p. 190). Quando em 1856 o soba D. Dumba de Galangue foi visitado pelo alferes João José Libório, estava ele em Quingolo com a sua guerra arraialada para ir ao Humbe. O exército era constituído por trinta mil homens e ainda se esperavam os povos do Bailundo, Huambo e Bié (LIBÓRIO, p. 449).

[197] As populações do Sul de Angola fazem uso da concha de um gasterópode, *Conus* (de que utilizam apenas a parte superior, o disco formado pela espiral) importado do oceano Índico. Os Nhanecas, Gambos,

Seles e outros fazem grande uso de ornamentos constituídos pelos discos retirados dos *Conus* e utilizados como pendentes. As grandes conchas do género *Conus* da costa ocidental da África *(Conus papilionaceus)*, utilizadas pela população do Sul de Angola para daí recortar os discos formados pela espiral do gasterópode, serviram durante muito tempo de moeda de troca. A tal ponto que os comerciantes de Benguela importavam *Conus* de grande tamanho, da costa Oriental de África (oceano Índico), sobretudo das Molucas, onde estes gasterópodes são bastante maiores e mais comuns. Esta importação fazia-se em grandes quantidades por meio de pequenos navios e as conchas vendiam-se aos comerciantes grossistas aos sacos. Estas conchas eram apreciadas de igual modo na África Central, em zonas tão distantes como o Catanga, a Luba, a Lunda, o Cassai, usadas como insígnias dos chefes ou testemunho de autoridade. Em todas as zonas a concha era cortada, aproveitando-se apenas o disco formado pela espiral e desperdiçando-se o resto do gasterópode, tal como Silva Porto descreve (DARTEVELLE, pp. 65-74). O resultado final dessa operação dava à concha um aspecto tão diverso da sua configuração original que Paiva Couceiro julga serem «os *mandés*, grandes rodelas de louça branca» (COUCEIRO, 1892, p. 124). «O homem rico e importante, assim como o Mucuando e o Quilengues nas mesmas condições, usam por principal adorno o *mandé* natural grande, perfeitamente limado, a ponto de ficar branco suspenso do pescoço. Antigamente davam um boi soba por um *mandé*, tal a importância que eles dão a este adorno, distintivo de importância e riqueza» (BASTOS, 1908, p. 174). Ver gravura da p. 459.

198 O padre Joaquim de Jesus Anunciação Folga, que viajou pelo concelho de Caconda pelo ano de 1885, dá-nos a explicação. «*Quilunga* é a guerra que tem por fim atacar um indivíduo que pretende esbulhar o que se acha no poder como soba. Esta é composta do povo de que pode dispôr o soba, e no caso do pretendente ser poderoso e o soba não possa com ele, é convocado para auxílio deste um dos povos vizinhos» (FOLGA, p. 96).

199 Referência ao *Memorial de Mucanos*, caderno onde Silva Porto anotava o montante dos mucanos pagos, assim como as circunstâncias que os justificavam. Ver «Apêndice Documental».

200 A distância do presidio de Caconda à libata grande do Cassoco pouco excedia as duas léguas e meia (FOLGA, p. 94). Ficava a nordeste do presídio, próximo das nascentes do rio Catumbela (PROVÍNCIA DE ANGOLA (...) 1904. *Cart.*). Esta povoação fora fundada por um negreiro de nome

José Machado Lobo de Meneses ainda no tempo do governador Sousa Coutinho (DELGADO, vol. 1.º, 1944, pp. 235 e 237).

[201] Sertanejo do Bié. Ver mais pormenores na «Introdução».

[202] A foz do Cunene só foi explorada em 1854 por Fernando da Costa Leal, governador de Moçâmedes, acompanhado de alguns sertanejos. O rio desagua a 17° e 15′ de lat. Sul, mas a sua foz encontra-se oculta por uma língua de areia, o que explica que só tão tarde se tivesse chegado ao seu conhecimento.

[203] Silva Porto ocupar-se-à da descrição das fogueiras nocturnas nos acampamentos quando fizer, mais adiante, a descrição dos usos e costumes do Bié.

[204] Em umbundo mais correcto *chiwuvila* é o *quimbombo* em estado de fermentação conservado na cabaça bem rolhada para que a rolha não salte. A bebida *quimbombo* ao contrário da *quissângua* é muito alcoólica, prepara-se com milho grelado e posteriormente farinado, deitado em água que se leva ao lume, numa panela. Adiciona-se-lhe a raiz macerada da planta *umbundi* para lhe dar maior fermentação e sabor acre. Habitualmente a bebida no estado intermédio de *chiwuvila* não está pronta a ser servida, mas em circunstâncias difíceis, como eram as do acampamento, qualquer alimento servia para matar a fome (P.e VALENTE).

[205] Silva Porto teve ocasião de explicar a Paiva Couceiro, nos princípios de 1890, o modo como os Ganguelas executavam as canoas. Em Junho desse mesmo ano, em viagem para o Mucusso, o oficial teve oportunidade de utilizar essas mesmas canoas e recordar a descrição do velho sertanejo. «Essas canoas são feitas de casca de árvore *(huco, manda,* ou *samba)* pelo processo seguinte (ouvi-o a Silva Porto): fazem-se dois cortes circulares no tronco, um junto ao pé, outro no ponto em que a árvore começa a bracejar, e um terceiro corte, vertical, unindo os outros dois; para facilitar ou tornar possíveis os cortes na parte mais alta, encostam-se à árvore umas forquilhas sobre as quais se põem em pé os homens encarregados do serviço; depois começa a separar-se a casca, por meio de cunhas finas, que se introduzem no corte vertical, sobre as quais se vai batendo cuidadosamente; assim se solta a casca, que depois se coloca sobre o solo. Em seguida, enche-se esse cilindro oco com folhas secas ou gravetos, que se incendeiam e deixam arder durante um certo tempo, até que a casca adquira uma certa flexibilidade; e, no entretanto, vai-se-lhe tirando, a golpes de machadinha, a parte exterior mais rugosa. Tomam-se

então duas estacas, de 2 metros proximamente de altura, e cravam-se vertical e contiguamente no chão; essas estacas são pois puxadas para o lado de fora e obrigadas a tomar a disposição de um V, entre cujos ramos se vem entalar o cilindro, apertando-se depois com uma corda embaraçada na extremidade das estacas, até que estas de novo unam. Feito isto, abrem-se através das duas superfícies unidas, duas ordens verticais de furos, por meio de um ferro de zagaia quente, e nesses furos se fazem passar cordas vegetais resistentes, de modo a obter uma boa e apertada ligação; assim se obtém a proa do barco. Para o completar, basta aplicar processo idêntico à extremidade oposta, e separar depois na parte intermédia os dois bordos por meio de umas travessas de madeira. Qualquer vara, grosseiramente afeiçoada em forma de pá numa das extremidades, serve de remo para estes barcos, remo que é manejado de pé, e que funciona de vara apoiando-se no fundo, sempre que a profundidade o permite» (COUCEIRO, 1892, pp. 73-75).

[206] «A day which rain begins near (or before) daybreack and continues well into the day is called in umbundo *ulembi* can claim a gift from the one to whom he says it. The number of days in which work or travel may be suspended on account of rain is relatively not large» (CHILDS, 1949, p. 4).

[207] O termo provém de *esumbi*, que infunde respeito. No norte de Angola vulgarizou-se em *cazumbir*, espírito da noite. É pois, possível a invocação do termo relacionado com a noite e o respeito para aconselhar cautela como forma de cumprimento nesta circunstância especial (P.e VALENTE).

[208] Em grafia actual *ochipeta*.

[209] O rio Canhungamua, ou antes, Cunhangamua, nasce a c. 2000 metros de altitude junto do morro Locosso, a sul da serra Lucosse. As coordenadas da nascente são: 12° 44′ lat. S. e 15° 23′ long. E.

[210] Ver localização no mapa da p. 451.

[211] Reino umbundo vizinho de Caconda (CHILDS, 1949, p. 168). Foi um dos territórios conquistados e avassalados antes do governo de Sousa Coutinho. Chegou mesmo a ter um regente no princípio do século, pelo menos até 1823 (DELGADO, 1944, vol. 1.°, pp. 234 e 522). «Quingollo está situado entre Caconda e Gallangue, porém é independente. Por informação que colhi soube que estas terras foram avassaladas (...) e que pagaram dízimo à Fazenda Pública, ignoro porém as causas que deram lugar à cessação de tal tributo» (LIBÓRIO, p. 448). A sua libata grande fica situada entre o rio Calai e o rio Cuando. Pode observar-se a «Planta da Fortificação

da Quipaca do soba de Quingolo, principal alliado de Baylundo» em (THEATRO DA GUERRA (...), 1776, *Cart.*). Ver gravura da p. 457.

[212] Trata-se de um afluente da margem direita do Cunene, que nasce na montanha Caála a uma altitude de c. 1800 metros.

[213] Trata-se do *Indicator indicator* (BARROS MACHADO).

[214] Trata-se sem dúvida da habitação de um comerciante europeu, dado o seu hábito de transplantarem para o sertão árvores e outras plantas de origem europeia.

[215] Este comandante interino do presídio de Caconda tinha sido provido no cargo muito recentemente, como já se disse. Era dono de uma povoação denominada Bandeira (DELGADO, 1944, vol. 1.º, p. 237).

[216] Daqui se pode concluir que a decadência de Caconda se verificou depois desta data. Serpa Pinto descreve o interior da fortaleza como «umas casas arruinadas, que foram habitação do chefe, quarteis e paiol» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 70).

[217] O povoamento dos sertanejos nas vizinhanças do presídio de Caconda era desde o século XVIII disperso. Estabeleciam-se cada um na sua povoação defendida com palissada de pau-a-pique e rodeados dos seus colaboradores *(quimbares)*, obtendo assim uma certa independência em relação ao chefe do presídio.

[218] Também no ponto de vista comercial Caconda iria conhecer uma acentuada decadência no terceiro quartel do século XIX. Em 1876 a expedição geográfica diz «o comércio é pouco, e esse mesmo é feito muito longe no interior. A mesma pegada de decadência que se nos revela em Quilengues, é ainda mais patente aqui» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 70).

[219] Ver localização no mapa da p. 451.

[220] Trata-se do rio Cubal da Hanha com nascente na Serra da Hanha.

[221] Trata-se da Serra Tchininga ou Serra da Hanha. Ver localização no mapa da p. 451. «(...) a espaçosa bacia da Anha que é compreendida por elevadas montanhas que a cercam em todos os sentidos, sendo seu diâmetro em algumas direcções maior do que 10 quilómetros» (FOLGA, p. 91).

[222] Este rio nasce na Serra da Hanha desaguando na margem direita do rio Coporolo que por sua vez nasce nas terras de Caluquembe próximo de Caconda e desagua perto do Luacho (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 190).

[223] Ver localização no mapa da p. 451.

[224] Trata-se de um morro escarpado «Elevação de terreno com pedregulhos» (ITINERÁRIO-ESBOÇO. *Cart.*). Morro junto à nascente do rio

Utarala afluente da margem direita do Coporolo (PROVÍNCIA DE ANGOLA (...) 1904. *Cart.*).

[225] Refere-se a uma ramificação das Serras da Hanha que se junta com a serra de Quicussa (ÁFRICA OCCIDENTAL PORTUGUEZA (...) folha n.º 7, 1905, *Cart.*).

[226] *Handalla* em umbundo. Tratar-se-á provavelmente de uma espécie de aloe, visto que o nome erva babosa corresponde a *Aloe vera* L. e a espécie *Aloe baumi* Engel & Gilg. corresponde ao nome indígena *Otyiandola* (ganguela) e/ou *Aloe zebrina* Bak., *okandala-kazengue* (umbundo), sendo ambas frequentes na zona (GOSSWEILER, 1953, pp. 490 e 491).

[227] Tratar-se-á da *Euphorbia carunculífera* Leach. e outras espécies afins.

[228] «O morro é bastante íngreme e pedragoso calculando a sua inclinação em 70%; a sua altura desde o supé até à distância de um quilómetro de subida não será inferior a 170 ou 200 metros» (FOLGA, p. 84). É banhado pelo rio Cavaco e dali se avista um panorama cheio de matizes (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 105).

[229] A construção deste reduto foi determinada em 1795. Tinha uma boa localização e era construído em pedra. Encontrava-se no morro das Bimbas, banhado pelo rio Cavaco, não sendo visível para quem estivesse nas margens. As marchas para o interior tinham passagem forçada pelas Bimbas. Antes de 1942 ainda podiam ver-se as ruínas deste reduto (DELGADO, vol. 1.º, 1944, pp. 105-106 e gravura).

[230] Também chamado Riambulla. Reinou entre 1844 e 1848.

[231] Negociante negro natural do Bié, residente em Camanha. Foi registado em Fevereiro de 1846 por Joaquim Rodrigues Graça no mapa dos moradores da província do Bié (GRAÇA, p. 400).

[232] Capitão da guerra preta é referido em carta do governador de Benguela para o governador de Luanda em 26 de Janeiro de 1847, sobre a guerra no Dombe Grande (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 558). Era provavelmente filho do negreiro João Lourenço Borges, que fundou a povoação de Canduco no tempo do governador Sousa Coutinho (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 237).

[233] Foi chefe do presídio de Caconda desde 1841 a 1848, tendo falecido em 9 de Dezembro deste último ano, depois de longa folha de serviços que lhe grangearam a condecoração de Nossa Senhora de Vila Viçosa, em Agosto de 1844 (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 271).

[234] Efectivamente o governador de Benguela dera a Joaquim Ferreira de Andrade, em 1845, a incumbência de bater os Mondombes revoltados do Dombe Grande da Quizamba. Em 1847 repetiram-se as operações militares. A paz obtida na área do presídio seria novamente ameaçada pela guerra do poderoso soba de Galangue (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 251).

[235] Ou *Civanda*. Reino de Ovimbundo, situado entre Quipeio, Galanga e Bailundo, tributário deste último (CHILDS, 1949, p. 168). Cortado por numerosos rios que ali nascem e se dirigem para o norte a formar o rio Cuvo (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1904. *Cart.*).

[236] Referência às campanhas organizadas pelo chefe de Caconda e aos ataques do soba de Galangue àquele presídio, que acabaria por ser salvo pelo auxílio da guarnição de Quilengues, em Janeiro de 1849 (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 251).

[237] Este funcionário fora nomeado pelo governo provisório de Luanda em 1834 ou 1835, apesar de ter havido em 1848 um comandante teórico das províncias do Bié, Bailundo e Huambo, o coronel Acúrcio Pompílio Pompeu do Carpo (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 342).

[238] Silva Porto dá-lhe o significado de praça, largo no centro da povoação (B. P. M. P., VIAG. E APONT. vol. 1.º, p. 217. *Ms.*). Em umbundo mais correcto *ochila*. Além de local de reunião para tomar decisões, presta-se igualmente para aí se executarem danças, donde o verbo *ocuchila*, dançar (P.e VALENTE).

[239] Trata-se evidentemente de Joaquim Ferreira de Andrade.

[240] Reino de Ovimbundo, entre a Hanha e a Quiquete, portanto ao norte do caminho que devia levar a caravana a Caconda (CHILDS, 1949, p. 166).

[241] Refere-se ao Dombe Grande cujas populações Mondombes, o comandante Joaquim Ferreira de Andrade fora encarregado de combater (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 251).

[242] Na verdade a opinião de Silva Porto comprova-se. Apesar deste tipo de comportamento, a folha de serviços de Joaquim Ferreira de Andrade, merecera uma condecoração dois anos antes (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p 271).

[243] Guilherme José Gonçalves mostraria, frequentemente, ao longo da sua carreira de sertanejo, atitudes de bom senso na resolução de questões de convivência.

[244] Deve entender-se que três quartos do povo da caravana foram entregues ao soba, tendo o outro quarto morrido ou desaparecido.

[245] O governador de Benguela nesta época era o capitão Joaquim Luís Bastos.

[246] Falhar, empregado neste caso, significa descançar, não viajar, permanecer no quilombo.

[247] Caquingue, terra dos Gongelos.

[248] A disciplina dentro da caravana foi sendo sempre aperfeiçoada, como forma de defesa contra roubos e extorsões de qualquer espécie.

[249] Nesta passagem Silva Porto parece identificar os súbditos do soba Quingue ou Caquingue, portanto os Gongelos ou Gongueiros, com o povo Nhemba. Serpa Pinto porém, diz que «os que demoram a S. E. de Caquingue chamam-se Nhembas» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 108). Ainda actualmente se encontram em posição aproximada (CARTA ÉTNICA).

[250] Os autores variam quanto à selecção dos quatro principais grandes grupos que constituíam «os povos confederados da raça Ganguela». Nhembas, Massacas, Bundas, Gongueiros (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 108); Luchazes, Luimbes, Bundas, Luenas (BONTINCK, 1975, p. 19). Actualmente, o grupo Ganguela é constituído por Luimbes, Gongueiros, Nhembas, Ganguelas, Ambuelas, Luenas, Luchazes, Bundas, Bacangalas, Camaches, Vaiauma, Valuios (CARTA ETNICA).

[251] Não foi possível encontrar qualquer etnónimo que correspondesse a esta designação.

[252] Os bundas *(Balunda)* situavam-se a sul dos Luchazes no Médio Cuando. Com a grafia Mambunda aparece representado este povo em PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1904. *Cart.*.

[253] Os Luimbes habitavam entre o Cuqueima e o Cuanza, mais próximo do primeiro que do segundo (SERPA PINTO, vol. 1.º, mapa entre pp. 186-187).

[254] «Entre o Cuqueima e o Cuanza os Ganguelas que são de diferentes raças dos outros povos designados pelo mesmo nome, chamam-se Luimbas junto ao Cuqueima e Luenas junto ao Cuanza» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 180).

[255] Os Luchazes habitavam entre o rio Cuíto, afluente da margem direita do Cubango, e o rio Lungué-Bungo, afluente da margem direita do Zambeze. «Os Luchazes são pouco viajantes, e apenas deixam as suas povoações para fazerem caçadas aos antílopes» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 220).

[256] Habitavam a sudeste do Bié, a sul dos Luinas e Luenas (SERPA PINTO, vol. 1.º, mapa entre pp. 186 e 187).

[257] Pode tratar-se dos Quiocos que, provavelmente em 1869, tinham já iniciado a sua expansão para o Sul. Em 1877 Serpa Pinto escreve o seguinte: «(. . .) o país dos Luchazes está sendo invadido por uma emigração enorme de quiôcos ou quibôcos, que tendem a estabelecer-se nas margens do rio Cuito» (SERPA PINTO, vol. 2.º, p. 25).

[258] Trata-se dos Ambuelas, que habitavam as margens do Cuíto, afluente do Cubango e do Cuando (BONTINCK, 1975, p. 26 e SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 351).

[259] «Os Quimbandes, os Luchazes e Ambuelas, falam a mesma língua, o ganguela com pequenas modificações». Os Quiocos falavam dialectos diferentes (SERPA PINTO, vol. 2.º, p. 95).

[260] Serpa Pinto elogia o trabalho dos ferreiros ganguelas do Quingue, apresentando uma gravura com dois ferreiros trabalhando e outra com os instrumentos utilizados, assim como os seus nomes (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 109).

[261] Segundo a tradição oral recolhida pelo padre Keiling, o soba do Candumbo, irmão do soba do Huambo, acolheu fugitivos do Bailundo, que mais tarde viriam a fundar o Sambo. Os Candumbos eram da família dos Ganguelas (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 414).

[262] Segundo a tradição oral recolhida pelo padre Keiling, Sambo era o nome de um parente do soba do Bailundo que tentou suplantá-lo, mas foi morto. Os seus filhos, perseguidos, foram recolhidos na terra de Candumbo, irmão do soba do Huambo. Passaram depois o Cuando, e fundaram o reino, proclamando Alemba rainha da terra. Os irmãos separaram-se fundando outras libatas independentes (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 414). As lutas entre o Bailundo, o Candumbo e o Sambo eram portanto muito antigas.

[263] Segundo a tradição oral recolhida pelo padre Keiling, o reino do Quingolo fora fundado por um irmão da fundadora do Sambo, ambos fugitivos do Bailundo (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 414).

[264] «(. . .) são de todos aqueles que mais se aproximam dos Bienos, em cometimentos de exploração comercial. As suas transacções baseiam-se em instrumentos de ferro principalmente enxadas» (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 108-109).

[265] *Ndulu*, reino do povo Ovimbundo, a norte do Bié entre o Cutato e o Cuanza (CHILDS, 1949, mapa entre pp. 166-167).

[266] Silva Porto quer referir-se ao Bailundo, cujo soba impunha sobas da sua confiança aos reinos vizinhos pela força das armas. Quipeio, Sambo e Huambo são exemplos desse domínio.

[267] Na verdade existe diferença de pronúncia e significação de termos de local para local, dada a grande extensão do uso do umbundo. No entanto «a prova de que as regras são tão simples e naturais está em que a língua se transmite por tradição, bastando o contacto e o ouvido para mestres entre o povo que a fala, e onde nunca houve escolas para tal» (P.e VALENTE, p. 11).

[268] Este é um exemplo da supremacia do soba do Bailundo sobre os seus vizinhos.

[269] A prova da sua «rebeldia» é que em 1857, aliando-se aos sobas de Quiaca, Hanha, Caluquembe, Huambo e Quipungo, atacou a colónia da Huíla, cujos moradores e colonos sofreram grandes baixas na defesa do fortim (PELISSIER, vol. 1.º, pp. 144-145).

[270] Caconda nunca fora um centro com capacidade para atrair muitos povoadores. A sua decadência durante o segundo quartel do século XIX, mais veio acentuar esta característica de dispersão do povoamento daqueles que, de algum modo, conservavam laços que os ligavam à administração portuguesa.

[271] Efectivamente, segundo Childs, os povos da Hanha já se encontravam fora da zona dos Ovimbundo (CHILDS, 1949, mapa entre pp. 166-167), se bem que em 1970 fossem incluídos nesse grupo (CARTA ETNOGRÁFICA). Os *Ndombe*, situados entre Benguela e a Hanha, parecem ser os Mondombes. Os *Ndombe* eram efectivamente em 1600 um povo de pastores (CHILDS, 1949, p. 192).

[272] Sertanejo do Bié e caixeiro de Silva Porto.

[273] Caixeiro de Silva Porto.

[274] Trata-se do rio Canhora, afluente da margem direita do rio Cuíto, afluente do Cuquema (SERPA PINTO, vol. 1.º, mapa entre pp. 186 e 187).

[275] Natural do Bié, negociante, mestiço. Fez parte dos sertanejos que em Março de 1846 se apresentaram, a pedido de Joaquim Rodrigues Graça, para que este pudesse fazer um recenceamento ou «Mapa dos moradores da província do Bié, filhos naturais dos portugueses que emigraram das duas praças de Benguela e Luanda, bem como de outros presídios e distritos, além de negociantes volantes que na mesma se acham estabelecidos» (GRAÇA, pp. 399-400).

[276] Povo do grupo Ganguela, vivendo hoje a norte do rio Lungué-Bungo, na região do Moxico (CARTA ÉTNICA).

[277] Serpa Pinto assinala num mapa a povoação de Cuio, nas margens do Cuanza, dando-lhe bastante relevo (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 204).

[278] Serpa Pinto assinala a libata grande dos Luimbas, com o nome de Quipembe, entre o rio Cuquema e o Cuanza, a sudoeste da libata grande dos Luenas, Cuio (SERPA PINTO, vol. 1.°, mapa p. 204). O texto de Silva Porto induz-nos no erro de que a «tribo Luimbe» viveria a leste do Cuanza, quando na realidade habitava entre o Cuquema e aquele rio. Com a grafia Liembe surge-nos uma povoação nesta mesma direcção em RECONHECIMENTOS TOPOGRÁFICOS, *Cart.*.

[279] Serpa Pinto visitou a povoação de Gando na margem direita do Cuquema tendo sido recebido pelo soba (SERPA PINTO, vol. 1.°, p. 177).

[280] Ou Varea, afluente da margem esquerda do rio Cuime.

[281] Afluente da margem direita do rio Cuanza.

[282] Ou Onda, afluente da margem direita do rio Varia.

[283] Ver nota n.° 258.

[284] «Entre os Ganguelas pratica-se a circuncisão. A operação é feita entre os quinze e os dezoito anos de idade, e na época da colheita (Maio, aproximadamente), escolhendo-se de preferência anos de abundância; para a praticar formam-se grupos de trinta a quarenta rapazes que, com três ou quatro cirurgiões, a quem são entregues, vão acampar a distância, fora das povoações; aí são operados e permanecem em tratamento durante um mês ou mais (. . .)» (COUCEIRO, 1892, p. 49).

[285] «(. . .) nesses acampamentos vivem sem vestimento algum, começando, logo que estão curados, a preparar uma espécie de saiotes feitos com a casca do *huco*, com os quais logo que estão prontos, saiem indo com o corpo nú da cintura para cima, e pintado com barro branco» (COUCEIRO, 1892, p. 49). Ver também as notas n.os 53 e 56.

[286] Ver a nota n.° 194. «O barro branco, a que chamam *memba*, exerce um papel importante em grande número de exorcismos, e é significativo de bons desejos, de amizade, enfim de um coração branco, de que é o emblema. Pelo contrário o barro vermelho, *olucunda*, tem má significação é emblema de sangue» (COUCEIRO, 1892, p. 190).

[287] Silva Porto atribui-lhe o significado de arlequim (B. P. M. P., VIAG. E APONT. vol. 1.°, p. 167. *Ms.*). Quer pela descrição quer pela tradução, pode concluir-se que o sertanejo não apreendeu o significado de tais máscaras. O mesmo não sucedeu com Paiva Couceiro que tomou contacto com estes povos em 1895. «Outro uso estranho me chamou a atenção durante a minha estada no Quingue [Ganguelas], e foi ele o dos mascarados: os mascarados representam almas do outro mundo, e aparecem a distância entre os bosques, em torno dos povoados ou acampamentos,

dançando, saltanto e agitando no ar uns chicotes, com que fustigam violentamente quem deles tentar aproximar-se». Existem dois tipos de vestuário. Aquele a que Silva Porto se refere foi descrito com mais pormenores por Paiva Couceiro. «Corpo completamente coberto por uma vestimenta feita de casca de árvore, cujas finas fibras foram cuidadosamente levantadas e arrepiadas em toda a superfície, originando assim uma espécie de pelo cor de castanha avermelhada; (...) em torno do pescoço uma espécie de grande colar, de onde raia uma massa de fibras vegetais brancas, que encobre o pescoço em toda a sua altura (...); os tornozelos cingidos de uma maneira idêntica ao pescoço; finalmente, a cabeça metida dentro de uma grande cabaça em volta da qual adaptam uma aba, pintando-lhe na frente, por baixo, com tintas vermelhas e pretas, olhos, nariz, boca e várias malhas e arabescos; (...). Estas vestimentas são feitas por cada um que se propõe a representar em certos dias a alma de um seu antepassado, e estão ocultas em sítios recônditos dos bosques, onde são envergadas em determinados dias pelos seus proprietários» (COUCEIRO, 1892, pp. 50-51).

[288] Serpa Pinto foi visitado entre o rio Onda e o rio Cuíto pelo soba de Cabango, que talvez possa ser identificado com o soba de Bango Hacanuco (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 214, conf. BONTINCK, 1975, p. 33).

[289] Trata-se dos Ma-Tebele (BONTINCK, 1975, p. 44).

[290] «Os machados de guerra, flechas e azagaias, vêm-lhes dos Luchazes, e as enxadas dos Ganguelas, Nhembas e Gonzellos» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 216).

[291] Mais tarde, as cargas de fazendas passaram a ser envolvidas em oleados, evitando-se assim o transtorno de se molharem no caminho.

[292] O rio Cuíto da Zambueira ou Bambueira é assim denominado para se diferençar dos outros rios Cuíto, em especial daquele que corre junto a Belmonte.

[293] Serpa Pinto assinala assim a linha divisória das águas: «Fez-me profunda impressão o contemplar as águas do ribeiro Chiconde correndo velozes para o Cuíto. Até ali tinha encontrado águas correndo ao oceano Atlântico» (...) (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 219-220).

[294] Trata-se do rio Zambeze. O seu curso na região do Lovale começou a ser conhecido no final do século XVIII, sendo identificado com o rio Zambeze pouco depois (SANTOS, 1978, pp. 165-168).

[295] Alfuente da margem direita do rio Cuíto da Zambueira (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1904. *Cart.*).

[296] Rio N'honguavirando, afluente da margem direita do Cuíto da Zambueira (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1904. *Cart.*).

[297] Trata-se da serra Cassara Caiera. «O alto da serra tem uma altitude de 1615 metros (...). Esta serra forma um planalto de vertentes bastante ásperas» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 236).

[298] Era um chefe dos Luchazes estabelecido junto do rio Cuttau (Lutuai) (BONTINCK, 1975, p. 22). Silva Porto visitara-o já por duas vezes em 1840 e 1841, como refere na nota (1) da página 80 do ms.

[299] Trata-se dos Luchazes do grupo étnico Ganguela (língua Tchinganguela) (CARTA ÉTNICA).

[300] Os Luchazes não cultivavam o milho, nem a massambala, apenas o massango (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 220 e 237). Trata-se do *Pennisetum typhoideum*. «Muito importante para a alimentação do gentio de leste do Cuebu, e cultivado em terrenos arenosos mais vantajosamente que o milho» (GOSSWEILER, 1907, p. 60).

[301] A língua do grupo étnico Ganguela é o Tchinganguela (CARTA ÉTNICA).

[302] Ou *vielo*. Incluído na «vegetação hortícola» (AZEVEDO, F. Teixeira de, p. 71). *Velu* em ganguela. «Erva sem dúvida indígena da África tropical. (...); esta pequena planta tem a vegetação singular da jinguba, desenvolvendo-se os frutos debaixo da terra.» (GOSSWEILER, 1953, p. 212).

[303] Lunda significa local abandonado. Canjilla era um chefe luchaze cujo território passaria a ser atravessado pelo caminho que se dirigia ao Lui.

[304] Serpa Pinto em 1877 também visitou as nascentes do Cuando por recomendação de Silva Porto, que em Benguela lhe indicara a zona onde devia procurá-las. Foram dois guias locais que ali o levaram (SERPA PINTO, vol. 1.º, pp. 241-242).

[305] Povo do grupo étnico Ganguela (CARTA ÉTNICA). Ver nota n.º 252.

[306] Serpa Pinto provou esta bebida a que chama *bingundo*, entre os Luchazes, considerando-a «a mais alcoólica que tenho encontrado» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 245).

[307] Povoação a sul do Lungué-Bungo, entre Matamjamba e o rio Lutembe (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1904, *Cart.*).

[308] Esta chefe do povo Luchaze e a sua numerosa família serão objecto de vários esclarecimentos ao longo do diário de Silva Porto, visto que os seus territórios se encontravam no trilho das caravanas.

[309] Afluente da margem direita do Lungué-Bungo (PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1904. *Cart.*).

[310] «Os celeiros são colocados muito altos sobre uma armação de madeira, todos de palha, e de cobertura móvel; pois é preciso levantá-la para ir dentro buscar os mantimentos. Têm acesso por uma escada de mão, e não são mais do que um cesto gigante à prova de água, em que a tampa é um tecto cónico» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 244).

[311] Trata-se do Kobus leche (BARROS MACHADO).

[312] Afluente da margem direita do rio Luanginga, afluente por sua vez do Zambeze (MAP OF THE BAROTSE KINGDOM. *Cart.*). Nesta primeira viagem a caravana avançou entre o Lungué-Bungo e o Luanginga, muito ao norte dos trilhos que se viriam a estabelecer posteriormente, ligando o Bié ao Lui na zona da confluência do Luanginga com o Zambeze.

[313] Silva Porto designava por Cassaqueres uma tribo do povo hoje conhecido por Bosquimanos. «Os Mucassequeres partilham com os Ambuelas os territórios de entre Cubango e Cuando» (SERPA PINTO, vol. 1.º, p. 281). Hoje encontram-se no Sul litoral e Sudeste de Angola várias tribos que possuem os caracteres somatológicos e culturais dos Bochimanes: os Bacuisso, os Bacuando, os Bacancala e os Bacassequeres. Eles representam restos de antigas populações rechaçadas pelos Bantos e pelos Europeus. Uma outra designação para este grupo de povos não Bantos é a de Cungues (! *kung*) (CARTA ÉTNICA).

[314] O valor comercial do marfim era ainda desconhecido dos Bosquimanos.

[315] Provavelmente trata-se da *Borassus aethiopum* Mart. (GOSSWEILER, 1953, p. 507).

[316] A palmeira que dá o azeite denominado de palma é a *Elaeis guineensis* Jacq. (GOSSWEILER, 1953, pp. 510-511).

[317] Tal como grande parte dos rios africanos, o Zambeze provocava grandes inundações na época das cheias. Na planície alagadiça entre Libonta e Sesheque (actual Barotze), as populações *Lozi* e Macorrolos viviam em função do ritmo marcado pela inundação anual. Ao longo do diário, Silva Porto terá ocasião de descrever essas alterações do meio físico e social, que tanto o fascinavam.

[318] Trata-se dos Luianos ou *Lozi*, vencidos pelos Macorrolos (Ver nota 25). Fugindo para o Norte haviam-se estabelecido na zona da confluência do rio Luanginga com o Zambeze, onde as caravanas do Bié os contactaram (SANTOS, 1981, p. 60).

[319] Antes da presente viagem tinham-se já verificado outros contactos, pelo menos a partir de 1845.

[320] Foram os Bienos que, a pedido do soba Rimbua, construíram uma fortaleza de pau-a-pique para defesa dos *Lozi* contra um ataque dos Macorrolos (SANTOS, 1981, p. 60).

[321] A vitória dos Macorrolos sobre os Luianos será descrita em pormenor noutro passo do diário. A tradição oral sobre tais eventos foi também recolhida por Livingstone, mas tendo-lhe sido transmitida por Sebituane, o rei macorrolo vencedor, ela ocupa-se, naturalmente, mais dos Macorrolos, que dos Luianos, aos quais Livingstone chama «Barotsés ou Baloianas» (LIVINGSTONE, 1873, pp. 87 e segs.).

[322] Rei dos *Lozi* vencido pelos Macorrolos e refugiado com parte do seu povo na região já referida. Em ortografia mais correcta: *Limboa, Mboa, Imbua* (BONTINCK, 1975, p. 30).

[323] Os usos e costumes dos Luianos serão descritos por Silva Porto com grande pormenor durante as suas viagens pessoais ao Lui (Barotze).

[324] Missanga vermelha.

[325] Efectivamente a sua língua abunda em ejectivos nasais e *clíques* ou estalidos. Estes povos aborígenes da África centro-equatorial, empurrados para o sul pelos Bantos, deixaram vestígios da sua linguagem nas línguas dos invasores.

[326] Efectivamente as suas tradições referem que os seus antepassados vieram do Norte.

[327] Trata-se provavelmente dos Nhengos *(Vanyengo)* que actualmente fazem parte do grupo Xindonga e habitam junto da margem direita do Médio Cuando no extremo Sudeste de Angola (CARTA ÉTNICA).

QUADROS

QUADRO N.º 1

Mucanos pagos por Silva Porto (valores parciais e totais)*

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
1841, AGO, 13		441$000	
1841, DEZ, 6	2	258$000	699$000
1842, JAN, 21		500$000	
1842, SET, 26	2	362$000	862$000
1843			
1844, JAN, 21		185$600	
1844, DEZ, 17	2	35$600	221$200
1845, JAN, 15		44$800	
1845, MAR, 12		60$000	
1845, MAI, 7		675$000	
1845, OUT, 12	4	28$000	807$800
1846, JUN, 17		125$000	
1846, OUT, 15		52$000	
1846, NOV, 23		33$600	
1846, NOV, 30		9$600	
1846, DEZ, 10		19$200	
1846, DEZ, 15	6	24$000	263$400
1847, JAN, 23		28$000	
1847, JAN, 24		45$500	
1847, MAR, 16		19$200	
1847, SET, 10	4	48$000	140$700
A transportar	20		2 994$100

* Valores em réis fracos.

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
Transporte	20		2 994$100
1848, JUL, 13	1	48$000	48$000
1849, JUL, 31	1	600$000	600$000
1850, FEV, 20		24$000	
1850, JUL, 28		35$200	
1850, OUT, 6	3	134$400	193$600
1851, JUL, 10		52$000	
1851, AGO, 17	2	52$000	104$000
1852, NOV, 22	1	4 100$000	4 100$000
1853, FEV, 15	1	19$200	19$200
1854, MAI, 12		144$000	
1854, DEZ, 17	2	48$000	192$000
1855, FEV, 18	1	964$000	964$000
1856, MAR, 15	1	795$200	
1856, ABR, 22		30$400	
1856, JUL, 19		38$400	
1856, DEZ, 20		300$000	
1856, DEZ, 23	5	79$600	1 243$600
1857, MAI, 8		260$000	
1857, AGO, 13	2	46$000	306$000
1858, JAN, 25		60$800	
1858, JAN, 26		269$600	
1858, FEV, 20		120$400	
1858, ABR, 7		160$000	
1858, ABR, 10		27$200	
1858, ABR, 11		11$200	
1858, ABR, 20		17$600	
1858, ABR, 26	8	16$000	682$800
A transportar	48		11 447$300

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
Transporte	48		11 447$300
1859, MAI, 3		100$000	
1859, MAI, 19		100$000	
1859, MAI, 24		100$000	
1859, JUN, 7		20$000	
1859, JUN, 27		10$000	
1859, JUN, 29		304$000	
1859, JUN, 30		105$000	
1859, JUN, 30		115$000	
1859, JUN, 30		165$000	
1859, JUN, 30		8$500	
1859, JUL, 15		15$000	
1859, JUL, 15		15$000	
1859, OUT, 6		795$000	
1859, NOV, 5		18$000	
1859, NOV, 5	15	64$000	1 934$500
1860, MAR, 14		8$000	
1860, MAR, 28		75$000	
1860, ABR, 5		87$000	
1860, MAI, 28		248$000	
1860, JUN, 17		16$000	
1860, JUN, 28		16$000	
1860, JUL, 22		40$000	
1860, JUL, 23		15$000	
1860, AGO, 5		53$000	
1860, AGO, 6		107$000	
1860, AGO, 19		29$000	
1860, AGO, 26		14$000	
1860, SET, 15		433$000	
1860, SET, 17		50$000	
1860, NOV, 25		55$000	
1860, DEZ, 13	16	20$000	1 266$000
A transportar	79		14 647$800

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
Transporte	79		14 647$800
1861, JAN, 1		50$000	
1861, JAN, 4		20$000	
1861, JAN, 8		10$000	
1861, JAN, 27		12$000	
1861, MAR, 15		9$000	
1861, ABR, 15		63$000	
1861, ABR, 17		16$800	
1861, ABR, 18		94$000	
1861, MAI, 23		171$000	
1861, MAI, 30		67$200	
1861, JUN, 23		45$000	
1861, JUN, 30		228$000	
1861, AGO, 30		22$000	
1861, SET, 14		32$500	
1861, SET, 25	15	25$000	865$500
1862, JAN, 3		30$000	
1862, FEV, 17		32$400	
1862, MAI, 2		96$000	
1862, MAI, 8		18$000	
1862, MAI, 23		9$600	
1862, MAI, 26		211$000	
1862, JUL, 3		24$000	
1862, JUL, 8		9$000	
1862, AGO, 15		99$000	
1862, SET, 6		120$000	
1862, SET, 11		86$000	
1862, SET, 14		30$000	
1862, SET, 15		7$200	
1862, SET, 23		100$000	
1862, SET, 24		100$000	
1862, NOV, 5		36$000	
1862, NOV, 10		30$000	
1862, NOV, 26		24$000	
1862, DEZ, 12	19	19$200	1 081$400
A transportar	113		16 594$700

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
Transporte	113		16 594$700
1863, OUT, 20		6$400	
1863, OUT, 20		2$400	
1863, OUT, 23		8$000	
1863, OUT, 23		4$800	
1863, OUT, 26		78$000	
1863, OUT, 29		20$000	
1863, NOV, 12		32$000	
1863, NOV, 18	8	32$000	183$600
1864, DEZ, 20		12$000	
1864, DEZ, 22		10$400	
1864, DEZ, 23	3	30$000	52$400
1865, MAI, 30		613$350	
1865, JUN, 1		60$000	
1865, JUN, 6		8$000	
1865, JUL, 7		6$400	
1865, AGO, 16		10$000	
1865, AGO, 18		6$400	
1865, AGO, 30	7	43$200	747$350
1866, JUL, 25		70$000	
1866, AGO, 13		26$000	
1866, NOV, 6		176$000	
1866, NOV, 16		6$400	
1866, DEZ, 15	5	32$000	310$400
1867, JAN, 8		20$800	
1867, MAR, 7		27$200	
1867, DEZ, 18	3	30$400	78$400
1868, ABR, 6		100$000	
1868, ABR, 11		13$200	
1868, ABR, 29		6$000	
1868, ABR, 30	4	9$600	128$800
A transportar	143		18 095$650

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
Transporte	143		18 095$650
1869, JAN, 28		62$400	
1869, FEV, 5		737$600	
1869, JUL, 12	3	382$000	1 182$000
1870, FEV, 5		16$800	
1870, MAR, 18		13$200	
1870, ABR, 1		394$850	
1870, ABR, 3		237$500	
1870, ABR, 3		411$200	
1870, MAI, 31		14$400	
1870, JUN, 2		69$600	
1870, JUN, 10		19$800	
1870, AGO, 1		16$200	
1870, AGO, 16		8$400	
1870, AGO, 23		121$000	
1870, AGO, 29		56$000	
1870, SET, 2	13	7$200	1 386$150
Entre 1870, SET e 1879, DEZ	* 1	1 000$000	(1) 1 000$000
1879, DEZ, 23	1	28$000	28$000
1880, JAN, 13		232$000	
1880, FEV, 18	2	36$300	268$300
1881, FEV, 1		269$600	
1881, JUN, 3		16$000	
1881, JUN, 16	3	16$000	301$600
A transportar	165		22 261$700

* Número indeterminado de mucanos.

(1) Entre 1842 e 1870 o valor total das fazendas compradas em Benguela atingia os 400 contos de réis pelo que os 21 contos pagos em mucanos representam 5,25% desse valor.

DATA	N.º DE MUCANOS	VALOR DOS MUCANOS	TOTAIS
Transporte	165		22 261$700
1883, FEV, 13		68$000	
1883, MAR, 8		60$000	
1883, MAR, 11		4$800	
1883, MAR, 22		12$800	
1883, MAR, 23		40$800	
1883, ABR, 19		12$800	
1883, ABR, 21		28$000	
1883, MAI, 27		9$600	
1883, JUN, 23	9	472$800	709$600
1884, JUN, 19		56$300	
1884, JUL, 14		18$000	
1884, OUT, 2		14$400	
1884, DEZ, 26	4	12$800	101$500
Total	178		23 072$800

QUADRO N.º 2

Valor do banzo entre 1840 e 1884

DATA	EQUIVALÊNCIA DE 1 BANZO EM MARFIM		VALOR CONVENCIONAL EM RÉIS	OBSERVAÇÕES
	TRANSACÇÃO DO SERTANEJO	*TRANSACÇÃO DO POMBEIRO*		
1840	30 a 60 libras de marfim	30 a 60 libras de marfim		
1841	» » » »	» » » »		
1842	» » » »	» » » »		
1843	» » » »	» » » »		
1844	» » » »	» » » »		
1845	» » » »	» » » »		
1846	25 a 50 libras de marfim	25 a 50 libras de marfim	40$000 (1)	Rodrigues Graça na Lunda transaccionou 1 *banzo* por 59 libras 56 panos a $400=22$400
1847	» » » »	Descida lenta	»	
1848	» » » »		»	
1849	» » » »		»	
1850	» » » »		»	
1851	» » » »		»	
1852	» » » »		»	
1853	» » » »		»	
1854	» » » »		»	
1855	» » » »		»	

(1) Não esquecer as miudezas e os 28 panos para encargos que justificam os 40$000.B.P.M.P., *Viagens e Apontamentos*, vol. 5.º, p. 208. 15 de Outubro de 1868.

DATA	EQUIVALÊNCIA DE 1 BANZO EM MARFIM		VALOR CONVENCIONAL EM RÉIS	OBSERVAÇÕES
	TRANSACÇÃO DO SERTANEJO	*TRANSACÇÃO DO POMBEIRO*		
1856	25 a 50 libras de marfim	25 a 50 libras de marfim	40$000	
1857	» » » »		»	
1858	» » » »		»	
1859	» » » »		»	56 panos a $250=14$000(1)
1860	» » » »		»	
1861 ↓	» » » »		»	Subida do preço do marfim no mercado de compra
1862	» » » »		»	
1863	» » » »		»	
1864 prejuízos	» » » »		»	
1865	» » » »		»	
1866	» » » »		»	
1867	» » » »		»	
1868	25 a 50 libras de marfim	15 libras de marfim	»	
1869	» » » »	18 libras marfim na Garanganja, boa permutação	»	25 libras no Mucusso (muito boa)
1870	» » » »		»	
1871	» » » »		»	

(1) Os melhores anos foram os de 1859 e 1860. Quando os tecidos baixaram o preço no armador, os sertanejos quiseram manter o valor do *banzo*. Quanto ao valor do pano, foram obrigados a baixá-lo, no Bié, para $250, mas o *banzo*, destinado ao interior, quiseram mantê-lo em 40$000, o que se tornou impossível a partir de 1861.

DATA	EQUIVALÊNCIA DE 1 BANZO EM MARFIM		VALOR CONVENCIONAL EM RÉIS	OBSERVAÇÕES
	TRANSACÇÃO DO SERTANEJO	*TRANSACÇÃO DO POMBEIRO*		
1872			40$000	
1873			»	
1874			»	
1875			»	
1876			»	
1877			»	
1878			»	
1879			»	
1880		5 libras de marfim no Moio	»	
1881			»	
1882				
1883				
1884		8 libras de marfim no Miquezelumbue		

APÊNDICE DOCUMENTAL

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

N.º 1 Senhores Moradores e Feirantes

Tendo destinado o dia 6 do corrente para reunião extraordinária na libata grande, para o nosso bem comum, em consequência do soba ter dado presas a esmo, como é facto e notório; por este motivo me dirijo aos senhores abaixo para que hajam de comparecer no referido dia acima marcado na dita libata, para de alguma maneira ver se se pode obstar a tão grande mal. Residência no Bié, 1.º de Março de 1848.

António Fran.co Fer.a da S.a Porto
1848
Chefe interino

Os Senhores
Joaquim Duarte Monteiro
Joaquim de São Tiago Maior
João Gonçalves da Costa
Guilherme José Gonçalves
Francisco Fernandes Relva
Luís Albino Rodrigues
Manuel Monteiro da Fonseca
José Mendes Fernandes
Manuel Rodrigues
Manuel José de Barros
José Vaz Ferreira dos Santos
Joaquim das Chagas Veiga
Tibúrcio Francisco da Conceição e Matos

N.º 2 Il.mo Sr.

Encarregado interinamente pelo Il.mo Sr. Major [p. 2] Francisco José Coimbra do governo deste distrito, remeto a V. S.ª um ofício do mesmo que recebi na ocasião da sua partida para as Ganguellas a tratar de sua saúde; não o remetendo directamente em consequência dos obstáculos que se oferecem, como sejam as faltas de comitivas para essa.

Outrossim, que tendo convocado os moradores e feirantes para reunião extraordinária na libata grande, para o dia 6 de Março próximo passado, para ver se de alguma maneira punha cobro às injustiças que em geral Quimbundos e Ganguellas estão cometendo, de presas ou sequestros feitos arbitrariamente, pela mais insignificante bagatela, o que não deixa de não acarretar funestas consequências ao comércio, e grave prejuízo de terceiros; esta reunião ficou pois de nenhum efeito pela circunstância ocorrida da prematura morte do soba D. António Alencastre de apelido Riambulla, no dia 8 do já citado mês de Março, e cujo foi sepultado, como é estilo do país, a 2 do corrente.

O seu irmão e sucessor de apelido Caiangúlla, entrou na libata grande a 16 do corrente, mas não podendo ainda assumir o título de soba sem primeiramente se verificar certas cerimónias análogas às suas superstições, como costume de selvagens; motivo porque logo que as mesmas se hajam concluído, farei por convocar segunda vez os moradores e feirantes, e do resultado da mesma reunião oficiarei para essa na primeira ocasião que se oferecer.

Tenho a implorar o auxílio de Sua Ex.ª para que se digne de oficiar ao soba actual, para este reprimir de alguma maneira os absurdos sem interrupção cometidos pelo seu povo, contra os brancos existentes na terra quer naturais ou estranhos; pois que progridem diariamente de uma maneira espantosa, pois que seria um preservativo, junto à dita reunião; de [p. 3] alguma maneira salutar a refrear em parte os desvarios selvagens.

É o que se me oferece levar ao conhecimento de V. Sr.ª para que se digne levá-lo ao de Sua Ex.ª

Deus guarde a V. S.ª. Bié, 30 de Maio de 1848.

Il.mo Sr. João de Roboredo

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
848

N.º 3 Il.mo Sr.

Do incluso inventário virá no conhecimento do espólio pertencente ao finado Manuel Francisco de Sousa, falecido a 22 de Junho do ano passado.

Deus guarde a V. S.ª. Bié, 10 de Janeiro de 1849.

Il.mo Sr. Secretário do Governo de Beng.ª

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
849

N.º 4 Il.mo Sr.

Com indizível prazer tenho hoje a satisfação de entregar a V. S.ª o governo desta terra que por portaria de 16 de Janeiro do ano passado me foi entregue.

A 30 de Maio do dito ano oficiei ao governo geral, remetendo ao mesmo tempo o ofício de V. S.ª, até ao presente não houve solução alguma; a paz da terra durante a minha gerência não foi alterada, dando-se unicamente o caso da morte do soba Riambulla, a 8 de Maio do referido ano, e a entrada na libata grande de seu irmão e sucessor Caiangúlla a 16 do dito mês e ano.

Jamais têm cessado os roubos dos povos da terra e de além Cuquema e Cuanza, contra os brancos em geral; cumpre pois a V. S.ª o resolver a questão de tão momentoso assunto.

Deus guarde a V. S.ª. Bié, 25 de Janeiro de 1849

Il.mo Sr. Fran.co José Coimbra

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
849

[p. 4] N.º 5 Il.mo Sr.

Tendo de seguir hoje viagem para a cidade de Benguela a tratar dos meus negócios, o cargo que segunda vez me foi confiado (sic).

Deus guarde a V. S.ª. Bié, 28 de Abril de 1849.

Il.mo Sr. Francisco Garcia Machado

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
849

N.º 6 D. Soba Caiangúlla

Constando-me que mandastes um dos teus macotas em casa do feirante Francisco Fernandes Relva, para lhe extorquir sem fundamento plausível, um fardo de fazenda, além das miudezas anexas; desde já vos previno que desistais de tal intento, porque do contrário passarei a relatar para a cidade de Benguela os vossos despropósitos.

Desejo-vos saúde. Bié, 4 de Agosto de 1849.

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
849

N.º 7 Il.mo Sr.

Tenho a honra hoje de depositar nas suas mãos o governo da terra confiado ao meu cuidado mais uma vez, ao cumprir com este dever, cumpre-me mencionar que; o soba Caiangúlla jamais tem cessado de praticar despotismos em maior ou menor escala aos brancos que se acham na terra.

Os prejuízos relativos a presas ou sequestros que alguns têm sofrido da parte dos Ganguellas vizinhos demandam prontas [p. 5] providências, a extirpar o mal pela raiz; lembrando-me submeter à sua consideração que, o único remédio para tal fim, é V. S.ª convocar os moradores e feirantes para

que se unam num dia determinado na sua residência, a fim de se dirigir um abaixo assinado ao Governador Geral para se obter providências a tal respeito.

Deus guarde a V. S.ª. Bié, 2 de Setembro de 1849.

Il.mo Sr. Fran.co José Coimbra

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
840

N.º 8 Ex.mo Sr.

Os abaixo assinados com todo o acatamento imploram a justiça de V. Ex.ª contra as hostilidades e opressões que comummente exercem o soba e povo desta terra.

Os signatários passam tão somente a relatar de entre os imensos vexames por que têm passado, quatro, os mais abjectos ultimamente praticados.

Primeiro. Tendo regressado do centro onde havia concluído os seus negócios em Janeiro do corrente ano, o feirante João Gonçalves da Costa, o soba o mandou sequestrar sem mais motivos além de um cavalo marinho que os escravos de Manuel de Jesus da Silva Silveira, já falecido, haviam estrangulado à sua gula no ano de 1839; isto porque o animal tinha sido morto por um caçador ganguela morador além do rio Cuquema, e os ditos escravos arrogando-se o direito da presa, se chamaram à sua posse, lembrando-se por consequência o mal intencionado ganguela de recorrer agora à justiça do soba depois de decorridos onze anos, para haver pelo poder da violência, e de uma pessoa [p. 6] estranha à questão, o que então não pôde obter pela persuasão; concedendo o soba como fica dito, o sequestro ao feirante designado, sendo o seu prejuízo avaliado acima de um conto de réis.

Segundo. O feirante Francisco Fernandes Relva, em Fevereiro passou pelo insulto de ser espancado na libata grande, tão somente por não querer obsequiar um faminto filho do soba, sofrendo, além do insulto, o prejuízo de duzentos mil réis, como indemnização da repulsa.

Terceiro. Tendo fugido doze escravos ao feirante Luiz Albino Rodrigues, eles se foram entregar ao soba, a que aqui se intitula «tumbicár»; são

escravos que passam de um a outro senhor, com a diferença porém de que, o primeiro possuidor comprou-os, e o segundo nada deu por eles; a não ser o direito de posse, mal entendida pelos selvagens, a bem daquele de que o escravo se lhe foi entregar voluntariamente para se subtrair ao serviço do senhor primitivo.

Não satisfeitos com a fuga, ainda armaram perante o soba uma calúnia de que, seu senhor havia dado fazenda, pólvora, e armas ao soba Canjungo; (sobrinho do soba natural da terra, e seu inimigo presentemente por pretensões de poderio) por cujo aleive sofreu o prejuízo de trezentos mil réis, além dos escravos fugidos.

Quarto. Por não querer o feirante Caetano José Ferreira obsequiar um sequaz do soba, ele o foi caluniar na libata grande, dizendo que mantinha relações amigáveis com o inimigo do estado, (o dito soba de Canjungo) foi pois chamado à presença do soba e teve de sofrer o prejuízo de duzentos mil réis pela aleivosia.

Estes imensos custos absurdos parece incrível se cometam num país no qual existe uma autoridade nomeada por Sua Magestade; contudo, eles são perpetrados a cada passo sem que a autoridade possa intervir, porque existe de facto; mas não de direito perante os selvagens.

[p. 7] É pois à vista de semelhantes atrocidades que os signatários anelam a pronta justiça de V. Ex.ª, para que possam de uma vez e para sempre, ver extintas tais calamidades.

Ao mesmo tempo reconhecem que para se tornar realizável tal empresa é mister concorrer com os competentes recursos, motivo porque subscreveram segundo as forças de cada um; esperando também do zelo dos Srs. negociantes de Benguela, que contribuirão com o seu contingente para se levar a cabo tão justa causa.

Ao Il.ᵐᵒ Sr. Major Joaquim Luís Bastos têm os signatários constituído para advogar a sua justa causa, e animados pelo direito da sã razão, esperam que serão atendiso por V. Ex.ª. Bié, 20 de Julho de 1850.

Pelos abaixo assinados a V. Ex.ª seja servido assim mandar

Guilherme José Gonçalves
António Francisco Ferreira da Silva Porto
João Gonçalves da Costa
Caetano José Ferreira
Manuel Domingues

Por procuração de Francisco José Coimbra
Guilherme José Gonçalves
Idem de Narciso José Pacheco Lages
Guilherme José Gonçalves
Idem de Ladislaus Magyar
António Fran.^{co} Fer.^{a} da S.^{a} Porto
Idem de Manuel Solteiro da Silva
António Fran.^{co} Fer.^{a} da S.^{a} Porto
Luís Albino Rodrigues
Manuel Pedro Rabelo
Francisco Fernandes Relva
João José Monteiro
João de Sousa Ferreira
[p. 8] José Fernandes Porto
Norberto Pedro de Sena Machado
José Vaz Pereira dos Santos
Manuel Soares
Thomaz Bezerra da Silva Coelho
Manuel Monteiro da Fonseca
Manuel José de Barros
Bonifácio José Rasquete
Joaquim das Chagas Veiga
Francisco José da Mota
Mateus Chaves Benedito
Lucas José Coimbra
João Francisco da Conceição e Matos
Tibúrcio Francisco da Conceição e Matos
Francisco da Conceição e Matos
António Gonçalves Raposo
Pedro Francisco Jerónimo
Jacinto Pedro de Carvalho
Manuel João da Silva
Manuel Francisco Jerónimo
Francisco Monteiro da Fonseca
Manuel Mendes Carreira
José Mendes Fernandes
Thomaz Fernandes da Costa Ribeiro

Artigos anexos a esta representação a S. Ex.ª

Primeiro. Será convencionado um dia fixo para a saída da força armada, para os moradores com o seu povo se reunirem à mesma.

Segundo. Reunida a força beligerante, se formará um conselho para se decidir quais as medidas a adoptar para a pronta sujeição do gentio; devendo oficiar-se ao governo geral logo que as circunstâncias o permitam sobre o estado do país, e forças em operação.

Terceiro. Subjugado o gentio, deverá escolher-se um local apropriado para a construção de uma fortaleza e casa [p. 9] do governo; para este fim deverão concorrer os moradores com os meios à sua disposição, e os sobas com o seu povo.

Quarto. Concluídas que sejam tais propriedades, recolher-se-á ao seu destino parte da força armada, devendo ficar no país outra parte dessa mesma força, cuja será rendida de espaço a espaço de tempo, e segundo o governo geral o julgar mais apropriado; o que servirá de refrear os selvagens, e contê-los nos limites da obediência.

Quinto. O chefe ou comandande, deverá convocar os moradores a proceder ao imposto dos dízimos, e colocar nas margens do Cuquema e Cuanza terreiros, para a cobrança das passagens. Ambos os ramos serão postos a concurso de arrematação, se o governo geral assim o julgar conveniente.

Sexto. As leis e regulamentos em vigor nos mais distritos e presídios, serão aplicáveis à terra do Bié e outras da sua dependência. Bié, 20 de Julho de 850.

Guilherme José Gonçalves
António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
João Gonçalves da Costa

Subscrição anexa à dita representação a S. Ex.ª

Guilherme José Gonçalves	400$000
António Fran.co F.ª da S.ª Porto	400$000
João Gonçalves da Costa	300$000
Manuel Domingos	300$000
Luís Albino Rodrigues	200$000
Caetano José Ferreira	200$000
Francisco Fernandes Relva	200$000
Manuel Pedro Rabelo	200$000
João José Monteiro	200$000
Manuel Soares	200$000
João de Sousa Ferreira	100$000
Norberto Pedro de Sena Machado	100$000
José Fernandes Porto	100$000
Bonifácio José Rasquete	100$000
RS	3 000$000

[p. 10]N.º 9 Ex.mo Sr.

Tendo deliberado o dia 24 do corrente para a partida da comitiva para Benguela, tivemos a participação de que a guerra de Sua Majestade se acha acampada nas imediações do terreiro de Quissonda jurisdição de Pungo-Andongo, à frente da qual se acha o Benemérito Comandante Francisco de Sales Ferreira. Motivo este porque passamos a dirigir por intermédio do dito Il.mo Sr. Comandante, a nossa representação a V. Ex.ª

Possam pois as nossas justas súplicas ser atendidas de V. Ex.ª , no que resultará benefício ao comércio, e glória para V. Ex.ª ; aumentando ao já extenso domínio das quinas, este torrão benigno e fértil a todos os respeitos. Deus guarde a V. Ex.ª. Bié, 23 de Julho de 1850.

Guilherme José Gonçalves
António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
João Gonçalves da Costa

N.º 10 Il.^mo Sr.

Chegando ao nosso conhecimento de que V. S.ª se acha com a guerra do seu comando, acampado nas imediações do terreiro de Quissonde, jurisdição de Pungo-Andongo; motivo porque resolvemos fazer marchar o emissário que entregará este a V. S.ª inclusivé outro ofício e representação que os moradores desta dirigem a S. Ex.ª o governador geral.

Esperando do zelo de V. S.ª, que fará seguir de pronto [p. 11] para o seu destino os mesmos documentos.

Deus guarde a V. S.ª. Bié, 23 de Julho de 1850.

Guilherme José Gonçalves
António Fran.^co Fer.ª da S.ª Porto
João Gonçalves da Costa

N.º 11 Il.^mo Sr.

Das inclusas cópias virá no conhecimento dos passos que temos dado para a repressão de abusos nesta terra, bem como ser V. S.ª o escolhido pela vontade unânime de seus moradores, para advogar a sua justa causa.

Os originais partiram hoje para o acampamento da guerra, e logo que a resposta seja conforme aos nossos desejos, faremos remessa para essa do imposto da dita subscrição. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 23 de Julho de 1850.

Il.^mo Sr. Major Joaquim Luís Bastos

Guilherme José Gonçalves
António Fran.^co Fer.ª da S.ª Porto
João Gonçalves da Costa

N.º 12 Il.mo Sr.

Em resposta aos ofícios de V. S.ª, de 20 de Agosto e 14 de Outubro do corrente ano, somos a responder que, aguardamos as sábias determinações de S. Ex.ª. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 6 de Dezembro de 1850.

Il.mo Sr. Major Francisco de Sales Ferreira

[p. 12] Guilherme José Gonçalves
António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
João Gonçalves da Costa

N.º 13 Il.mo Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. S.ª, secção civil n.º 340 datado de hoje, inclusando a cópia do ofício n.º 474 da repartição civil do Governo Geral da Província, bem como as instruções para o indivíduo, que tiver de seguir por terra firme para as cabeceiras do rio de Senna; além das vantagens explicadas no citado ofício, e cujas deverão reverter em benefício de quem se aventurar a tal empresa.

Com todo o respeito, cumpre-me dizer a V. S.ª que, tendo concluído a minha quarta viagem, terei agora de empreender a quinta, até o lugar onde foi encontrada a gente da contra costa, pela minha; asseverando a V. S.ª que, dali em diante como já lhe fiz ver pessoalmente, não podendo fazer a minha derrota pessoal, terei de mandar a correspondência a S. Ex.ª o Governador de Moçambique.

Posso asseverar a V. S.ª que, farei todo o esforço para que se não malogrem os desejos do Governo de Sua Majestade, salvo algum sucesso imprevisto; na véspera da minha partida, irei à secretaria não só receber a correspondência, bem assim as últimas ordens de V. S.ª. Deus guarde a V. S.ª. Benguela, 30 de Maio de 1852.

Il.mo Sr. José Rodrigues Coelho do Amaral
Digníssimo Governador de Benguela

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
852

[p. 13] N.º 14 Il.mo Sr.

Tendo chegado nesta no dia 25 de Junho próximo passado, cumpre-me levar ao conhecimento de V. S.ª que, foi sem inconveniente algum de que possa fazer menção.

É do meu dever participar a V. S.ª que, pelo caminho do meu trânsito, para esta, não deixei de não ouvir vários boatos, cujos acho para crer de algum fundamento; são pois, de que o soba da terra de Quiaca se achava aprontando para guerrear o distrito da Catumbela; chegado que fosse na terra de Bailundo, o soba desta me asseverou o mesmo, e que sentia bastante não receber alguma participação de V. S.ª para ele conter o mesmo rebelde em seus limites, visto a sua audácia em querer comprometer a tranquilidade do país; eu lhe fiz ver que, faria ver a V. S.ª os bons sentimentos de que se achava possuído a fazer do Governo de Sua Majestade.

Agora V. S.ª tomará as medidas que julgar adequadas a obstar a tal tentativa.

Sobre a comissão de que me acho encarregado por ofício de 30 de Maio, tenho a dizer a V. S.ª que, tenho arrogado sobre mim a tarefa árdua, senão difícil, de empreender pessoal a viagem à Costa Oriental; para ela tenho reservado a quantia de um conto de réis, para despesas ordinárias, bem como extraordinárias; seguindo em minha companhia para a mesma, quarenta bravos do meu serviço, os quais participarão da minha glória, se feliz e da minha desventura se a sorte não permitir os cumprimentos dos meus desejos; tenho pois destinado o dia 15 de Agosto próximo para a minha partida.

As circunstâncias que são filhas das ocorrências, me farão conhecer se os quarenta bravos que me acompanham serão suficientes para a minha viagem, pois que, a não ser [p. 14] terei de reclamar o auxílio de S. Ex.ª o Sr. Governador de Moçambique, bem como o fornecimento de tudo aquilo que julgar indispensável para a minha torna viagem.

Confiando pois na Divina Providência, espero que, a minha esperança corresponderá à minha expectativa. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 20 de Julho de 1852.

Il.mo Sr. José Rodrigues Coelho do Amaral
Digníssimo Governador de Benguela

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
852

N.º 15 Il.^mo^ Sr.

A minha viagem acaba de ser impedida em consequência de um sequestro, que um celerado denominado António Francisco das Chagas, fez oito dias distante desta, nomeando-me a mim como cúmplice do mesmo. O prejuízo que me resultará do dito, excederá de dois contos de réis, e para ele se não tornar total, as circunstâncias me obrigam a despachar a minha gente para essa em transporte de alguma fazenda; julgo pois não me ser possível seguir para o meu destino, em antes de 15 do mês próximo.

Na véspera da minha viagem, não deixarei de não oficiar a V. S.ª, relatando circunstanciadamente os pormenores deste atentado, bem como farei todo o esforço para a captura de tal facinoroso, e ser remetido para essa. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 15 de Agosto de 1852.

Il.mo Sr. José Rodrigues Coelho do Amaral
Digníssimo Governador de Benguela

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
852

[p. 15] N.º 16 Il.mo Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção dos ofícios expedidos pela repartição civil com data de 27 e 28 de Agosto próximo passado, inclusando as cópias n.º 153 dessa secretaria ao Governo Geral da Província, e n.º 474 deste governo a V. S.ª

Com todo o respeito cumpre-me dizer a V. S.ª que, relativamente ao primeiro, que firme no propósito que me impuz e fiel à minha palavra, cumprirei à risca a minha promessa; em quanto ao segundo, cumpro com o meu dever relatando a casual origem ao impedimento da minha viagem.

Em Outubro do ano passado, despachei uma comitiva para essa cidade, no seu regresso, chegada que fosse na terra do Ambo, foi cercada pelo gentio em massa; por estas terras Il.mo Sr., quando a multidão se apresenta desta sorte, ou é para roubar, ou é para sequestrar; e em qualquer dos extremos, o primeiro é preferível ao segundo, porque paga uma pessoa por suas mãos, embora seja roubo; e no segundo caso, é a pilhagem da parte dos agressores, sem mais preâmbulos do que o direito da força.

Perguntado pois o chefe da guerra, qual o motivo porque se apresentava por tal guiza, respondeu que no Bié se achava um homem denominado António Francisco das Chagas, de alcunha Quimo, o qual tinha recebido tais fardos de fazenda, exceptuando objectos de miudezas, de um morador da terra de Gallangue, cujo agente se achava presente; e que havendo decorrido imenso tempo sem dar satisfação da dita dívida, motivo porque a guerra se achava presente; ou para ser indemnizada debaixo de ordem, ou em contrário lançar mão da força para sequestrar a co[p. 16]mitiva; e realizados quaisquer dos casos, que o encarregado da comitiva teria de haver o prejuízo do dito Chagas.

Preferiu pois como era natural em presença da força, o encarregado da comitiva a satisfazer o roubo exigido, mas já não como a dívida alegada, pois que é de uso entre esta canalha, que, quando qualquer perde, ou mesmo empresta cinco, quando se não faz esperar muito, paga-se mais um terço de juro, e dado o caso como o actual, o valor do capital dobra, pois que a dívida seria em muito rigor no valor de duzentos mil réis, e o encarregado da comitiva pagou o valor de seiscentos mil réis.

Ao facto do que acabo de relatar, mandei chamar o dito Chagas por três vezes consecutivas para comparecer na presença do chefe interino, e por outras três para a libata grande; mas em balde se fáziam tais chamadas, porque ele a todas se mostrava rebelde, dando em resultado da sua pertinácia, o sequestro de oito negras que se achavam na sua povoação, acção esta levada a efeito por um filho do soba, enviado a exigir o pagamento de tal prejuízo, em consequência da sua obstinação de não querer comparecer perante a autoridade.

Realizado este sequestro que por certo não paga o meu prejuízo, este indivíduo abandonou a sua povoação, e usando de represálias, o acaso lhe proporcionou ocasião na terra dos Ganguellas, de arrasar uma comitiva de negros, que se recolhiam com cera e marfim a esta.

É este prejuízo que estou pagando, e a origem do meu empate, mas logo que haja concluído, tratarei da minha viagem o mais breve possível. Deus guarde V. S.ª. Bié, 4 de Outubro de 1852.

Il.mo Sr. José Rodrigues Coelho do Amaral
Digníssimo Governador de Benguela

António Fran.co Fer.a da S.a Porto
852

[p. 17] N.º 17 Il.mo Sr.

Acuso a recepção do ofício de V. S.ª de 27 do mês passado, inclusos dois ofícios da secretaria do governo de Benguela.

Junto achará V. S.ª a resposta dos citados ofícios, cujos espero se digne enviar ao seu destino, na sua comitiva próxima a seguir viagem. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 3 de Outubro de 1852.

Il.mo Sr. Francisco José Coimbra
Digníssimo Major e Chefe do Bié

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
852

N.º 18 Il.mo Sr.

Tendo-me achado em contínuas contrariedades, e entre imensas colisões, desde 10 de Agosto próximo passado, até 5 do corrente mês, vejo-me hoje finalmente livre, e pronto a seguir para o meu destino amanhã 20 do corrente.

O celerado, autor do meu recente prejuízo no valor de quatro contos de réis, e não dois como supus em 19 de Agosto, segundo fiz chegar ao conhecimento do Sr. Governador, fica impune no seu atroz atentado, porque o país assim o permite.

Digne-se V. S.ª levar o presente ao conhecimento do Sr. Governador. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 19 de Novembro de 1852.

Il.mo Sr. Casimiro Simões Margiochi
Digníssimo Secretário do Governo de Benguela

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
852

[p. 18] N.º 19 Il.mo e Ex.mo Sr.

Depois de uma longa enfermidade de que apenas me acho em convalescença, a custo lanço mão da pena para endereçar a V. Ex.ª o ofício de Sua Ex.ª o Sr. Governador de Angola; o portador João da Silva, pessoa em quem deposito inteira confiança, e única que me poderia substituir em semelhante empresa, dará conta a V. Ex.ª dos dias de viagem desde o dia 25 do corrente em que alevanta do ponto em que me acho estabelecido, até à sua chegada a essa capital, única coisa que poderá fazer, pois que para esse mesmo fim, será necessário um intérprete capaz, porquanto, ele é alheio a qualquer idioma que não seja o seu, a língua quimbunda, e da qual me acho ao facto, pois que logo que regresse da sua comissão, ser-me-á dada conta exacta da dita viagem desde a saída do meu estabelecimento até Moçambique, e vice-versa, para a inteira conclusão do meu diário.

A falar pois de dados positivos sobre tal derrota, o que posso asseverar a V. Ex.ª, em presença do meu diário, por enquanto incompleto, é que, da cidade de Benguela, ponto da minha partida, até à terra do Bié, lugar do meu domicílio, são vinte e três dias de viagem, e desta última terra ao lugar do meu estabelecimento, são quarenta e três dias de viagem, regulando cinco léguas de marcha diariamente, a marcha do portador para essa, deve de regular oito léguas diárias, pela circunstância de ser uma viagem escoteira.

Acho motivos para crer, com todo o fundamento, tendo em vista a péssima índole do gentio, de que esta descoberta de há muito premeditada, para se [p. 19] manter relações entre as duas capitais, só se poderá conseguir por meio do comércio recíproco, ocidental e oriental, o primeiro existe estabelecido, resta portanto o segundo, tornando-se este ponto o centro imediato de ambas as partes.

Apreciando pois V. Ex.ª, a incalculável vantagem que poderá resultar para a Nação Portuguesa, e com especialidade para o comércio, qual a que agora se acaba de conseguir; para ela se tornar permanente as circunstâncias exigem actualmente que, cinquenta pessoas dessa capital, regressem em companhia do portador para seguirem até à capital de Angola, pois que serão elas o motor atraente daqueles que desejarem procurar fortuna pelo vasto interior destas paragens. Deus guarde a V. Ex.ª. Lui, 24 de Março de 1853.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador de Moçambique

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
853

N.º 20 Il.mo e Ex.mo Sr.

Havendo decorrido o período de cinco meses depois da saída do meu substituto para essa capital, e segundo o incluso ofício n.º 7 de 24 de Março do corrente ano, passei pelo desgosto de ver abortar semelhante viagem a 2 do mês passado; os motivos pois que a fizeram frustrar, serão expendidos em tempo competente.

Exausto de recursos, e pronto para regressar ao meu destino, difícil me era o empreender uma [p. 20] dupla viagem, contudo, desejando ver cumpridas as ordens do Governo Geral, e ao mesmo tempo realizadas as minhas esperanças, não se me ofereceu senão o tempo necessário para mandar em transporte de novos recursos, e de posse dos mesmos no dia 15, amanhã faço seguir para essa capital o meu novo encarregado o árabe Hihombo, cujo é natural da ilha de Zanzibar, o qual, com mais quatro companheiros, acompanhados dos competentes negros, atravessaram o interior deste país com seus negócios, e em Maio do ano passado se apresentaram em Benguela a permutar os mesmos.

Empreendendo pois esta dupla viagem, e espero que a Divina Providência permita os seus felizes resultados. Deus guarde a V. Ex.ª. Lui, 21 de Setembro de 1853.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador de Moçambique

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
853

N.º 21 Il.mo e Ex.mo Sr.

Precedente da terra do Lui, aqui cheguei no dia 9 do corrente, cumpre-me pois levar ao conhecimento de V. Ex.ª os documentos que comprovam a altura em que pára a comissão que me foi cometida em 30 de Maio do ano passado pelo Governo de Benguela.

Inclusos achará V. Ex.ª os ofícios por cópia sob os n.os 7 e 8 dirigidos a Sua Ex.ª o Governador de Moçambique, bem assim, o roteiro da minha viagem, as armas do gentio onde me dirigi, e algumas sementes da dita terra que pude colher na estação do Outono.

Tenho esperanças de que, esta dupla viagem que fiz [p. 21] empreender, será coroada de feliz êxito; logo pois que tenha colhido os seus resultados, pessoal seguirei para essa para ter a honra de o apresentar a V. Ex.ª Deus guarde a V. Ex.ª. Bié, 28 de Dezembro de 1853.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador de Angola

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
853

N.º 22 Il.mo Sr.

Precedente da terra do Lui, aqui cheguei no dia 9 do corrente, e em consequência da comissão que me foi cometida por esse governo em 30 de Maio do ano passado, tenho a dizer que: incluso achará V. S.ª um ofício para Sua Ex.ª o Governador Geral, bem como um roteiro, um embrulho com sementes, e as armas do gentio onde me dirigi, como consta do mesmo ofício. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 29 de Dezembro de 1853.

Il.mo Sr. Governador de Benguela

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
853

N.º 23 Il.mo e Ex.mo Sr.

Sem nenhum ofício dessa secretaria a que deva resposta, o presente serve a participar a V. Ex.ª que, ontem 27 do corrente chegaram a esta, algumas pessoas que eu havia deixado ficar no lugar do meu estabelecimento na terra do Lui, para esperarem o regresso da comitiva que despachei para Moçambique a 22 de Setembro [p. 22] do ano passado, retirando-se do dito lugar por falta de recursos; sobre tal assunto nada adianto dizendo somente que, ter saído da mesma terra com direcção a essa cidade, em Dezembro do ano passado, o Doutor David Livingston, sábio naturalista inglês. Deus guarde a V. Ex.ª. Bié, 28 de Fevereiro de 1854.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador de Angola

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
854

N.º 24 Il.mo Sr.

No dia 15 do corrente aqui chegou alguma gente que, tinha ficado no estabelecimento da terra do Lui, as notícias dadas pela mesma sobre a comitiva que seguiu para Moçambique, são satisfatórias inteiramente.

Incluso achará V. S.ª um mapa, que, o Doutor David Livingston me remeteu proximamente, na ocasião da sua partida para Luanda; no lugar marcado o Barotsé, Nariele, capital, é a capital do Lui ou Rio, lugar do meu estabelecimento. Linyante, ou Rinhande, lugar onde chegou o Doutor David com os carros, e onde eu estive também; o Rio Chové, é o Rio Cuando, assim denominado pelo geral; o Rio Teougné, e noutra parte Mbarra, é o Rio Cubango, tendo por limite do seu curso a Lagoa Ngami; e que eu designo no meu diário desaguar no mar para o Oriente. Deus guarde a V. S.ª. Bié, 26 de Maio de 1854.

Il.mo Sr. Governador de Benguela

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
854

[p. 23] Beng.ª 24 de Dez.bro de 1855 Il.mo Sr. Governador

Diz António Francisco Ferreira da Silva Porto, que para mostrar onde lhe convier, precisa que V. S.ª lhe mande passar por certidão o teor do ofício dirigido pelo Governador Geral da Província de Moçambique, a V. S.ª acompanhando treze pretos, que dali vieram a bordo da Fragata D. Fernando.

P. a V. S.ª seja servido deferir-lhe
na forma requerida
E.R.M.de

Benguela 22 de Dez.bro de 1855
António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
855

CERTIDÃO

Manuel da Silva Franco, Secretário Interino do Governo de Benguela.

Certifico, que nesta Secretaria do Governo de Benguela, e no respectivo arquivo se acha devidamente arquivado o ofício a que o suplicante se refere na petição retro. Moçambique, Gabinete do Governo Geral. Número um. Il.mo Sr. Tendo chegado a esta capital vindos dessa cidade, por terra, os negros constantes da relação inclusa, acompanhando um mouro de Zanzibar, e como os ditos negros me representassem não poderem seguir pelo mesmo caminho; por isso tenho a honra de lhos enviar para que V. S.ª se sirva dar-lhe o destino conveniente. Deus guarde a V. S.ª. Moçambique dezassete de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco. Ilustríssimo Senhor Governador de Benguela. Vasco Guedes de Carvalho e Menezes. Relação dos negros [p. 24] que vieram de Benguela a Moçambique por terra. Guilherme. Catecába. Fernando. Chimboma. Caetano. Amaro. Gonçalo. Domingos. Ignácio. Moihombo. Luiz. Cepriano. Thomaz. Cheópio. Ambo, fica no Hospital doente. Secretaria Geral do Governo de Moçambique, dezassete de Setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco. José Barbosa Leão. Secretário Geral. E nada mais continha o dito ofício e relação referidos, dos quais, em cumprimento do despacho de Sua Senhoria o Governador do Distrito, mandei extrair a presente certidão, que vai assinada e selada com o selo desta repartição. Secretaria do Governo de Benguela 25 de Dezembro de 1855.

Manuel da Silva Franco
Secretário interino

N.º 25 Il.mo e Ex.mo Sr.

Chegado a esta cidade no dia 19 do corrente mês, fui informado de haverem desembarcado neste porto de bordo da Fragata D. Fernando, treze pretos pertencentes à comitiva que foi por terra à Contra Costa, a fim de levar um ofício do Governo deste Distrito ao Governador de Moçambique; não os tendo porém já encontrado nesta cidade, não posso dar a V. Ex.ª uma conta exacta da sua viagem desde que partiram do meu estabelecimento, reservando-me para o fazer logo que tenha regressado ao Bié; onde, informando-me dos ditos pretos acerca da sua viagem com a possível minuciosidade, tratarei de concluir o meu roteiro, e o farei chegar ao conhecimento de V. Ex.ª como me cumpre.

Não deixa entretanto de dar-me algum cuidado a [p. 25] nenhuma notícia que tenho de que o supra citado ofício fosse respondido, e por isso tomo a liberdade de o solicitar de V. Ex.ª, esperando que V. Ex.ª se dignará conceder-me tal deferência, para completo desempenho da minha missão. Deus guarde a V. Ex.ª. Benguela, 27 de Dezembro de 1855.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador Geral de Angola

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
855

N.º 26 Il.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex.ª Repartição Civil, Livro 13.º, n.º 22, de 4 de Janeiro do corrente ano; com todo o acatamento respondo que:

Em 16 de Setembro de 1853, fiz doação do prémio e da patente que me é concedido aos pobres do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da cidade do Porto.

Ora Ex.mo Sr., um conto de réis, e a patente inerente ao mesmo, não me compensam as despesas que fiz, primeira e segunda vez, para tornar realizável semelhante viagem de cuja junto achará V. Ex.ª o roteiro.

E se os serviços que prestei para a levar a cabo, de nada valem; valham ao menos as bênçãos de milhares de infelizes aglomerados nesse Estabelecimento Pio da minha terra, que terão de recair sobre V. Ex.ª fazendo valiosa a promessa concedida; senão no todo, ao menos em parte. Deus guarde a preciosa vida de V. Ex.ª. Bié, 5 de Maio de 1856.

Il.mo e Ex.mo Sr. Governador de Angola

António Fran.co Fer.ª da S.ª Porto
856

S. G. L., «Espólio de Silva Porto»,
Caixa 1, Pasta 1

CARTA DE JOAQUIM MARIANO A SILVA PORTO COM REFERÊNCIAS A ACONTECIMENTOS PASSADOS EM 1847

Meu Patrão e Senhor Portto[1]

21 de Junho de 1879

Recebi a sua com data de 28 p.p. a qual respondo. Ademira-me muito V. S. meo Patrão tomar-me os negócinhos debitando me na conta do que lhe so devedor segundo emcontro na sua o que me ademirame muito não pouco sabendo V. S. meo Patrão as precisoins deste Bihé princimpalmente isquecer otempo que lhe cervi estando neste Bihé. Eu penço que eu fui caxeiro de V. S. Eu a minha disgraça não sei de que me vem V. S. não me estimar como dantes asim como está estimando os mais que no meo tempo forão meos suditos em sua casa. Lembrece o tempo que V. S. mandou-me pedir pelo falecido meo Pai pello portador [?] Pedro eu tenho na lembrança athé hoje. Principiei de Cataholla Sobba de terras do Gonga e pacei para o Lui aonde eu trazia negócios avistados marfim cera escravos e por fim lembrei eu mesmo sem V. S. saber e nem mandar fui roçar matos riscando a minha vida athé que fui esbarrar o novo sertão do Genge e por fim V. S. chegou a ir ter miradas com Escbeto [Xiquereto] a sua continuação athé a data doje. V. S. meo amo não me podia desemparar hoje esperava a sua porteção sem preleção com empararme com alguma coisa para negociar e não tomarme algum negocio que mando em sua casa que é 1 huma Ponta e 3 três gamellas de cera o saldo dá a seo favor que emcontro na sua respondo [:] Esse conto de res eu pençava que V. S. me ajudava como a forvecerme ao todo tempo que eu lhe mandei alguns negócios para eu poder pagar a V. S. o qual V. S. estava a fazer outras contas. Tenho a dizer-lhe nesta em resposta a sua [:] lembrece que V. S. inda tem de fazermos conta dos anos que andei-lhe cervindo, de minha parte não me costa que receber o meo selario e portanto V. S. visto que não quer já de mim está obrigado pagar-me primeiro o meo sirvisso desde primeiro soldo athé hoje e quando

---

(1) Não se fez a actualização da ortografia para que se possa avaliar a preparação escolar do autor da carta, ensinado certamente, como muitos outros comerciantes e nobres africanos, pelos chamados «ambaquistas» no Bié ou em algum dos pontos comerciais que marcavam a ligação com Luanda (Pungo-Andongo, Cambambe, Ambaca).

não vou-lhe fazer boa preza, enfim Patrão lembre de mim não teime comigo a faltar me de socorrer co alguma cousa sobre negocio. Desejo-lhe saúde eu pronto as suas ordens.

De V. S.
Joaquim Mariano Cahotto
Bihé 21 de Junho

De Joaquim Mariano
Recebida a 5 de Outubro e com resposta[1].

S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Caixa 2, Pasta 4. 21 de Junho de 1879.

([1]) Letra de Silva Porto que nesta época se encontrava a viver em Benguela.

CARTA DE ANTÓNIO GONÇALVES RAPOSO, ANTIGO CAIXEIRO, A SILVA PORTO

Il.^{mo} Senr' António Francisco Ferreira da Silva Porto
Quingui 4 de septembro de 1880

[...] Constandome que V. S.ª destucara uma das suas pernas, indo dar um paceo na sua lavoura como fiquei eu! Se eu não reconhecera a coragem e longaminidade de que V. S.ª é dotado dir-lhe-ia para conçular porém meu Senr' não posso deixar de asseverar a V. S.ª que tomo muito a peito o seu desgosto. Meu bem feitor, tenha paciencia, que a somma dos males neste mundo é incalculavel sujeitos aos reveses e alternativas inherenthes a condição humana.

Digne-se portanto V. S.ª acceitar dos meus sentimentos, e acreditar que sou, com o mais profundo respeito.

De V. S.ª
seu humilde criado.

Il.^{mo} Senr' (sic) António Gonçalves Raposo
S.G.L., «Espólio de Silva Porto», Caixa 2, Pasta 15. 14 de Setembro de 1880.

CARTA DO MACOTA DOMINGOS CHACAHANGA A SILVA PORTO

Il.mo Senhor An.to Ferreira Porto

Participo a V. S.a a serca das fazenda que o meu amu deu o soba Janba emina ele quiz aqui meobrigar de lhe pagar mais de lhe pagar a conta de 308 Pessas 1 carga dada pelo Snr. José 1 casaco 1 rede de tipoia e 1 chapeu e 1 barir de polvora de 25 [libras] e 1 barir de 10 [libras] e 2 baris de 3 [libras] 1 cobertor para se livrar dapreza que o thipo quria nos fazer; o que V. S.a tinha dado [...] tambem impurei naconta V. S.a thenha a bondade de mandar mais a outra fazenda para invintar este mucano do Filhu do archiquete. E tomarei que o Meuamu thenha saude que lhe desejo.

So De V. S.a obr.o Cr.o
Domingos

Nota das fazendas que dei de pagar o souba Ganba emina seguinte:

12 pessa de algodão;
2 dita dezuarte;
3 dita delenço 110;
8 dita depintado;
4 dita depintado amareiro [amarelo];
5 dita depintado incarnado;
4 dita derescado incarnado;
1 dita derescado fino;
1 dita derescado americano;
1 casaco;
1 rede de thipoia;
1 barir de polvora de 205 [libras];
2 baris de 3 [libras];
1 barir de 10 [libras];
1 carga dada pelo seu Jero [genro] Snr. Jose Lolero [Loureiro];
1 cubertor.

S. G. L., «Espólio de Silva Porto», Caixa 2, Pasta 15. Recebida a 14 de Setembro de 1888. Escrita a lápis.

MANUSCRITOS, BIBLIOGRAFIA, CARTOGRAFIA

Para facilitar a consulta ao leitor que vem remetido das «NOTAS», organizou-se esta bibliografia apenas em três grandes partes: Manuscritos, Bibliografia, Cartografia. Assim o leitor deverá consultar apenas uma das listas consoante os casos: a lista da bibliografia, p. ex. (DELGADO, vol. 1.º, 1944, p. 293); a lista dos manuscritos, p. ex. (B. P. M. P. VIAG. E APONT., vol. 1.º, p. 95. *Ms*); a lista da cartografia, p. ex. (AFRICA OCCIDENTAL PORT. *Cart.*). As principais revistas consultadas aparecem na lista da bibliografia impressos.

MANUSCRITOS

A. H. U.

— Correspondência dos governadores de Angola. S. 2, D. Cx. 2.
— Relatório de Silva Porto (1884-1885-1886-1887). Angola.

B. P. M. P.

PORTO, António Francisco Ferreira da Silva — *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África.*

vol. 1.º (de 15 de Maio de 1846 a 30 de Abril de 1854)
vol. 2.º (de 1 de Maio de 1854 a 31 de Dezembro de 1862)
vol. 3.º (de 1 de Agosto de 1862 a 30 de Abril de 1866)
vol. 3.º bis (de 1 de Janeiro de 1863 a 3 de Junho de 1864)
vol. 4.º (de 1 de Maio de 1866 a 29 de Fevereiro de 1868)
vol. 5.º (de 1 de Março de 1868 a 30 de Abril de 1869)
vol. 6.º (de 1 de Maio de 1869 a 30 de Junho de 1872)
vol. 7.º (de 1 de Julho de 1872 a 31 de Janeiro de 1876)
vol. 8.º (de 1 de Fevereiro de 1876 a 7 de Julho de 1880)
vol. 9.º (de 8 de Julho de 1880 a 31 de Agosto de 1882)
vol. 10.º (de 1 de Setembro de 1882 a 13 de Março de 1884)
vol. 11.º (de 18 de Dezembro de 1884 a 15 de Julho de 1887)
vol. 12.º (de 16 de Julho de 1887 a 31 de Outubro de 1889)
Cota: Res. ms. 1235-1246.

S. G. L.

Porto, António Francisco Ferreira da Silva — *Copiador de Cartas (17 de Janeiro de 1871 a 29 de Fevereiro de 1888).*
Vol. 1.º [Encadernado]. Res. *Ms.* 2-B-30.

— *Copiador de Cartas (1 de Março de 1888 a 7 de Março de 1890).* Vol. 2.º [Encadernado]. Res. *Ms.* 2-B-31.

— «Espólio de (...)». [Correspondência, cadernos de rascunho, documentos pessoais]. Res. *Ms.* Cx. 1 e 2.

— *Livro de Cargas (de 1879 a 22 de Fevereiro de 1889).* [Encadernado com o vol. 2.º do *Copiador de Cartas*]. Res. *Ms.* 2-B-31.

— *Memorial de Mucanos. (13 de Agosto de 1841 a 26 de Dezembro de 1885).* [Caderno]. Res. *Ms.* Pasta E-4-2.

— *Notas para Retocar a minha Obra logo que as Circunstâncias o Permitam. Lui 1.º de Abril de 1868.* [Caderno]. Res. *Ms.* 2-C-7.

— *Viagem ao Norte de um Portuense em África. Viage (sic) de Benguela para o Bié. (1.º de Novembro de 1879 a 8 de Janeiro de 1880).* [2 cadernos]. Res. *Ms.* 145-Pasta E-n.º 1.

— *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África.*
vol. 1.º (15 de Maio de 1846 a Setembro de 1853)
vol. 2.º (25 de Outubro de 1860 a 31 de Julho de 1862)
vol. 7.º (27 de Novembro de 1882 a 15 de Julho de 1887)
vol. 11.º (18 de Dezembro de 1884 a 15 de Junho de 1887)
vol. 13.º (1 de Novembro de 1889 a 27 de Março de 1890). [Encadernados].
Cota: Res. *Ms.* 2-C-6 (cota antiga: 146-C-6).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Rodrigo — *Silva Porto na Vida e na Morte*, Porto, 1948.

ALPERS, Eduard A. — *Yvory and Slaves Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1975.

ANDRADE, Alfredo de — «Viagem em Angola no Bié», *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, Lisboa, 8.º ano, 1904-1905, 1.º semestre, pp. 215-226, 2.º semestre, pp. 170-177.

— «Estudos do Planalto do Distrito de Benguella do Bihé ao Moxico (1897)», *B. S. G. L.*, n.º 11, 1897, pp. 663-673.

— *Relatório da Viagem de Exploração Geographica no Distrito de Benguella e Novo Redondo 1898-1899*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1902

— «Explorações no distrito de Benguela — O Rio Quéve», *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, 3.º ano, 1899-1900, Lisboa, pp. 23-29.

ANDRADE, José Baptista de — «Relatório do Governador Geral de Angola de 1873», *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas*, Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, s.d.

Angolana (Documentação sobre Angola), vol. I (1783-1883), anotado por Mário António F. de Oliveira, Lisboa, 1968; vol. II (1883-1887), anotado pelo mesmo e Carlos Alberto Mendes do Couto, Lisboa, 1971; vol. III (1845), anotado por Eduardo dos Santos, Lisboa, 1976.

Annaes do Conselho Ultramarino (Parte não oficial), Lisboa, desde (1854-1858) a (1866-1867). Foram utilizados diversos artigos cujas referências estão contidas nesta bibliografia quer pelo nome do autor quer pelo título, quando o autor não vem explicitado.

Annaes Maritimos e Coloniaes (Parte não oficial), Lisboa desde 1840 a 1846. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.

Annaes das Missões Ultramarinas, Lisboa, desde 1889, 1.º ano a 1891, 3.º ano. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.

ARNOT, F. Stanley — *Bihé and Garanganze*, London, 1893
— *Garanganze*, London, 1889.
— *Journey from Natal to Bihé and Benguella and thence across the Central Plateau of Africa to the Sources of the Zambesi and Congo*, London, 1889.
Arquivo das Colónias, Luanda, desde 1917 a 1930. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.
Arquivos de Angola, Luanda, desde 1933 a 1963. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.
AZEVEDO, Frederico Teixeira de — «Relatório sobre a região do Moxico», *Relatórios. Repartição do Gabinete do Governo Geral de Angola 1907-9 e 1918*, Luanda, 1918.
AZEVEDO, João Maria Cerqueira de — *Subsídios para o Estudo da Economia de Angola nos Últimos Cem Anos*, Lisboa, 1945.
BAL, Willy — «Portugais *Pombeiro*, comerçant ambulant du *Sertão*», *Annali*, Istituto Universitario Orientale, Napoles, VII, 2.º, Julho, 1965.
BANDEIRA, Visconde de Sá da — «Relatório do Ministério do Ultramar de (19 de Fevereiro de 1836)», *Arquivo das Colónias*, Lisboa, vol. I, n.º 1, Jul-Dez, 1917, pp. 6-18.
BASTOS, Augusto — *Monographia da Catumbella*, Lisboa, 1912.
— «Traços Geraes sobre a Etnographia do Districto de Benguella», *B. S. G. L.*, 26.ª série, n.º 1, Janeiro, 1908, pp. 5-15, n.º 2, Fevereiro, pp. 44-56, n.º 3, Março, pp. 81-99, n.º 4, Abril, pp. 135-140, n.º 5, Maio, pp. 154-176, n.º 6, Junho, pp. 197-207.
BIRMINGHAM, David — *Central Africa to 1870. Zambézia, Zaire and The South Atlantic*, Cambridge University Press, 1981.
BIRMINGHAM, David and GRAY, Richard — *Pre-Colonial African Trade Essays* on *Trade in Central and Eastern Africa before 1900*, London, 1970.
Boletim Official da Provincia de Angola (BOPA), Luanda, 1845-1975. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, (B. S. G. L.), a partir de 1876. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.
BONTINCK, François — «La Double Traversée de l'Afrique par trois 'Arabes' de Zanzibar (1845-1860)», *Etudes d'Histoire Africaine*, Kinshasa, vol. VI, 1974, pp. 5-53.

— «Sur la Frontière Luso-Africaine: quelques Idenfications», *Bulletin des Scéances, Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer*, Bruxelles, 1976, 3, pp. 343-380.

— «Les Quimbares: note semantique», *Africa*, Roma, XXXI, 1976, pp. 41-54.

— «Silva Porto: Journal d'un Voyage Transafricain», *Likundoli*, Kinshasa, 1975, vol. 3.º, n.ºs 1-2, 132 pp.

BROCHADO, B. J. — «Descripção das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e Outras [. . .] — 1850», *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1.ª sér., 1855, pp. 187-197, 203-208.

BRUNSCHWIG, Henri — «L'Afrique Noire Atlantique et l'Europe», *Itinerario*, 1980-1, Leiden Center for the History of European Expansion, Leiden, 1980, pp. 129-136.

— «La Troque et la traite», *Cahiers d'Etudes Africaines*, Paris, n.º 7, vol. 2.º, 1962, pp. 339-346.

CADBURY, Williams A. — *Os Serviçais de S. Thomé*, Lisboa, 1910.

CADORNEGA, António de Oliveira — *História Geral das Guerras Angolanas 1680*, anotado por José Matias Delgado, ed. A. G. U., 3 vols., Lisboa, 1972.

Cahier d'Etudes Africaines, Paris, desde 1961. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.

The Cambridge History of Africa, vol. 5th, from c. 1790 to c. 1870, ed. by John E. Flint, Cambridge University Press, 1976.

CAMERON, Verney Lovett — *Across Africa*, London, 2 vols., 1877.

— *A travers l'Afrique. Voyage de Zanzibar à Benguela*, Paris, 1878.

CAPELLO, Guilherme Augusto de Brito — «Relatorio do Governador Geral da Provincia de Angola de 1877», *Relatorios dos Governadores das Provincias Ultramarinas*, Ministerio da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

CAPELLO, H. e IVENS, R. — *De Benguella às Terras de Iácca — Descripção de uma Viagem na África Central e Occidental*, 2 vols., Lisboa, 1881.

CAPLAN, Gerald L. — *The Elites of Barotsland, 1878-1969. A Political History Zambia's Westhern Province*, London, 1970.

CARNEIRO, João Vieira — «Observações feitas em 1848 relativas a diversos objectos que lhe pareceram não exactos no 3.º volume dos Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguezas da África Occidental

pelo Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima», *Annaes do Conselho Ultramarino*, 1859-61, 2.ª sér., pp. 172-179.
Carta Étnica de Angola (esboço), Nota Explicativa de Mesquitela Lima, ed. do Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1970.
CHILDS, Gladwyn Murray — «The Chronology of the Ovimbundu Kingdoms», *Journal of African History*, vol. XI, n.º 2 (1970), pp. 241-248.
— *Umbundu Kinship and Character*, London, 1949.
CID, Francisco de Paula — «Relatorio do Governador de Benguela de 1892», in *Relatorios dos Governadores das Provincias Ultramarinas*, Lisboa, 1894.
CLARENCE-SMITH, W. G. — «Capitalist Penetration among the Nyaneka of Southern Angola, 1760 to 1920», *African Studies*, Joannesburg, 1970, vol. 37, 2, 1978, pp. 163-176.
— «The Lozi Social Formation 1875-1906», *Journal of African History*, London, XX, 2, 1979, pp. 219-234.
COELHO, Guilherme Gomes — «Relatorio Enviado ao Governador Geral da Provincia de Angola, Conselheiro Brito Capello, pelo Governador, Capitão — Tenente da Armada Supranumerário (...)». Benguela, 6 de Setembro de 1887. *Relatorio dos Governadores das Provincias Ultramarinas. Districto de Benguella*. (Apenso ao Relatório do Governador da Província de Angola em 1887), Lisboa, 1889, pp. 1-37.
«Commercio de Portugal com as possessões ultramarinas», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n.º 3, 2.ª sér., Lisboa, 1842, pp. 120-143.
Conspectus Florae Angolensis, vol. 2, Lisboa, 1954.
CORRÊA, Elias Alexandre da Silva — *História de Angola*, 2 vols., Lisboa, 1937.
CORVO, João de Andrade — *Estudos sobre as Provincias Ultramarinas*, vol. 1.º, Lisboa, 1883.
COUCEIRO, Henrique Mitchell de Paiva — *Angola, dous annos de Governo, Junho 1907-Junho 1909*, Lisboa, 1910.
— *Relatorio da viagem entre Bailundo e as terras do Mucusso*, Lisboa, 1892.
COUTINHO, D. Francisco Inocêncio de Sousa — «Memórias do Reino de Angola e Suas Conquistas. Escritas em Lisboa nos Anos de 1773-1775», *Arquivos de Angola*, Luanda, vol. IV, n.º 49, Jan. 1939, pp. 173-209.

COUTO, Carlos — *Os capitães-mores em Angola no século XVIII (subsídios para o estudo da sua actuação)*, Luanda, 1972.

DARTEVELLE, Edmond — «Les 'N'Zimbu' Monnaie du Royaume de Congo», *Bulletins et Memoires de la Societe Royale Belge d'Anthropologie et de Prehistoire*, Memoire, Nouvelle Serie, n.º 1, Bruxelles, 1953.

DELGADO, Ralph — *A Famosa e Histórica Benguela. Catálogo dos Governadores (1779 a 1940)*, Lisboa, 1940.

— *Ao Sul do Cuanza (Ocupação e Aproveitamento do Antigo Reino de Benguela) 1483- -1942*, 2 vols., Lisboa, 1944.

«Descripção da Capitania de Benguella, suas Provincias, Povos, Rios mais caudalosos, Minas de Ferro, e Enxofre, e outras particularidades que tem, mais consideraveis». 1 de Agosto de 1799, por Alexandre José Botelho de Vasconcellos, *Annaes Maritimos e Coloniaes*, parte não oficial, n.º 4, 4.ª série, 1844, pp. 147-161.

DIAS, António Augusto — *Pombeiros de Angola*, Lisboa, 1935.

DIAS, Gastão de Sousa — *Silva Porto (Crónicas Angolanas)*, Silva Porto, 1948.

— *Silva Porto e a Travessia do Continente Africano*, Lisboa, 1938.

DIAS, Jill — «Famine and Diesease in History of Angola c. 1830-1930», *Journal of African History*, 22, 1981, pp. 349-378.

DOLEZAL, Helmut — *Friedrich Welwitsch Vida e Obra*, traduzido e anotado por A. W. Exell. &. E. J. Mendes, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1974.

EDWARDS, A. C. — *The Ovimbundu under two Sovereignties*, International African Institute, Oxford University Press, London, 1962.

«Estatistica Commercial da Provincia de Angola». Apenso ao *Relatorio do Governador Geral da Provincia de Angola em 1888*, Lisboa, 1891.

FELNER, Alfredo de Albuquerque — *Angola — Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola, Documentos*, 3 vols., Lisboa, 1940.

FERREIRA, Salles — «Memória sobre o presídio de Pungo-Andongo», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, 6.ª sér., 1846, p. 113.

FICALHO, Conde de — *Plantas úteis da África Portuguesa*, Lisboa, 1884, 2.ª ed., 1947.

FIDALGO, José António — «Relatorio do padre (. . .), missionario do Bihé e Bailundo (1887)», *Annaes das Missões Portuguesas*, Lisboa, 1889, 2.º ano, pp. 154-58.

FIDALGO, José António, BERNARDO, Joaquim Nunes — «Relatorio da viagem que os padres missionarios (...), fizeram de Benguella ao Bihé», [1885], *Annaes das Missões Ultramarinas*, 1889, ano 1, pp. 58-67.

FLINT, Eric — «Trade and politics in Barotseland during the Kololo period», in *The Journal of African History*, London, 1970, vol. 11, n.º 1, pp. 71-86.

— *The Cambridge History of Africa*, ed. by John E. Flint, vol. 5th from c. 1790 to c. 1870, Cambridge University Press, 1976.

FOLGA, Joaquim de Jesus Anunciação — «Relatorio da Viagem de Benguella a Caconda do padre missionario portuguez, (...), indo em commissão especial a Gallangue e às Ganguellas no mez de Junho de mil oitocentos e oitenta e cinco», *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1.º Ano, 1-3, 1889, pp. 84-100.

FONSECA, Joaquim Roque da — A Associação Comercial de Lisboa e o Império (1834-1900). *Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. 2, pp. 3-95, Lisboa, 1938.

GAMA, António Saldanha da — *Memoria sobre as Colonias de Portugal Situadas na Costa Ocidental d'África. Mandada ao Governador pelo Antigo Governador e Capitão General do Reino de Angola*, Paris, 1839.

GAMITO, A. C. Pedroso — *O Muata Cazembe e os povos Maraves, Chévas, Muízas, Muembas, Lundas e outros da África Austral. Diário da Expedição Portugueza Commandada pelo Major Monteiro e Dirigida Aquelle Imperador nos Annos de 1851 e 1852*, Lisboa, 1854.

GARCIA, João Francisco — «Derrota Que Fez o 1.º Tenente de Artelharia (...) [1841]», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, parte não oficial, Lisboa, 4.ª sér., n.º 6, Lisboa, 1844, pp. 240-254.

GERALDES, Carlos Eugénio de Mello — «De Catumbella ao Alto Zambeze», *Revista Agronómica*, Lisboa, vol. 4.º, n.º 10, Out., 1906.

GOMES, Henrique de Barros — «O Commercio de Angola», *Portugal em Africa*, Ano de 1894, Março, vol. 1.º, n.º 3, pp. 81-90; vol. 1.º, n.º 4, Abril, pp. 113-121.

GOSSWEILER, John — *Nomes Indígenas de Plantas de Angola*, sep. «Agronomia Angolana», n.º 7, Luanda, 1953.

— «Relatório da Missão Agrícola à Região dos Ganguelas, Ambuelas e Luchazes», in *Relatórios. Secção de Agricultura*, Luanda, 1907.

GOSSWEILLER, J., MENDONÇA, F. A. — *Carta Fitogeográfica de Angola*, Luanda, 1939.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues — «Expedição ao Muatayânvua — Diário», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9.ª sér., n.os 8-9, 1890, pp. 365-466.

GRAY, Richard e BIRMINGHAM, David — *Pre-Colonial African Trade Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900*, London, 1970.

HAMBLY, Wilfrid D. — *The Ovimbundu of Angola*, Fiel Museum of Natural History, Anthropological Series, vol. XXI, n.º 2, Chicago, 1934.

HAUENSTEIN, Alfred — «La royaùté chez les Ovimbundu», *Angola os Símbolos do Poder na Sociedade Tradicional*, Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1983.

HORTA, José Maria da Ponte — «Relatorio do Governador de Angola de 1872», *Relatorios dos Governadores de Angola 1872-1873*, Ministerio da Marinha e Ultramar, Lisboa, [1873].

JOHNSTON, James — *Reality Versus Romance in South Central Africa*, London, 1893.

«Instruções com que vem o Senhor Governador Geral Lourenço Germack Possolo», *Arquivos de Angola*, Luanda, vol. 2.º, 13 a 15, Outubro a Dezembro de 1939, pp. 695-713.

JONES, D. H. — «Problems of African Chronology», *The Journal of African History*, XI, 2, 1970, pp. 161-176.

The Journal of African History, London, desde 1960. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.

KEILING, Mons. Luís Alfredo — *Quarenta Anos de África*, Braga, [1934].

KLEIN, M. — «Slavery, the Slave Trade and Legitimate Commerce in Late Nineteenth Century Africa», *Études d'Histoire Africaine*, II, Kinshasa, 1971.

KUN, N. de — «La vie et le voyage de Ladislaus Magyar dans l'interieur du Congo en 1850-1862», *Bulletin des Sceances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre-Mer*, Bruxelles, 1960, 6, 4, pp. 605-639.

LACERDA, José de — *Exame das Viagens do Doutor Livingstone*, Lisboa, 1867.

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de — «Noticia da cidade de S. Filippe de Benguella e dos costumes dos gentios habitantes daquelle Sertão». Loanda, 10 de Novembro de 1797, *Annaes Maritimos e Coloniaes*, parte não oficial, n.º 12, 1845, pp. 486-491.

LAVRADIO, Marquês do — *Portugal em África depois de 1851. Subsídios para a História*, Lisboa, 1936.

«Legislação Novissima», *Boletim do Conselho Ultramarino*, vol. 3.º, Lisboa.

LIBÓRIO, João José — «Angola. Viagem a Quilengues e Caconda», *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, série 1, Abril de 1858, pp. 445-450.

LIMA, J. J. Lopes de — *Ensaios sobre a Statística das Possessões Portuguezas*, vol. 1.º, Lisboa, 1844; vol. 3.º, Lisboa, 1846; vol. 4.º, Lisboa, 1859.

LIPSCUTZ, M. R. e RASMUSSEN, R. — *Dictionary of African Historical Biography*, London, 1978.

LIVINGSTONE, David — *African Journal 1853-1856*, vol. I, ed. Isaac Schapera, London, 1963.

— *Explorations dans L'Interieur de l'Afrique Australe et Voyages à Travers le Continent (. . .) de 1840 a 1856*, trad. H. Loreau, Paris, 1873.

— *Livingstone's Private Journals, 1851-1853*, ed. Isaac Schapera, London, 1960.

LOPO, Júlio de Castro — *Governadores-Gerais e outras Entidades de Função Governativa da Província de Angola (Lista Cronológica 1575-1969)*, 2.ª ed., Luanda, 1970.

MACEDO, José Tavares de — «Commercio de Portugal com as Possessões Ultramarinas», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n.º 3, 2.ª sér., Lisboa, 1842, pp. 120-143.

MAGYAR, Ladislaus Amerigo — «Carta ao Governador de Benguela, sobre o Interior da Africa Austral», in *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1.ª sér., 1856, pp. 237-240.

— *Reisen Süd-Afrika in den Jahren 1849 bis 1857*, Leipzig, 1859.

MAINGA, Mutumba — *Bulozi Under the Luyana Kings Political Evolution and State Formation in pre-colonial Zambia*, London, 1973.

MALHEIRO, Alexandre — *Chronicas do Bihé, Illustrado com photographias e desenhos de José Leite*. Lisboa, 1903.

MARKS, Shula and ATMORE, Antony — «Firearms in Southern Africa: a Survey», *The Journal of African History*, XII, 4, Cambridge, 1971, pp. 517-530.

MARQUES, A. Sisenando — *Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

MELLO, Alfredo Augusto Pereira de — «Relatorio do Governador de Benguella de 1877», *Relatorios dos Governadores das Provincias*

Ultramarinas, Ministerio da Marinha e Ultramar, Lisboa, s.d., pp. 277-301.

MELLO, D. Miguel António de — «Relatorio do Governo de (...). Angola no começo do Século 1802», *B. S. G. L.*, 5.ª sér., Lisboa, 1885, pp. 548-564.

Memoria acerca da Extinção da Escravidão e do trafico de Escravatura no territorio Portuguez, publicação do Ministério da Marinha, Lisboa, 1889, pp. 24-29.

MENDES, Eduardo — *Índice de Âmbito Botânico*, organizado por (...) para a obra de A. Sisenando Marques «Os Climas e as producções das terras de Malange à Lunda», Lisboa, Imprensa Nacional, 1889. Trabalho dactilografado do Centro de Botânica da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa 1964.

MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiros — *Relatorio do Governador Geral da Provincia de Angola Referido ao Anno de 1861*, Lisboa, 1867.

MILHEIROS, Mário — *Notas de Etnografia Angolana*, Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1967.

MONTEIRO, Joaquim John — *Angola and the River Congo*, 2 vols., London, 1875.

A morte de Silva Porto. Cartas do Capitão Couceiro. Officio do Governador Geral de Angola e outros documentos. Manifestação parlamentar. Codicillo de Silva Porto, ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1890.

MUNRO, J. Forbes — *Africa and The International Economy 1800-1960*, London, 1976.

NEGREIROS, A. de Almada — *Colonies Portugaises Etudes Documentaires sur les Possessions Portugaises et leurs Produits d'Exportations*, Paris, 1906.

NEVES, José Acursio das — *Considerações politicas e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos Portuguezes na África e Ásia*, Lisboa, 1830.

NEWBURY, C. W. — «Credit in Early Nineteenth Century West African Trade», Cambridge University Press, in *The Journal of African History*, XIII, 1, 1972, pp. 81-95.

NEWITT, Malyn — *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, London, 1981.

NICHOLLS, C. S. — *The Swahili Coast Politics, Diplomacy and Trade on the East African Littoral 1798-1856*, London, 1971.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de — *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Épocas de Reformas (1834-1851)*, Lisboa, 1981.

PARREIRA, Carlos — *Sertanejo do Bié — Silva Porto*, Lisboa, A. G. U., 1945.

PÉLISSIER, René — *Les Guerres Grises Resistance et Revoltes en Angola (1845-1941)*, Orgeval (France), 1977.

PIMENTEL, Fernando — *Investigação commercial na província de Angola em 1902-1903*, Porto, 1903.

PINTO, A. Serpa — *Como Eu Atravessei África* [. . .], 2 vols., Londres, 1881.

PONTES, F. C. Brant — «Memória de (. . .) 1800», *Arquivos de Angola*, Luanda, vol. 1.º, n.º 1, Out. 1833, docs. XVII e XVIII.

PORTO, António Francisco Ferreira da Silva — «Novas Jornadas de Silva Porto nos Sertões Africanos», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 5.ª sér., n..os 1, p. 3; 3, p. 145; 9, p. 569; 10, p. 603; 6.ª sér., n..os 1, p. 56; 3, p. 189; 4, p. 255; 5, p. 307; 7, p. 441; 8, p. 537.

— *Silva Porto e Livingstone* [manuscrito de 1869], Lisboa, 1891.

— *Silva Porto e a Travessia do Continente Africano*, publicado por Gastão de Sousa Dias, Lisboa, 1938.

— *Os Últimos Dias de Silva Porto*. Extracto do seu Diário, ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1891.

— «Uma Viagem de Angola em Direcção à Contra-Costa», *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1.ª sér., 1856-1858, pp. 273-292, 297-300, 304-308, 314-316, 465-470.

— *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África*, Publicado pela Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1942.

Portugal em África, Lisboa, 1.ª série, 1894-1910. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.

PÖSSINGER, Hermann — «Interrelations between Economic and Social Change in Rural Africa: The case of the Ovimbundu of Angola», in *Social Change in Angola*, Munich, 1973.

Quarenta e Cinco Dias em Angola, Porto, 1862.

REGO, Silva — *O Ultramar no Século XIX*, Lisboa, 1966.

RESENDE, Manuel de — «Funantes», *O Mundo Português*, n.os 80, 85, 90, 92, 93, 97, 103, 104, 105, 108 e 112, Lisboa, 1940.

Revista Portugueza Colonial e Marítima, Lisboa, 1897-1910. O mesmo que para *Annaes do Conselho Ultramarino*.

The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa, ed. by Robin Palmer and Neil Parsons, London, 1977.

SANDOVAL, Cândido de Almeida — «Noticia do Sertão do Bailundo por (...) 1837», *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, sér. 1, Novembro de 1858, pp. 519-521.

SANTOS, Maria Emília Madeira — *Perspectiva do Comércio Sertanejo do Bié na Segunda Metade do Século XIX*, sep. CXLIV do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1981.

— *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, ed. do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1978.

SARMENTO, Alfredo — *Os sertões de África (Apontamentos de Viagem)*, com um prólogo de Manuel Pinheiro Chagas, ed. ilustrada com 14 gravuras e um mapa, Lisboa, Typog. Verde, 1880.

SEIXAS, António José de — *A Questão Colonial Portugueza em presença das condições de Existência da Metropole*, Lisboa, 1881.

Social Change in Angola, ed. by Franz-Wilhelm Heimer, Munich, 1973.

SOREMEKUN, Fola — «Trade and Dependency in the Nineteenth Century», *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, ed. by Robin Palmer and Neil Parsons, London, 1977.

SORIANO, Simão José da Luz — «Memória sobre os sertões e a costa ao Sul de Benguella, na Provincia de Angola, escripta sobre documentos officiaes, que existem na Secretaria d'Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar», *Annaes Maritimos e Coloniaes*, 6.ª sér., parte não oficial, 1848, pp. 73 a 100.

SOROMENHO, Castro — *A Chaga*, 2.ª ed., Lisboa, 1979.

— *Sertanejos de Angola*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1943.

— «Silva Porto», *O Mundo Português*, vol. 9, n.º 108, Dez. 1942, pp. 511-514.

STANLEY, Henry M. — *Atravez do Continente Negro ou as Nascentes do Nilo, Circumnavegação dos Grandes Lagos na África Equatorial e Descida do Rio Livingstone ou Congo até ao Oceano Atlântico*, trad. do inglês por Mac-Noden, 3 vols., Lisboa, 1880.

TABLER, Edward C. (ed.) — *Trade and Travel in Early Bartoseland, the Diaries of George Westbeech 1885-1888 and Captain Norman MacLeod 1875-1876*. *Chatto & Windus*, London, 1963.

TAMS, George — *Visita às Possessões Portuguezas na Costa Occidental d'Africa*, 2 vols., Porto, 1850.

TEIXEIRA, Alexandre da Silva e COSTA, José da Silva — «Relação da Viagem Que Fiz Desta Cidade de Benguella para as Terras de Lovar no Anno de Mil Setecentos Noventa e Quatro — 23 de Dezembro de 1794», *Arquivos de Angola*, Luanda, vol. I, n.º 4, Nov., 1935, doc. X.

VALENTE, P. José Francisco — *Gramática Umbundu a Língua do Centro de Angola*, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1964.

VANSINA, Jan — *Kingdoms of the Savanna*, Wisconsin, 1966.

— «Long Distance Trads Routes», *The Journal of African History*, III, 3, 1962, pp. 375-390.

VELLUT, Jean-Luc — «Notes sur le Lunda et la Frontière Luso-africaine (1700-1900)», *Etudes d'Histoire Africaine*, vol. III, Université Lovanium de Kinshasa, 1972.

VERBEKEN, A. — *Msire, roi du Garenganza*, Bruxelles, Cuypers, 1956.

WEELER, Duglas C., CHRISTENSEN, C. Diane — «To Rise with one Mind: The Bailundo War of 1902», *Social Change in Angola*, ed. by Franz-Wilhelm Heimer, Munich, 1973.

WHITE, Gavin, MARKS, Shula — «Firearms in Africa: an Introduction», *The Journal of African History*, XII, 2, Cambridge, 1971, pp. 173-184.

WILLS, A. Y. — *An Introduction to the History of Central Africa*, Oxford University Press, 3.ª ed., 1973.

WILSON, Anne — «Long Distance Trade and the Luba Lomani Empire», *The Journal of African History*, London, 1972, vol. 13, 4, pp. 575-89.

CARTOGRAFIA*

— «AFRICA OCCIDENTAL PORTUGUEZA. ESBOÇO CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA D'ANGOLA / Comissão de Cartografia / 1905.» Folhas 7 e 8.

— «ANGOLA. Mapa coordenado pelo Marquez de Sá da Bandeira (. . .) e por Fernando da Costa Leal (. . .). Lisboa 1863.» Escala 1:1 250 000.

— «ESBOÇO GEOGRÁFICO / DAS / REGIÕES ATRAVESSADAS / PELO / CAMINHO DE FERRO / DE / BENGUELLA, 1914.» *Ms.* C. E. H. C. A., Pasta 19, n.º 12.

— «DISTRICTO DE BENGUELLA ESBOÇO GEOGRÁFICO, 1911.» Escala 1:1 000 000. *Ms.* C. E. H. C. A., Pasta 19, n.º 11.

—«ITINERÁRIO-ESBOÇO. De Benguella ao Sambo por Caconda, (. . .). Pelo Tenente Luiz Augusto de Pina Guimarães». *Ms.* C. E. H. C. A., Pasta 19, n.º 19.

—«MAP OF THE BAROTSE KINGDOM / Litographed at the Intelligence Division, War Office, Oct 1897». / Scale 1:2 000 000.

—«Mappa Geographico Comprehendendo a / Costa Occidental d'Africa, entre 5 e 19 graos de latitude Sul; / e no continente, e estado actual dos Reinos d'Angola e Benguella (. . .) pelas observações do / (. . .) Eng.º Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado (. . .), / Construido no Anno de 1790» / Petipe de 30 Legoas. *Ms.* Col. C. E. H. C. A., n.º 124.

—«*MAPPA HIDRO-GEOGRÁFICO* / Da Cofta occidental de Africa comprehendendo entre 5 e / 16 graos e 40 minutos de Latitude Sul,

* Não são aqui registados os mapas incluídos em publicações referidas na bibliografia, que constituiram igualmente uma segura base geográfica para a elaboração da «Introdução» e das «Notas».

representando no / continente o estado prezente dos Reinos de Angola, e Ben/guella; (. . .). Em que se cor/rigem todas as poziçõens, e ortografos dos antecedentes e / arbitrarios Mappas, pelas noticias dos mais inteligentes, / e praticos Certanejos, e pelas observaçoens do Tenente / Coronel Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, (. . .) / 1791». *Ms*. B. P. M. P., Pasta 24, n.º 16.

—«*PROVINCIA DE ANGOLA* / CARTA DOS DISTRICTOS / DE / BENGUELLA E MOSSAMEDES / 1895». / Escala 1:1 000 000. Comissão de Cartographia.

—«PROVINCIA DE ANGOLA / CARTA DO DISTRICTO / DE / BENGUELLA / Organizada em conformidade com os trabalhos da Commissão de Cartographia / até 1900 e ampliada com as informações e itinerarios do capitão de artilharia / Massano de Amorim em 1901 / e 1902 / 1904». / Escala 1:1 000 000. 2 folhas.

—«Reconhecimentos topographicos nas regiões do Bailundo, Bihé e limitrophes / por Alfredo de Andrade Janeiro de 1908.» Escala 1:500 000.

—«THEATRO DA GUERRA / Contra o Soba de Baylundo e seus alliados / CARTA GEOGRAPHICA / DOS DOMINIOS DE S. MAG.^e^ FIDELISSIMA / NOS SERTÕES D'ANGOLA E BENGUELA / Desenhada pelo Major Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado e Pelo Capitão João Pedro Migueis 1776.»

MAPAS

Itinerário de 1846
Itinerário de 1847

CELLY - grafia de SILVA PORTO
(ESELE) - grafia em umbundo segundo CHILDS

0 20 40 60 80 km

13° 14° 15° 16° 17°

CELLY (ESELE)
SONGO (KASONGI)
BAILUNDO (BAILUNDU)
Anduro
ANDURO (INDULU)
Egito
EGITO
GALANGUE (NGALANGA)
Bailundo
HANHA
Catumbela
QUICANJE (CISANGI)
Sopa
Benguela
Quindumbo
Quibala
QUIBANDA (CIVANDA)
QUIPEIO (CIPEYO)
CHACUAMBA
JAMBA AMBAMBA
DONDE
CAMERA
BULO-BULO
Belmonte
Candimba
Ecovongo
Carie
BIÉ (VIYE)
QUIACA (CIYAKA)
AMBO (ANANBU)
SAMBO (SAMBU)
NOMA
Quingues
GONGELO (NGANGELA)
GANDA (NGANDA)
Hanha
QUINGOLO (CINGOLO)
Quingolo
GALANGUE (NGALANGI)
Caconda
Quilengues

ITINERÁRIOS DE SILVA PORTO, DO BIÉ A BENGUELA (1846 e 1847)

GRUPO OVIMBUNDO E SEUS REINOS NO SÉCULO XIX
(Mapa baseado em CHILDS, 1949, entre as pág. 166 e 167)

ILUSTRAÇÕES

POLICIA GERAL  DO BRASIL.

Titulo de Residencia de Estrangeiros.

Estatura
Côr
Cabellos
Olhos
Nariz
Boca
Barba
Rosto
Estado

Pessoas da familia

Signaes particulares

Assignatura do Apresentado

Certifico que a fl. do Livro que serve para apresentações dos Estrangeiros nesta Secretaria da Policia da Côrte, consta ter-se apresentado o estrangeiro idade 17 annos natural de profissão residente numero 119 andar vindo para esta Côrte no mez de do anno de 183 e cujos signaes individuaes vão notados á margem deste, com o qual no prazo de 24 horas se apresentará ao Juiz de Paz da Parochia, em que reside, para lhe por o seu Visto, e observar a sua conducta, na forma das Ordens existentes, sob as penas, obrando o contrario, do Alvará de 2 de Dezembro de 1820, e disposições do Edital de 16 de Abril de 1832.

Fica obrigado pelo Termo que assignou, e pelas Ordens Policiaes, a não mudar de residencia, ou profissão, sem que o participe previamente á esta Repartição, para que isto lhe seja notado á margem do seu assento, e neste; nem tão pouco lhe será permittido viajar pelos suburbios sem satisfazer á este dever, e tudo debaixo da pena de ser julgado suspeito, e como tal sofrer o procedimento marcado nos Regulamentos Policiaes. E esta só terá vigor pelo prazo de seis mezes, findo o qual reformará. Rio de Janeiro de de 1834

Título de Residência de Estrangeiros de Silva Porto no Brasil.



SIGNAES.

Idade 20 annos
Naturalidade Porto
Estado solteiro
Officio negocio
Côr alva
Rosto ordinario
Cabellos pretos
Cabeça redonda
Testa ordinaria
Sobrancelhas regulares
Olhos pretos
Nariz afilado
Bocca pequena
Labios ordinarios
Barba cerrada
Orelhas pequenas
[illegible] ordinario
[illegible] ordinario

Thomaz Xavier Garcia de Almeida, dos Dignit.º da Imp.l Ordem do Cruzeiro, Comm.or da de Christo, Dez.or da R.ção, e Presidente da Prov.a da Bahia

FAço saber ás Authoridades, à quem o conhecimento deste competir, que desta Cidade se transporta para Madagascar, a tratar de negocio Antonio Francisco Ferr.a da Silva Porto, subdito Portuguez, const.e da Habilitação da Policia q. fica recolhida na Secretaria do Gov.o

E para que se lhe não ponha embaraço se lhe deo este, sob o Sello das Armas do Imperio, e por mim assignado, que valerá por um mez. Palacio do Governo da Bahia 21 **de** Junho **de 183**8

Thomaz X.er Garcia d'Almeida

112

Reg. a f. 11 **do L.º** 7º **de** Passap.es

Pagou mil trezentos e quarenta reis.

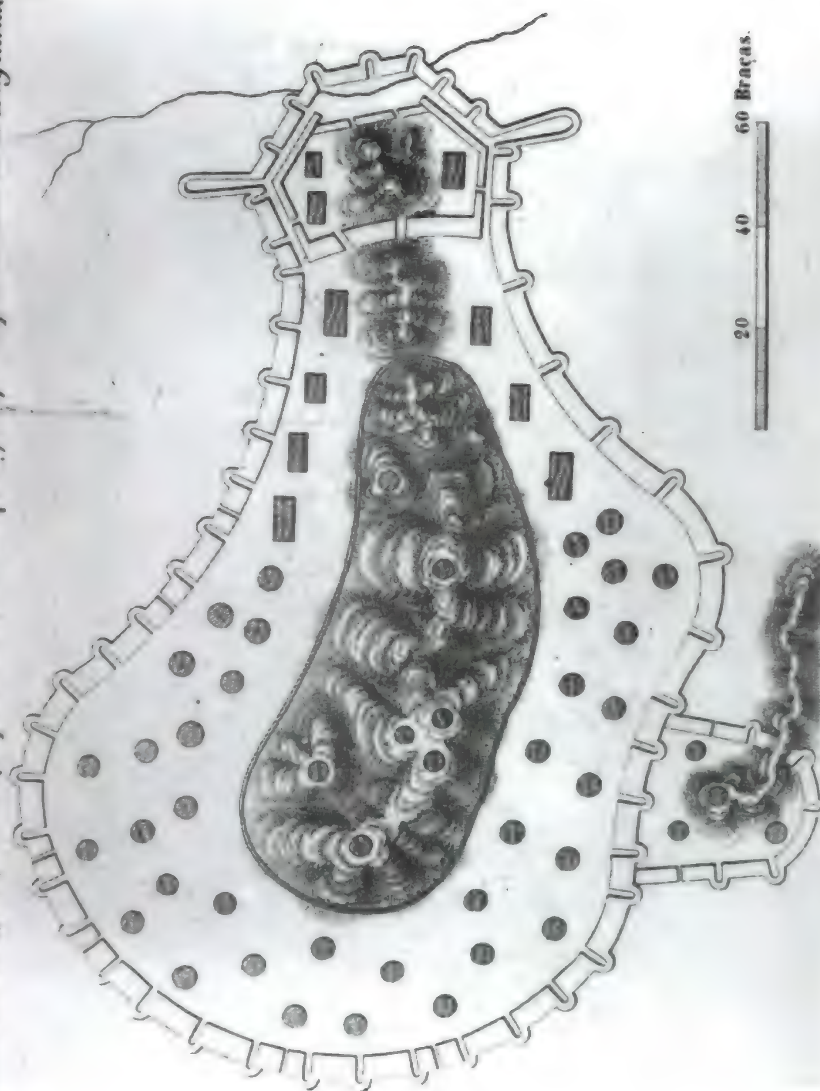
Assignatura do Passageiro

Antonio Fran.co Ferr.a da Silva Porto

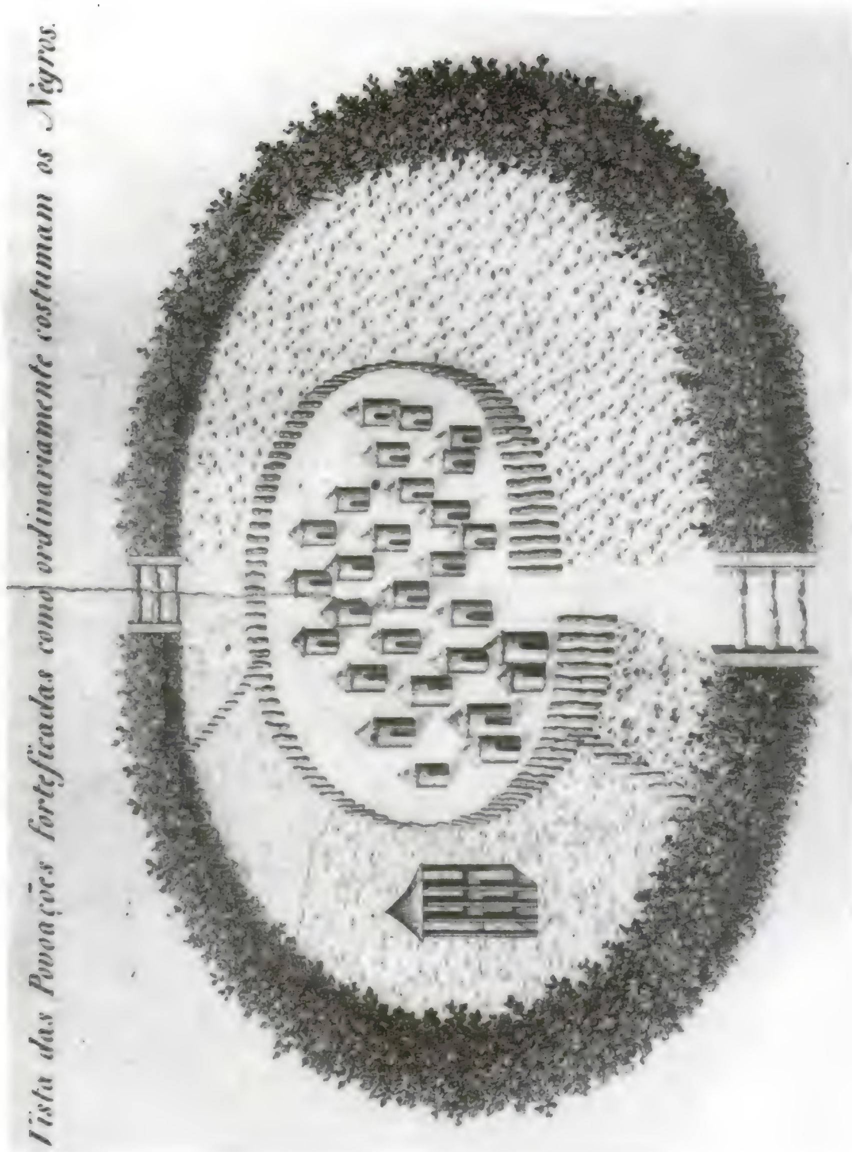
1838

N.º 3774 [illegible] 21 Junho 1838 Silva [illegible]

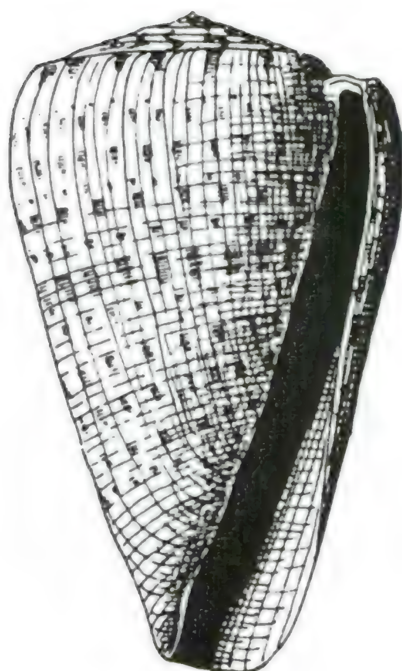
Autorização para saída do Brasil.



«Planta da Forteficação da Quipaca do Soba de Quingolo (. . .)».

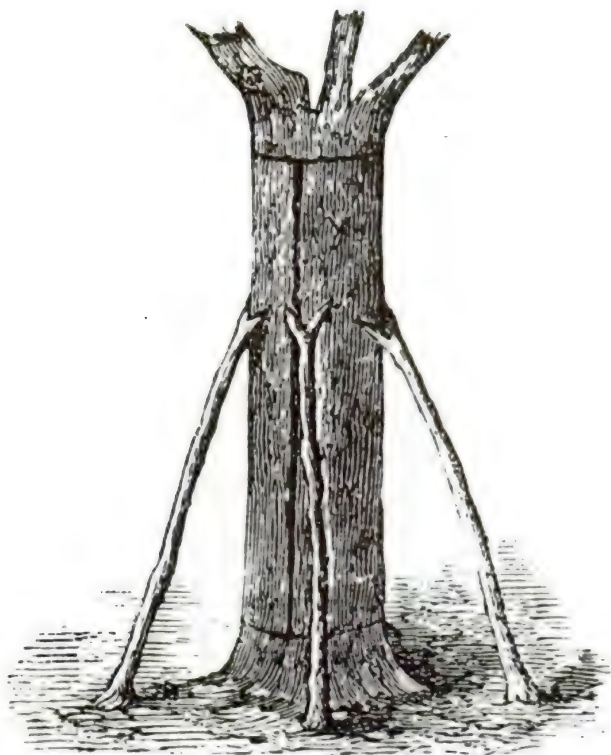


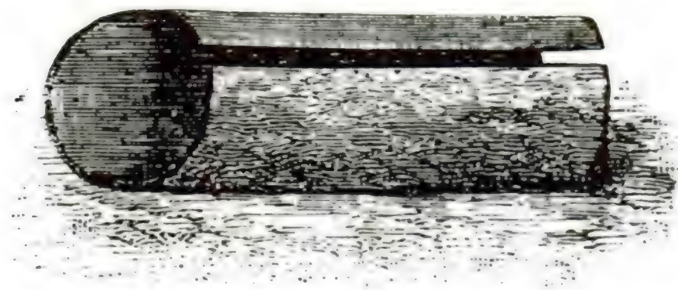
«Vista das Povoações forteficadas (...)».





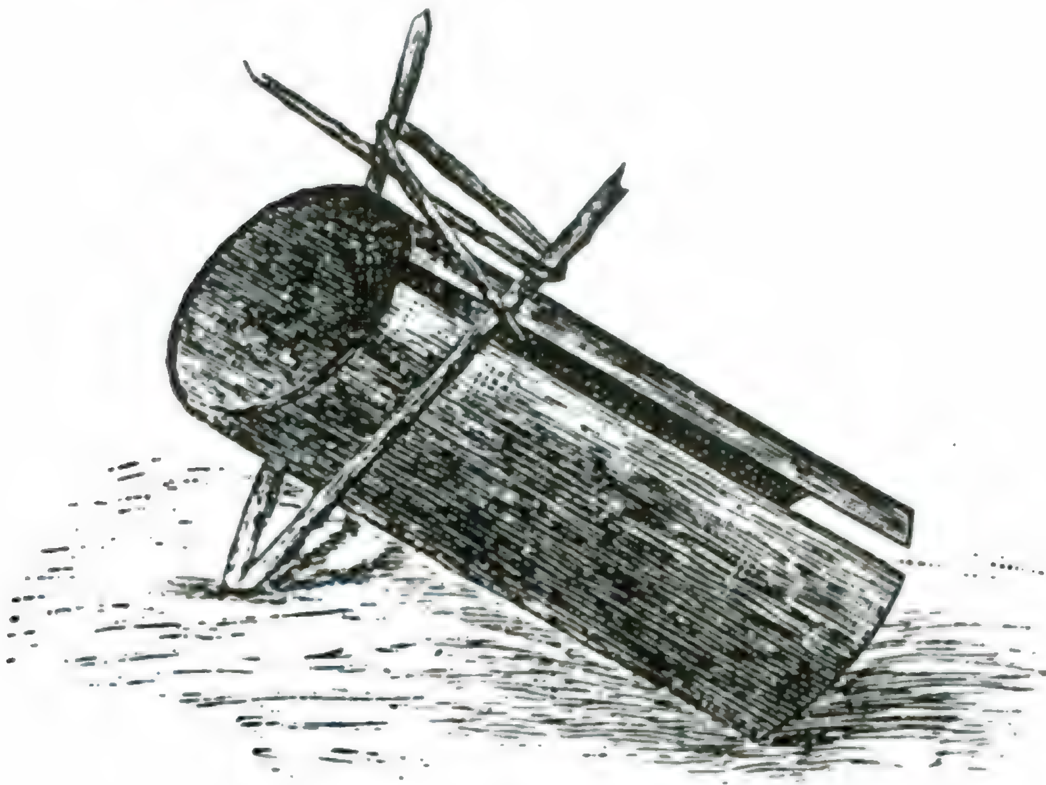
Concha de que se fabrica o *mandés*.

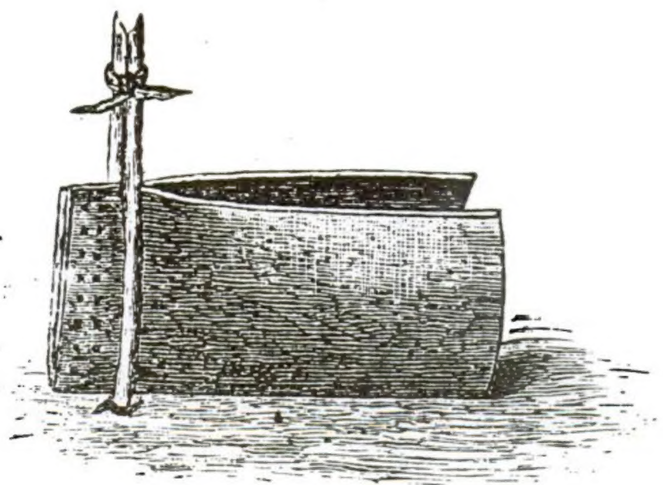


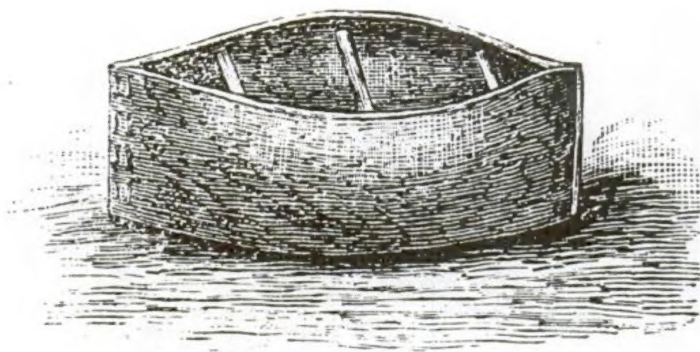


Modo de construir uma canoa entre os Ganguelas.









ESTA OBRA ACABOU DE SE IMPRIMIR AOS 29 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1986 NAS OFICINAS GRÁFICAS DA «IMPRENSA DE COIMBRA, LIMITADA»